

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES**

DANIELA DE ALMEIDA QUEIROZ

**A influência das narrativas cotidianas como
(des)estímulo para a participação política**

São Paulo
2013

DANIELA DE ALMEIDA QUEIROZ

**A influência das narrativas cotidianas como
(des)estímulo para a participação política**

Dissertação apresentada à Escola de
Comunicação e Artes da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre em
Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Interfaces Sociais da
Comunicação

Linha de Pesquisa: Políticas e Estratégias de
Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Nassar de
Oliveira

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

**Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo**

Queiroz, Daniela de Almeida.

A influência das narrativas cotidianas como (des) estímulo para a participação política / Daniela de Almeida Queiroz – São Paulo: D. A. Queiroz, 2013.

218 p.

Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Nassar de Oliveira

1. Democracia. 2. Participação Política. 3. Memória. 4. Narrativas. 5. Narrativas Cotidianas I. Oliveira, Paulo Roberto Nassar. II. Título

CDD 21.ed. – 658.48

QUEIROZ, D.A. A influência das narrativas cotidianas como (des)estímulo para a participação política. Dissertação apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Aprovado em: ____/____/____

Banca examinadora

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Ao meu companheiro, amor para toda vida e responsável por tudo isso, Vinicius.

AGRADECIMENTOS

A Deus, antes de tudo, pela vida e pelas portas e janelas que sempre me abriu.

Aos meus queridos pais, Edmundo e Maria de Lourdes, cujo esforço me fez chegar aonde cheguei.

Ao meu marido Vinicius, pelo incentivo e auxílio de todas as espécies.

Aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos, por compreenderem minha ausência e estarem sempre disponíveis para ajudar.

Ao Prof. Dr. Paulo Nassar, pela oportunidade de estar aqui e por acreditar em minha capacidade.

À Profa. Dra. Heloiza Matos, pelo carinho e dedicação com que me acompanhou nesta caminhada.

A Profa. Dra. Maria José de Oliveira, pelo tempo dispensado para fazer parte da minha banca e pelo exemplo de mulher-mãe-pesquisadora.

Às minhas companheiras de luta, Ágatha e Natália, por estarem comigo nessa travessia, dividindo dúvidas, medos, angústias e conquistas.

Ao Rodrigo Cogo, pela paciência e atenção com que sempre me ajudou.

À querida Emiliana, pelo carinho e disposição infinitos.

E, por fim, ao pequeno Henrique, por saber conter o choro e tirar uma sonequinha quando a mamãe mais precisou.

RESUMO

QUEIROZ, D.A. **A influência das narrativas cotidianas como (des)estímulo para a participação política.** 2013. 218f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

A questão da prática democrática e da efetiva participação política ainda é uma temática bastante polêmica na sociedade brasileira. Mesmo com uma constituição democrática e com uma série de instrumentos participativos instituídos, o Brasil ainda parece bastante distante de atingir uma democracia consolidada. Há muitas teorias que versam a respeito dos fatores que podem motivar ou desmotivar o envolvimento e a participação política, tais como a cultura, a confiança, o capital social e o reconhecimento. Na presente dissertação, busca-se entender quais os reais motivos que levam um cidadão a escolher se envolver ou não na política, adotando uma posição ativa e participante ou uma posição passiva em relação a estas questões. A proposta consistiu em realizar uma revisão das teorias sobre a motivação para participar, um levantamento da situação democrática do país, estudando o papel da história política e da memória coletiva no contexto da participação, bem como a influência das narrativas circulantes no mundo da política, com especial destaque para as narrativas cotidianas, que nada mais são do que aquelas que ocorrem na esfera íntima dos indivíduos, no seu dia a dia, com familiares, amigos e conhecidos. É neste contexto que a presente dissertação pretende acrescentar, introduzindo no debate da participação a questão do contexto de vida dos indivíduos, das experiências vividas por ele ou para ele passadas por meio de narrativas e sua influência como estímulo ou desestímulo na motivação dos cidadãos a envolver-se com assuntos políticos. Para tanto, além da revisão bibliográfica, foi realizada uma pesquisa empírica baseada em entrevistas em profundidade com cidadãos atuantes e não atuantes no cenário político do município de São Paulo, buscando entender seu comportamento político e suas motivações para tal.

Palavras-chave: democracia, participação política, memória, narrativas, narrativas cotidianas.

ABSTRACT

QUEIROZ, D.A. **A influência das narrativas cotidianas como (des)estímulo para a participação política.** 2013. 218f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

The democratic practice and effective political participation is still a theme very polemic in Brazilian society. Even with a democratic constitution and series of participatory tools, Brazil still seems quite far from reaching a consolidated democracy. There are many theories that talk about the factors that may motivate or discourage involvement and political participation, such as culture, trust, social capital and recognition. In this dissertation, we seek to understand the real reasons that lead a citizen to choose to get involved or not in politics, taking an active role or a passive position in relation to these issues. The proposal was to conduct a review of the theories on motivation to participate, a study of the democratic situation in the country, studying the role of political history and public memory in the context of participation, as well as the influence of narratives that circulates in the world of politics, with special emphasis on daily narratives, which are nothing more than those that occur in the private sphere of individuals in their daily lives, with family, friends and acquaintances. It is in this context that this dissertation intends to add, introducing in the participation discussion the question of the life context of individuals, the experiences that they live or they have known through narratives and their influence as stimulus or discourage on the motivation of citizens to engage with political issues. Therefore, in addition to the literature review, we conducted an empirical research based on interviews with active and not active citizens in the political scene in São Paulo, seeking to understand political behavior and their motivations for doing so.

Keywords: democracy, political participation, memory, narrative, daily narratives.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Modelo de tipologia em entrevista.....	126
Tabela 2 - Perfis dos cidadãos entrevistados.....	131
Tabela 3 - Quadro descritivo dos pré-testes realizados.....	135
Tabela 4 - Quadro descritivo das entrevistas realizadas.....	136
Tabela 5 - Presença/Ausência das Categorias Desenvolvidas por perfil.....	140
Tabela 6 - Presença/Ausência das Categorias - Tema 1.....	143
Tabela 7 - Presença/Ausência das Categorias - Tema 2.....	147
Tabela 8 - Presença/Ausência das Categorias - Tema 3.....	151
Tabela 9 - Presença/Ausência das Categorias - Tema 4.....	173
Tabela 10 - Presença/Ausência das Categorias - Tema 5.....	188

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Ocorrências das Categorias - Tema 1	146
Gráfico 2 - Ocorrências das Categorias - Tema 2	150
Gráfico 3 - Ocorrências das Categorias - Tema 3	172
Gráfico 4 - Ocorrências das Categorias - Tema 4	187
Gráfico 5 - Ocorrências das Categorias - Tema 5	193
Gráfico 6 - Fatores que influenciam na participação política.....	194

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Opções metodológicas adotadas na pesquisa	124
--	-----

LISTA DE SIGLAS

ABC	Região compreendida pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul
AI	Ato Institucional
CF	Constituição Federal
CMSP	Câmara Municipal de São Paulo
CNS	Conferência Nacional de Saúde
COP	Conselho do Orçamento Participativo
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
GENN	Grupo de Estudo de Novas Narrativas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRBEM	Indicadores de Referência de Bem-Estar no Município
LAI	Lei de Acesso à Informação
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MMDC	Movimento Revolucionário Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo
MPL	Movimento Passe Livre
OP	Orçamento Participativo
OSPB	Organização Social e Política do Brasil
PDC	Projeto de Decreto Legislativo
PDS	Partido Democrático Social
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPA	Plano Plurianual
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SUS	Sistema Único de Saúde
TV	Televisão / Rede de Televisão
UBES	União Brasileira de Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

Introdução	14
Capítulo 1 – Democracia e participação	18
1.1. Conceito	19
1.1.1. Democracia participativa <i>versus</i> Democracia representativa.....	22
1.1.2. Participação Política.....	25
1.2. Por que as pessoas (não) participam?.....	29
1.2.1. A teoria culturalista	30
1.2.2. A questão da confiança	31
1.2.3. A participação e o capital social.....	39
1.2.4. A participação e a teoria do reconhecimento	44
1.2.5. <i>Empowerment</i> cidadão	50
Capítulo 2 – Trajetória da democracia no Brasil e a evolução da participação	52
2.1. A construção da democracia no Brasil.....	52
2.2. Instrumentos participativos – há meios para participar?	61
2.3. Síntese dos momentos de participação – como o cidadão brasileiro marcou presença na história política do país no contexto da República.....	65
2.3.1. Revolta da Vacina	65
2.3.2. Revolução Constitucionalista de 32	69
2.3.3. Diretas Já.....	72
2.3.4. Fiscal do Sarney	74
2.3.5. Conferência Nacional de Saúde	76
2.3.6. Emendas Populares na Constituição Federal.....	77
2.3.7. Orçamento Participativo.....	78
2.3.8. Caras Pintadas	80
2.3.9. Plebiscito, referendo e iniciativa popular de leis.....	82
2.3.10. Onda de manifestações de 2013	85
Capítulo 3 - Memória, narrativas e participação política – o papel das narrativas cotidianas ...	90
3.1. A história e a memória	91

3.2.	Mitos, heróis, arquétipos e estereótipos	96
3.3.	Narrativa – a história elaborada e a memória traduzida em palavras	100
3.4.	A esfera pública enquanto espaço de circulação de narrativas.....	104
3.5.	A guerra de narrativas e a construção da opinião pública	112
3.6.	Micronarrativas: narrativas cotidianas, conversação cotidiana e política	118
Capítulo 4 – Pesquisa Empírica		123
4.1.	Metodologia da Pesquisa.....	123
4.1.1.	Método de Coleta – Entrevistas em profundidade	125
4.1.2.	Instrumentos de Coleta.....	128
4.1.3.	Seleção dos entrevistados.....	129
4.1.4.	Método de Análise – Análise de conteúdo.....	132
4.2.	Pesquisa de Campo.....	133
4.2.1.	Pré-teste.....	133
4.2.2.	Dados coletados.....	136
4.2.3.	Análise dos dados.....	139
Considerações finais.....		196
Referências bibliográficas.....		200
Apêndices		211
Apêndice A – Ficha de entrevista final		212
Apêndice B - E-mail Convite Entrevista - presencial		215
Apêndice C - E-mail Convite Entrevista - virtual		216
Apêndice D - Tabela de presença/ausência das categorias por entrevistado.....		217

Introdução

Quando tratamos da questão da participação popular na vida em sociedade, nas questões políticas e na defesa dos interesses coletivos, muito se questiona com relação à efetividade desta participação.

Logo de início, é comum questionar a existência de um Estado Democrático que seja de fato público e democrático (MORONI, 2009, p. 109). Depois, pode-se pensar que o motivo para as dificuldades na consolidação da democracia esteja ligado à falta de instrumentos participativos instituídos por lei ou, caso existam, estes não são suficientes (MORONI, 2009, p. 112) ou estas ferramentas ainda não foram colocadas em prática de forma a garantir que a participação aconteça, que esteja ao alcance de todos e que realmente seja considerada no momento da tomada de decisão.

Neste ponto, chegamos à outra questão que se refere à postura política dos governantes. A consolidação da democracia e a participação popular poderiam ser encaradas como intimamente ligadas à presença de um governante interessado em abrir espaço para esta participação, o que levaria à precipitada conclusão de que a democracia sempre dependeria do interesse do governante para acontecer, consolidar-se e atingir os resultados idealizados.

Por outro lado, há aqueles que defendem que a existência ou não da democracia está ligada ao dilema democrático¹. Como teremos um Estado Democrático de Direito propriamente dito se os cidadãos não estão preparados para tal? Antes de não ter cultura de participação e de não estar munido das informações necessárias para participar, o cidadão não tem a formação exigida para efetivar esta participação, isto é, o cidadão não desenvolveu as habilidades necessárias para fazer sentido sobre o mundo político, analisar as variáveis envolvidas no processo e aí então tomar partido sobre a questão, colocar sua opinião ou dar sua contribuição para o assunto que está sendo discutido, a fim de influenciar na tomada de decisão e de defender seus interesses junto a seus representantes.

Ao estudar a questão da participação, percebemos, porém, que a situação na realidade é outra. O Brasil tem sim uma Constituição classificada como democrática (a Constituição Federal de 1988) que institui e garante uma série de formas de acesso à informação e de participação dos cidadãos na vida política do país (CLÈVE, 1990, p. 83).

¹ “‘Dilema democrático’: fato de que das pessoas chamadas para tomar decisões racionais em regimes democráticos podem não ser capazes de desempenhar esta tarefa”. (LUPA E MCCUBBINS, 1998; apud PORTO, 2007, p. 22)

Em muitas ocasiões, no Brasil, houve momentos que comprovaram que o exercício da democracia e da participação dependia, não apenas de interesse do governante, mas de pressão popular, para atingir seus objetivos e para provocar mudanças no país.

Mesmo com limitações de informações, de capacidades, de habilidade e de tudo o mais que é possível, o cidadão tem condições de participar e de decidir, porque, de maneira limitada ou não, o cidadão é capaz de dizer quais são suas necessidades e decidir sobre o que é melhor para sua vida, sejam essas decisões de impacto mais localizado, sejam de proporções mais amplas. O dilema democrático é, portanto, um mito (MORONI, 2009, p. 117).

Sendo assim, se o Brasil tem uma constituição democrática, se existem formas institucionalizadas para participar, se a efetivação da participação não depende exclusivamente da figura política, se o dilema democrático é na verdade um mito e se, em realidade, seria interesse de todos tomar parte das questões que lhe atingem diretamente, por que será que nem todas as pessoas participam?

Dentre os motivos discutidos na literatura política, destacam-se os seguintes: os cidadãos não participariam por falta de tempo para dedicar atenção aos temas públicos (GAMSON, 2011; LIPPMANN 1922, apud PORTO, 2007); por não ter interesse (DAHLGREN, 2010; PORTO, 2007, p. 29); por falta de oportunidade (GAMSON, 2011, p. 27); porque são individualistas e estão preocupados somente com a sua “vida microssocial” (GANS, 1988, apud GAMSON 2011, pag. 118); por sentirem-se incapazes para tal ou por aspectos culturais (ALMOND E VERBA, 1989).

A estes fatores, acrescentamos a questão da confiança, o nível de capital social e o grau de reconhecimento (tanto pessoal quanto interpessoal e institucional) como elementos que influenciam demasiadamente na predisposição para se envolver em questões políticas.

Em realidade, tanto estes comportamentos citados na literatura quanto os fatores que elencamos no parágrafo anterior são socialmente desenvolvidos e construídos com base no contexto de vida, nas experiências vividas pelos indivíduos ou para ele passadas.

Todas estas relações sociais acontecem primordialmente pela troca de informações entre as pessoas, que nada mais é do que comunicação. Toda esta comunicação é feita com base em narrativas, que podem tratar de acontecimentos pessoais, históricos, de fatos, de dados, de notícias, de experiências, de impressões, de memórias, etc.

É neste contexto que a presente dissertação pretende trabalhar, introduzindo no debate da participação a questão do contexto de vida dos indivíduos, das experiências vividas por ele

ou para ele passadas por meio de narrativas e sua influência como estímulo ou desestímulo na motivação dos cidadãos a envolver-se com assuntos políticos.

O meio em que o cidadão cresceu, se desenvolveu e no qual ele vive hoje estimula comportamentos políticos ativos? As narrativas com as quais tem contato (sejam elas do Estado, do governo, da mídia ou da esfera cotidiana) estimulam seu envolvimento nestas questões?

O foco principal desta dissertação está em abordar as narrativas cotidianas, aquelas que ocorrem na esfera mais íntima da vida do indivíduo e que teriam o poder de influenciar suas decisões (inclusive políticas), permeadas por mitos, estereótipos e julgamentos de valor que vão ou não estimulá-lo a ter atitudes participativas.

Mesmo não se tratando de um estudo sociológico, nem puramente histórico ou ainda aprofundado na teoria do direito, é necessária, para o bom desenvolvimento do presente estudo, a interação com todas estas áreas.

Dessa forma, o presente trabalho está estruturado em quatro capítulos, sendo que, no primeiro deles trabalharemos mais profundamente a questão da democracia, discutindo a evolução do conceito desde seu surgimento até o seu uso atual, esclarecendo também o que entendemos por participação política. Nesse capítulo, discutiremos, ainda, as principais teorias que tratam das formas de estímulo e desenvolvimento da participação política, tais como as teorias sobre cultura, confiança, capital social, reconhecimento e *empowerment*².

No segundo capítulo, enfocaremos como a democracia desenvolveu-se em nosso país, partindo do conceito de cidadania e trazendo um apanhado sobre os instrumentos participativos existentes hoje no Brasil e garantidos por lei. Expomos, ainda, um resumo dos principais acontecimentos na história do Brasil, no contexto da República, ligados à questão da participação, comentando brevemente de que maneira eles se deram e que impacto tiveram no desenvolvimento e consolidação da nossa democracia, a fim de entender como toda esta carga histórica contribuiu para a construção de um imaginário social a respeito da temática, que influencia até hoje a forma como o cidadão se relaciona com o mundo da política.

No terceiro capítulo, entraremos mais profundamente na discussão da influência da memória e das narrativas na participação política. Abordaremos, primeiramente, a questão da

² “Termo foi utilizado inicialmente em países de língua inglesa, sobretudo os EUA. Os primeiros estudos sobre o tema que apareceram em língua portuguesa – traduções ou originais – traziam a grafia primitiva. Entre esses estudos, talvez o principal seja *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, de John Friedmann (1996). Após, passou-se a colocar o termo, já em português, entre aspas (como em Lisboa, 2000), que caíram conforme o vocábulo foi-se incorporando à língua, mesmo que ainda não se o encontre nos principais dicionários.” (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007, p. 487-488)

memória, os mitos, estereótipos, arquétipos e heróis, sempre direcionando as discussões para analisar a relação da memória com o envolvimento político. Depois, estudaremos a noção de esfera pública (HABERMAS, 2003) enquanto espaço de circulação destas narrativas. Trabalharemos também o conceito de opinião pública, uma macronarrativa resultante da “guerra de narrativas” existente no mundo da política. Por fim, veremos a posição que as narrativas cotidianas ocupam em todo este contexto.

No quarto capítulo, desenvolvemos uma pesquisa empírica baseada em entrevistas em profundidade onde se procurou confirmar a influência das variáveis levantadas na revisão bibliográfica na motivação para participar, dando especial atenção ao papel das narrativas cotidianas.

Por último, traçamos algumas considerações finais a respeito do trabalho realizado, fazendo uma amarração entre as ideias, as teorias abordadas e os resultados obtidos na pesquisa, a título de conclusão.

Capítulo 1 – Democracia e participação

Conforme citado na introdução, é comum a sensação de que ainda não vivemos em um país realmente democrático. Esta sensação, a nosso ver, é resultado de uma série de fatores que partem do desconhecimento do significado do termo “democracia” e do que está disposto em nosso ordenamento legal.

Por isso, neste primeiro capítulo, trataremos de esclarecer de que se trata a democracia, discutindo a evolução do conceito desde seu surgimento até o seu uso atual, abordando as formas democráticas possíveis e de que maneira elas se relacionam ou podem relacionar-se.

Esclareceremos também o conceito que vamos adotar para o termo participação política, tema central da presente dissertação.

A partir destes primeiros conceitos, faremos um apanhado das teorias que tratam da questão do engajamento e da participação, com isso procuramos entender quais são as razões que motivam (ou desmotivam) as pessoas a se envolver politicamente e participar.

Por que as pessoas não participariam da política? Dentre os motivos discutidos na literatura, destacam-se os seguintes: os cidadãos não participariam por falta de tempo para dedicar atenção aos temas públicos (GAMSON, 2011; LIPPMANN 1922, apud PORTO, 2007), por não ter interesse (DAHLGREN, 2010; PORTO, 2007, p. 29), por falta de oportunidade (GAMSON, 2011, p. 27), porque são individualistas e estão preocupados somente com a sua “vida microsocial” (GANS, 1988, apud GAMSON 2011, pag. 118), por sentirem-se incapazes para tal³ ou por aspectos culturais (ALMOND e VERBA, 1989).

E por que os cidadãos participariam? Gamson (2011, p.28) defende que a ação coletiva se desenvolve quando há três componentes presentes no enquadramento⁴ dado a questão: 1) a injustiça, isto é, a indignação moral; 2) a ação, a consciência de que é possível provocar mudanças por meio da ação coletiva; e 3) a identidade, ou seja, a noção de pertencimento a um grupo, a um “nós” em oposição a um “eles” com interesses e valores

³ Wedhausen (1999, apud WEDHAUSEN et al, 2006, p. 137-138) constatou, por meio de estudo de caso sobre um conselho de saúde, que os cidadãos se silenciam diante do chamado “discurso competente”, no qual, profissionais e autoridades fazem uso de uma narrativa técnica, o que pode levar à crença de que já que o usuário não sabe falar tecnicamente “deve ficar calado”.

⁴ “Enquadramentos são entendidos como marcos interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais.” (PORTO, 2007, p. 114)

diferentes⁵. Apesar de o autor trabalhar apenas a questão coletiva e não a individual, partiremos de sua teoria no debate que desenvolveremos neste capítulo.

1.1. Conceito

Segundo o dicionário Houaiss, a democracia é

1. governo do povo, governo em que o povo exerce a soberania; 2. sistema político cujas ações atendem aos interesses populares; 3. governo no qual o povo toma as decisões importantes a respeito das políticas públicas, não de forma ocasional ou circunstancial, mas segundo princípios permanentes de legalidade; 4. sistema político comprometido com a igualdade ou com a distribuição equitativa de poder entre todos os cidadãos; 5. governo que acata a vontade da maioria da população, embora respeitando os direitos e a livre expressão das minorias.

De acordo com a definição acima e, analisando a etimologia da palavra⁶, entende-se que a democracia é uma forma de governo centrada no povo, na qual o poder deve ser de todos os cidadãos.

Para Rousseau, na democracia, a lei deve ser ao mesmo tempo humana e geral, e os homens, encarados como iguais, “só obedecem agora a eles mesmos”, independentemente do governo que se quer adotar, o povo deve permanecer definitivamente soberano (PISIÉR, 2001, p. 113).

De acordo com Ober (2001, p. 191), a democracia diferencia-se de outros governos nos quais o poder está concentrado nas mãos de uma parcela da sociedade, como a aristocracia (“poder do excelente”) ou a plutocracia (“poder do rico”), representando o “poder do povo, dos cidadãos”.⁷

Norberto Bobbio (1998, p. 319) defende que, na teoria contemporânea da Democracia, existem três grandes tradições de pensamento. Na primeira delas, a teoria clássica (ou teoria aristotélica), há três formas de governo, a democracia (como governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania), a monarquia (como governo de um só) e a aristocracia (como governo de poucos). Já na teoria medieval (de origem romana), há a contraposição de uma concepção ascendente (poder supremo derivando

⁵ A respeito desta oposição entre o “nós” e o “eles”, Scherer-Warren (2006, p. 113) afirma que o “movimento social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia”.

⁶ Democracia é uma junção de “*demos*” que significa povo e “*kratos*” que corresponde a palavra poder.

⁷ Vale apontar que nem todos eram considerados cidadãos, durante muito tempo, mulheres, escravos, estrangeiros e analfabetos ficaram de fora desta classificação.

do povo) a uma concepção descendente da soberania (poder deriva do príncipe). Por fim, na teoria moderna (teoria de Maquiavel), as formas históricas de governo são duas: a monarquia e a república, e a democracia nada mais é que uma forma de república (a outra é a aristocracia).

Ainda segundo este autor, não é possível que todos os indivíduos de uma sociedade participem de todas as decisões tomadas, portanto há sempre alguém que decide pelos demais e o que legitima esta decisão é um conjunto de regras. Por isso, na concepção deste autor, quando falamos de democracia, devemos entendê-la como sendo “caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem *quem* está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais *procedimentos*” (BOBBIO, 1997, p.18).

Portanto, podemos entender que, apesar da ideia trazida pela definição do dicionário referir-se a uma tomada de decisões diretamente por parte do povo, a democracia pode-se dar por meio de representação, desde que observadas certas regras. Isto é, mesmo sem participação e decisão direta do povo, pode sim existir democracia.

É importante aqui abrir um parêntese para refletir a respeito do que foi dito sobre a falta de uma sensação de democracia no Brasil. Este sentimento pode estar fundamentado na falta de conhecimento das possibilidades democráticas, isto é, se o cidadão entender que só há democracia quando o povo exerce diretamente o poder, muito provavelmente classificará o Brasil como não democrático, uma vez que o modelo vigente em nosso país é de uma democracia representativa.

Esta concepção de que a democracia está atrelada à participação de todos os cidadãos vem do conceito da Grécia Antiga, mais precisamente de Atenas, onde existia a “ágora”, uma reunião em um lugar público na qual todos os cidadãos podiam apresentar propostas, fazer acusações, denúncias e participar das decisões que envolviam as questões de interesse coletivo (BOBBIO, 1997, p. 84).

De acordo com Hartog (2001, p. 89), o termo democracia significava na Grécia “poder do povo”, mas a palavra *demos* designava também “multidão”, o que levava os adversários da democracia a traduzi-la como “governo da multidão”, associando-a aos “maus” e aos “pobres”, a fim de denegri-la.

Estabelecida por Clístenes, em 507 a.C., em Atenas, a democracia finalizou um período de desordens marcado por conspirações, reformas e tirania de muitos legisladores, transformando de uma vez o espaço cívico, à medida que estendia os direitos de participação política a todos os cidadãos atenienses. (MOSSÉ, 1987, p. 9)

Para Hartog (2001, p. 90), “a história de Atenas não foi nem de longe exclusivamente democrática. Houve um antes e um depois.” O autor explica que a história de Atenas passou por diversas crises que contestaram e ameaçaram a democracia, levando esta última a necessidade de uma criação contínua.

Sólon, o reformista, conhecido como o homem da lei que considerava o rico e o pobre de maneira igual, tornou-se “pai” de uma democracia consensual, pacificada e comedida, objeto de identificação para os moderados (HARTOG, 2001, p. 92).

A igualdade ou isonomia no tratamento, nos direitos e no reconhecimento de todos os homens (posição de paridade) constitui a base da democracia e é a partir deste conceito que se pode chegar aos fundamentos da cidade grega: “espaço circular e centrado, organizado pelas noções de simetria, paridade, reversibilidade [...], publicidade...” (HARTOG, 2001, p. 93 e 94).

Para Pocock (2001, p. 99), a igualdade⁸ entre os cidadãos sofreu grande ênfase no conceito de liberdade de Aristóteles e Cícero. Este conceito teve grande importância durante os séculos XIV e XV, no norte e no centro da Itália.

Segundo Bouretz,

a democracia não é apenas uma forma jurídico-política construída como um compromisso razoável entre o impossível governo direto do povo em grandes nações e o ideal de autonomia do sujeito. Ela também é uma experiência da *liberdade compartilhada* que se preserva conseguindo manter a dimensão de um projeto, a representação de possibilidades de aperfeiçoamento das condições de vida dos indivíduos, dos grupos ou ainda das gerações futuras. (BOURETZ, 2001, p. 144, grifos no original)

Fundamental para o desenvolvimento do conceito de democracia foi a Revolução Americana⁹, ocorrida nos idos dos anos 1700. A partir dela, não mais se podia pensar a democracia e a política como resultado de manobras entre a monarquia, a aristocracia e o povo. A sociedade não era mais um conjunto de ordens e estados, mas um conjunto de indivíduos, como se pode compreender a partir das palavras de Wood:

O povo era soberano e forjava seus poderes concedendo temporariamente partes limitadas de sua soberania e concentrando o resto em suas mãos. Essa concepção da

⁸ “Se somos livres, os outros devem ser iguais, pois a liberdade reside no exercício da igualdade” (POCOCK, 2001, p. 98).

⁹ Foi a revolução americana a responsável por criar o que seria denominado de democracia representativa (que trataremos mais adiante) e também a ideia de federalismo, em que os poderes (da nação e do Estado) eram, em realidade, fragmentos do poder distribuído pelo povo (WOOD, 2001, p. 107).

soberania do povo permitiu aos americanos considerarem todos os elementos de seu governo [...] como representantes do povo (WOOD, 2001, p. 107).

Além do importante papel da Revolução Americana e de acordo com Pisier (2001, p. 109), o acontecimento fundador das democracias modernas foi a Revolução Francesa, que proclamou como princípio da república o governo “do povo, pelo povo e para o povo” (HARTOG, 2001, p. 90).

Durante a revolução, “a estrutura da organização política mudou sob o impacto da crescente participação e mobilização popular, a linguagem, o ritual e as organizações políticas assumiram, todos, novas formas e significados” (HUNT, 2007, p. 22).

Como dissemos, na ágora grega, aquele que era considerado cidadão podia participar diretamente dos debates e das decisões. A democracia nasceu, portanto, no modelo participativo direto e, no decorrer de sua evolução, surgiram outros modelos como a democracia representativa, cujas diferenças e combinações discutiremos mais ativamente na próxima seção.

Para encerrar este tópico, é interessante destacar a expressão de Claude Lefort (apud PISIER 2001, p. 110) que afirma que “a ‘invenção democrática’ é constantemente necessária”. Essa afirmação traz-nos a ideia de que a democracia teve uma grande evolução desde seu surgimento, ainda está em desenvolvimento e, em realidade, sempre estará.

1.1.1. Democracia participativa *versus* Democracia representativa

Mello (2007, p. 32) defende que uma esfera pública ideal¹⁰ e, portanto, democrática deve estar aberta à participação, universalizando o poder de decisão, que pode ser exercido diretamente ou por alguma forma de delegação legítima. Esta afirmativa aponta para duas possibilidades democráticas, a participativa (direta) e a representativa (indireta).

Ainda nos dias atuais, a democracia participativa é defendida por muitos autores como sendo a melhor forma de governo (BARBER, 2004; PATEMAN, 1970 e MACPHERSON, 1977, apud MENDES, 2004, p.76-77), na qual a participação figura como o aspecto central da prática política.

Bobbio (1998, p. 103) também destaca a importância da participação, à medida que sustenta que a democracia de um sistema político é avaliada a partir da real participação dos cidadãos na tomada de decisões, sendo que, nas democracias liberais, a participação é

¹⁰ Este assunto será abordado com mais detalhes no capítulo 3.

insuficiente porque, muitas vezes, segundo o autor, os indivíduos não são educados para tal participação.

Este ponto parece-nos especialmente interessante, pois os assuntos de política realmente não são abordados nas escolas, em nenhuma de suas fases, isto é, não há uma disciplina dedicada a tratar destas questões, auxiliando na construção de cidadãos que entendam seu papel na sociedade, conheçam seus direitos e deveres e, desta forma, tenham subsídios para saber como e quando participar dos assuntos públicos.

De acordo com Mendes (2004, p. 77), a democracia participativa justifica-se à medida que: constitui um argumento de aprofundamento democrático (apoiado na construção da cidadania e na ampliação do exercício político); contribui para a redução das desigualdades sociais e possui potencial educativo para a participação política, desenvolvendo capacidades sociais e políticas nos indivíduos.

O modelo participativo estaria baseado no estabelecimento de meios nos quais a participação dos cidadãos fosse possível, extrapolando os momentos eleitorais. Esta participação pressupõe uma abertura para a informação e para o diálogo com a população, para que as decisões sejam resultado de deliberação conjunta.

Aubert (2001, p. 201) define a democracia direta como aquela praticada em assembleias nas quais todos os cidadãos deliberam sobre questões comuns¹¹. O autor destaca que isso convém apenas a coletividades pequenas com apenas alguns milhares de habitantes.

A democracia direta, nos dias atuais, enfrentaria os desafios da grande quantidade de cidadãos que participariam, da extensão dos territórios e, diante disso, do tempo necessário para se chegar a alguma conclusão. Dessa forma, parece inviável nas sociedades contemporâneas adotar um modelo 100% direto.

Assim, na impossibilidade dos cidadãos dirigirem diretamente os negócios do Estado, a democracia representativa passou a existir e teve como expressão primeira os concílios católicos e os conselhos municipais, surgidos na Idade Média, que nada mais eram do que assembleias com caráter representativo (MAURANO, 2008, p. 21).

O sistema representativo, conforme conhecemos atualmente, teve sua origem no Magno Concílio inglês, institucionalizado em 1215, que era um órgão representativo e deliberativo com competência de efetuar a imposição tributária e apresentar petições ao rei (MAURANO, 2008, p. 21).

¹¹ Sobre deliberação, Habermas (2003) defende que este seria um modelo ideal de democracia, que ele chama de democracia deliberativa, na qual a legitimidade das decisões políticas viria do debate público, em que todos poderiam participar em condições iguais de participação.

O sistema representativo é considerado, então, uma forma de participação indireta da população nas decisões políticas, uma vez que, na impossibilidade de participar diretamente, o cidadão escolhe alguém para participar das discussões e tomar as decisões em seu lugar, por meio das eleições.

De acordo com o discurso rousseauísta, por melhores que sejam os mecanismos da democracia representativa, não se pode permitir uma “defasagem” muito grande entre o deliberante e o deliberado, isto é, entre quem decide e o que é decidido (PISIER, 2001, p. 116).

Apesar da adoção da democracia representativa por grande parte das nações na atualidade, a democracia direta tem sido constantemente reafirmada (OBER, 2001, p. 199).

Por outro lado, nos tempos atuais, parece pouco provável que consigamos obter novamente um espaço público no qual todos os cidadãos possam participar direta e livremente, e, mais ainda, que o resultado desta participação direta seja a governabilidade local. O que surge então é a possibilidade da combinação de práticas participativas com a democracia representativa.

Ao mesmo tempo em que o povo escolhe representantes e concede a estes direitos e poderes de decidir em seu nome, podem haver espaços de participação para que os cidadãos levem ao conhecimento de seus representantes, suas demandas, necessidades e opiniões a respeito das questões públicas ou para participar efetivamente das discussões, de maneira consultiva ou deliberativa.

No contexto atual de Estados com extensos territórios e grandes populações, a democracia direta, na expressão de Aubert (2001, p. 201), pode ser encarada com um “*plus* que vem somar-se à democracia representativa”.

De acordo com Santos (2002, p. 75), há dois modos de combinação entre a democracia participativa e a democracia representativa: a coexistência e a complementaridade. Na coexistência, o autor aponta que pode existir democracia representativa em nível nacional e participativa no âmbito local, enquanto que, na complementaridade, a relação seria mais profunda e implicaria na substituição de parte do processo de representação e deliberação pelo procedimentalismo participativo.

Tatagiba e Teixeira (2007, p. 18) também afirmam que a criação de mecanismos participativos poderia complementar a democracia representativa, ao invés de pensarmos em substituição.

Nas palavras de Sani (apud BOBBIO, 1998, p. 889), o

ideal democrático supõe cidadãos atentos à evolução da coisa pública, informados dos acontecimentos políticos, ao corrente dos principais problemas, capazes de escolher entre as diversas alternativas apresentadas pelas forças políticas e fortemente interessados em formas diretas ou indiretas de participação.

A questão da participação no processo decisório pode ter como resultado a corresponsabilidade sobre os resultados, isto é, como aquela decisão foi obtida por meios participativos e coletivos, a responsabilidade por seu resultado final é dividida entre representantes e representados, o ônus e o bônus são repartidos, num processo denominado “compartilhamento” (HASWANI, 2010, p. 97).

Entendemos, dessa maneira, que os processos participativos podem contribuir com a democracia representativa, a partir do momento que aproximam o representante do representado e assim aumentam as chances das opções, posturas e decisões dos governantes corresponderem às reais necessidades dos cidadãos que o elegeram, legitimando estas ações.

1.1.2. Participação Política

Antes de entrarmos no conceito da participação política, é importante conceituar o que entendemos por participação. Segundo o Houaiss, participação é o ato ou efeito de participar, sendo que participar significa: 1. fazer saber; comunicar, informar; 2. tomar parte em; compartilhar; 3. ter parte em; partilhar; 4. associar-se pelo sentimento ou pensamento (da dor, da alegria, do luto etc.); 5. apresentar natureza, qualidades ou traço(s) comuns; ser parte de.

Já a política, de acordo com Dallari, baseado no conceito de Aristóteles, tem a ver com a vida na “polis”, a vida em sociedade, as regras de organização desta vida e as decisões que as envolvem. Como o ser humano é um ser relacional desde sua origem, a participação política é algo inerente à condição humana. (DALLARI, 1984, p.7-8)

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (apud DALLARI, 1984, p. 26-27), a participação política é um direito fundamental de todos os indivíduos, que deve ser assegurado. Em seu artigo XXI, a Declaração defende que “expressar desejos e necessidades, construir argumentos, formular propostas, ouvir outros pontos de vista, reagir, debater e chegar ao consenso são atitudes que transformam todos aqueles que integram processos participativos” (apud MORONI, 2009, p. 112)

A participação política, portanto, implica envolver-se com as questões de interesse de toda a sociedade, emitindo opiniões e tomando posições a respeito destes assuntos, sejam eles de seu interesse particular ou de interesse comum.

As decisões, de acordo com Mello (2007, p. 31), referendam-se quando há nivelamento das informações disponíveis e participação dos envolvidos. “Não basta [...] ter acesso às informações circulantes. É preciso também falar e ser ouvido” (MELLO, 2007, p. 42). Aqui, destaca-se a necessidade e haver diálogo, interação, debate entre os cidadãos para efetivar a participação política.

Na acepção de Moreira Neto (1992, p. 56-57), a participação política é uma forma de exercer um poder que vai atuar sobre outras manifestações de poder, a fim de integrar, reforçar, alterar, inibir ou suprimir a ação do Estado.

Em seu trabalho, Dahlgren (2010) argumenta que, ao se falar sobre democracia, é comum destacar-se a esfera dos direitos, mas o autor procura fazer justamente o inverso: analisando quais elementos são necessários para que a democracia seja viável, ou seja, quais as “obrigações” do cidadão num contexto democrático. Engajar-se em questões públicas e participar em debates a fim de influenciar nas decisões políticas seriam formas do cidadão cumprir esses deveres.

Abre-se então a discussão a respeito da diferença desses termos. Engajamento e participação não devem ser tratados como sinônimos, uma vez que caracterizam duas fases diferentes. O engajamento seria a fase inicial que indica um processo de mobilização, funcionando como pré-requisito para a participação em uma ação. (DAHLGREN, 2010)

No conceito de Gomes, o engajamento cívico seria toda a atividade que expressa compromisso com a coletividade, ou seja, um sentido mais abrangente do que o da participação política, que estaria restrita à prática política institucional (GOMES, 2008a, p.226-227).

Este autor faz uma comparação entre os termos “político”, “civil” e “cívico”, sendo que o primeiro estaria ligado às instituições do Estado, o segundo à cidadania e o último seria mais abrangente e faria referência a tudo o que se relaciona com a “comunidade política” (GOMES, 2008a, p.229).

Já Dallari (1984), em seu livro “O que é participação política”, traz outro aspecto interessante analisando a participação política como sendo ao mesmo tempo direito e dever do cidadão. Direito, pois se todos os homens são iguais, não é certo que apenas alguns decidam enquanto a maioria está fadada a obedecer. Dever, porque sua omissão pode transparecer como concordância e fortalecer ainda mais o restrito grupo dominante e mais engajado nas decisões.

Este autor aumenta a abrangência do termo, destacando a importância de outros meios de participação além do momento eleitoral e faz uma classificação das formas de participação política que vamos brevemente citar, sintetizando suas definições.

Segundo Dallari, a participação política pode ser:

- individual, na qual o cidadão toma suas próprias decisões sozinho e utiliza-se de todas as oportunidades disponíveis para procurar conscientizar os outros e despertar para a participação;
- coletiva, que se dá por meio de integração em algum grupo social com os mesmos objetivos, cujos resultados são superiores aos das ações isoladas;
- organizada, aquela que define claramente seus objetivos, procurando tirar proveito dos recursos disponíveis e manter a continuidade das ações;
- eventual, que ocorre sem muito planejamento e organização, mas nem por isso torna-se menos importante;
- conscientização, relaciona-se com fazer as pessoas perceberem que os seres humanos são todos iguais e a todos eles é possível participar;
- organização, ligada ao ato de colaborar (com ideias ou meios materiais) para que as pessoas lutem por objetivos comuns;
- participação eleitoral, que engloba a função de eleitor, candidato e militante partidário;
- exercício de uma função pública, pois pode contribuir para o êxito ou fracasso de um governo;
- participação em reuniões, movimentos e associações, que implica reunir-se para trocar ideias, debater pontos de vista, defender ou promover interesses, visando exercer pressão sobre o governo e alcançar algum objetivo político;
- exercício de crítica, consiste em avaliar as questões para, a partir daí tomar suas próprias decisões (e influenciar outras) de maneira mais consciente.

Giacomo Sani (apud BOBBIO 1998, p. 888-9) define três níveis básicos de participação política: o primeiro deles é denominado de presença e é a forma menos intensa de participação, englobando comportamentos receptivos ou passivos, como, por exemplo, a participação em reuniões na condição de ouvinte ou a exposição voluntária a mensagens e propagandas políticas; o segundo nível é designado ativação e está relacionado com atividades voluntárias desenvolvidas dentro ou fora de uma organização política, como o envolvimento em campanhas eleitorais, propaganda e militância partidária, além de participação em manifestações de protesto; o terceiro nível de participação política é chamado

de decisão e refere-se a uma situação em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política, elegendo um representante político (delegação de poderes) ou se candidatando a um cargo governamental (legislativo ou executivo).

Dessa forma, entende-se que a participação política está sim relacionada às instituições do Estado, mas pode ser muito mais abrangente, referindo-se a diversas possibilidades de atuação do cidadão no contexto político da sociedade, sempre procurando influenciar os governantes a adotar posturas que possam corresponder às demandas da comunidade. Portanto, podemos entender que a participação política ativa contribui para o exercício pleno da democracia, entendida como a forma de governo em que a vontade do povo é soberana e norteia as decisões tomadas e a condução da coisa pública.

Mello (2007, p. 30) destaca que o fortalecimento das instâncias de debate e formulação de ações no âmbito da sociedade civil é importante para a legitimação de pleitos, para a influência nas decisões do Estado e para o compartilhamento de poder.

Fica claro, então, que a participação política vai muito além dos momentos eleitorais, é possível participar de diversas outras formas. Uma possibilidade não citada diretamente por Dallari é a *accountability*.

Quando não há possibilidade de combinação entre a democracia representativa e meios que permitam a participação da sociedade na deliberação e nas decisões públicas, por falta de abertura por parte dos governantes ou ainda pela falta de instrumentos institucionalizados que garantam a participação popular por lei, ainda há a possibilidade de tomar parte do governo por meio da *accountability*.

De acordo com Ceneviva (2007, p. 130), a *accountability* está ligada à fiscalização, controle e monitoramento dos agentes e organizações públicas por parte dos cidadãos. Por meio deste processo, não apenas o burocrata ou governante é responsável por seus atos, mas o próprio cidadão (por meio de organizações da sociedade civil ou não) pode funcionar como agente fiscalizador, acompanhando o trabalho executado e cobrando os agentes públicos por seus atos ou omissões.

Segundo Rolando (2011, p. 36 e 37), é no contexto da *accountability*, que os comunicadores públicos ganham importância e papel de destaque, pois trabalham como produtores de pontes entre o aparato estatal e os cidadãos, que permitem o acesso à informação, o diálogo e o controle social.

Oliveira (2009, p. 470, grifo da autora) colabora com esta tese quando afirma que “a conquista da *accountability* permitiria um avanço na efetivação da aliança entre governo,

empresas e sociedade civil, ainda carente de transparência, visibilidade e consistência para se tornar efetivas”.

Há sempre alguma forma, portanto, de participar, exercer o controle e garantir a supremacia do povo, mesmo com uma democracia essencialmente representativa.

Desta forma, entendemos que a participação popular é inseparável do governo democrático, uma vez que, mesmo em regimes predominantemente representativos, é possível que o cidadão participe, para além do momento eleitoral, acompanhando seus governantes durante seu mandato e cobrando deles posturas mais adequadas com relação à administração pública ou ao exercício dos demais poderes.

Entendemos ainda que, por mais que não haja alguma forma concreta de se estabelecer uma sanção para a postura inadequada observada durante o mandato, o exercício do voto consciente figura como poder inabalável do cidadão e uma espécie de “arma” que pode ser usada como ferramenta última da *accountability*, por meio da qual será permitida ou não a continuidade daquele governante no poder.

A respeito disso, circula hoje no mundo da política a possibilidade de se implantar no Brasil a prática do *recall* de candidatos eleitos. De acordo com Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal, o *recall* consiste na possibilidade de o eleitor voltar às urnas para destituir o candidato eleito, o que ajudaria a impor aos políticos eleitos uma responsabilidade com quem os elegeu¹².

1.2. Por que as pessoas (não) participam?

Fazendo uma analogia a partir do estabelecido por Gamson (2011) e somando suas conclusões às influências dos aspectos culturais defendidas por Almond e Verba (1989), entendemos que a participação política pode acontecer quando o cidadão reconhece a necessidade da mudança (motivada pelo sentimento de injustiça), tem consciência de que pode provocar estas mudanças (o que está um tanto ligado à questão da confiança), possui uma noção de identidade (fato este que se relaciona com o que é defendido pela teoria de capital social e pela teoria do reconhecimento) e está inserido em uma sociedade cuja cultura política é positiva.

Com base nesta linha de raciocínio, faremos uma revisão destas quatro teorias: a cultura, a confiança, o capital social e o reconhecimento, fechando a seção com uma discussão

¹² Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,joaquim-barbosa-defende-recall-de-candidatos-eleitos,1046908,0.htm>>. Acesso em: 29 Jul. 2013.

a respeito de como estas questões podem gerar o empoderamento dos cidadãos e, desta forma, influenciar sua maneira de lidar com as questões políticas e participar.

1.2.1. A teoria culturalista

David Easton, Almond e Verba (apud COLEN, 2010, p.2), precursores da abordagem culturalista, defendem que, tanto a socialização quanto a experiência com o regime têm grande influência nas atitudes dos indivíduos em relação à política.

Baquero (2003, p. 90) afirma que quase todos os clássicos da democracia – Tocqueville, Rousseau, Aristóteles, Platão – defendem a importância da cultura política, o que a coloca numa posição fundamental quando o assunto é entender os fenômenos de participação.

A cultura seria um fator de influência, que estimularia ou inibiria o envolvimento do cidadão nas questões públicas e sua participação em movimentos e organizações políticas (Rennó, 2001, p. 34), uma vez que a cultura “materializa-se em crenças, predisposições, motivações e normas de fazer as coisas de um povo” (BAQUERO, 2003, p.90).

A cultura política atual pode ser formada, segundo Colen (2010, p. 5), tanto com base nas experiências pré-políticas do período da socialização (como defende a perspectiva culturalista), quanto a partir da experiência das pessoas com as instituições políticas na fase adulta (perspectiva institucionalista).

Há dois tipos de culturas políticas, a cultura “submissa” e a cultura “cidadã”, sendo que na primeira delas o cidadão aceitaria o sistema político de maneira passiva, tendo pouca tendência para se comunicar e participar, enquanto que, na segunda, o papel do sujeito está intimamente relacionado com a participação ativa na política (LAGOS, 2000, p. 7).

A forma como a participação política se dá, na contemporaneidade, é então um reflexo de como ela se desenvolveu historicamente naquela sociedade.

Momentos de participação que obtiveram bons resultados, tais como alguns dos que citaremos no próximo capítulo, funcionam como um estímulo para o desenvolvimento do que podemos chamar de uma “cultura de participação”, cuja tendência é produzir novos eventos e ações coletivas que busquem a ampliação de direitos e atenção às demandas populares, formando um ciclo positivo e virtuoso.

Por outro lado (e da mesma forma), fatos históricos negativos, do ponto de vista democrático, como grandes manifestações fracassadas em seus objetivos, manutenção de

casos de corrupção, contravenção de normas ou subversão de direitos, podem ter efeito contrário, minando qualquer comportamento ativo ou criando apatia e cinismo nos cidadãos (conforme discutiremos na próxima seção).

Nos estudos mais atuais, a atenção das análises culturalistas tem-se voltado para os fatores históricos. Nos países latinos, permanecer em silêncio e dar ênfase às aparências teriam sido formas de sobrevivência diante do colonialismo (LAGOS, 2000, p. 2), estes traços, apontados pela autora como “gêmeos da desconfiança”, teriam permanecido até os dias de hoje, representando um elemento cultural que contribuiu para enraizar a desconfiança entre as pessoas e com relação às instituições do Estado.

O clientelismo, o personalismo e o patrimonialismo característicos da história política do Brasil foram assimilados pela cultura do povo, o que gera um comportamento passivo, apático, silencioso e pouco participativo.

De acordo com Baquero (2003, p.91), pesquisas desenvolvidas na área de cultura chegaram à conclusão que o legado histórico tem papel fundamental no surgimento e manutenção de uma cultura política fragmentada e silenciosa em nosso país.

Ainda para este autor, a teoria da cultura política defende que a confiança interpessoal e nas instituições políticas são pré-requisitos para a formação de associações que podem promover a participação política e o aperfeiçoamento da democracia.

Mishler e Rose (1997, p.418) reforçam essa ideia quando afirmam que tanto a cultura política (*early life socialization experiences*) quanto à avaliação do desempenho das instituições políticas são fatores relevantes de influência no nível de confiança política. Trataremos com mais cautela destas questões na próxima seção.

1.2.2. A questão da confiança

Para participar, é preciso confiar em si – e em sua “competência subjetiva” ou na eficácia política de suas ações (ALMOND e VERBA, apud LAGOS, 2000, p. 8) – no outro, nos governantes, nas instituições democráticas e na factividade da democracia.

Além de perceber a necessidade de participar para efetuar uma mudança em sua realidade, o cidadão precisa ter consciência de que é capaz de provocar esta mudança. Sobre isso, Gamson (2011, p. 27) afirma que acreditar que a mudança é possível é tão importante quanto entender que ela é necessária. Segundo ele, é possível entender a necessidade da mudança, sem, contudo, acreditar que é possível realizá-la.

Este “acreditar” expressa em termos práticos a questão da confiança. O cidadão acredita que sua participação terá alguma influência na decisão dos governantes? Ele confia que o governo é sério e procura mesmo representá-lo a fim de que suas necessidades sejam supridas? Ele acredita que as instituições democráticas funcionam? Ele confia em outros indivíduos da sociedade a ponto de unir-se a eles em prol de um objetivo comum?

Para Rennó (2001, p. 34), a existência de confiança está ligada ao nível de associativismo da sociedade e, por conseguinte, ao envolvimento político do cidadão e à estabilidade da democracia.

Do ponto de vista de Baquero (2003, p. 96), “a existência de confiança não só cria um ambiente de credibilidade e, conseqüente de legitimidade, como fortalece o contrato social”.

Das afirmativas destes autores, entendemos como está clara a estreita relação que a questão da confiança tem com o tema da presente dissertação.

Adiantando um pouco o conteúdo do capítulo 2, sabe-se que o Brasil é constituído formalmente como uma democracia e possui instrumentos que têm por objetivo garantir a participação da sociedade e a consolidação do regime, porém a utilização destes instrumentos está intimamente ligada com a confiança que os cidadãos têm em relação ao governo e às instituições.

De acordo com Miguel (2010, p. 238), “o descrédito se generaliza no momento em que não é mais possível atribuir as falhas de responsividade do sistema à ausência de direitos formais de participação”. Assim, o fato de existir uma ordem democrática de direito e não de fato pode acabar funcionando como um tiro que sai pela culatra, ao invés de estimular a cidadania, o engajamento e a participação, mina esses comportamentos, fadando-os ao descrédito.

Para além de sua importância como motivadora da participação, a confiança também pode contribuir com a eficiência e eficácia dos governos, uma vez que, se estes possuem a confiança dos cidadãos que representam, isto os legitima a tomar atitudes e decisões sem a necessidade de consultar a cada ação (MISHLER; ROSE, 1997, 418-419), aumentando a agilidade e governabilidade.

Na realidade, de acordo com Putnam (1997, apud REIS, 2003, p.38), é assim que funciona o círculo virtuoso provocado pela confiança, à medida que ela existe, favorece os mecanismos de cooperação entre os cidadãos, facilitando o desempenho das instituições

políticas, cujo bom resultado, por sua vez, retroalimenta o ciclo, aumentando ainda mais o nível de confiança (o “círculo virtuoso democrático”).¹³

A confiança política seria mais um comportamento do que uma atitude, pois resulta de uma avaliação passiva dos resultados das instituições políticas quanto à expectativa de seu desempenho e não acaba essencialmente em uma ação (EASTON, 1965; EASTON, 1975; apud SCHWARS-BLUM, 2006, p. 299).

A confiança está, portanto, atrelada a uma expectativa, isto é, uma concepção inicial do que deveria ser feito por aquela pessoa, instituição ou governante, geralmente referenciada em suas atuações passadas, o que a relaciona com a questão histórica e de cultura debatida anteriormente.

A confiança pode ser resultado das narrativas que circulam nas esferas privada e pública oriundas de vários pólos (mídia, governo, Estado, etc.), é com base nessas histórias e discursos que se constrói uma sociedade que confia nos outros, nos governantes e nas instituições.

Da mesma forma, o fato de existir confiança tende a gerar narrativas positivas que contribuiriam para o estímulo à participação e para o fortalecimento da democracia.

A noção de confiança vem sendo estudada por uma série de áreas do conhecimento, tendo sido utilizada para designar uma grande variedade de fenômenos sociais e políticos, sendo trabalhada desde a psicologia social, passando pelas correntes sociológicas até as teorias políticas (MOISÉS, 2005, p.38-39).

No ramo da psicologia, a confiança vem sendo estudada como um traço de personalidade dos indivíduos que pode gerar uma disposição para o convívio social. Já para a sociologia, a confiança entre as pessoas funciona como um elemento propulsor de “ciclos virtuosos de desenvolvimento social e econômico” (FUKUYAMA, 1995 apud MOISÉS, 2005, p.39).

Do ponto de vista político, o conceito vem sendo trabalhado pelas teorias de cultura política e de capital social, procurando estabelecer uma conexão entre a confiança e a consolidação do regime democrático (MOISÉS, 2005, p.39).

¹³ Esse vínculo entre a confiança e a efetividade da democracia foi descoberto pela ciência política e chamado de “paradoxo democrático” (DAHL, 2000, apud MIGUEL 2010, p. 223) ou de surgimento dos “cidadãos críticos” (NORRIS, 1999, apud MIGUEL 2010, p. 223). Segundo estas teorias, os cidadãos mais engajados no regime democrático e que estimam seus valores, tornaram-se descrentes nos mecanismos institucionais dos quais sua consolidação depende. Segundo Norris, esta descrença não ofereceria perigo à democracia, mas funcionaria como instrumento para o aprimoramento do regime (1999, apud, COLEN, 2010, p. 3-4).

Moisés explica de que maneira a questão da confiança pode se relacionar com a estabilidade do regime democrático:

O fato de as pessoas confiarem umas nas outras – e, dessa forma, também em autoridades e em lideranças políticas – funcionaria como um elemento facilitador para que os membros da comunidade política ou de grupos específicos adotassem formas de ação comum capazes de gerar, no primeiro caso, virtude cívica reforçadora do sistema democrático e, no segundo, a acumulação de experiência necessária à produção de benefícios particulares esperados pelos grupos envolvidos (MOISÉS, 2005, p.39).

O fortalecimento da democracia está ligado com o envolvimento dos cidadãos nas questões políticas, por meio da participação. Só por meio da participação, levando as demandas populares ao conhecimento das instituições e governantes, é que a democracia poderá atingir seu objetivo de atender as necessidades e interesses do povo, que deve ser soberano.

Esta participação, como comentamos, está intimamente relacionada com a confiança que os cidadãos alimentam em relação às instituições democráticas e aos governantes¹⁴. Para confiar numa instituição, os cidadãos analisam sua *performance*, mas também a “consistência e coerência internas de suas normas, mais do que as avaliações estritas do comportamento individual dos seus gestores e administradores” (MOISÉS, 2005, p.42).

A análise do desempenho da instituição se dá não apenas por contato pessoal, mas também e, muitas vezes principalmente, por meio das narrativas que circulam a respeito daquele órgão ou político.

Por questões históricas e culturais – como poderemos inferir a partir dos exemplos que citaremos no capítulo 2 – a desconfiança muitas vezes supera a confiança com relação aos governantes e instituições.

Hardin (1999, p. 23 - 24) traz uma explicação possível para a falta de confiança que os cidadãos têm em relação ao governo: segundo ele, os cidadãos podem não conhecer o necessário sobre as instituições para ter elementos suficientes e serem capazes de decidir se elas são ou não confiáveis, uma vez que ter confiança significa que se tem informações suficientes sobre aquela pessoa ou instituição, principalmente a respeito de suas intenções em relação ao outro.

¹⁴ De acordo com Rennó (2001, p. 23) “A ausência de confiança [interpessoal] parece afastar os indivíduos da busca por soluções institucionais para seus conflitos diários de interação”.

Ainda segundo este autor Hardin (1999, p. 24), as condições que geram desconfiança são mais fáceis de encontrar do que aquelas que geram confiança, como exemplo, podemos citar os eventos de escândalos de corrupção e abusos de poder, tão abundantes em nossa realidade atual, que funcionam como um forte elemento na geração da desconfiança.

A comparação entre a disponibilidade de fatores que levam à desconfiança e a dos que levam a confiança remete à máxima popular que defende que a confiança seria como o cristal, que caso quebrado é quase impossível de ser consertado e mesmo se o for, sempre restarão sinais do que aconteceu. Dessa forma, tem-se a ideia de que os fatores de desconfiança perpetuam-se mais no tempo do que aqueles geradores de confiança.

A memória política do país carrega tantos momentos de quebra de confiança que, mesmo que muitos dos cidadãos não lembrem com detalhes os acontecimentos, fica enraizada na cultura do povo a desconfiança com relação à classe política. O desafio é, então, não apenas apresentar elementos geradores de confiança, construindo narrativas positivas, mas diminuir a geração de fatores que levam à falta dela, eliminando as narrativas negativas.

Tudo isso remeteria à criação de uma imagem da pessoa/instituição. Segundo Nassar (2009, p.292), “o tema complexo da confiança se apresenta como elemento que solidifica a credibilidade da organização diante de empregados, consumidores [cidadãos], entre outras redes de públicos fundamentais”.

Além disso, num contexto como o latino-americano, onde as desigualdades sociais são muito acentuadas, “a percepção de que o sistema político e o sistema econômico beneficiam diferencialmente os indivíduos pode levar a uma sensação de que as instituições não são confiáveis” (COLEN, 2010, p. 5).

Historicamente, a falta de confiança no governo teve origem no final dos anos 60, um período em que os Estados não puderam suportar as demandas do crescente número de grupos mobilizados que existiam, já que não possuíam recursos para atender todas as reivindicações. Este quadro acabou gerando frustração na sociedade e uma ideia de ineficiência do governo (HUNTINGTON, 1975 apud MIGUEL, 2010, p. 225).

No Brasil, a confiança dependeria não apenas do funcionamento das instituições democráticas, mas também, como já apontamos, da cultura política do país (MOISÉS, 2010, p. 79), que carrega fortes influências do período autoritário, das experiências de participação vividas, de uma tradição clientelista, personalista, paternalista, assistencialista, da herança deixada por períodos históricos do populismo, entre outros eventos e períodos marcantes na história política brasileira.

De acordo com Miguel (2010, p. 223), os políticos são vistos como não confiáveis, pois carregam a ideia de serem pessoas que se interessam apenas por suas próprias necessidades e procuram utilizar de sua posição política para obter benefícios pessoais.

O nível de confiança no governo e nas instituições pode, segundo resultados de algumas pesquisas realizadas na área (LAGOS, 2000; LOPES, 2004; SCHWARS-BLUM, 2006; COLEN, 2010), ser influenciado por outros fatores, como a “idade” do novo regime, o interesse por política, o otimismo em relação ao futuro, o contexto político e econômico e o nível de satisfação com a democracia. Além disso, o fato de o cidadão conseguir eleger a figura em quem votou pode ter influência, uma vez que estes eleitores, chamados “ganhadores”, tendem a confiar mais no governo, hipótese colocada por Norris e confirmada em pesquisa por Colen (2010, p. 7 e 19).

Em um estudo realizado a partir de informações do Latinobarômetro¹⁵ de 2005, Colen (2010) pode verificar que a avaliação de *performance* das instituições é um fator chave na geração de confiança, tanto do ponto de vista da criação e implementação de políticas públicas quanto do combate à corrupção.

Na realidade, a confiança (ou desconfiança) em relação às instituições é resultado de dois critérios: o normativo e o de desempenho (PONTE, 2006, p.280). O normativo relaciona-se com o que a instituição deve fazer de acordo com suas regras e normas, enquanto que o de desempenho refere-se ao histórico do que ela tem feito, ou à *performance* como colocado por Colen. Assim, entende-se que para haver confiança é preciso, antes disso, ter informações a respeito das atribuições daquele órgão/cargo político para depois comparar com o desempenho e julgar se é ou não digno de confiança.

A falta de confiança no governo acaba por gerar alguns comportamentos específicos nos cidadãos, como o determinado por Eliasoph (1991, apud GAMSON, 2011, p. 45) com o termo “chique cínico”, que seriam pessoas que procuram ficar distantes do mundo da política, “absolvendo-se” da responsabilidade em relação à corrupção.

A questão da falta de confiança é retratada, também, na hipótese da “espiral do cinismo” (que funciona de forma semelhante à “espiral do silêncio”¹⁶), segundo a qual há um círculo vicioso entre a cobertura da imprensa, as expectativas dos cidadãos e o

¹⁵ Latinobarômetro é um estudo de opinião pública que aplica anualmente cerca de 19 mil entrevistas em 18 países da América Latina, representando mais de 400 milhões de habitantes, disponível em www.latinobarometro.org.

¹⁶ A “espiral do silêncio” defende que as pessoas, por medo do isolamento social, tenderiam a silenciar posições dissidentes, adaptando-se às opiniões predominantes. (NOELLE-NEUMAN, 1993; apud MIGUEL, 2010, p. 226)

comportamento dos políticos, sendo que o cinismo de um fortaleceria o cinismo dos outros. Os políticos abririam mão de esforçar-se pelo bem público já que sempre são taxados como individualistas e oportunistas, os jornalistas fariam uma cobertura focada nesta perspectiva, pois sabem o que seus leitores esperam e os cidadãos, por sua vez, confirmariam sua ideia inicial tanto nos eventuais encontros com os políticos quanto na cobertura da imprensa (CAPPELLA e JAMIESON, 1997; apud MIGUEL, 2010, p. 226-227).

O trabalho de Gamson (2011), em seu livro “Falando de Política”, traz evidências deste cinismo sobre a política e o governo. Parte significativa das conversações analisadas pelo autor demonstra a ideia da impossibilidade da participação popular alterar a vida cotidiana da sociedade.

Desta forma, entendemos que, seja por questões históricas que ao longo dos anos foram depositando-se no inconsciente das pessoas e formando uma cultura política, seja por experiências recentes, a confiança (ou a falta dela) influencia na maneira do cidadão lidar com a questão da participação, atuando de maneira direta em sua decisão por ter um comportamento político ativo ou não.

Uma explicação válida para a crescente falta de confiança nos políticos é apresentada por Meyrowitz (1985, apud MIGUEL, 2010, p. 230), segundo o qual, o excesso de informação que os cidadãos têm hoje das figuras políticas, causado em grande parte pelos meios de comunicação que mostram seus comportamentos de “retaguarda”¹⁷, revela uma face muitas vezes negativa das figuras públicas. Esta explicação ajuda-nos a entender o conceito do senso comum de que os “políticos de antigamente” parecem ser melhores do que os da atualidade e por que é comum se ter mais confiança nas instituições locais próximas do que em nível nacional (tem-se contato pessoal com aquelas enquanto com estas o contato é pela mídia).

Apesar deste viés “negativo” do excesso de informações a respeito do mundo político, parece-nos fundamental para a democracia que haja cada vez mais informação sobre governantes, instituições e seus resultados, para que, assim, os cidadãos tenham elementos suficientes para analisar seu desempenho e a partir daí exercer seu papel de *accountability*. Acreditamos que lidar com o excesso dessas informações é um aprendizado importante pelo qual os cidadãos devem passar a fim de conquistar posições mais ativas e democráticas.

¹⁷ Comportamentos de “retaguarda” seriam aqueles que não costumam ser expostos ao público, sendo reservados a situações restritas a integrantes de um mesmo grupo ou ao círculo íntimo de indivíduo (MIGUEL, 2010, p. 231)

Neste ponto, podemos também observar um lado positivo da desconfiança. Sem a desconfiança com relação aos políticos e às instituições democráticas, não haveria motivação para acompanhar o trabalho destes órgãos e fiscalizá-los, e assim exercer a *accountability*. Dessa forma, a desconfiança é necessária em contextos nos quais o funcionamento das instituições ainda não é pleno e as relações entre os sistemas são conflitivas (Ponte, 2006, p. 279).

Um estudo realizado por Rennó (2001), baseado em informações do Latinobarômetro de 1996, procurou verificar a relação entre a confiança interpessoal e as formas de participação. De acordo com suas conclusões, a influência da confiança é muito mais expressiva na participação política do indivíduo – entendida como aqueles que trabalham em partidos políticos ou em questões comunitárias e os cidadãos que tentam convencer os outros de suas convicções políticas – do que em seu envolvimento em associações cívicas, contrariando o que a teoria de capital social defende (como veremos no próximo trecho).

Sua principal conclusão é de que o teste empírico realizado não conseguiu comprovar plenamente o que é defendido pela teoria, demonstrando uma influência variável no comportamento político (dependendo do contexto) e mais significativa em questões como obediência às leis, igualdade legal e honestidade dos cidadãos. Baquero (2003, p.96) afirma que a dificuldade em encontrar evidências empíricas que sustentem a teoria pode estar mais ligada à forma como se mede a confiança e o capital social do que à fragilidade teórica dos conceitos. Dessa forma, pode-se entender que a confiança não pode ser tratada como única questão de influência no envolvimento do cidadão nas questões públicas, porém apresenta certo nível comprovado de relacionamento com o comportamento político.

Para concluir, pode-se afirmar que o conceito de confiança pode ser aplicado à questão da participação popular sob duas perspectivas diferentes. A primeira delas é a de que se não há confiança nos políticos e nas instituições e se não há confiança de que iniciativas de participação podem surtir efeitos reais, com a consideração do resultado do debate público na tomada de decisões por parte do governo, não há razão para participar. A segunda perspectiva relaciona-se à formação de grupos ou redes como etapa anterior à ação coletiva, que acaba comprometida pela falta de confiança entre os indivíduos, como trataremos com mais cautela na próxima seção.

1.2.3. A participação e o capital social

Putnam e Gross (2002, apud BAQUERO, 2003, p. 92) afirmam que a existência de instituições formais não é suficiente para solucionar os problemas econômicos, políticos e sociais, seria necessário fortalecer as redes de solidariedade no seio da sociedade, conforme preconizam as teorias a respeito do capital social.

A noção de capital social foi introduzida no âmbito dos estudos sociológicos por James Coleman, sociólogo da Universidade de Chicago (GOMES, 2008a, p. 222) e foi inicialmente aplicada ao contexto social da educação.

É praticamente consenso entre os autores contemporâneos desta temática que o conceito de capital social padece de uma excessiva polissemia (BAQUERO, 2003; GOMES, 2008a, p. 222), aqui tentaremos fazer um apanhado das definições existentes, procurando encontrar seus pontos em comum. Segundo Gomes, não há precisão nas definições existentes na literatura se o capital social é algo que decorre das conexões entre as pessoas ou se se trata da própria conexão em si (GOMES, 2008a, p. 223-224).

Capital social, segundo Putnam, pode ser definido como “características das organizações sociais, de tal forma que são as redes, as normas partilhadas e a confiança que facilitam a coordenação visando o aproveitamento mútuo” (PUTNAM et al., 1993; apud MATOS, 2009a).

Para Fukuyama (2002, p. 155), capital social é “um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Se esperam que os outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança age como lubrificante levando qualquer grupo ou organização a funcionar com eficiência”.

Para Pierre Bourdieu (1980, apud MATOS, 2009, p. 35), o capital social envolve inter-conhecimento e inter-reconhecimento e significa que os indivíduos podem utilizar sua participação em grupos ou redes como ferramenta para atingir objetivos e conquistar benefícios.

Assim, entendemos que a noção de capital social fundamenta-se nas relações interpessoais e está ligada a grupos sociais que partilham de normas, confiança e reciprocidade, a fim de atingir objetivos comuns e coletivos.

Na concepção de Gomes (GOMES, 2008a, p.222), a existência de fortes conexões sociais envolvendo os membros da comunidade, com confiança e reciprocidade, aumenta as

chances de sucesso das ações dos indivíduos e da comunidade junto às instituições políticas e sociais, o que mostra a importância do capital social na efetividade da participação política.

O capital social propicia a formação de associações e redes que procuram não apenas atender às demandas negligenciadas pelo Estado, mas também (ou até principalmente) exercer pressão sobre o assunto a fim de influenciar a pauta política e exercer a fiscalização de suas atividades (*accountability*). Buscando assim “democratizar o Estado e a sociedade ao mesmo tempo em que os fortalece” (BAQUERO, 2003, p. 86).

Dentro destas redes formadas pelo capital social, há uma grande geração de narrativas sobre política que funcionam como alimento para o envolvimento político daquelas pessoas, fazendo com que a esfera do público/político adentre na vida cotidiana dos indivíduos.

Essas redes sociais, segundo a visão de Baquero (2003, p. 86), têm sido encaradas como potenciais geradoras de soluções para a crise econômica, para crescimento da pobreza e para a exclusão social.

Em realidade, o associativismo é a busca por redes de cooperação que possam atender os interesses da sociedade e surge como produto de uma estrutura formal ineficaz, recheada de escândalos de corrupção e momentos de supressão de direitos.

A confiança entre os membros de um grupo é fundamental para que se forme uma rede social que possa seguir em prol de interesses coletivos (BEVORT e LALLEMENT, 2006; COLEMAN, 1990; NORRIS, 1996; PUTNAM et al., 1993; apud MATOS, 2009a). A confiança seria, então, a chave do capital social, carregando o poder de determinar de que forma os indivíduos irão associar-se e engajar-se nas questões públicas.

Apesar de já termos dedicado uma seção deste capítulo exclusivamente para tratar da confiança, voltamos a esta questão, agora com o foco voltado para sua relação com a interação entre os indivíduos e a formação do capital social.

A confiança social determinaria a relação não apenas dentro do círculo de amigos e da família, mas também com estranhos, que se aproximariam na condição de concidadãos e integrantes da mesma comunidade política. De acordo com Moisés, confiar em estranhos implicaria numa disposição para atuar em prol de objetivos coletivos, extrapolando o interesse individual (MOISÉS, 2005, p.40).

A confiança funciona como um reforço à ação coletiva, minimizando comportamentos oportunistas e individualistas ao mesmo tempo em que incentiva empenhos coletivos (PUTNAM, 1993, p.103 apud RENNÓ, 2001, p. 3).

Por outro lado, o ato de confiar não basta para determinar o resultado da interação, trata-se de uma aposta de que os interesses comuns bastariam para garantir que o resultado funcione em prol da coletividade. Para assegurar esta questão, seria necessário haver um *encapsulamento de interesses* das partes envolvidas para que não haja abuso da confiança¹⁸.

Baquero (2003, p.86) defende que a democracia requer um mínimo de capital social já que a confiança entre os cidadãos resultante das formas de associação alimentaria a confiança no governo e nas instituições.

Na relação existente entre os estoques de capital social e as formas de participação política, podemos enxergar alguns aspectos negativos. Se entendermos o capital social como um elemento produtivo que permite que a sociedade forme grupos focados em objetivos comuns, é fácil imaginar quais seriam estes aspectos. Estes grupos podem focar-se de tal forma em suas próprias necessidades que acabam sendo tomados por um isolamento do resto da sociedade, canalizando sua cooperação somente dentro dos limites do próprio grupo, seja reivindicando benefícios individuais (ex.: grupos fechados, formados por familiares e amigos), seja na busca de objetivos que não visem o bem comum e sejam danosos ao resto da população (ex.: máfia).

Outro aspecto negativo que pode se desenvolver a partir do capital social refere-se ao observado em algumas das organizações formadas pela sociedade civil que passaram por um nível de estruturação e profissionalização que acabou aproximando suas atividades às dos partidos políticos, funcionando muito mais como representantes e intermediárias de interesses entre a sociedade e as instituições políticas do que espaços reais de participação e deliberação. Este tipo de associação em nada contribui para a geração de estoques de capital social e no estímulo a comportamentos políticos mais ativos por parte dos cidadãos. A profissionalização prejudica a cooperação e interação de indivíduos comuns (GOMES, 2008a, p. 237-238 e 245).

O capital social pode ter, ainda, outra consequência negativa referente ao relacionamento entre o cidadão e as instituições convencionais da democracia, uma vez que as associações acabam se tornando interlocutores efetivos, sendo mais procuradas, acessadas e confiáveis do que a democracia formal (BAQUERO, 2003, p.87).

Por outro lado, o fato de participar de grupos e associações desenvolve no cidadão comportamentos democráticos como tolerância, cooperação, saber ouvir, capacidade de arguição e organização de ideias, entre outras, que podem colaborar com a postura cidadã

¹⁸ Como tratam os defensores da escola da escolha racional, de acordo com Moisés, 2005, p.39.

destes indivíduos que participam de associações, contribuindo indiretamente para o fortalecimento da democracia.

Além disso, participar de grupos e associações traz as questões públicas e políticas para dentro da vida das pessoas, diminuindo o distanciamento com que estas questões são muitas vezes encaradas, como sendo algo externo, separado e desconectado da esfera privada, do dia a dia.

O papel do capital social com relação à participação política destaca-se, principalmente, no que diz respeito à articulação da ação coletiva e de seu poder de pressão junto aos governos ou instituições, para Gomes: “não há dúvida da importância do capital social para a ação coletiva” (GOMES, 2008a, p. 225).

Se pensarmos nas motivações antes comentadas para que o indivíduo adote um comportamento político ativo (ver início deste capítulo), o capital social aparece com destaque. Explico: como falamos, se o indivíduo deseja envolver-se numa questão pública (motivado pelo fator injustiça, por exemplo) é preciso que ele acredite que aquela contribuição que está prestes a fazer tem potencial de surtir algum efeito real. Por mais que não haja confiança plena nas instituições e governantes, acredita-se que a manifestação de um grupo é mais forte do que a ação individual, isto é, que um grupo de pessoas tem maior capacidade de pressão sobre o governo do que o indivíduo isoladamente¹⁹. Sendo assim, a ação coletiva mostra-se como principal alternativa e, como vimos, seu surgimento está intimamente ligado à noção de pertencimento a um grupo, o que tem maior probabilidade de acontecer em sociedades com altos estoques de capital social.

As associações formadas como manifestação do capital social presente na comunidade permitem a inclusão política dos cidadãos por vezes marginalizados pelas instituições formais. A possibilidade de participar e expor suas ideias no debate permite que mesmo aqueles que defendiam pontos de vista que não foram acatados – o “lado perdedor” (BAQUERO, 2003, p. 89) – não questionem o resultado, pois este é produto de debate público, portanto possui legitimidade.

Além disso, a interação das pessoas nestes espaços públicos permite que sejam geradas solidariedade e identidades comuns, que acabam articulando de tal modo os grupos sociais que estes passam a agir como sujeitos políticos coletivos (MORONI, 2009, p. 112).

¹⁹ “Nos povos democráticos [...] todos os cidadãos são independentes e frágeis; quase nada podem sozinhos e nenhum dentre eles seria capaz de obrigar seus semelhantes a lhe emprestar seu concurso. Por isso, caem todos na impotência, se não aprendem a se ajudar livremente” (TOCQUEVILLE, 1987, p. 392; apud BONFIM E SILVA, 2003, p. 117-118).

De acordo com Baquero (2003, p. 102) e conforme já apontamos anteriormente, estas associações funcionam como um processo de socialização com efeitos educacionais sobre seus participantes, desenvolvendo neles habilidades de debate e consenso e ensinando conceitos ligados ao funcionamento das instituições públicas e aos mecanismos de participação e influência possíveis, estimulando seu interesse nas questões públicas. Assim, as associações possuem um papel fundamental no desenvolvimento cívico dos cidadãos, preparando-os e formando-os para a democracia.

Por outro lado, o agrupamento de indivíduos em associações permite também que eles tenham mais força junto aos governos no sentido de ter suas demandas atendidas e defender-se do abuso do poder político, fiscalizando mais efetivamente a ação dos governantes (GOMES, 2008a, p. 239), conforme já mencionamos.

Dáí depreende-se a importância da relação entre as associações constituídas e as instituições formais do Estado, pois o resultado dos debates realizados deve ser, de alguma maneira, considerado pelo sistema político, correndo-se o risco de, na não assimilação, haver uma desmotivação geral dos participantes nos próximos encontros.

Porém, é importante destacar que o papel do capital social não é apenas gerar participação política, este é apenas um efeito possível de sua existência, que está muito relacionada também, como vimos, ao fortalecimento das relações entre os indivíduos gerando confiança mútua e reciprocidade. De acordo com Putnam, há formas de participação política (como doações de campanha) que não geram capital social e formas de capital social (como tomar café com um amigo) que não geram necessariamente participação política (GOMES, 2008a, p. 230). Voltaremos com mais cautela a esta questão da esfera íntima e cotidiana e sua relação com a participação no terceiro capítulo.

O capital social tem o poder de expandir-se e multiplicar-se para além de seus limites. Comunidades ou grupos ricos em capital social podem influenciar esferas maiores e estimular o crescimento de um capital social em grau semelhante nelas. Assim, igrejas e associações poderiam estimular a política e a economia da sociedade na qual estão inseridas (GOMES, 2008a, p. 224).

Nas palavras de Gomes: “quanto mais se usa o capital social, mais forte ele se torna, valendo também o contrário disso – quando não é ativado, o capital social atrofia” (GOMES, 2008a, p. 224).

Dessa forma, entendemos que as sociedades com alto grau de capital social têm mais possibilidade de apresentar quadros participativos, com cidadãos mais envolvidos nas

questões públicas. Mas não se pode perder de vista que o capital social, por si só, não é um fator democratizante. É necessário haver figuras mediadoras dos interesses apresentados a fim de que prevaleça o bem comum, alinhando os interesses pessoais ao interesse geral, dentro destas associações e no contexto mais amplo da sociedade.

Para Baquero (2003, p.94): “do ponto de vista ideológico, [...] o capital social pode ser o *empowerment* da cidadania, o pluralismo e a democratização”. Discutiremos melhor a questão do empoderamento (*empowerment*) cidadão na última seção deste capítulo.

1.2.4. A participação e a teoria do reconhecimento

Conforme dissemos na abertura deste capítulo, a motivação para participar está, muitas vezes, ligada à existência de um fator de injustiça que pode funcionar como propulsor para uma busca por mais direitos e por uma posição mais igualitária conquistada por meio de um posicionamento político. Dessa forma, parece fundamental trabalhar a teoria do reconhecimento e da redistribuição que lidam com as questões de injustiça, conforme veremos nesta seção.

De acordo com Bouretz (2001, p. 149), apesar da liberdade e a igualdade fazerem parte do imaginário democrático, o indivíduo requer que se considere suas particularidades, sua especificidade no interior do espaço social,

o sujeito humano não se constitui apenas pela afirmação de sua subjetividade, buscando existir na consciência do outro, o sujeito político quer ser levado em consideração como particular pelas instituições, para além do exercício e uma liberdade jurídica formal (BOURETZ, 2001, p. 149).

Segundo Honneth (apud PINTO, 2008, p. 42), os episódios de lutas proletárias sempre estiveram associados à identificação da injustiça como desrespeito e foi esta sensação que motivou as pessoas a se unir e se posicionar a fim de conquistar mais direitos e melhores condições.

Ainda segundo este autor (2007, p. 81), desde a Grécia Antiga existe a ideia de que “somente as pessoas cujas ações encontram aceitação social dentro da *polis* podem levar uma boa vida”.

Neste contexto, inserem-se os conceitos trabalhados pela teoria do reconhecimento, segundo a qual o indivíduo precisa desenvolver um auto-reconhecimento a partir de uma

noção de estima social (HONNETH, 2007) ou, ainda, precisa adquirir um status de reconhecimento (FRASER, 2007), conforme explicaremos mais claramente a seguir²⁰.

Ventura (2011, p. 169) também trata da relação que há entre a teoria do reconhecimento e o envolvimento em lutas sociais e defende que a ausência de formas de reconhecimento, a falta de respeito ou estima são fontes permanentes de motivação para a luta social pelo reconhecimento e pela afirmação da identidade, o que, de acordo com o prisma da presente dissertação, tem ligação direta com a questão do envolvimento político do indivíduo.

Isto é, o indivíduo que não se sente reconhecido pela sociedade na qual está inserido desenvolve um sentimento de injustiça que o motiva a participar das questões públicas e políticas a fim de conquistar seu espaço, na maioria das vezes por meio dos movimentos sociais.

Estes conflitos sociais são, na visão de Mendonça (2007, p. 170), buscas interativas pela consideração intersubjetiva de sujeitos e coletividades, assim, seu objetivo final é o reconhecimento.

Pinto (2008, p. 36) apresenta um ponto de vista interessante quando defende que o reconhecimento visto como auto-reconhecimento é fundamental para a construção do sujeito da ação na luta social, uma vez que só existe o dominado contra a dominação se este se reconhecer como tal, ou seja, é necessário que o sujeito entenda sua posição de injustiçado diante de uma realidade que pode ser alterada por meio de uma ação. Este auto-reconhecimento está ligado ao conceito de “nós” em oposição a “eles”, de Gamson, que apresentamos na abertura do presente capítulo.

As manifestações de violência social que os indivíduos e grupos lançam mão para obterem visibilidade diante da sociedade, por não terem acesso aos atributos que lhe garantem a proteção jurídica do respeito social, são grandes exemplos de conflitos sociais ligados à questão do reconhecimento (VENTURA, 2011, p. 161).

De acordo com Taylor, os indivíduos buscam reconhecimento nos domínios íntimo e social de maneiras cada vez mais explícitas e visíveis como no caso dos protestos públicos. Segundo ele, os protestos não buscam somente tolerância, mas respeito e valorização do diferente (MENDONÇA, 2007, p. 171). Do nosso ponto de vista, não é exatamente a valorização do diferente que é objetivada, mas sim uma posição de igualdade ou, em outras

²⁰ Bouretz (2001, p. 149) afirma que, além do ponto positivo da luta por reconhecimento (o reconhecimento das particularidades apresentadas por certos grupos de indivíduos), é preciso levar em conta a possibilidade de fracionamento do corpo social (assim como pode acontecer com o capital social, conforme citamos na seção anterior), por sua divisão em comunidades particulares com expectativas contraditórias.

palavras, o reconhecimento daquele grupo como membro da sociedade e digno da mesma consideração, estima e respeito dispensados aos demais.²¹

Para entender um pouco mais sobre os mecanismos de reconhecimento, vamos resgatar os conceitos da teoria desenvolvida por Honneth²², que devido à falta de clareza do termo reconhecimento, define-o em três dimensões (interpretações ou formas de entender o termo): o amor (ligado à autoconfiança), o direito (relacionado com o auto-respeito) e a solidariedade – ligada à autoestima (HONNETH, 2007, p. 84).

A esfera do amor²³ está representada pelas relações familiares, como na relação mãe-filho em que parte-se de uma fusão completa a um estado de dependência relativa, no qual os indivíduos se compreendem como capazes de sobreviver sozinhos, apesar da dependência. O cuidado familiar supriria as necessidades afetivas e físicas do indivíduo permitindo a confirmação de sua autoconfiança, o que contribuiria para, gradativamente, alcançar a autonomia social (VENTURA, 2011, p. 162).

Já a esfera do direito²⁴ é vista como responsável por garantir os direitos de todos os membros da sociedade sem distinção ou privilégios, o que gera uma atitude positiva dos sujeitos em relação a si mesmo chamada de “auto-respeito elementar” (HONNETH, 2007, p.86), por meio do qual a pessoa tem consciência de que, à medida que é digna do respeito dos outros indivíduos deve, também, respeitar-se.

No campo da solidariedade, a estima social figura como responsável por afetar a autoestima do indivíduo. A partir do reconhecimento dos demais membros da sociedade, o sujeito entende seu próprio valor (VENTURA, 2011, p. 162), isto é, “ao se achar estimado por suas qualidades específicas, o sujeito é capaz de se identificar totalmente com seus atributos e realizações específicas” (HONNETH, 2007, p.87).

É por meio destes três padrões de reconhecimento que o sujeito constrói sua dignidade e integridade (HONNETH, 2007, p.88). Esta última poderia ser ameaçada, da mesma forma, de acordo com Honneth (apud MENDONÇA, 2007, p. 173), por três formas de desrespeito: 1) as que afetam a integridade corporal dos indivíduos (e sua *autoconfiança* básica); 2) a

²¹ Fraser defende que o que o reconhecimento de fato requer é que todos tenham direitos iguais para exercer a estima social sob condições justas e oportunidades iguais (Fraser, 2007, p. 123).

²² Para mais informações sobre o trabalho de Honneth, ver: SAAVEDRA, Giovani Agostini. A teoria crítica de Axel Honneth. In: SOUZA, Jessé e MATTOS, Patrícia. **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

²³ Honneth (2007, p. 86) defende que “esse tipo de reconhecimento não pode ser generalizado além do círculo dos relacionamentos sociais primários, aparente nas ligações afetivas, como de família, amizade ou amor”.

²⁴ As relações baseadas na lei permitem uma “generalização de seu ambiente característico de reconhecimento nas duas direções da extensão material e social dos direitos” (HONNETH, 2007, p. 86)

denegação de direitos (e o *auto-respeito*); e 3) a referência negativa ao valor de certos indivíduos e grupos (e, por conseguinte, sua *autoestima*).

Todos estes fatores podem, segundo o autor, afetar os mecanismos de reconhecimento dos indivíduos. E, apesar da visão de Honneth estar sempre ligada à questão do indivíduo em si, entendemos que estes elementos, como já mencionamos, acabam por estimular ações coletivas e lutas sociais, engajamento cívico e participação política.

Outra autora bastante relevante no campo da teoria do reconhecimento, Nancy Fraser (2007, p.116-117) propõe, então, uma leitura diversa, na qual a falta de reconhecimento seria explicada em termos de status social²⁵ e não de identidade (uma contraposição entre subordinação social e depreciação da identidade). Haveria, dessa forma, uma noção de atores sociais legítimos e atores sociais inferiores, por meio da qual estes últimos seriam encarados como “menos do que membros efetivos da sociedade”, trata-se de uma questão de injustiça, portanto, cunhada na negação a alguns membros da sociedade do status de parceiros plenos na interação, capazes de participar no mesmo nível dos demais (FRASER, 2007, p.125).

Segundo Mendonça (2007, p. 174), sob esse viés, a luta por reconhecimento não procura a valorização de identidades, mas a superação da subordinação.

Para Fraser (2001, p. 249), a injustiça pode ter duas compreensões distintas²⁶: a injustiça socioeconômica (exploração, marginalização econômica e privação) e a injustiça cultural (dominação cultural, não-reconhecimento e desrespeito) que, por sua vez, possuem dois tipos de “remédios” diferentes, a redistribuição e o reconhecimento, respectivamente (2001, p. 252).

A injustiça socioeconômica enseja lutas por redistribuição (de renda, de trabalho, de espaço na tomada de decisão) que figuram também como grandes motivações para o envolvimento político.²⁷

Sobre a relação entre redistribuição e reconhecimento, Fraser (2007, p.138) afirma que “não há necessidade de propor uma escolha de ‘esse ou aquele’ entre a política da

²⁵ Para Fraser (2007, p. 118), o modelo de status valoriza a interação entre grupos opondo-se ao separatismo e ao isolamento.

²⁶ Fraser (2001, p. 251) destaca que esta distinção é analítica, pois, na prática, ambas as injustiças estão interligadas e há frequentemente um ciclo vicioso de subordinação cultural e econômica.

²⁷ A substituição da luta por redistribuição pela luta por reconhecimento pode ter duas interpretações alternativas segundo Honneth (2007, p. 80): 1- a redistribuição econômica pareceu inalcançável e, por isso, o reconhecimento surgiu como alternativa para eliminar a degradação e o desrespeito; 2- inclinação a estas ideias como consequência do aumento da sensibilidade moral (não de desilusão política).

redistribuição e a política de reconhecimento. É possível, ao contrário, construir uma estrutura abrangente que possa acomodar ambas...”.²⁸

Para Honneth (2007, p. 79), a democracia social tem por objetivo não mais eliminar a desigualdade (por uma distribuição mais igual ou por uma igualdade econômica – “redistribuição” de Fraser), mas anular a degradação e o desrespeito (com dignidade e respeito – “reconhecimento”).

No modelo de Fraser, as reivindicações de reconhecimento não podem gerar formas alternativas de participação, mas sim, gerar a *paridade de participação*, por meio da qual todas as pessoas envolvidas possam participar, em processos dialógicos que permitam a criação de soluções para superar quadros de subordinação (MENDONÇA, 2007, p. 175).

A paridade de participação implica em, de acordo com Fraser, “uma justiça [que] exige acordos sociais que permitem [que] todos os membros (adultos) da sociedade interajam com os outros como pares” (FRASER, 2007, p. 125).²⁹

Ainda nas palavras de Fraser: “Quando estes padrões constituem atores como pares, capazes de participarem em condições de igualdade um com outro na vida social, então podemos falar de reconhecimento recíproco e igualdade de *status*” (1997, p. 29, apud PINTO, 2008, p. 39). Por outro lado, “quando os padrões de desrespeito e desestima são institucionalizados, eles impedem a paridade participativa, assim como, certamente, ocorre com as injustiças distributivas” (FRASER, 2007, p. 121).

Aqui Fraser chama a atenção para de que forma a falta de reconhecimento e redistribuição podem figurar como importantes fatores desmotivadores do envolvimento e da participação política.

Isto pode acontecer pois o indivíduo que não goza de estima social pode se considerar incapaz de participar no mesmo nível dos demais, ao mesmo tempo em que o cidadão vitimado por injustiças distributivas pode ter dificuldades de acesso aos meios de participação.

A visão de Fraser propõe um ciclo virtuoso da participação: por meio dela, os sujeitos construiriam quadros mais propícios à inclusão de todos como pares nas interações sociais

²⁸ Para Honneth (2007, p.89), o reconhecimento apenas da identidade pessoal ou coletiva não forma por si só uma sociedade justa. Seria então necessário combinar o reconhecimento e a redistribuição.

²⁹ No conceito de Fraser (2007, p. 126), a paridade participativa dependeria de duas condições: uma objetiva (distribuição de recursos materiais de forma a garantir independência e voz aos participantes, a redistribuição) e outra intersubjetiva (padrões culturais que respeitem igualmente os participantes e assegurem oportunidades iguais para alcançar estima social, o reconhecimento).

(apud MENDONÇA, 2007, p. 180). O reconhecimento, para a autora, representa ter status de participante na política e na constituição da sociedade de maneira igualitária.

Assim, a teoria do reconhecimento traz contribuições sobre a maneira como os indivíduos podem se arranjar de modo a obter um contexto mais igualitário para que a participação ocorra de maneira mais justa e equilibrada. Isto é, não basta existir meios de participação e uma democracia constituída no país, se os indivíduos não se reconhecem (e não são reconhecidos) como iguais e capazes de realizar uma participação relevante e paritária.

Pinto (2008, p. 36) colabora com esta tese quando defende que para que haja a paridade participativa é preciso que o sujeito se auto-reconheça como igual, portanto, a noção de auto-reconhecimento de Honneth complementa a noção de Fraser do reconhecimento como *status* social.

Para que os excluídos sociais possam adquirir o auto-reconhecimento defendido por Honneth e a paridade participativa de Fraser é necessário um processo de construção de uma narrativa positiva por parte destes excluídos para que eles possam se tornar agentes políticos e sociais que expõe suas demandas e conquistam espaços e possibilidades políticas de reconhecimento (PINTO, 2008, p. 48).

Lutar por reconhecimento, defesa da identidade e autonomia pode ser encarado como sinônimo de uma luta política pela igualdade de acesso ao direito de justiça e ao uso equitativo dos recursos públicos, reivindicando uma maior participação na formação pública da vontade coletiva.

Para Avritzer (2007, p.8), o reconhecimento é não apenas um status político, mas também uma maneira de se reivindicar direitos e fazer política que pretende anular o *status* desprivilegiado por meio de uma ação conjunta entre os movimentos sociais e o Estado.

Todo cidadão que se sente socialmente excluído ou à margem da vida política da sociedade em que vive quer ter os mesmos direitos que os demais membros da sociedade, quer ser tratado de maneira igualitária, quer ter oportunidade não apenas de falar, mas de ser ouvido e, mais ainda, de ter sua opinião e sua necessidade considerada no momento da tomada de decisão por parte dos governantes.

Estes conceitos, abordados pela teoria do reconhecimento, explicam, em grande parte, as motivações para a participação intrínsecas ao ser humano.

Dessa forma e, baseados nas conclusões de Neves (2007, p. 118), entendemos que o reconhecimento, por seus objetivos de igualdade e paridade, é parte essencial das sociedades

democráticas e a luta por ele é fundamental não apenas para a consolidação, mas também para a ampliação da democracia.

1.2.5. *Empowerment* cidadão

Na seção sobre capital social, fizemos uma citação de Gomes a respeito da ligação direta do capital social com a ação coletiva e aqui vamos além. Se entendermos o capital social como instrumento empoderador da sociedade, atuando de forma a engajá-la de vez nas questões políticas e demonstrando sua capacidade de obter benefícios e gerar o bem comum, ele impulsionará não apenas a ação coletiva, mas também as formas de participação individual e o comportamento político como um todo.

Para Baquero (2003, p.104), o capital social pode ser o mecanismo que faltava para gerar uma democracia eficiente, de qualidade e, ao mesmo tempo, fortalecer a cidadania.

Os princípios da teoria do reconhecimento contribuem também para o conceito de *empowerment* à medida que demonstram que desenvolvendo a autoconfiança, o auto-respeito e a autoestima, o indivíduo é capaz de reconhecer-se e ser reconhecido como igual entre os pares e, desta forma, atingir a chamada paridade participativa, que proporcionará sua inclusão cidadã e terá uma influência positiva em todos os comportamentos políticos que se seguirão.

O problema é que grande parte da população não vê nos mecanismos de participação uma alternativa para seus problemas, pois não se sente preparada para participar³⁰ (Baquero, 2003, p. 90). E isto acontece, justamente, pois as pessoas, normalmente, não têm experiências de envolvimento, não passaram por momentos geradores do chamado empoderamento (*empowerment*).

Segundo Wendhausen, Barbosa e Borba (2006, p.133), o empoderamento teve origem nos movimentos sociais que lutaram por direitos civis nos anos 70 e no movimento feminista de 1950.

Nas palavras de Vasconcelos (2004): “o empoderamento significa o aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social”.

A respeito dessa temática, Becker et al. (2004) comentam a importância do empoderamento:

³⁰ O que, de certa forma, se relaciona com a teoria do reconhecimento. O cidadão não se sente preparado para participar, pois não se auto-reconhece como igual aos demais pares do jogo político.

O trabalho comunitário, que busca o *empowerment*, contribui para o surgimento de um tecido social fortalecido pelas interações que promove, evidenciadas pelo caráter dialético e contraditório presente em todas as relações sociais e essencialmente confere 'poder' ao sujeito social envolvido (BECKER et al., 2004, p. 656).

Assim, estar empoderado significa ter desenvolvido condições, por meio de um processo de interação social, de atuar em processos sociais e políticos com o objetivo de participar (no sentido de tomar parte) das decisões que determinarão e transformarão sua realidade.

Segundo Mello (2007, p. 37), o empoderamento da sociedade depende de uma atitude do Estado, mas também da decisão e atuação contínuas dos diversos atores sociais.

Scherer-Warren (2006, p. 122) aponta que o empoderamento democrático deve-se construir sobre as seguintes dimensões: combate à exclusão e luta por direitos; o reconhecimento da diversidade de sujeitos e do pluralismo de ideias; e a promoção da democracia na participação que acontece dentro das organizações da esfera pública.

De acordo com Baquero (2003, p. 89), os procedimentos poliárquicos podem servir como fator de *empowerment* das pessoas, sendo que as eleições figuram como principal fator de controle popular dos representantes eleitos, porém, atualmente no Brasil, a poliarquia não tem desenvolvido o poder do cidadão, apesar das eleições. Em lugar disso, a desconfiança e a decepção com a política ganham cada vez mais espaço gerando uma apatia generalizada.

Este empoderamento, obtido por meio de sua constante participação na vida política da sociedade, seja ela direta (pelo voto ou individualmente por meio dos instrumentos existentes) ou indireta (por meio de associações e grupos), cria um ciclo positivo para a cidadania ativa e para a democracia em geral.

Para Baquero (2003, p.87), as pessoas que não passaram por este processo de *empowerment* acabam tornando-se passivas e suscetíveis a discursos populistas, o que representa um dano para a democracia.

A partir do momento que o cidadão se sente mais capaz de participar e consegue construir uma autoimagem de agente cívico capaz de provocar mudanças em sua realidade, a tendência é que ele se envolva cada vez mais nas questões públicas, colaborando para que as políticas desenvolvidas, legislações aprovadas, entre outras, tornem-se cada vez mais uma resposta às demandas da sociedade, o que tende a colaborar para uma legitimidade cada vez maior das ações do governo, gerando confiança e facilitando a governabilidade.

Capítulo 2 – Trajetória da democracia no Brasil e a evolução da participação

Feita esta primeira fase conceitual, partimos para um estudo brasileiro, do ponto de vista histórico, analisando o surgimento da democracia em nosso país, como ela desenvolveu-se, as rupturas que enfrentou e a situação atual em que se encontra, citando os momentos que a marcaram e as conquistas atingidas até os dias de hoje. Com este trabalho, procuramos situar o leitor a respeito do contexto político do Brasil na atualidade, para que possamos então questionar e debater as formas de participação política.

Trataremos então de pontuar os momentos em que a participação política se fez presente em nossa história, de que forma eles se deram e quais as consequências que estes acontecimentos tiveram para a nossa realidade atual.

O objetivo principal deste segundo capítulo é, não apenas situar o leitor sobre o estágio atual que a democracia brasileira se encontra, mas também fazê-lo entender como toda esta carga histórica contribuiu para a construção de um imaginário social a respeito da temática, que influencia até hoje as atitudes dos cidadãos com relação ao mundo da política.

2.1. A construção da democracia no Brasil

A transição para a democracia foi um longo processo no Brasil. Se considerarmos a ligação da democracia com o direito do cidadão ao voto, podemos dizer que ela vem se desenvolvendo no Brasil desde a época da colônia, na qual já era possível votar, dentro de uma série de regras impostas. Durante todo o período pré-republicano, existiram eleições que evoluíram e regrediram inúmeras vezes durante nossa história no quesito de tornar o direito ao voto acessível a todos³¹.

Para a construção desta seção sobre a trajetória da democracia no Brasil, tomamos como base o conceito de cidadania de Pinsky, conforme vemos a seguir:

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à

³¹ Para mais informações sobre a história das eleições no Brasil, consultar: CANÊDO, Leticia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.) **História da Cidadania**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2003.

saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais (PINSKY, 2003, p.9, grifos nossos).

Dessa forma, partimos do pressuposto que, para que haja democracia de fato é preciso haver cidadania³² que está condicionada, como vimos nas palavras de Pinsky, à existência de direitos civis, políticos e sociais.

Entendemos que estes direitos só existem se estiverem juridicamente estabelecidos em alguma norma legal, que é o caso da Constituição Federal³³. Assim, conduziremos o desenho desta trajetória com base na história das constituições federais que o Brasil teve desde o início do período republicano, relatando o contexto em que estas se desenvolveram, sem ignorar, porém, a existência de certa participação política desde a época do Brasil-Colônia.

Com a promulgação da primeira constituição republicana do país, em 1891, que instaurou um regime republicano, federativo, presidencialista e democrático³⁴, havia a esperança de que a democracia deslanchasse. Além de ampliar os direitos políticos, consagrou os direitos civis nos 31 incisos do artigo 72, não havendo, porém, qualquer menção aos direitos sociais (LUCA, 2003, p. 469).

Na realidade, esta constituição não garantia uma participação social efetiva, o que gerou uma série de movimentos populares que tomaram conta do país durante os anos da chamada República Velha³⁵.

Para Pinheiro et al. (2006, p. 39), a mudança de regime ocorreu ao mesmo tempo em que as mudanças ideológicas, porém não houve ampliação da participação de grandes setores do povo, mantendo-se o elitismo presente no Império.

Ainda segundo estes autores (2006, p. 36), os 2 primeiros governos militares – Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894) demonstravam certa autonomia em relação aos grupos que controlavam o Império, gerando o estabelecimento de uma democracia formal³⁶.

³² “... pode-se afirmar que, na sua acepção mais ampla, cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia” (PINSKY, 2003, p. 10)

³³ A Constituição Federal tem a função de “restauração da legalidade e da legitimidade do poder, fazendo-o passar de um poder de fato, de um regime de força, a um poder de direito, a um regime legal” (GOMES, 1983, p. 9)

³⁴ Pinheiro et al, 2006, p. 40.

³⁵ A designação República Velha foi dada ao primeiro período republicano, compreendido entre 1889 e 1930 (FIGUEIRA, 2000, p. 17).

³⁶ De acordo com Moreira Neto (1992, p. 60): “uma constituição formal pretende impor-se aos fatos, ser um estatuto do dever-ser, centrada no Estado e dispendo sobre o seu poder em face da sociedade que deve reger”

A instituição da democracia representativa e do sufrágio universal³⁷ significava avanços aparentes em relação ao quadro anterior e, por isso, eram ferramentas poderosas na legitimação da dominação por parte das classes dominantes (PINHEIRO et al., 2006, p. 40).

Em 1907, foi sancionado o decreto 1637 que reconheceu o direito de associação e reunião para as pessoas de profissões similares (sindicatos), para defesa e desenvolvimento de interesses comuns, livres de ingerência estatal e autorização prévia para funcionamento (LUCA, 2003, p. 470), o que, em tese, ampliava as possibilidades dos trabalhadores.

No período entre 1917 e 1920, aconteceram, no Rio de Janeiro e em São Paulo, as maiores mobilizações e greves³⁸ da primeira república, que tinham suas reivindicações reconhecidas por vários setores da sociedade como justas e razoáveis (LUCA, 2003, p. 473).

Em 1922, foi fundado o Partido Comunista do Brasil, que se opunha ao sistema capitalista e pregava a tomada do poder por meios revolucionários.

Nesta época, surgiram os programas de “moralização eleitoral”³⁹ que estimularam o crescimento de um sentimento cívico e da vontade de participar na vida política do país (CANÊDO, 2003, p. 535).

O período da República Velha e a denominada “política café com leite” chegaram ao fim com o Golpe de 1930 (FIGUEIRA, 2000, p. 70), no qual o presidente eleito Júlio Prestes foi impedido de tomar posse e exilado, com Getúlio Vargas assumindo o Governo Provisório com amplos poderes.

O principal impacto do Governo Provisório foi a revogação da Constituição de 1891, o que causou o fim da autonomia dos Estados (com Vargas governando por decretos e nomeando interventores em todos os estados, com exceção de Minas Gerais) e a perda da autonomia dos sindicatos⁴⁰ (LUCA, 2003, p. 478).

³⁷ Luca (2003, p. 469) esclarece que a Constituição de 1891 estendeu o direito de votar e ser votado a todo cidadão brasileiro do sexo masculino com mais de 21 anos, exceto mendigos, analfabetos, praças e religiosos sujeitos a voto de obediência. Considerando que a taxa de analfabetismo girava em torno de 70%, os direitos civis e políticos, eram, na realidade, uma ficção jurídica (2003, P. 470).

De acordo com Canêdo (2003, p. 531), com a exclusão dos analfabetos, a Constituição “gerou uma dupla discriminação porque ela também isentava o governo do dever de fornecer a instrução primária que constava do texto imperial”.

³⁸ A greve geral de 1917, ocorrida em São Paulo, motivou a criação, no Congresso Nacional, de uma Comissão Especial de Legislação Social que buscava responder às demandas por direitos sociais (LUCA, 2003, p. 473).

³⁹ Voto secreto, verificação dos resultados, representação proporcional, etc. (CANÊDO, 2003, p. 534-535).

⁴⁰ Os sindicatos deixaram de ser órgãos de luta que defendiam os interesses dos assalariados para tornar-se agências ministeriais (LUCA, 2003, p.479).

Em 1934, foi promulgada uma nova constituição federal⁴¹, como resultado da pressão popular da revolução de 1932 (que trataremos com mais atenção adiante), que foi considerada mais democrática que a anterior (FIGUEIRA, 2000, p. 79).

Após o período do Governo Provisório, ocorreu o chamado Governo Constitucional de Vargas – de 1934 a 1937 – no qual Getúlio Vargas foi eleito presidente da república, pela Assembleia Constituinte, com mandato de quatro anos (Figueira, 2000, p. 83).

Segundo Figueira (2000, p. 83), a radicalização política que se manifestou no país neste período serviu de pretexto para Getúlio fortalecer seu poder e isso contribuiu para a instalação de um regime ditatorial a partir de 1937, denominado Estado Novo.

Com a instauração do Estado Novo, foi imposta ao país uma nova constituição, em 1937, de caráter autoritário, centralizador e antidemocrático, que suprimiu direitos políticos, dissolveu partidos, aboliu o Legislativo, censurou meios de comunicação, intimidou e torturou inúmeros presos políticos (LUCA, 2003, p. 480).

De acordo com Canêdo (2003, p. 535), o Estado Novo instalou um regime corporativista, consagrando o nacionalismo de vez no país.

Apesar do forte cunho de supressora de direitos civis e políticos, a Era Vargas também apresentou evoluções no campo dos direitos sociais, como foi o caso da criação da “Consolidação das Leis Trabalhistas” (CLT) em 1943 (LUCA, 2003, p. 478) que representou grande avanço nas políticas relacionadas à questão do trabalho.

Luca (2003, p. 480) apóia-se em José Murilo de Carvalho para defender que estes direitos sociais foram “entregues” aos cidadãos num momento em que não havia direitos civis ou políticos, o que acabou por influenciar sua definição enquanto conquista democrática e sua contribuição para o desenvolvimento de uma cidadania ativa, assemelhando-se mais a um ato de benemerência do Estado.

Em 1945, ocorreu a terceira tentativa da república de implantar um regime democrático no país (FIGUEIRA, 2000, p. 107), com a convocação de eleições gerais e a legalização dos partidos.

Eurico Gaspar Dutra foi eleito por voto direto e convocou a Assembleia Constituinte responsável pela redação da Constituição de 1946. Esta Carta foi responsável por recolocar os direitos civis e políticos em cena (LUCA, 2003, p. 482) e provocou algumas mudanças como a reorganização dos partidos políticos, a redução da idade mínima para o voto (para 18 anos),

⁴¹ Para acessar o texto da Constituição de 1934, consulte: CARONE, Edgard. A segunda república (1930-1937). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

mantendo o voto feminino e a exclusão aos militares e analfabetos e foi conhecida por instituir um regime de democracia formal.

Segundo Canêdo (2003, p. 538)., surge a indústria dos comícios, cartazes e campanhas de aproximação com o eleitorado. Não bastava mais ser apenas um “respeitável representante da comunidade local” para conquistar o eleitor

O governo Dutra (1946-1950) foi marcado por violências, arbitrariedades, intervenção nos sindicatos, proibição de greves e manifestações, mostrando claros limites no exercício do direito de organização (LUCA, 2003, p. 482).

Para Carone (1985, p. 21), durante o governo Dutra começa a se delinear um programa de contenção social. A partir de agosto de 1946, as autoridades procuram confundir o movimento grevista com o movimento comunista, a fim de, de alguma forma, denegrir sua imagem e deslegitimar suas reivindicações diante de parte da sociedade.

Neste contexto e com a Guerra Fria, o governo Dutra aliou-se aos norte-americanos e, como resultado, teve-se uma repressão ao Partido Comunista, sendo este colocado na ilegalidade e seus partidários alvos de represálias (CARONE, 1985, p. 21-22).

Getúlio Vargas, em 1951, volta ao poder, eleito pelo povo, contando com João Goulart como seu Ministro do Trabalho que, num período marcado pelas greves, foi um defensor das causas trabalhistas, reajustando o salário mínimo em 100% (FIGUEIRA, 2000, p. 124), fato este que chamou a atenção dos opositores para a figura de Jango.

Depois de derrubar Jango do Ministério do Trabalho, a oposição começou a dirigir suas críticas diretamente ao presidente, além disso, seguiam-se sucessivos manifestos militares pedindo a renúncia de Vargas. Diante de toda essa crise, em agosto de 1954, Vargas se suicidou, provocando grande comoção nacional.

Café Filho, vice-presidente da república, assumiu o governo com a promessa de assumir os compromissos firmados por Vargas, fato este que, devido à conjuntura da época, não foi possível em sua totalidade.

Em 1955, foram criadas as ligas camponesas e associações de trabalhadores rurais que, em contraposição à expropriação, colocaram na ordem do dia a questão da reforma agrária e da necessidade de melhores condições de trabalho na zona rural (LUCA, 2003, p. 483).

Em 1956, foi eleito Juscelino Kubitschek (1956-1961) e o vice João Goulart (FIGUEIRA, 2000, p. 129), com seu governo marcado pela aplicação de um Plano de Metas

focado no desenvolvimento econômico e pela construção de Brasília, deslocando a atenção para o interior do país.

Em seguida, Jânio Quadros, um ícone do período populista brasileiro, foi eleito com recorde de votação e teve um governo polêmico e controverso que durou apenas sete meses, findando com sua renúncia por razões misteriosas.

Após a renúncia, o novamente vice, João Goulart, assumiu o posto presidencial (1961-1964) dando início a um governo bastante conturbado, com grandes mobilizações de trabalhadores urbanos e rurais, sindicatos, setores da igreja, estudantes, intelectuais, sargentos, etc. (LUCA, 2003, p. 483)⁴².

Durante seu mandato, uma série de tentativas de golpes militares ocorreu (Figueira, 2000, p. 145), culminando no Golpe de 64 (FIGUEIRA, 2000, p. 165-166), no qual as forças armadas assumem o poder político do país, dando início a 20 anos de ditadura, um período de grandes privações de liberdades e direitos.

Em março de 1964, ocorreu uma manifestação popular denominada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, liderada por setores conservadores da Igreja e da classe média brasileira, reunindo cerca de 300 mil pessoas nas principais capitais do país em repúdio ao governo Goulart. Este movimento também saiu às ruas quando foi decretado o golpe, apoiando os militares (SANTOS, 2009, p.103).

Desde o período pré-golpe e durante todos os anos de ditadura militar, houve uma intensa mobilização social, apesar da falta de abertura e repressão por parte do governo. O movimento estudantil marcou presença nesta época, tendo atuado em diversos protestos, tais como o “Dia Nacional de Luta contra a Ditadura”, em 22/09/1966 (no qual os estudantes saíram em passeata pelas ruas em vários estados brasileiros sendo violentamente reprimidos; este episódio ficou conhecido como “Setembrada”), os Protestos de 68 (o Brasil passou por uma onda de protestos contra a ditadura que teve influências de toda a conjuntura histórico-cultural que pairava sobre o mundo), a “Sexta-Feira Sangrenta” (manifestação estudantil, em frente à embaixada norte-americana, pela libertação de estudantes presos durante as manifestações e contra a morte de um estudante pela polícia), entre outros (SANTOS, 2009).

Devido à forte repressão, característica do período ditatorial, estas manifestações terminaram com muitas mortes, feridos, desaparecidos e presos.

⁴² Luca (2003, p. 483), neste período, destaca um aumento das manifestações de cunho político que demonstravam o interesse de diferentes setores sociais em participar mais ativamente do debate sobre as questões nacionais.

Os movimentos sindicais também foram bastante presentes neste momento, com movimentos em vários locais do país, com destaque àqueles realizados no ABC paulista, com uma série de greves que abriu caminho para a paralisação que se seguiu em outras categorias (SANTANA, 2008, p. 296).

Com o Golpe, foram suprimidos direitos civis e políticos, proibidas as centrais sindicais⁴³ e ligas camponesas, extintos os partidos, cassados os mandatos, dissolvidos os Legislativos e instituídas eleições indiretas, com um grande controle aos meios de comunicação (LUCA, 2003, p. 484). Em suma, tratou-se de um período em que a democracia permaneceu calada.

Os novos donos do poder começaram a baixar decretos para regulamentar o regime, os chamados Atos Institucionais (FIGUEIRA, 2000, p. 157). O mais lembrado deles, por seu caráter opressor, foi o Ato Institucional n.º5 (AI-5), que entrou em vigor durante o governo Costa e Silva, dava ao presidente da república o poder de cassar mandatos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar funcionários públicos, intervir nos estados e municípios e fechar o Congresso Nacional (FIGUEIRA, 2000, p. 170).

Em 1969, assume Emílio Garrastazu Médici, o terceiro presidente da república do regime militar, com um governo de alta repressão, dando forma a um período conhecido pelo termo “anos de chumbo”, mas também famoso pelo chamado “milagre brasileiro”, com grande crescimento econômico (FIGUEIRA, 2000, p. 175 e 176).

A abertura política teve início no governo Geisel (1974-1978) e avançou graças à participação dos mais diversos setores sociais, continuando durante o Governo Figueiredo (1979-1985)⁴⁴. Todas as mudanças que ocorreram neste período (revogação do AI-5, fim da censura, anistia política, permissão de criação de novos partidos, volta das eleições diretas, etc.) foram resultado de intensa mobilização popular (LUCA, 2003, p. 485).

Os anos finais do período ditatorial são marcados pela forte mobilização popular e pela atuação crescente dos sindicatos, com uma espécie de ressurgimento do movimento sindical (FIGUEIRA, 2000, p.184). A partir do final da década de 70, surgiram os movimentos grevistas do ABC⁴⁵ que, mesmo com a legislação antigreve, realizaram gigantescas paralisações, reunindo mais de 80mil grevistas (LUCA, 2003, p. 486).

⁴³ Segundo Luca (2003, p. 484), os sindicatos foram então transformados em meros prestadores de serviços sociais e de lazer.

⁴⁴ Figueira, 2000, p. 187.

⁴⁵ “Foi no decorrer dessas lutas que ocorreu a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e o ressurgimento das centrais sindicais” (LUCA, 2003, p. 486).

É neste período que ocorre o movimento em oposição ao regime e a favor das eleições diretas, chamado Diretas Já⁴⁶ (FIGUEIRA, 2000, p. 190). Apesar da derrota da Campanha das Diretas, em 1985, e com a vitória da chapa Tancredo-Sarney, dá-se o primeiro passo em direção à redemocratização do país. Essa redemocratização foi consolidada pela Constituição Federal de 1988, que carrega um texto mais democrático e preocupado não apenas com os direitos dos cidadãos como também com sua participação política, como veremos a seguir.

Nas palavras de Rachelis,

Aquela década foi a arena de amplo movimento de conquistas democráticas que ganharam a cena pública: os movimentos sociais organizaram-se em diferentes setores, os sindicatos fortaleceram-se, as demandas populares ganharam visibilidade, as aspirações por uma sociedade justa e igualitária expressaram-se na luta por direitos, que acabaram se consubstanciando na Constituição de 1988, com o reconhecimento de novos sujeitos como interlocutores políticos (RACHELIS, 1998, p.70).

A volta à democracia, com as eleições diretas, gerou um ambiente de otimismo no país, com uma forte crença de que a instituição eleitoral representava uma forte expressão do poder popular (CANÊDO, 2003, p. 541).

Segundo a nova Constituição Federal, artigo 1.º, parágrafo único, “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. Este texto abriu as portas do Estado brasileiro a uma combinação entre a democracia representativa e a participativa.

De acordo com Luca (2003, p. 488), a nova constituição ampliou o conceito de democracia tornando-a mais ativa e participativa, conforme seu artigo 14. Explicaremos melhor os instrumentos participativos criados pela constituição de 1988 na próxima seção.

Em 1989, ocorreram as primeiras eleições diretas desde 1960, com a eleição de Fernando Collor de Mello (FIGUEIRAS, 2000, p. 205). Foi durante seu governo que se instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, que veio regulamentar os direitos das crianças e dos adolescentes, complementando o artigo 227 da Constituição Federal, inserido na constituição por emenda popular (CARDOZO, 2011, p. 16)⁴⁷.

Na década de 1990, o governo brasileiro passou a exercer novas funções, assumindo a responsabilidade de coordenar e fiscalizar ações e serviços que também podem ser prestados pela sociedade civil, adotando modelos mais participativos com a coprodução de políticas públicas (FERRAREZI, 2007; apud FERRAREZI e OLIVEIRA, 2010).

⁴⁶ O movimento das Diretas Já será abordado com mais detalhes na seção 1.2.2.3.

⁴⁷ Falaremos mais adiante sobre as emendas populares, no item 2.2.6.

Em 1992, o presidente é afastado do cargo por meio de *impeachment*, acontecimento que reforça o poder democrático do país, uma vez que, por pressão social, foi cumprida a constituição a despeito do poder e dos interesses presidenciais.

A partir desta década, ocorrem uma série de mudanças que constroem novas possibilidades, entrando em cena “o protagonismo social, condição para a democracia praticada, para a definição de rumos baseada no interesse coletivo e público” (MELLO, 2007, p. 35).

As reformas ocorridas principalmente no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), de orientação neoliberal, previram uma diminuição do papel ativo do Estado em todos os setores.

Durante seus dois mandatos (1995-2002), o governo Fernando Henrique apresentou uma série de conquistas, principalmente no campo social. Foi em 1995 que se reconheceu pela primeira vez, oficialmente, a existência do racismo na sociedade brasileira, durante a “Marcha Nacional Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida”, organizada em Brasília por várias entidades dos movimentos negros que levaram para o presidente um documento contendo uma série de propostas para a redução das desigualdades raciais (RIBEIRO, 2008, p.16).

No governo FHC, houve ainda: elevação do número de crianças na escola; avanços na reforma agrária, assentando, em oito anos, três vezes mais famílias que nos últimos trinta anos; diminuição da mortalidade infantil; criação do Programa Bolsa-Escola⁴⁸; entre outros avanços.

Em 2002, é eleito Luiz Inácio Lula da Silva, primeiro representante da classe trabalhadora na presidência do país, e com isso, criou-se a expectativa de ampliação da prática democrática, com o aumento da participação popular no governo.

Durante a gestão Lula, foram realizadas conferências e mesas de diálogo, instituindo conselhos e ouvidorias para decidir e implementar, de maneira mais democrática, programas estruturantes e medidas conjunturais relevantes. Na aceção do governo, essas iniciativas “[...] configuram o embrião de um verdadeiro sistema nacional de democracia participativa (BRASIL, 2011, p. 20)”. De alguma forma, esses espaços viabilizaram canais de interlocução entre o poder público e minorias políticas (atores sociais, grupos, movimentos, associações), que, até então, enfrentavam inúmeras dificuldades para pautarem suas demandas junto ao legislativo e aos gestores públicos.

⁴⁸ Fonte: Revista Veja, edição 1782, 18/12/2002, p. 112.

Por outro lado, de acordo com Mello (2007, p. 34), a gestão do país não sofreu maiores transformações no que se refere a políticas de comunicação no nível federal.

Ainda segundo este autor, é possível que a mudança observada no governo brasileiro nesta época tenha sido resultado não de uma ação pontual, mas de um processo iniciado há décadas com o incremento dos espaços de inserção da sociedade, que se tornava cada vez mais partícipe e protagonista (MELLO, 2007, p. 34).

Em 2010, foi eleita a primeira presidenta da história do país, Dilma Rousseff, que apenas por este motivo já representa um grande marco em nossa história, simbolizando a crescente inclusão das mulheres no campo da política.

Um grande progresso, no que condiz à transparência e, por conseguinte à participação, obtido durante o governo Dilma foi a sanção da Lei Federal 12.527/2011, a chamada LAI (lei de acesso à informação) que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, com o objetivo de fomentar a cultura de transparência e desenvolver o controle social.

Podemos citar também alguns avanços obtidos com relação ao Plano Plurianual (PPA) 2012/2015. Discutido com cerca de 400 representantes dos conselhos de políticas públicas setoriais, de organizações não governamentais e redes da sociedade civil, o PPA, de acordo com Bicalho e Graça⁴⁹, acerta quando é desenhado para facilitar que a sociedade monitore a efetividade da ação governamental dadas pelos objetivos e metas fixados. Porém, o governo deve evoluir com relação ao conceito de efetividade, que precisa revelar se as políticas públicas estão efetivando direitos das pessoas ou não.

Conforme pudemos observar, durante todo o último século, o Brasil alternou períodos de ditadura e instabilidade e momentos de certo revigoramento democrático, o que pode explicar, em parte, a ainda incipiente democracia em nosso país. Essas idas e vindas da democracia no Brasil construíram uma narrativa a respeito da democracia brasileira que pode influenciar na percepção que os cidadãos têm do regime nos dias atuais.

2.2. Instrumentos participativos – há meios para participar?

Como já dissemos, é comum ouvir dizer que o cidadão não participa das decisões políticas do país porque não há formas de participação possíveis. Neste item, vamos apontar

⁴⁹ BICALHO, Lucídio e GRAÇA, Eliana. **O PPA e os desafios da participação no governo Dilma** – disponível em <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2011/maio/o-ppa-e-os-desafios-da-participacao-no-governo-dilma/>> Acesso em: 30 Jul. 2012.

que há sim meios disponíveis, citando os principais avanços que a legislação brasileira obteve a fim de proporcionar e garantir esta participação.

Antes de enumerar os dispositivos legais que garantem acesso dos cidadãos às questões públicas, e a fim de simplificar o conceito que trouxemos a respeito das formas de participação, utilizaremos o agrupamento proposto por Machado (1982, p. 39) que divide entre três maneiras principais: 1- as eleições (pelo sufrágio político e profissional – individual ou corporativo); 2- canais de democracia semi-direta (como a iniciativa popular, o referendo e a ação popular); 3- processos informais (promoção de campanhas, constituição de associações e inquéritos organizados). Cada uma dessas formas foi, de alguma maneira, prevista em nossa Constituição, conforme veremos a seguir.

Segundo Clève (1990, p. 88-89), a Constituição Federal de 1988 (doravante denominada CF 88) institucionaliza novas formas de participação do cidadão na coisa pública. Na realidade, ela abriu caminho para que a legislação em nosso país tratasse a questão da participação popular e foi, por isso, seguida por uma série de outras leis e normas que procuram garantir que o cidadão possa tomar parte nas decisões relativas ao interesse coletivo.

O primeiro ponto a ser citado é o disposto no artigo 5.º, inciso XXXIII, que trata do direito dos cidadãos de receber de órgãos públicos informações de seu interesse, uma vez que podemos entender que este é um primeiro passo no sentido de proporcionar ao cidadão o direito à participação, que pode ser muito prejudicada ou até mesmo não existir com a ausência de acesso às informações.

O artigo 5.º abre o Capítulo I do Título sobre direitos e garantias fundamentais, que está recheado de avanços democráticos diretamente relacionados com a questão da participação. Além do direito à informação citado, ele traz a liberdade de associação (inciso XVII), a proibição da dissolução ou suspensão dessas associações sem julgamento (inciso XIX), “o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder” (inciso XXXIV) e o direito de propor ação popular a fim de desconstituir ato lesivo ou ilegal por parte do Estado e condenar os responsáveis (inciso LXXIII).

No artigo 8.º, há outra disposição importante que pode influenciar na participação popular que é a garantia de associação profissional ou sindical (*caput*).

O artigo 10.º também colabora à medida que assegura a participação dos trabalhadores nos colegiados de órgãos públicos que discutam a respeito de seus interesses profissionais. É

assegurada ainda a livre criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, conforme artigo 17.º.

A CF também estimula a participação do particular em assuntos de interesse coletivo à medida que favorece o cooperativismo e o associativismo, de acordo com os artigos 174, § 2.

Há também outros mecanismos que funcionam indiretamente, isto é, por meio de associações ou entidades, são eles: a ação de inconstitucionalidade (art. 103), a ação civil pública (art. 5 da Lei n. 7.347/85) e o mandato de segurança coletivo (art. 5, LXX), todos eles com o objetivo de proporcionar o controle popular sobre as ações públicas.

Como mecanismos de participação direta (ou semidireta, conforme denominação de Machado), em seu capítulo sobre direitos políticos, a Carta Magna brasileira consagra o Plebiscito, o Referendo e a Iniciativa Popular Legislativa (artigo 14) que, na acepção de Clève (1990) figuram como formas de participação regulada no território político com caráter limitado.

O *Plebiscito* configura-se como uma consulta pública convocada pelo Congresso Nacional, na qual a população é convidada a manifestar-se sobre um fato antes de sua formulação legislativa. O Artigo 18 da CF 88 estabelece as situações para as quais o plebiscito deve ser convocado (1. incorporação, subdivisão ou desmembramento de Estados; 2. criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios; somados à definição de sistema e forma de governo⁵⁰).

Já o *Referendo* é de caráter posterior, isto é, trata da consulta pública para ratificação da aprovação de projetos de lei ou de emenda constitucional e também depende de convocação do Congresso.

Quanto à *Iniciativa Popular*, segundo Moreira Neto (1992, p.114-115), “é um direito político de participação que se atribui aos cidadãos, em quorum especialmente definido, mas que pode ser estendido a certos tipos de pessoas jurídicas representativas de categorias de interesses, para propor uma medida legislativa ou uma decisão administrativa”.

O referido mecanismo, regulado pelo art. 61, § 2.º, pode ser exercido pela apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco estados com não menos de três décimos por cento de eleitores de cada um deles (CLÈVE, 1990, p. 92).

O artigo 27, § 4, define que haverá lei específica para dispor sobre a iniciativa popular no nível dos estados. A iniciativa popular no nível municipal requer assinaturas de pelo

⁵⁰ Assegurado pelo artigo 2.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

menos 5% do eleitorado municipal para enviar projeto de lei à Câmara dos Vereadores, conforme determinado no artigo 28, inciso XIII, da CF 88.

A CF 88 determina ainda que as Comissões do Congresso Nacional realizem audiências públicas⁵¹ com a sociedade civil (art. 58, § 2, II), o que abre caminho para que as demandas populares sejam levadas aos parlamentares para que, a partir disso, eles possam considerá-las em suas decisões.

Nesta constituição, há também a criação de diversos conselhos que consideram em sua composição a participação da sociedade civil, como é o caso do Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (art. 79, § único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), do Conselho da República (art. 89, VIII) e do Conselho Nacional do Ministério Público (art. 130A, V).

Muitos destes conselhos são apenas citados na constituição e definidos por lei complementar, como é o caso do Conselho de Comunicação Social e do Conselho Nacional de Saúde.

Apesar das conferências nacionais não serem uma experiência nova introduzida pela CF 88, já que sua primeira edição data de 1941, elas adquiram contornos mais nítidos e participativos a partir de 1988 (BRASIL, 2010, p. 15).

O tema da participação do cidadão é recorrente em muitos outros trechos da CF 88, o que reforça a grande preocupação da Constituinte em incluir esta matéria em nossa Carta Magna, a fim de expandir os espaços de participação popular, combinando formas de participação e formas de representação.

Além dos instrumentos participativos previstos na legislação, existem as formas de participação não reguladas pelo direito que podem exercer influência sobre as decisões do Estado, como é o caso dos movimentos sociais reivindicantes, das manifestações de rua e do *lobby*⁵². Veremos alguns exemplos deste tipo de participação não regulada pela lei, na próxima seção.

Esta seção demonstrou que a legislação brasileira prevê uma série de formas de participação política para os cidadãos, portanto, podemos afirmar que, do ponto de vista do texto constitucional, isto é, formalmente vivemos sim numa nação democrática.

⁵¹ Oliveira (2009, p. 479) afirma que, com seu caráter “essencialmente democrático, as audiências públicas representam uma conquista da sociedade, pois permitem sua participação nos assuntos de interesse público, podendo viabilizar a coleta de um grande conjunto de subsídios importantes para orientação da tomada de decisão.”

⁵² Oliveira defende que, apesar de sua imagem desgastada na opinião pública, o “*lobby* pode ser visto como uma forma de a sociedade exercer cidadania, uma vez que possibilita influenciar as políticas públicas” (2009, p. 478, grifo da autora).

2.3. Síntese dos momentos de participação – como o cidadão brasileiro marcou presença na história política do país no contexto da República

Durante toda a história da democracia em nosso país, muitos movimentos populares aconteceram de diversas formas, algumas mais organizadas e outras nem tanto, com resultados também muito diversos.

Neste trecho do trabalho, abordaremos alguns momentos marcantes de participação ocorridos em nosso país durante todo o processo de consolidação democrática que tratamos na abertura deste capítulo.

Procuramos focar nos acontecimentos mais significativos e que se caracterizaram por intensa mobilização popular em busca de ampliação de direitos, mudanças políticas ou ainda de participação no governo propriamente dita.

Como veremos a seguir, muitos destes momentos de participação foram caracterizados por certa manipulação por parte de grupos políticos com interesses que foram além dos resultados imediatos dos movimentos.

Apesar disso, é interessante observar como estes movimentos se desenrolaram em nossa história, quais os grupos de interesses e forças envolvidas, e quais os impactos que tiveram, não apenas aqueles imediatos, mas também (e até principalmente) aqueles que perduram no imaginário social até os dias de hoje.

2.3.1. Revolta da Vacina

Ocorrida em novembro de 1904 e classificada por José Murilo de Carvalho (1987, p. 91) como a mais espetacular ação popular da época, a Revolta da Vacina foi o resultado de todo um contexto político e social que estava acontecendo naquele momento na então capital federal, Rio de Janeiro.

O então presidente Rodrigues Alves enveredou por um programa intensivo de obras públicas (CARVALHO, 1987, p. 92), tendo como plataforma de governo a ampliação e saneamento do porto do Rio de Janeiro - principal acesso do país para entrada e saída de pessoas e mercadorias - e a reforma urbana da cidade.

O porto era pequeno e não permitia que as grandes embarcações atracassem, o que dificultava muito a carga e descarga, além disso, não havia espaço para o armazenamento das

mercadorias ou seu escoamento para as demais áreas de comércio da cidade. Agregava-se a isso, a fama internacional do Rio de Janeiro como “túmulo de estrangeiros”, devido a suas epidemias de febre amarela, varíola, tuberculose e outras doenças.

O presidente resolveu então promover um alargamento do porto e das avenidas próximas a ele, com conseqüente desapropriação e demolição de uma série de construções que havia em seu entorno, ou seja, uma remodelação urbana do Rio de Janeiro. Quase ao mesmo tempo, iniciou uma campanha de vacinação geral da população.

Essas duas medidas foram executadas de maneira autoritária e truculenta, sendo que seus responsáveis Francisco Pereira Passos (prefeito do Distrito Federal) e Oswaldo Cruz (Diretor Geral da Saúde Pública) tinham carta branca do presidente, que apoiava suas atitudes em decretos expedidos pelo governo federal, dando a eles plenos poderes e condições de executar suas tarefas sem estar à mercê de qualquer outra esfera de poder, inclusive a justiça, o que tornava a população completamente entregue a suas decisões, sem nenhuma chance de defesa. Foram as chamadas “ditadura Passos” e “ditadura sanitária” (SEVCENKO, 1984, p. 53 e 55).

Muitas famílias foram despejadas de suas casas por força policial, tiveram seus animais de estimação confiscados pelas autoridades sob justificativas sanitárias e foram obrigados a procurar abrigo em cortiços, casas de cômodos ou “zungas”⁵³.

Com a ampliação do porto, houve estímulo à vinda de imigrantes estrangeiros e espalhou-se a fama da capital como o maior mercado de trabalho do país. A população da cidade dobrou e as condições de vida tornaram-se cada vez mais difíceis para toda a população que, sem emprego e moradia, procuraram abrigar-se nos terrenos que não eram próprios para a construção, como os morros e mangues, construindo suas habitações com restos de caixas e latas, sem água corrente, o que fez com que as epidemias se deslocassem do centro das cidades para essas regiões. Devido a essas condições precárias, houve um aumento da insegurança e da criminalidade urbana.

A campanha de vacinação contra a varíola foi regulamentada pelo decreto de 9 de novembro de 1904 que, de acordo com a oposição, tinha métodos truculentos, aplicadores pouco confiáveis, e encarregados (policiais e funcionários) com instintos brutais e moralidade discutível (SEVCENKO, 1984, p. 13). O decreto abrangia desde os recém nascidos até os idosos, impondo a vacina e obrigando a todos a exames e reexames, e não permitia qualquer

⁵³ “Zungas” eram esteiras alugadas, dispostas em salões abertos, onde ficavam inúmeras famílias, sem quaisquer recursos higiênicos ou sanitários. (SEVCENKO, 1984, p. 64).

recurso por parte da população. A campanha não previa qualquer preocupação com a sociedade, do ponto de vista psicológico.

A população indignava-se não contra a necessidade de aplicação da vacina, mas sim contra as condições em que ela se dava e contra o caráter compulsório da lei (SEVCENKO, 1984, p. 14).

A regulamentação, segundo Carvalho (1987, p. 99), determinava que o atestado de vacina fosse exigido para tudo: matrícula escolar, emprego (público, doméstico ou em fábricas), viagens, hospedagem, casamento, voto, etc. Dessa forma, dificilmente algum cidadão poderia “escapar”.

Neste acontecimento histórico, percebemos que houve uma narrativa de governo bastante impactante, uma vez que a decisão (tanto da remodelação urbana quanto da vacinação) foi tomada e colocada em execução pelo governo sem nenhum cuidado ou preocupação a respeito de seu impacto na sociedade.

Esta narrativa de governo gerou impacto negativo nas narrativas cotidianas, uma vez que qualquer informação que circulava entre as classes populares tinha o poder de agravar os temores a cerca da vacinação como foi o caso de uma mulher que morreu de septicemia logo após ter sido vacinada. Apesar do atestado de óbito emitido por médico legista da polícia ligar a morte à vacina, o próprio Dr. Oswaldo Cruz, pessoalmente, reexaminou o cadáver e impugnou o atestado, sob justificativa de má fé. A causa do óbito tornou-se obscura e gerou ainda mais insegurança na população (SEVCENKO, 1984, p. 16).

É importante observar também, que os setores de oposição política ao governo de Rodrigues Alves, aproveitaram a indignação popular diante destes fatos para insuflar a revolta e assim atingir o governo. Lauro Sodré, líder de tendências trabalhistas, tinha claros interesses políticos com a revolta e presidia o único órgão que coordenava a população revoltada, a Liga Contra a Vacinação Obrigatória.

O principal esforço de mobilização foi feito pelo Centro das Classes Operárias que organizou petições, a Liga e os comícios (CARVALHO, 1987, p. 123).

No dia 11 de novembro, a população começou a reunir-se em vários pontos da cidade em torno de oradores populares que discursavam contra a lei e estimulavam a rebeldia do povo, desafiando a proibição policial. Diante da intervenção da polícia, iniciam-se os confrontos.

Por cerca de cinco dias, a cidade transformou-se numa praça de guerra, com barricadas por todos os lados, feitas de fios e calçamento das ruas, com a invasão de casas, depredações e

confrontos feitos de pedradas e tiros, que deixaram incontáveis mortos e feridos de ambos os lados. Tratava-se não de lutar por ideais específicos, mas sim de garantir um “mínimo respeito a sua condição de seres humanos” (SEVCENKO, 1984, p. 23). Com muita dificuldade e com o uso extensivo de forças repressivas, o governo conseguiu sufocar a insurreição.

De acordo com José Murilo de Carvalho (1987, p. 124): “a composição da multidão variou de acordo com o desenrolar da revolta. De início, o leque era amplo, incluindo [...] operários, comerciantes, estudantes, militares, pivetes. Depois, a ação passou a envolver operários de grandes empresas e “classes perigosas”. Tratava-se de “uma revolta fragmentada, como era fragmentada a própria sociedade do Rio na época”.

Em 16 de novembro, o governo resolve revogar a obrigatoriedade da vacina, o que, unido à repressão policial, gera a dissolução do movimento até sua completa extinção, tão naturalmente como foi seu surgimento (SEVCENKO, 1984, p. 39).

Nos meses seguintes à revolta, todas as pessoas que fossem identificadas como possíveis participantes, sem distinção de idade ou sexo, eram presas, surradas e enviadas para o Acre, sob a desculpa de que a crescente produção de borracha daquela região necessitava de mão de obra. O transporte era feito em navios sem a menor condição sanitária e sem a menor preocupação com aquelas pessoas, a sensação era de que a capital estava passando por uma “limpeza”, na qual todos os desordeiros e desclassificados deveriam ser eliminados (SEVCENKO, 1984, p. 77). Era essa a narrativa do governo, que tentava desqualificar, denegrir e descaracterizar o movimento.

Analisando as fontes disponíveis sobre a procedência dos revoltosos, Carvalho (1987, p. 118) afirma que 70,6% dos feridos e 85,7% dos mortos eram operários, o que se mostra bastante coerente com o que foi descrito sobre a revolta a respeito do esforço de mobilização do Centro das Classes Operárias.

De acordo com Sevcenko (1984, p. 10), a Revolta da Vacina foi uma “das mais pungentes demonstrações de resistência dos grupos populares do país contra a exploração, discriminação e o tratamento espúrio a que eram submetidas pela administração pública nessa fase da nossa história.”

Ainda segundo este autor, quando a revolta irrompe, ela não tem partido, ideologia ou objetivos claros, não pretendia vencer ou ganhar coisa alguma, era apenas uma grande demonstração de dor e indignação de uma população tratada com desprezo e violência.

Carvalho (1987, p. 129) aponta que uma das teses que tenta explicar a revolta afirma que a vacina teria sido apenas um pretexto, a revolta seria motivada por questões econômicas

e originada na indiferença do governo em relação aos sofrimentos da população; outra explicação diria que a revolta aconteceu motivada pelas reformas urbanas.

Carvalho (1987, p. 136) refuta ambas as teses e defende que as grandes proporções da mobilização popular deveram-se a um grande guarda-chuva moral que abarcava valores modernos (princípios liberais da liberdade individual e de um governo não intervencionista) e valores tradicionais (respeito pela virtude da mulher e da esposa, honra do chefe de família e inviolabilidade do lar), tratando-se, dessa forma, a fusão de uma ideologia das classes altas com a ideologia das classes populares, respectivamente.

Assim, entendemos que a Revolta da Vacina tratou-se de um movimento de defesa dos direitos civis, representando um fato histórico importante de participação a medida que demonstra uma luta por direitos básicos da pessoa humana (de moradia, respeito e dignidade) resultante da união e resistência de camadas populares.

A Revolta da Vacina foi um exemplo de como a narrativa do governo aliada com uma postura agressiva e descompromissada com a população podem gerar uma indignação na sociedade que, enfim, resolve se organizar e tomar uma atitude.

2.3.2. Revolução Constitucionalista de 32

Considerado por muitos historiadores como um movimento forte de massa, a Revolução Constitucionalista de 1932 divide especialistas a respeito de sua principal motivação. Tida como a maior campanha militar nacional do século XX (SANTOS; MOTA, 2010, p. 13), sob o mote de lutar por uma redemocratização do país, com a promulgação de uma nova constituição, a revolução também carregava outras razões, desde a hegemonia política e maior autonomia para o estado de maior importância econômica no país (São Paulo), até as correntes que lutavam pelo separatismo.

O conflito teve início em ressentimentos oriundos da Revolução de 1930 e da forma como se construiu o Governo Provisório de Getúlio Vargas, com a derrubada da Constituição de 1891 e, por conseguinte, diminuição da autonomia dos estados.

Originada por interesses políticos, na elite paulista, e apoiada por uma forte campanha dos meios de comunicação de massa – não só nos jornais e no rádio, como também com cartazes, panfletos e manifestos de pessoas ilustres – a Revolução logo ganhou as ruas e atingiu as massas que se alistaram “voluntariamente” para combater em favor de uma Nova Constituição e “por São Paulo” (SANTOS; MOTA, 2010, p. 17-23).

Houve, portanto, grande influência das narrativas de governo – que geraram insatisfação – e das narrativas da mídia, no convencimento da população para participar da revolução.

A respeito da expansão deste movimento para as camadas mais populares, Marco Cabral dos Santos defende que “o segredo dessa crescente abrangência residia, certamente, nos mecanismos de controle da opinião, uma vez que os nexos entre a Constituinte e a reconquista da autonomia estiveram presentes na fala de diversos políticos e órgãos da imprensa envolvidos com a campanha de persuasão popular” (SANTOS; MOTA, 2010, p. 17).

Este trecho mostra como as narrativas empregadas na ocasião foram determinantes não apenas para a adesão da população, mas para a legitimação da causa. Como figuras notórias defendiam o intento, as camadas mais pobres aderiam mais impelidas pela pressão do discurso persuasivo⁵⁴ do que propriamente pelo apoio às causas da batalha.

De acordo com Santos, a figura do bandeirante surgia nos materiais da campanha pela revolução como um símbolo mitológico capaz de estimular sentimentos de bravura e audácia nos voluntários (SANTOS; MOTA, 2010, p. 23). Aqui apresenta-se o poder do mito (que estudaremos no capítulo 3) como estímulo à participação dos cidadãos na revolução.

O estopim para a guerra civil aconteceu em 23 de maio de 1932 com o assassinato de jovens por partidários da ditadura, acontecimento que deu nome ao movimento revolucionário (MMDC⁵⁵).

Em 9 de julho seguinte, a revolução teve início e os voluntários paulistas começaram a batalhar contra as tropas federais, o apoio prometido de outros estados (Minas Gerais e Rio

⁵⁴ Santos e Mota (2010) trazem alguns exemplos do discurso persuasivo utilizado, que nos parece importante destacar:

- Para o *Estado de São Paulo*, a Constituinte seria “o remédio para todos os males” (p. 17-18)
- Nas palavras do secretário de Justiça Waldemar Ferreira: “só na constituição via São Paulo a segurança de sua autonomia” (p. 18)
- Plínio Barreto, presidente do Instituto dos Advogados, fez um manifesto que dizia “exercem a eloquência na tarefa patriótica de convencer os tímidos e os indecisos de que a incorporação nas forças combatentes é um dever a que ninguém poderá se furtar sem desonra e sem perigo” (p. 21)
- João Neves Fontoura, locutor da *Rádio Sociedade Record*, encoraja os ouvintes: “o espetáculo de São Paulo em armas entusiasma mesmo os cétricos. Há uma estranha beleza nesta metamorfose marcial. Um povo de trabalhadores despe a blusa e veste a farda. Tudo aqui deslumbra mesma a imaginação mais ardente” (p. 27)
- Mario de Andrade, na edição de 24 de julho do *Diário Nacional*, descreve um curioso método de persuasão: “A moça (...) se aproxima do rapaz e oferece um envelope fechado: – Quer ficar com um? – Pois não, senhorita? – Não, não tem que pagar nada, é grátis! E segue, distribuindo mais envelopes idênticos para quantos rapazes encontra (...) O rapaz, abrindo o envelope, tirou o papel dobrado (...) em que vem impresso: ‘VISTA SAIA’” (p. 32).

⁵⁵ Acrônimo criado a partir das iniciais dos nomes dos manifestantes paulistas Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, mortos pelas tropas federais no confronto de 23 de maio de 1932.

Grande do Sul) não veio – a exceção de poucas tropas mato-grossenses – e São Paulo⁵⁶ ficou sozinho na batalha contra todo o país, fato este que corrobora para a tese separatista ao invés da luta por um objetivo comum a toda a sociedade brasileira (a constituição e a democracia).

Getúlio Vargas, que já havia marcado a data das eleições para uma Assembleia Constituinte e nomeado um interventor civil e paulista para São Paulo (principais reivindicações da elite do estado), aproveitava para desmoralizar o movimento, defendendo que não havia razão para a revolução já que a nova constituição estava em vias de ser redigida (SANTOS; MOTA, 2010, p. 20). Novamente a narrativa do governo tenta influenciar no movimento. Desta vez, o objetivo é desmoralizá-lo diante da opinião pública do país.

Carecendo de preparo e de armamento, mesmo com o auxílio financeiro da sociedade e com a tentativa de produzir suas próprias armas, as tropas paulistas logo sucumbiram e renderam-se em outubro do mesmo ano. Apesar da derrota, os adeptos do movimento defendem que, não fosse por ele, não teria havido a redemocratização do país e a Constituição Federal de 1934 não existiria (SANTOS; MOTA, 2010, p. 82).

De acordo com Hernani Donato (1997, apud SANTOS; MOTA 2010, p.19) “nunca, em nenhum outro movimento brasileiro, registrou-se tamanha unanimidade entre uma população envolvida na defesa de seus ideais” e, para Paulo Nogueira Filho (1958, apud SANTOS; MOTA 2010, p.19), “poucas vezes, na história de nossos tempos, um povo soube, com tanto vigor e clareza, revelar e executar sua vontade”.

A partir destes entendimentos e, para os fins deste trabalho, a revolução de 32 pode ser classificada como um momento histórico no qual a participação popular foi um instrumento crucial de pressão no governo para que acontecessem mudanças políticas no país, apesar de haver muitas controvérsias a respeito da consciência desta participação.

Mota defende, porém, que entender a Revolução de 32 como obra do povo paulista em defesa de interesses nacionais é um grande mito (SANTOS; MOTA, 2010, p. 19).

Isso acontece porque muitos dos combatentes não tinham muito clara a motivação pela qual estavam lutando. A grande massa de maioria analfabeta do estado não compreendia o que era a Constituição e o que exatamente ela implicava para a democracia do país. Em realidade, a massa que participou efetivamente dos embates não lutava por mais direitos políticos ou sociais, era uma luta motivada por certa lealdade a sua região, ao território ao qual pertenciam, a São Paulo em si e pelo “caráter de excepcionalidade do paulista em relação ao brasileiro” (SANTOS; MOTA, 2010, p. 25).

⁵⁶ SANTOS; MOTA, 2010, p. 16.

Para Mario de Andrade, esta participação deveu-se ao “mimetismo das classes incultas, mais sujeitas à pressão do coletivismo” (apud SANTOS; MOTA, 2010, p. 24), isto é, por meio das narrativas circulantes, tanto pela mídia como no dia a dia das pessoas (narrativas cotidianas) os cidadãos eram motivados a se alistar e/ou a contribuir para financiar a revolução.

Por outro lado, o resultado final da revolução foi a promulgação da constituição de 1934, isto é, mesmo com todas as questões quanto à consciência sobre as reais motivações dos participantes do movimento, o impacto político é inegável.

2.3.3. Diretas Já

Iniciada em janeiro de 1984, a campanha das “Diretas Já” era tema de uma proposta de emenda constitucional do Deputado Dante de Oliveira, eleito pelo Mato Grosso, e defendia a volta da eleição presidencial por voto direto, após o governo do General Figueiredo. (CARVALHO, 1999, p. 111)

De acordo com CANÊDO (2003, p. 541), foi considerada a maior campanha popular da história brasileira devido ao número de pessoas mobilizadas, tanto nas capitais quanto em outras cidades importantes do país.

Respondendo ao chamado da Frente de Oposição ao Regime Militar (formada por PMDB, PT, partidos esquerdistas, movimentos sociais e associações), o povo ocupou ruas e praças em grandes e ruidosas manifestações públicas, com crescente cobertura midiática, até tornar-se presença obrigatória na agenda política nacional. (CARVALHO, 1999, p. 112)

O povo aparece como figura atuante na política do país, agindo em prol dos seus direitos e das suas convicções e, unido, luta para atingir estes objetivos e pressionar os governantes para aprovar a emenda que institui as eleições diretas. (CARVALHO, 1999, p. 113)

De repercussão nacional, a campanha aparece de maneira expressiva em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Destacam-se as figuras políticas de Ulisses Guimarães e Tancredo Neves, sendo que este último surge como um herói, capaz de devolver o país à democracia. Novamente observa-se a construção de uma narrativa mitológica que acaba impactando positivamente no envolvimento do cidadão, isto é, Tancredo Neves figurando como herói, salvador da democracia, motiva os cidadãos a lutar pelo direito ao voto direto que levaria a sua eleição e a concretização da democracia.

De acordo com Carvalho (1999, p. 112), as passeatas e comícios tinham ar de guerra festiva, combinando o uso de palavras de ordem com slogans⁵⁷, a presença de um “animador” oficial (Osmar Santos) e a utilização de cores e dos símbolos nacionais.

O então presidente Figueiredo, que deveria comandar a sucessão presidencial, aparece como uma figura contraditória, dividida entre entrevistas nas quais apóia a campanha e em discursos em que a condena (CARVALHO, 1999, p. 117).

A narrativa da imprensa colabora para a definição dos inimigos das diretas, apontando o governo, os presidenciáveis do PDS e os militares linha dura como oponentes a se combater em favor da redemocratização.

Não havia consenso no interior do PDS a respeito do candidato que deveria fazer oposição a Tancredo Neves, do PMDB, acabando por indicar a candidatura de Paulo Maluf, mesmo sem a adesão de todos os membros do partido.

Não obstante a derrubada da Emenda Dante de Oliveira, que garantiria as diretas, e, apesar da frustração gerada na sociedade, o que se viu foi um movimento de campanha orientada para o povo, as chamadas “diretas virtuais”, com comícios, promessas, campanhas de governo e até pesquisa de sondagem de opinião, nas quais Tancredo aparecia com 63,3% das preferências, contra 21,2% de Maluf, resultado este que fazia Tancredo ser levado ao Colégio Eleitoral “nos braços do povo” (Revista Isto é, 29/08/84, apud CARVALHO, 1999, p. 120).

O resultado das eleições a favor de Tancredo aumentou a certeza dos brasileiros de que foram eles que o “elegeram” e provocou uma enorme comemoração no país.

Um dia antes da posse, porém, o presidente foi internado para uma cirurgia, provocando grande comoção nacional, com vigílias e orações em todo o país pela saúde do presidente. Devido ao impedimento do presidente, o vice, José Sarney, assume a presidência, em março de 1985.

Após outras duas cirurgias, progressos e agravos de sua saúde, em 21 de abril de 1985, morre o presidente Tancredo Neves, apontado como mártir da democracia, em comparação a Tiradentes, também nascido em São João Del Rey, falecido na mesma data, mártir da Inconfidência Mineira.

Apesar da não aprovação das eleições diretas e, posteriormente, da frustração causada pela morte de Tancredo, o movimento das Diretas foi muito significativo para a evolução democrática do país, pois, depois de 21 anos de governos militares, o Brasil finalmente teve

⁵⁷ Como exemplo de slogan, podemos citar: “Diretas já! Quero votar pra presidente!” (CARVALHO, 1999, p. 112).

um presidente civil, não eleito diretamente, mas com grande colaboração da pressão social realizada pela população. O movimento representou um passo em direção às eleições diretas que ocorreram em 1989.

Além disso, a Campanha das Diretas é por todos lembrada como um ícone de participação popular, no qual as ruas se encheram de cidadãos que lutaram por seu direito de eleger diretamente o presidente da república e contra um regime militar que tinha, por tanto tempo, cerceado direitos e liberdades. Assim, este evento constitui uma memória positiva da participação da sociedade, por meio da qual as pessoas se lembram que o povo tem poder e condições de sair às ruas e reivindicar direitos.

2.3.4. Fiscal do Sarney

Durante o governo Sarney (1985-1990), ocorreram muitas mudanças em relação à imagem que a população tinha do governante. Inicialmente, Sarney era uma espécie de sombra de Tancredo, alguém que só tinha chegado ao poder pela ausência do *verdadeiro presidente* (CARVALHO, 1999, p. 123). Tempos depois sua imagem passou a ser ligada à velha Arena, ao PDS e a suas raízes na política coronelista do Maranhão. Com a assinatura do Plano Cruzado (em março de 1986) e o anúncio do congelamento de preços, sua imagem mudou novamente, passando a ser visto como forte e destemido (CARVALHO, 1999, p. 124).

Com o desafio de conter o aumento desenfreado dos preços, Sarney convocou “brasileiros e brasileiras”, em rede nacional, para participar do governo numa batalha cívica contra a inflação, na figura de “fiscais do presidente” (CARVALHO, 1999, p. 124, 125), momento no qual alcançou os inéditos 92% de aprovação popular. Aqui percebemos como a narrativa do governante pode funcionar como estímulo ao envolvimento e à participação popular já que, após a “convocação do presidente”, a população, munida de adesivos que diziam “Eu sou fiscal do Sarney”, entendia-se legítima para fechar estabelecimentos que estivessem remarcando preços, o que contrariava a política de contenção da inflação (CARVALHO, 1999, p. 125).

Toda a população estava mobilizada a lutar e fazer oposição contra o “único” inimigo da nação: a inflação. “A inflação não tem causas, só tem efeitos no discurso de Sarney” (PINTO, 1988, p. 78), assim a narrativa do governo Sarney consegue convencer a massa de que o mal não está no governo, deslocando todos os problemas da nação para a questão da

inflação que poderia ser “facilmente combatida” com a ação de todos no sentido de fiscalizar a remarcação de preços.

É uma narrativa mobilizadora, na qual cada cidadão entende que pode colaborar para um país melhor, exercendo a função de fiscal. Foi a primeira vez, desde o golpe militar de 1964, em que o Estado fez parte da mobilização ao invés de ser alvo dela (PINTO, 1988, p. 89).

“O discurso do Plano Cruzado é uma tentativa concreta de reverter o discurso antigoverno” (PINTO, 1988, p. 97) que tinha se consolidado no período militar e procura realizar esta tarefa destacando a necessidade que o governo tem do povo, chamando o povo a colaborar, embora esta participação seja limitada e restrita à fiscalização do congelamento dos preços. Este discurso não estimula o desenvolvimento do povo enquanto sujeito que tem voz própria e é capaz de tomar decisões e ter ações por si, apenas cria um novo tipo de sujeito: o fiscal do povo (PINTO, 1988, p. 111).

Apesar de não ter tido origem nas camadas populares e ser sim resultado de uma narrativa mobilizadora por parte do presidente, o momento histórico que denominamos “Fiscal do Sarney” parece-nos muito relevante, pois teve maciça adesão da sociedade civil.

Depois de tantos anos de ditadura, na qual não havia espaço para a mais básica participação (direito ao voto), abriu-se espaço para o que parecia uma efetiva participação no governo, com a qual seria possível não apenas se colocar no cenário político do país, mas mudar sua história e resolver seus problemas (econômicos).

Diante do fracasso do Plano Cruzado, enquanto política econômica, o sentimento de antigovernismo voltou a dominar a sociedade, aliado ao antiestatismo, no qual o governo era visto como corrupto e ineficaz (PINTO, 1988, p. 113).

O fiscal do povo transformou-se em “fiscal desiludido” (PINTO, 1988, p. 113), pois, mesmo com sua participação e dedicação, o governo não obteve os resultados esperados na contenção da inflação.

Dessa forma, entendemos que o episódio participativo do “fiscal do Sarney” acabou contribuindo não para o estímulo à participação na política, mas sim para uma sensação de impotência por parte do cidadão e de que não vale a pena participar. Estes fatores podem ter sido incutidos no imaginário social, mostrando que no Brasil não há uma democracia efetiva e enfraquecendo a ideia de que a participação dos cidadãos não só é possível, como é necessária, relevante e figura como promotora de mudanças políticas e sociais.

2.3.5. Conferência Nacional de Saúde

Nas décadas de 1980 e 1990, os movimentos sociais e associações começaram a exercer forte pressão sobre a agenda governamental no sentido de introduzir temas e demandas populares, como é o caso do movimento de saúde. (FERRAREZI e OLIVEIRA, 2010, p. 2)

As Conferências⁵⁸ de Saúde, existentes desde 1941, eram inicialmente utilizadas como espaço governamental e, a partir de 1986, assumem cada vez mais um caráter de participação social e mobilização em torno da obtenção de objetivos populares. (FERRAREZI e OLIVEIRA, 2010, p. 4)

Uma das conferências de saúde mais marcantes da história e um dos exemplos de que a participação popular pode obter resultados muito relevantes para a sociedade é a 8.^a Conferência Nacional de Saúde (CNS), ocorrida em 1986, a primeira conferência realizada depois do fim da ditadura militar. (FERRAREZI e OLIVEIRA, 2010, p. 4)

A 8.^a CNS aproveitou o contexto político propício para apresentar propostas de mudança na área da saúde, contou com mais de 4.000 participantes, com mil delegados, sendo 50% deles representantes da sociedade civil e 50% de instituições públicas. (FERRAREZI e OLIVEIRA, 2010, p. 5)

Esta conferência é muito significativa, pois seu relatório final provocou grandes mudanças no sistema de saúde brasileiro, à medida que propôs a implementação do SUS e foi subsídio para a elaboração do capítulo de saúde da Constituição Federal de 1988, inserindo em seu texto o conceito de seguridade social⁵⁹.

A 8.^a conferência foi tão importante que, a partir dela, as conferências e Conselhos de Saúde passaram a ser parte constitutiva do novo sistema (FERRAREZI e OLIVEIRA, 2010, p.5).

Destacamos a CNS, por ser a mais antiga Conferência Nacional realizada no Brasil (a primeira data de 1941) e por sua magnitude, uma vez que obteve resultados tão expressivos. Para este trabalho, ela vem figurar como exemplo do que vem sendo desenvolvido em todas as conferências e conselhos nacionais a respeito de diversas temáticas. De acordo com o relatório do IPEA, de 2011, foram realizadas 80 conferências nos últimos 20 anos e há 61

⁵⁸ De acordo com a Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República (SNAS/SG-PR), conferências são “espaços democráticos para o encontro de diferentes setores da sociedade, interessados em avaliar, discutir, criticar e propor políticas públicas. Cumprem a importante função de construção de pautas para o diálogo social”. (FERRAREZI E OLIVEIRA, 2010)

⁵⁹ Conceito de seguridade social: atendimento independente de participação no mercado de trabalho.

conselhos nacionais de políticas públicas com participação popular, sendo compostos majoritariamente por 55% de membros da sociedade civil .

Tantos as conferências como os conselhos geram oportunidades para os cidadãos, grupos, movimentos e associações colocarem suas demandas. Ainda segundo o relatório do IPEA, as conferências e conselhos, aliados às mesas de negociação, audiências públicas e outros canais, propiciam a ampla discussão dos grandes programas de governo e das medidas mais importantes com a sociedade civil organizada (BRASIL, 2011, p. 21).

Além disso, a conquista obtida pela 8ª. CNS (a implementação do SUS) constrói uma narrativa positiva que pode influenciar os cidadãos a se envolverem em outros conselhos e conferências a fim de buscar por resultados semelhantes já que esta experiência demonstrou e é prova de que é possível.

2.3.6. Emendas Populares na Constituição Federal

A Resolução n.º 2 do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela redação da nova Constituição do Brasil, em seu artigo 24, previa a iniciativa popular de emendas. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) qualificou o mecanismo da emenda de proposta popular como instrumento relevante na dinâmica política da Assembleia (VIANNA LOPES, 2008, p.39), pois, previa a possibilidade de todos os seguimentos da sociedade apresentarem sugestões.

Este período (1987-1988) foi marcado pela expressividade das manifestações da sociedade civil, com a presença de associações nas reuniões das subcomissões, apresentação e defesa das emendas populares diante da comissão de sistematização, bem como as milhares de sugestões encaminhadas.

Foram 83 emendas admitidas de acordo com os termos do regimento, com a participação de cerca de 4 milhões de eleitores, sendo que muitas proposituras obtiveram número muito superior às 30 mil assinaturas necessárias.

De acordo com Vianna Lopes (2008, p.195), a CF 88 encerrou o ciclo da “cidadania regulada”, dando origem a uma “cidadania regulativa”, em que o Estado figura “como um referencial para a ação coletiva de interesses em busca da captura de seus órgãos, transmutados em agências institucionais de demandas sociais”.

Conforme vimos na seção anterior, a CF 88 está repleta de conceitos democráticos e de participação desde sua elaboração que contou com a abertura para o envolvimento das

camadas populares por meio das emendas, garantindo que as demandas sociais tivessem espaço e voz expressa na legislação.

Um exemplo de emenda popular à Constituição são os artigos 227 e 228, que defendem direitos da criança e do adolescente e posteriormente deram origem ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), conforme já mencionamos.

Sem dúvida alguma, podemos afirmar que a experiência da constituinte marcou a história da participação popular em nosso país, mostrando como é possível para a população, por meio de mecanismos legais, exercer influência no estado.

2.3.7. Orçamento Participativo

A experiência do Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre pode ser considerada, entre todos os momentos brasileiros que destacamos neste capítulo, como aquele que ficou mais conhecido mundialmente, pelo seu pioneirismo e foi utilizado como modelo para uma série de outras experiências não só pelo Brasil, mas pelo mundo afora.

Com seu início em 1989, em Porto Alegre, sob o governo petista de Olívio Dutra, o Orçamento Participativo não tinha uma fórmula pronta, foi sendo construído coletivamente, ano a ano, à medida que era experimentado. (GIRARDI, 2004, p. 271) Trata-se de um processo auto-regulado, nas palavras de Girardi: “A cada ano os próprios participantes rediscutem e aperfeiçoam seu Regimento Interno, o regramento sobre como o OP vai funcionar no ano seguinte.”

Para entendermos um pouco mais sobre como se deu esta experiência no Brasil, começaremos por explicar como o mecanismo funciona. De acordo com Gret e Sintomer (2002, p. 35), o orçamento participativo é composto por 4 esferas: o Executivo (prefeitura e demais órgãos da administração), o Legislativo (Câmara dos Vereadores), a sociedade civil (diretamente, em grupos informais ou associações) e os organismos específicos da estrutura participativa.

Estes organismos, chamados pelos autores de pirâmide participativa, têm fronteiras muito tênues com a sociedade civil e consistem em algumas etapas nas quais são estudadas as propostas e analisadas as prioridades da sociedade, que deverão ser consideradas no orçamento, levando-se em consideração a temática ou a região territorial. É chamado de pirâmide, pois tem exatamente este “volume” de pessoas participando em suas etapas, nas primeiras (nível microlocal) há mais abertura para todos participarem, sem necessidade de

conhecimento jurídico ou técnico e, conforme vai se evoluindo, são eleitos porta-vozes para apresentar as propostas na próxima etapa da pirâmide (nível das regiões). Depois desta etapa novamente são eleitos representantes (delegados) que formarão o Conselho do Orçamento Participativo (COP), último degrau da pirâmide, que reúne as prioridades das regiões e onde são negociados os investimentos. O orçamento participativo é um projeto que ocorre durante o ano todo. (GRET E SINTOMER, 2002, p. 40 a 47)

Cabe ao Executivo a tarefa de elaborar o orçamento municipal que pode ser aprovado ou não pela Câmara Municipal e ainda sofrer emendas da parte dos vereadores. As modificações devem passar novamente pelo crivo do prefeito que tem o poder de vetar ou sancioná-las. Ou seja, optar ou não por um orçamento participativo é uma decisão do Executivo municipal que implicará em abrir mão de uma de suas prerrogativas e, por conseguinte, abrir mão de poder.

Mas a opção pelo orçamento participativo pode apresentar muitas vantagens. Ele vem romper com a relação de clientelismo entre os cidadãos e os parlamentares, na qual algumas demandas são atendidas por meio de intervenção dos vereadores. Com este novo processo, a relação da sociedade se dá diretamente com o Executivo, que tem condições de propor à Câmara um orçamento mais compatível com as necessidades da população, visto que este é produto de um processo participativo e inclusivo (GRET E SINTOMER, 2002, p. 39). Os resultados acabam sendo a melhora na eficácia do orçamento, o atendimento às demandas sociais e uma crescente legitimidade das ações e decisões do governo.

De acordo com Pires (2001, p.136), a visibilidade internacional da experiência de Porto Alegre deve-se, não apenas ao sucesso de sua implantação, mas também a continuidade dada ao trabalho, o que gerou um amadurecimento necessário para sua consolidação.

A experiência do orçamento participativo de Porto Alegre foi, sem dúvida, um marco na participação política do país, sendo referência de combinação entre a democracia representativa e a participativa para inúmeros outros países. Acontece que este tipo de participação política depende não da pressão popular, resultante de movimentos ativos da sociedade e de associações. É um tipo de participação que depende, primeiramente, de iniciativa do governante eleito e abertura do seu governo para maior colaboração e participação por parte da sociedade. Vemos, portanto, uma experiência na qual a narrativa do governo foi positiva e gerou participação da população.

A importância deste momento é sem dúvida a boa repercussão que esta experiência de sucesso gera nas outras cidades brasileiras. Depois da abertura dada pelo governo, foi

necessária participação ativa da sociedade e, como o resultado do OP em si foi muito bom para a sociedade, a partir desta experiência, gerou-se uma narrativa positiva em relação à participação. Em outras palavras, podemos afirmar, a partir desta experiência, que participar é possível e que a participação pode atingir os resultados esperados se a sociedade se dispuser a comparecer nas reuniões, levar suas demandas e se mobilizar.

Essa narrativa positiva ao redor deste momento de participação ajuda não só a estimular movimentos semelhantes em outras cidades, como também aumentar a credibilidade nas ações de abertura participativa do governo, estimulando o desenvolvimento da democracia e da consciência cidadã.

2.3.8. Caras Pintadas

Sob a promessa de acabar com os marajás (funcionários públicos com altos salários), Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito pelo povo depois da ditadura militar. Após denúncias de corrupção no governo, instaurou-se uma CPI para investigação que acabou comprovando as denúncias, gerando grande decepção e descrença no eleitorado (CARMO, 2000, p. 163).

Em agosto de 1992, estudantes (primordialmente secundaristas) puseram-se em marcha em passeatas que ocuparam ruas do Rio de Janeiro e de São Paulo para manifestar-se contra o presidente. Com seus rostos pintados, foram ocupando cada vez mais cidades (principalmente as capitais) até (a)tingir todo o Brasil de verde e amarelo, comandados primeiramente pela UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), seguida da UNE (União Nacional dos Estudantes).

Preocupado com o crescimento do movimento, o presidente fez um pronunciamento em rede nacional de televisão, convocando todos os brasileiros – que estavam ao seu lado e confiavam em sua inocência quanto às acusações – a cobrirem suas janelas de panos e toalhas nas cores da bandeira e colocarem, em seus automóveis, fitas verde-amarelas (Veja, 19/08/1992, p.22; apud GROppo, 2008). O resultado foi o chamado “domingo negro” (16/08/92), no qual as pessoas saíram às ruas vestidas de preto, em protesto ao pedido do presidente, de maneira quase que espontânea.

As manifestações eram recheadas de representações da criatividade dos jovens, músicas e refrões criados, pessoas fantasiadas e objetos dos mais variados que aludiam ao

momento de corrupção vivido pelo país, gerando uma narrativa divertida que chamava a atenção da população a respeito das questões tratadas.

A passeata que representou o ápice do movimento ocorreu em São Paulo, no dia 25 de agosto, e reuniu 200 mil estudantes, num trajeto que partia do Museu de Arte de São Paulo (MASP), na Avenida Paulista, e acabava no Vale do Anhangabaú, no centro da cidade.

Segundo o jornal Folha de S. Paulo (apud GROPPPO, 2008, p. 43), as lideranças estudantis procuravam politizar a manifestação com refrões que comparavam o Brasil a Cuba⁶⁰, sem nenhum apoio dos manifestantes, que se concentravam nas frases de deboche em relação ao presidente.

Apesar das tentativas das organizações sindicais em organizar atos em apoio ao *impeachment*⁶¹, essas manifestações foram muito inexpressivas, como a de 11/09 que contou com apenas 8 mil participantes na contagem da Polícia Militar (GROPPPO, 2008, p. 43).

No final de agosto e início de setembro, forma-se um grupo pluripartidário denominado “Movimento pela ética na política”, que passa a organizar os atos públicos, apontado como responsável pela organização do maior ato pró-*impeachment* do país, no dia 18 de setembro, no Vale do Anhangabaú. Ao mesmo tempo, as manifestações estudantis começam a declinar (GROPPPO, 2008, p. 44).

A contagem do número de participantes é sempre muito díspar, entre o número apontado pela imprensa, o da Polícia Militar e os números informados pelos organizadores do movimento⁶², o que pode ser indicativo de uma tentativa de gerar narrativas concorrentes com objetivos específicos, por parte dos organizadores (ao superestimar o volume de pessoas) a intenção era engrandecer o movimento e por parte da Polícia Militar, minimizá-lo (reportando um número menor de participantes).

Rumores de uma greve geral e de atos que ameaçavam a ordem social – caso o Congresso não aprovasse o *impeachment* – obrigaram as polícias militares e o exército a deixar milhares de homens de prontidão. O resultado, porém, foi um clima de comemoração diante da aprovação, pelos deputados, da autorização para o Senado processar o presidente por crime de responsabilidade.

⁶⁰ “Brasil, Cuba, um só coração!” (GROPPPO, 2008, p. 43).

⁶¹ Impeachment, de modo lato, é o processo pelo qual o poder Legislativo sanciona a conduta de autoridade pública, destituindo-a do cargo e impondo-lhe pena de caráter político. (RICCITELLI, 2006, p.2)

⁶² Por exemplo: o ato promovido pelo Movimento pela Ética, em 18/09, no Rio de Janeiro, teve a presença de 650mil pessoas de acordo com a PM, 1 milhão segundo a organização do evento e 70 mil (!) de acordo com o Jornal *Folha de São S. Paulo*. Já em 25/09, na Candelária, a PM falou em 18mil, a Defesa Civil, 50mil e os organizadores divulgaram o número de 420mil (GROPPPO, 2008, p. 44-45).

Muitos autores associam o movimento dos estudantes de 1992 a uma imitação das passeatas da década de 60 e atribuem essa ligação à transmissão da minissérie “Anos Rebeldes” realizada pela TV Globo nesta mesma época, mas, de acordo com Groppo (2008, p. 41), “esta imitação [...] existiu até certo ponto, mas não foi supra-determinante”. Aparece aqui um importante papel da narrativa da mídia como estimuladora do envolvimento.

A despeito de alguns autores referirem-se ao movimento dos caras pintadas como uma manifestação apenas da “juventude dourada” (de elite), o resultado da pressão social na postura do Congresso é defendido por outros, como Carmo que afirma: “Assim como no episódio das Diretas Já, a grande maioria dos políticos só agiu devido às pressões das ruas” (2000, p.165).

O *impeachment* do presidente foi aprovado no Congresso, resultando no afastamento de Collor e posse do vice Itamar Franco, em outubro de 1992.

É bem verdade que não havia ideologia ou partido que unia todos aqueles manifestantes na rua, o único ponto de união era o lema “Fora, Collor!” De acordo com Groppo:

essas características peculiares das passeatas estudantis de 1992 – apartidarismo, bom humor, ataques pessoais e irônicos, estreiteza do lema comum – mostram que trata-se de um movimento com pouco tom político real, de enganosa consciência e de pequena eficácia para o futuro dos movimentos estudantis. [...] Inclusive, o movimento não crivou maiores bases para o futuro, sendo sua intensidade tão ofegante quanto sua efemeridade (GROPPO, 2008, p. 50).

Podemos concluir que, apesar de mostrar-se como um ressurgimento do movimento estudantil e, não obstante os resultados que a pressão das massas nas ruas obteve junto aos políticos e às votações do Congresso, as manifestações dos caras pintadas não provocaram uma efetiva e significativa mudança na maneira como aquela geração lidou com as questões políticas, fora do episódio do *impeachment*.

Por outro lado, como o resultado final foi o alcance do objetivo principal dos manifestantes (afastamento do presidente), o episódio dos Caras Pintadas pode contribuir como alimentador de um ideário que associaria os movimentos populares ao êxito de seus intentos, portanto, essa experiência pode funcionar como fator motivador para outros movimentos semelhantes que venham a acontecer.

2.3.9. Plebiscito, referendo e iniciativa popular de leis

Conforme citamos na seção anterior, a Constituição Federal de 1988 criou três mecanismos de participação direta da sociedade nos negócios públicos: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de leis. Como esta seção do texto traz um apanhado dos momentos históricos do Brasil relacionados à participação popular, entende-se como relevante trazer exemplos de ocasiões nas quais estes três instrumentos criados foram utilizados e de que forma isto ocorreu.

O primeiro plebiscito, pós CF 88, ocorreu em 1993 e estava previsto no artigo 2.º Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A decisão versava sobre a determinação da forma (república ou monarquia) e do sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) do país.

A maioria dos eleitores votou pela república (66%) presidencialista (55,4%), ou seja, pela manutenção do regime que vinha sendo adotado desde a proclamação da república⁶³, ocorrida 104 anos antes, com um breve período parlamentarista ocorrido na década de 60, durante o mandato presidencial de João Goulart.

Recentemente (dezembro de 2011), tivemos outro exemplo de plebiscito no país, tratando da questão da separação do Estado do Pará em três estados. Esta questão de subdivisão de estados está prevista na Constituição como matéria de consulta obrigatória da população, por meio de plebiscito (art. 18, § 3º). O resultado foi a manutenção do estado como está, 66,59% votaram “não” para a criação do estado de Carajás e 66,08% rejeitaram a criação do estado de Tapajós⁶⁴.

Há ainda em tramitação no Congresso Nacional projetos de plebiscito para decidir sobre a simultaneidade das eleições para todas as esferas de governo (PDC-514/2011), para decidir sobre o sistema eleitoral utilizado na escolha de vereadores e deputados e sobre o financiamento das campanhas eleitorais (PDC-497/2011), para reconhecer a união homossexual como entidade familiar (PDC-521/2011), entre outros⁶⁵.

Há ainda a possibilidade de realização de um plebiscito sobre a reforma política neste ano de 2013, mas até o fechamento desta dissertação não havia decisão a este respeito.

⁶³ Conforme notícia do Senado Federal, disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/Especiais/eleicoes2010/historia/presidencialismo-nasceu-com-a-republica-e-foi-confirmado-por-plebiscito-em-1993.aspx>> Acesso em: 2 Fev. 2012.

⁶⁴ Conforme matéria publicada no portal de notícias G1, disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/em-plebiscito-eleitores-do-para-rejeitam-divisao-do-estado.html>

⁶⁵ Pesquisa efetuada no portal do Senado Federal (www.senado.gov.br) e no portal da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br). Acessos em: Fev. 2012.

Um exemplo de utilização do referendo, outro instrumento instituído pela CF 88, ocorreu em 2005, momento no qual os eleitores foram convocados a decidir sobre a proibição do comércio de armas no Brasil. Cerca de 60% da população votou contra o desarmamento.

Na época, foram montadas frentes parlamentares para apoiar as duas possibilidades (o sim e o não). Um argumento forte na campanha do “não” foi a ineficácia do Estado na proteção dos cidadãos, o que fez muitos analistas concluírem que o resultado das urnas foi reflexo de um protesto contra o governo.⁶⁶

Quanto às iniciativas populares de leis, há 4 projetos propostos nestes moldes que foram aprovados e se tornaram lei, desde 1988. O primeiro deles foi aprovado no Congresso em 1994 e tratava de caracterizar a chacina realizada pelo esquadrão da morte como crime hediondo. O segundo referia-se à compra de votos que passou a ser crime passível de cassação e foi sancionado em 1999. A terceira iniciativa popular tornou-se lei em 2005, apesar de ter sido protocolada em 1992, e tratava da criação do Fundo Nacional de Habitação. A mais nova delas é a Lei da Ficha Limpa, que pretende vetar a candidatura de políticos condenados em processos não concluídos, sancionada em 2010.

Apesar desse aparente funcionamento do instrumento participativo, todas as matérias citadas que foram convertidas em lei, apesar de terem origem em movimentos sociais, precisaram ser “adotadas” por parlamentares para conseguir tramitar no Congresso. Isso acontece porque o Legislativo não tem meios para conferir o mais de um milhão de assinaturas e títulos de eleitor que a lei exige na propositura deste tipo de projeto⁶⁷.

A prática destes 3 instrumentos participativos ainda não é muito familiar aos cidadãos. Nos casos de plebiscito e referendo, a sociedade não tem o poder formal de convocar o sufrágio, convocação esta que fica na dependência do que foi fixado em lei e da vontade do Congresso Nacional.

Por outro lado, é muito importante para a consolidação da democracia e para o empoderamento dos cidadãos que questões como o caso da divisão do Pará, por exemplo, passem por decisão popular e, neste caso específico, a consulta é assegurada pela constituição.

Já no caso das iniciativas populares de leis, a quantidade de assinaturas que a lei exige para protocolar a proposta apresenta-se como fator que dificulta sua execução, por isso, é

⁶⁶ Conforme matéria publicada no Portal de Notícias R7, disponível em:

<<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/defensores-do-referendo-sobre-armas-de-2005-criticam-nova-tentativa-de-plebiscito-20110416.html>>. Acesso em: 18 Set. 2011.

⁶⁷ Conforme matéria publicada no Portal de notícias G1, disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/05/ficha-limpa-e-o-quarto-projeto-de-iniciativa-popular-se-tornar-lei.html>>. Acesso em: 18 Set. 2011.

necessário um forte movimento nacional para viabilizá-las. Por este motivo, essas 4 propostas convertidas em lei são tão significativas e mostram-se como sinais explícitos do amadurecimento democrático brasileiro.

2.3.10. Onda de manifestações de 2013

Em junho de 2013, uma série de manifestações tomou conta do Brasil. Classificada pela revista *Veja* como a “maior manifestação popular desde o Movimento das Diretas Já” (*Veja*, edição de 26 de junho de 2013, p. 68), foi inicialmente motivada pelo aumento das tarifas de ônibus, evoluindo depois para uma série de protestos que invadiram as ruas nas principais capitais do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Recife, Salvador, Goiânia, Florianópolis, Curitiba, Palmas, entre outras) e em outras tantas grandes cidades (Guarulhos, Sorocaba, Taboão da Serra, Campos do Jordão, etc.).

De acordo com Nobre (2013, p.3), as revoltas de junho de 2013 têm muito em comum com as Diretas Já e o movimento pelo *impeachment* de Collor, pois todas estas mobilizações não se limitavam a apenas um objetivo, tratava-se de uma série de reivindicações, frustrações e aspirações.

O aumento do valor das passagens do transporte público foi apenas o estopim dos movimentos populares que saíram às ruas para reivindicar por uma série de motivos: melhorias na saúde, na educação, contra a corrupção, contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37⁶⁸, contra os investimentos realizados para a Copa do Mundo da Fifa (que será realizada em 2014 no Brasil), em defesa da Reforma Política, entre diversas outras reivindicações.

Na realidade, o povo brasileiro “aproveitou” a oportunidade para protestar contra tudo o que vem causando descontentamento há muito tempo, como se de repente a paciência tivesse se esgotado e a situação ficado insustentável o bastante para gerar um movimento em busca de mudança.

As reivindicações eram diversas, mas todas tinham o mesmo anseio: uma postura mais honesta dos políticos, como pontua a revista *Época*: “apesar da longa lista de reivindicações, os protestos pelo Brasil pediram basicamente responsabilidade, ética, ação e transparência dos políticos...” (*Revista Época*, edição especial, 24 de junho de 2013; p. 42).

⁶⁸ “... vital para o combate à impunidade e à corrupção no país é a rejeição à chamada PEC 37, proposta de emenda constitucional em tramitação no Congresso Nacional que pode impedir o Ministério Público (MP) de fazer investigações criminais” (*Veja*, edição de 26 de junho de 2013, p. 79).

Esta revista, em edição especial sobre o que chamou de “a maior revolta popular da história da democracia brasileira”, trouxe fotos com algumas das principais reivindicações e protestos dos manifestantes, das quais destacamos: “Estádios já temos... Bora construir um país em volta?”; “+20 não! PEC 37 também não!”; “Basta de corrupção”; “Queremos escolas padrão FIFA”; “Acorda Brasil!”; “Vem pra rua!”; “Enquanto você assiste TV, eu mudo o país por você”; “O povo acordou” (Revista Época, edição especial, 24 de junho de 2013; p. 38-39).

Estes cartazes mostram a existência de uma narrativa vinda da população onde qualquer pessoa poderia livremente expressar seu descontentamento ou reivindicação e, ao mesmo tempo, procurar sensibilizar outras pessoas a aderir aos protestos, chamando-os a participar.

O volume de pessoas nas ruas foi o que mais chamou a atenção, o Rio de Janeiro conseguiu a marca de 300 mil pessoas em uma das passeatas, já São Paulo reuniu 100 mil pessoas de modo pacífico e sem incidentes graves, na Avenida Paulista, um de seus principais cartões postais.

No dia 20 de junho, “por volta de 1,2 milhão de brasileiros ocuparam as ruas do país num protesto que misturou euforia, emoção, violência – e, sobretudo, perplexidade” (Revista Época, edição especial, 24 de junho de 2013; p. 32). Ainda segundo a revista, “pelo menos 100 cidades registraram manifestações, que [...] também se estenderam ao exterior” (p. 35).

Infelizmente nem todos os manifestantes agiram de forma pacífica, jovens que protestavam viam-se misturados a vândalos, resultando em carros incendiados, saques a lojas no centro de São Paulo e confrontos com a polícia. Em Brasília, um grupo tentou invadir o Palácio do Itamaraty, enquanto em São Paulo os alvos foram o Palácio dos Bandeirantes e a Prefeitura Municipal. Apesar de largamente noticiados pela imprensa, os atos de vandalismo foram praticados por uma pequena parcela dos manifestantes, isto é, a maior parte das pessoas estavam protestando de forma pacífica.

O excesso de atenção dado pela mídia para os atos de vandalismo pode caracterizar-se como uma narrativa com o objetivo de desestimular a adesão às manifestações ou então de desvalorizar o movimento.

O resultado das manifestações foi bastante positivo. Segundo reportagem da revista Veja:

Em poucos dias, os protestos conseguiram a façanha inédita de fazer o Congresso aprovar projetos contra a corrupção, os governos reduzirem tarifas e o Judiciário mandar um político para a cadeia. O grito dos manifestantes acordou os 3 poderes (Veja, edição de 3 de julho de 2013, p. 54).

Diante dos protestos contra o reajuste das tarifas do transporte público, prefeitos e governadores optaram por revogar o aumento das passagens em várias cidades brasileiras⁶⁹. Já as manifestações contra a PEC 37 impactaram diretamente na pauta do Congresso Nacional, uma vez que “depois dos protestos [...] o comando da Casa apressou-se em retirar o tema da pauta da semana, preocupado com a possibilidade de a votação inflamar mais as ruas” (Veja, edição de 26 de junho de 2013, p. 79). Na semana seguinte, a proposta foi derrubada por 430 votos a 9 (Veja, edição de 3 de julho de 2013, p. 56), ou seja, até os congressistas que eram, inicialmente, a favor da emenda, mudaram de ideia para não se opor ao clamor das massas e evitar indisposições com a opinião pública.

O Executivo federal, atordoado com as manifestações, também procurou uma forma de responder aos anseios da população, com a proposta de realizar uma reforma política, inicialmente por uma Assembleia Constituinte (proposta que foi refutada logo em seguida de sua realização, devido à ilegalidade da medida⁷⁰) depois com uma consulta popular, que seria realizada por meio de um plebiscito ou de um referendo⁷¹.

Como dissemos, a onda de manifestações extrapolou os motivos iniciais e expandiu para outros segmentos e outras reivindicações, como foi o caso das manifestações de caminhoneiros que pararam estradas para evitar o aumento dos pedágios, impedir a alteração da forma de cobrança aplicada aos caminhões, reclamar sobre as condições insatisfatórias das rodovias e do preço do óleo diesel. Da mesma forma, manifestaram-se médicos contra a vinda de profissionais do exterior (anunciada pela presidenta em pronunciamento oficial em rede nacional), centrais sindicais dos mais diversos segmentos, entre outros.

Em realidade, estes acontecimentos geraram uma “moda” na qual tudo parecia um bom motivo para uma mobilização, para fazer uma passeata, empunhar cartazes, bradar palavras de ordem e lutar por uma causa.

Um diferencial bastante significativo destas manifestações foi sua forte articulação pela internet por meio das redes sociais:

Na esfera digital, o movimento ganha corpo. Facebook, Twitter, Youtube e Instagram são usados para compartilhar fotos, vídeos, mensagens e notícias. O

⁶⁹ As tarifas foram reduzidas em cerca de 60 cidades, 13 delas capitais, inclusive São Paulo e Rio de Janeiro que anunciaram a revogação dos reajustes em 19 de junho (Revista Época, edição especial, 24 de junho de 2013; p. 37).

⁷⁰ Uma Assembleia Constituinte só pode ser convocada pelo Parlamento em caso de ruptura da ordem institucional (Veja, edição de 3 de julho de 2013, p. 64).

⁷¹ Até a finalização da presente dissertação não havia decisão sobre como seria realizada a reforma política.

movimento vira moda e transborda os grupos iniciais (Revista Época, edição especial, 24 de junho de 2013, p. 83).

Esse crescimento do movimento ocorrido nas redes sociais demonstra a força das narrativas que circulam entre familiares, amigos e conhecidos, uma vez que este é um dos preceitos destas mídias sociais. O surgimento do protesto foi organizado, mas a sua expansão ganhou vida por meio dos relacionamentos entre as pessoas e de um “boca a boca virtual” que propagou os eventos. Muitas famílias e grupos de amigos compareceram às passeatas, que denota que a participação e envolvimento das pessoas resultaram de estímulos oriundos desta esfera mais íntima dos indivíduos.

As primeiras passeatas, contra o reajuste das tarifas de ônibus, ocorridas em São Paulo, no dia 6 de junho de 2013, foram organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), que se retirou de cena assim que o objetivo (revogação do reajuste) foi atingido. A partir daí, a mobilização seguiu sem liderança e sem um objetivo único e direcionado. As passeatas organizaram-se “a partir de catalisadores nas redes sociais e no boca a boca das mensagens de texto. Não são revoltas dirigidas contra este ou aquele partido, esta ou aquela figura política. São revoltas contra o sistema...” (NOBRE, 2013, p. 3),

É também a primeira vez em anos que o Partido dos Trabalhadores (PT) é alvo das manifestações ao invés de ser parte integrante delas:

São os primeiros feitos no Brasil, desde a década de 1980, que não contam com a presença ou a liderança do PT [...] Após dez anos no poder, é a primeira vez que um movimento de protesto em escala nacional é feito não só, mas contra o PT. É o fim do ciclo do PT identificado como partido dos movimentos populares, com anseios de mudança e oposição a mazelas na política (Revista Época, edição especial, 24 de junho de 2013; p. 48).

Nobre (2013, p. 18) relata que o PT hesitou em aderir às manifestações e, quando o fez, convocando a militância a se engajar nos protestos, já era tarde demais e este movimento acabou sendo mal visto.

Assim, sem uma liderança definida, um objetivo único e um articulador singular, os manifestantes tinham as mais diversas motivações para sair às ruas. As revistas *Veja* e *Época*, em matérias e edições especiais, trouxeram uma série de declarações de manifestantes entrevistados durante as passeatas, das quais destacamos alguns depoimentos que exemplificam algumas das motivações que levaram as pessoas a se envolverem nos protestos.

Maria Antonia Demasi, mãe de jovem que foi às manifestações, motivou-se a comparecer às passeatas para acompanhar sua filha, criou um evento no Facebook chamado “Mães na manifestação” e foi às ruas, junto com muitas outras mães de adolescentes (Revista Época, edição especial, 24 de junho de 2013, p. 36).

A estudante Thais Sottili também reporta que o envolvimento de outras pessoas aliado a sua insatisfação pessoal fizeram com que tivesse vontade de participar:

Quero mudanças na política, na educação e na saúde. As pessoas se engajaram e isso me deu motivação para participar (Veja, edição de 26 de junho de 2013, p. 87).

Já a auxiliar técnica Barbara Nishimoto, demonstra que o que a motivou foi uma insatisfação generalizada com as condições do país:

Estou cansada de pagar por um transporte público de péssima qualidade. Cansada de ficar presa no trânsito em ônibus lotado, por horas. Cansada de carregar uma carteira e um celular extra para entregar ao ladrão em caso de assalto [...] (Revista Época, edição especial, 24 de junho de 2013, p. 70).

O mesmo motivo originou o envolvimento da estudante Bruna Erminda:

Esse é o momento de gritar, de mostrar que não estamos somente nas redes sociais. A gente está nas ruas para mostrar que não aguenta mais (Revista Época, edição especial, 24 de junho de 2013, p. 74).

De acordo com Nobre (2013, p. 8), os movimentos de junho de 2013 demonstram um grande avanço, uma vez que a pauta desta vez não é mais a transição para a democracia (como foi nos movimentos das Diretas e dos Caras Pintadas), mas sim o **aprofundamento** da democracia.

Esta onda de manifestações foi (e está sendo) resultado de uma grande insatisfação do povo brasileiro e teve um grande poder de contaminação entre as pessoas, crescendo como uma bola de neve e se propagando pelo país. Ainda não é possível dizer aonde elas chegarão, se terão alguma grande conquista a médio e longo prazo ou se acabarão de repente, assim como começaram, mas o que todos são unânimes em afirmar é que os protestos demonstraram uma grande força popular e que a história do país jamais será a mesma depois disso.

Capítulo 3 - Memória, narrativas e participação política – o papel das narrativas cotidianas

No capítulo 1, pudemos observar que há uma série de fatores que influenciam a participação política, como a cultura, a questão da confiança, o capital social e a questão do reconhecimento. Todas as teorias estudam influências que são construídas ao longo da história e ficam arraigadas na vida das pessoas a ponto de consciente ou inconscientemente influenciar suas atitudes e pensamentos.

Já no segundo capítulo, vimos que a história da democracia em nosso país traz acontecimentos muito fortes quanto à questão da participação política que acabam, de alguma forma, influenciando na forma como os cidadãos brasileiros hoje fazem sentido sobre o mundo político e como se comportam diante das instituições e das figuras políticas.

Dessa forma, entendemos que o impulso para a participação política pode estar relacionado a algo que está interiorizado na memória do cidadão, seja um fato positivo ou negativo.

Esta interiorização da informação na memória pode ter acontecido de duas formas, a primeira delas está ligada à experiência direta. O cidadão pode ter tido uma experiência (novamente positiva ou negativa) com o governo, suas instituições e figuras políticas, que ficou registrada em sua memória e a partir daí passou a nortear suas ações. Por exemplo, o indivíduo pode ter procurado uma instituição e não obtido um atendimento satisfatório, assim, ficou em sua memória uma imagem ruim em relação àquela instituição e esta imagem afetará seus próximos relacionamentos com ela.

A segunda maneira de interiorização da informação na memória aconteceria pelo contato indireto com a experiência, por meio do conhecimento da experiência de outro indivíduo. Essa experiência de outro indivíduo nada mais é do que uma história contada que pode acontecer oralmente ou escrita, direta ou indiretamente (por meio da mídia ou de outros indivíduos que não o envolvido na experiência). Assim, quando assiste uma reportagem que fala a respeito de certa instituição ou figura política, ou ouve de um conhecido uma narrativa a este respeito, ou ainda tem contato com um fato da história política do país sobre aquela temática, tal informação é registrada e guardada na memória daquele indivíduo e será acessada num momento posterior, em que ele precisar avaliar se deve ou não relacionar-se com aquela instituição/figura.

De toda forma, essas experiências individuais parecem ter grande força de verdade e impactam diretamente no que as pessoas pensam sobre as instituições e figuras políticas e no seu comportamento em relação a elas. Por exemplo, se um cidadão pensa em procurar um político para pedir sua intervenção em relação a um problema que seu bairro está enfrentando e fica sabendo por meio de um conhecido ou amigo que este político não atende seus eleitores e trata-os mal, há grandes chances de que ele decida não mais procurá-lo.

Por outro lado, é preciso ter em mente que estas narrativas de experiências que ocorrem no cotidiano das pessoas são influenciadas por mitos, estereótipos e arquétipos e que tudo isto tem um impacto no ideário do cidadão.

As narrativas ouvidas acabam sendo utilizadas como atalhos numa situação de decisão, tanto numa situação como a citada no exemplo anterior – isto é, para saber se devo falar com um político X ou Y, primeiro me informo com meus conhecidos e amigos se alguém já teve algum contato e obteve sucesso – como num momento eleitoral. É comum que, ao invés de pesquisar, investigar e procurar saber de fontes fidedignas se tal candidato é ou não digno de seu voto, o cidadão procure em sua esfera de relacionamentos opiniões que o ajudem a decidir, isto é, narrativas funcionando como atalhos para decisão.

A maneira como o cidadão faz sentido sobre política, as decisões que toma e seu nível de envolvimento e participação são resultado de seu contato com narrativas sobre este assunto nas suas esferas pública e privada.

Todas essas narrativas influenciam na formação de uma opinião pública que, ao mesmo tempo, influencia e é influenciada pelas opiniões particulares.

Assim, neste terceiro capítulo, vamos debater, a luz das teorias que tratam da memória e das narrativas, perpassando pelos conceitos de esfera pública e opinião pública, de que maneira toda esta história impacta nas ações atuais dos indivíduos em sua esfera mais cotidiana, construindo a chamada sabedoria popular e influenciando nas decisões dos cidadãos.

3.1. A história e a memória

“A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente...”

(NORA, 1993, p. 10).

Segundo o dicionário Houaiss, o termo história significa:

1. conjunto de conhecimentos relativos ao passado da humanidade, segundo o lugar, a época, o ponto de vista escolhido; 2. ciência que estuda eventos passados com referência a um povo, país, período ou indivíduo específico; 3. a evolução da humanidade ao longo de seu passado e presente; sequência de acontecimentos e fatos a ela correlatos [...].

Ao passo que a memória é denominada por:

1. faculdade de conservar e lembrar estados de consciência passados e tudo quanto se ache associado aos mesmos; 2. lembrança que alguém deixa de si, quando ausente ou após sua morte, mercê de seus feitos (bons ou maus), qualidades, defeitos etc.; nome, reputação; [...] 3. aquilo que ocorre ao espírito como resultado de experiências já vividas; lembrança, reminiscência; [...] 19. função geral que consiste em reviver ou restabelecer experiências passadas com maior ou menor consciência de que a experiência do momento presente é um ato de revivescimento [...].

Percebemos que, pelas definições colocadas, o conceito de história está ligado àquilo que é ciência, fato, o que realmente aconteceu, enquanto que a memória está relacionada com lembranças, estados de consciência e experiências já vividas. Ou seja, de acordo com o dicionário, a história é objetiva e a memória subjetiva.

Para Santos e Mota (2010, p. 9), “a história deve estar atenta não apenas para a produção profissional dos historiadores, mas igualmente para um conjunto de discursos que compõem e alimentam a imaginação social”, ou seja, para as narrativas baseadas na memória coletiva (falaremos mais das narrativas nas próximas seções).

Ferreira (2002, p. 321) afirma que a memória é, assim como a história, uma “construção do passado, mas pautada em emoções e vivências, ela é flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente”.

Ambos os termos estão imbricados, pois “todos os rastros da História, sejam do progresso ou da decadência, deixam registros na memória” (COGO e NASSAR, 2011a, p. 3).

Na realidade, tanto a história quanto a memória são passíveis de recortes, opiniões e pontos de vista, pois ambas são narradas por alguém e este narrador (como veremos mais adiante) imprime sua marca naquela narração.

Para Pinto (2001, p. 297), a história retrata o passado de forma racional, sem a “aura de culto, metamorfoseado em conhecimentos, em representação” e a memória, por sua vez, “recupera a história vivida, história como experiência humana de uma temporalidade” incorporando ao passado “um grau de sacro, de mito.”

De acordo com Meneses (1992, p.9), a memória é um instrumento para registrar e reter informações, funcionando como um depósito de dados, conhecimento e experiências, sendo, dessa forma, suscetível a esquecimentos e omissões.

Para a discussão proposta nesta dissertação, é interessante apontar que tanto a história quanto a memória têm papel importante quando o assunto é participação política. Como vimos no capítulo anterior, a história traz fatos importantes a respeito da participação, assim como a memória (das pessoas individualmente e da sociedade em geral) guarda informações e experiências que serão acessadas no momento de fazer sentido sobre a política, envolver ou tomar decisões neste universo.

Grande parte do que fazemos e vivemos fica armazenado em nossa memória. Uma porção de tudo aquilo que vimos e ouvimos também. Como não é possível memorizar todas as coisas com as quais temos contato durante nossas vidas, nosso cérebro faz uma espécie de seleção do que guardar, escolhendo certas coisas em detrimento de outras.

Seria, então, uma pré-condição da memória a seleção dos dados que serão armazenados, efetuando-a tanto de forma consciente quanto inconscientemente. Para Benjamin (1989, p. 103), “a experiência é matéria da tradição, tanto na vida privada quanto na coletiva. Forma-se menos com dados isolados e rigorosamente fixados na memória, do que com dados acumulados, e com frequência inconscientes, que afluem à memória”.

Delgado aponta que não apenas a memória, mas também a história é altamente seletiva, sendo que a seleção feita por esta última acaba por influenciar o que será percebido pela primeira. Segundo a autora, “a prevalência da rememoração ou do esquecimento apresenta ressonância significativa no conteúdo da produção historiográfica, que se entrelaça à memória coletiva” (Delgado, 2010, p. 124).

Segundo Arendt (1993, p. 95), “não há marca visível que separe a verdade da opinião”, isto é, na realidade, toda narrativa, seja ela histórica ou advinda da memória, é passível de distanciar-se da realidade, aproximando-se muito mais da opinião, gerando não apenas transcrições literais de acontecimentos, mas versões deles.

Entendemos, portanto, que apesar de serem suscetíveis a mecanismos de seleção, tanto a história quanto a memória são fundamentais para a vida em sociedade, pois é a partir delas que se guardam e são transmitidos conhecimentos, normas sociais e experiências passadas que contribuem não apenas com o funcionamento básico da vida em sociedade, como também, com as tradições e a cultura de um povo.

A respeito disso, Velho (2001, p.11) afirma que “não existe vida social sem memória, a própria possibilidade de interação depende de experiências e expectativas culturalmente compartilhadas”.

Por registrarem os conhecimentos, normas sociais, experiências e expectativas de uma sociedade, a história e a memória mostram-se diretamente relacionadas com as teorias que apontamos no primeiro capítulo, sobre cultura, confiança, capital social, reconhecimento e *empowerment*.

Isto acontece pois o resultado destas teorias está pautado em relacionamentos sociais que, conforme vimos, dependem das experiências e expectativas compartilhadas.

O assunto da memória é objeto de estudo desde tempos muito distantes, de acordo com a historiadora britânica, Frances Yates, em seu livro *A arte da memória*, os primeiros registros sobre a arte da memória foram feitos em fontes latinas, embora o objeto do relato fosse uma história grega (2007, p. 17). De acordo com esta autora, há dois tipos de memória: uma memória natural e outra artificial, ela explica:

A natural é aquela inserida em nossas mentes, que nasce ao mesmo tempo que o pensamento. A memória artificial fundamenta-se em lugares e imagens. Um *locus* é um lugar facilmente apreendido pela memória, como uma casa, um canto, um arco etc. Imagens são formas, signos distintivos, símbolos daquilo que queremos lembrar (YATES, 2007, p.23).

Já o filósofo francês Henri Bergson (1999, p. 88-89, apud NASSAR, 2006, p. 109) sugere que existem dois tipos de memória: a memória pura, que registra, “sob forma de imagens-lembranças, todos os acontecimentos de nossa vida cotidiana à medida que se desenrolam”; e a memória-hábito, que os cria e fixa em nossa mente a partir da repetição, não representando o nosso passado, mas “o encenando”, em função de um objetivo útil.

Além destes tipos, Chauí (1999, p. 129) nos oferece uma tipologia mais detalhada, da qual é importante ressaltar um tipo de memória que seria chamada de memória social ou histórica, fixada por uma sociedade “através de mitos fundadores e de relatos, registros, documentos, monumentos, datas e nomes de pessoas, fatos, lugares que possuem significado para a vida coletiva”⁷².

Essa memória descrita por Chauí nos apresenta como uma ligação clara entre a história e a memória, visto que os elementos que a compõem e estimulam são oriundos da história daquela sociedade, tais como documentos, monumentos, fatos, etc. Sendo assim,

⁷² “Excetuando-se os mitos, que são fabulações, essa memória é objetiva, pois existe em objetos (textos, monumentos, instrumentos, ornamentos etc.) e fora de nós” (CHAUÍ, 1999, p. 129).

podemos afirmar que, muitas vezes, a memória criada de maneira coletiva nada mais é do que fruto da história existente ou de outras memórias apresentadas.

De acordo com a temática da presente dissertação, cabe-nos relacionar a história e a memória do ponto de vista da política. Conforme trabalhamos no segundo capítulo deste texto, a história do Brasil tem fatos marcantes que representam um grande peso e possuem um grande reflexo no comportamento político dos cidadãos hoje em dia, isto porque eles fornecem elementos históricos que passam a fazer parte da memória coletiva dos cidadãos e, dessa maneira, norteiam, mesmo que inconscientemente suas atitudes e decisões.

Benjamin (1989, p. 104) colabora com este raciocínio quando afirma que “onde há experiência no sentido estrito do termo, entram em conjunção, na memória, certos conteúdos do passado individual com outros do passado coletivo”, isto é, a memória coletiva mistura-se com a memória individual ao exercer influência sobre as atitudes dos cidadãos.

Toda esta história acaba influenciando a maneira como a população lida não apenas com a política (utilizando o termo de maneira genérica e abstrata), mas principalmente com suas instituições e representantes, personificando anos de história em instituições e pessoas.

A respeito disso, Nassar (2008b, p. 111) lembra que “a cultura, os comportamentos, os símbolos, a identidade e a comunicação, o conjunto de elementos que formam a personalidade e a imagem de uma empresa ou instituição, são os grandes pilares da memória”.

No campo político, estes elementos apontados por Nassar (comportamentos, identidade e comunicação) estão muito ligados ao perfil do governante que ocupa o cargo de responsabilidade sobre aquela instituição, seja ela uma Câmara Municipal, uma prefeitura, ou mesmo a presidência do país.

Com base nas atitudes tomadas ao longo dos anos por estas autoridades e o reflexo que elas tiveram nos acontecimentos, constrói-se uma memória coletiva que toma corpo e força, norteando expectativas e ações, não apenas em relação à figura em si ou ao partido ao qual ela é filiada, mas a ideia acaba estendendo-se à instituição ou posição ocupada ou ainda generalizada para toda a classe política.

Essa memória coletiva, porém, é constantemente alimentada por novos acontecimentos que se somam aos do passado, reforçando ideias ou propondo novos modelos mentais. Nas palavras de Frochtengarten (2005, p. 367), o “passado permanece então em contínua reconstrução pela memória coletiva”.

Nassar (2007, p. 331) acrescenta que “uma instituição é bem percebida pela sociedade no presente quando suas memórias individuais e sociais expressam um bom e belo equilíbrio, originário das histórias ligadas às suas competências, legalidades e legitimidades”.

Em seus artigos, Jacques Le Goff, a respeito das relações entre a história e a memória, afirma que seria um instrumento de governo utilizar-se da memória (apud FLORES, 2001, p. 139), isto poderia se justificar porque, ao passo que a história é “imutável”, está registrada de uma forma fixa, a memória está em constante mutação, pois é influenciada por outros acontecimentos e é sempre lida com base no momento presente de quem rememora.

3.2. Mitos, heróis, arquétipos e estereótipos

“Somos criaturas criadoras de mitos” (ARMSTRONG, 2005, p. 114)

Para Adam e Revaz (1997, p. 106), há uma categoria de narrativas que tem por objetivo explicar os enigmas do mundo, são os mitos, contos e lendas – nos quais a construção da intriga dá uma resposta a um problema ou a uma questão.

A história da humanidade está recheada de mitos. Na realidade, há várias formas de se entender a palavra mito. Novamente recorreremos ao dicionário que vem nos mostrar as seguintes definições principais:

1. relato fantástico de tradição oral, geralmente protagonizado por seres que encarnam, sob forma simbólica, as forças da natureza e os aspectos gerais da condição humana; lenda, fábula, mitologia;
2. narrativa acerca dos tempos heroicos, que geralmente guarda um fundo de verdade;
3. relato simbólico, passado de geração em geração dentro de um grupo, que narra e explica a origem de determinado fenômeno, ser vivo, acidente geográfico, instituição, costume social, etc.;
4. representação de fatos e/ou personagens históricos, frequentemente deformados, amplificados através do imaginário coletivo e de longas tradições literárias orais ou escritas; [...]
9. afirmação fantasiosa, inverídica, que é disseminada com fins de dominação, difamatórios, propagandísticos, como guerra psicológica ou ideológica
10. afirmação ou narrativa inverídica, inventada, que é sintoma de distúrbio mental; fabulação. (HOUAISS)

Há, portanto, os mitos que vêm de tempos distantes (definições 1, 2 e 3), que foram criados para nos ajudar a conviver com algumas situações da existência humana, sem os quais não seríamos capazes, conforme afirma Armstrong (2005, p. 11) “A mitologia foi [...] criada para nos auxiliar a lidar com as dificuldades humanas mais problemáticas”.

Adam e Revaz corroboram com esta ideia quando afirmam que o mito tem a função de encontrar respostas às questões fundamentais dos indivíduos de uma determinada sociedade (ADAM E REVAZ, 1997, p. 106).

Aristóteles (1992) define mito como “imitação de ações”, como “composição dos atos”, o que Ricoeur (1994) traduz como “agenciamento dos fatos” (apud VIEIRA, 2001, p.606).

Na opinião de Campbell (2009, p.4), mitos são histórias da busca do homem pelo sentido, pela significação, através dos tempos.

Alinhados a este conceito, Cogo e Nassar (2011a, p. 6) afirmam que “os mitos, diferentemente da história, são narrações que tentam exprimir dimensões divinas ou sobrenaturais no entremeio da abordagem racional, buscando ser mais agradáveis e utilizando um discurso que dispensa demonstração.”

Há também a interpretação de mito como sendo algo fantasioso, exagerado ou inverídico (definições 4, 9 e 10), conforme afirma Armstrong (2005, p. 12) “A palavra ‘mito’ hoje é usada com frequência para descrever algo que simplesmente não é verdadeiro.”.

Armstrong cita cinco aspectos importantes do mito: 1. baseia-se na experiência da morte e no medo da extinção; 2. é inseparável do ritual; 3. os mitos mais fortes se relacionam com o extremo e nos forçam a ir além de nossa experiência; 4. fornece modelos de comportamento; 5. o mito fala de outro plano que existe paralelamente ao nosso mundo, e em certo sentido o ampara (ARMSTRONG, 2005, p. 9-10).

Qualquer que seja a interpretação de mito que adotemos (dentre as apontadas acima) é fato que a história, a memória e as narrativas estão sempre cheias de mitos, criando-os muitas vezes, e outras tantas apenas reproduzindo-os ou fortalecendo-os.

São várias as “formas” que os mitos assumem no mundo da política, sendo que a mais presente atualmente traz esta leitura apontada por Armstrong de referir-se a algo que não é verdadeiro. Como exemplo, podemos citar aquelas ideias pré-concebidas de que “participar não dá resultado” ou “todo político é ladrão”. Na realidade, essas ideias não são de todo inverídicas, mas são sim baseadas em narrativas históricas e de memória do país que guardam registros de eventos que tiveram estas características. Por outro lado, encaramos estas declarações como mitos, pois elas levam a uma generalização danosa, que acaba tornando-as falsas. Portanto, este tipo de mito citado tende a influenciar negativamente o cidadão, no sentido de desmotivá-lo a se envolver em questões políticas.

O “problema” destas ideias encerra-se na afirmativa de Eliade (2008, p. 84) defende que o mito tem poder de tornar-se verdade absoluta assim que é verbalizado, “dito” ou revelado, quer dizer, para tornar-se real, basta-lhe a narração.

A segunda definição que o dicionário nos dá para a palavra mito nos remete a outro conceito que devemos destacar, o herói. Abdala Junior (1995, p. 44) define herói como sendo aquele personagem da história que possui predicados éticos positivos, destacando-se na narrativa.

Para Campbell (2009, p. 131), o herói é aquele que realizou alguma coisa além do normal, que desenvolveu alguma proeza física ou espiritual. Do breve relato realizado sobre a trajetória da participação política no Brasil e sobre os momentos de participação, podemos destacar a figura do presidente Tancredo Neves como um herói que viria restituir o regime democrático no país. Essa sua posição de herói ficou clara com a comoção nacional gerada por sua morte.

Cogo e Nassar (2011a, p. 8) auxiliam-nos a entender como surgem as figuras dos heróis: “são das histórias de atos de coragem, normalmente mitológicas, que nascem os heróis, que serão personificadores de valores e provedores de modelos de comportamento”.

De acordo com Armstrong (2005, p. 114),

O mito do herói não visava nos fornecer ídolos para admiração, mas estimular a veia heroica dentro de nós. O mito deve levar à imitação ou à participação, não à contemplação passiva. Já não sabemos mais como conduzir nossa vida mítica de um modo espiritualmente estimulante e transformador.

Ainda de acordo com esta autora, a importância do mito para as sociedades é tão significativa que “alimentou a organização mitológica, social e ritual de todas as sociedades até o advento da modernidade científica, e continua a influenciar as sociedades mais tradicionais da atualidade. [...] E cada realidade terrena não passa de uma sombra de seu arquétipo, o modelo original do qual é apenas uma cópia imperfeita” (ARMSTRONG, 2005, p. 9-10).

A fala desta autora traz-nos outro conceito importante a ser trabalhado, o arquétipo. A palavra arquétipo vem do grego *arché*, que significa principal ou princípio, e *tipós*, que quer dizer impressão ou marca, e expressa, portanto, o primeiro modelo ou imagem de alguma coisa ou antigas impressões sobre algo⁷³.

⁷³ Fonte: Wikipédia, disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Arqu%C3%A9tipo>>. Acesso em: 30 Jun. 2012.

Presentes nas narrativas, os arquétipos funcionam como modelos para o desenvolvimento do pensamento das pessoas e são socialmente inseridos na memória coletiva. Jung os define como padrões simbólicos que se repetem várias vezes, fazendo emergir do inconsciente uma emoção, representada por um ícone.

Segundo Terra (apud COGO e NASSAR, 2011a, p. 12), “a experiência, as lições aprendidas e o contexto são transmitidos de forma a estabelecer um significado, uma emoção e servir como padrão ou arquétipo para tomada de decisão ou ação futura”.

Assim, no contexto da participação política, os arquétipos podem ser entendidos como modelos resultantes da história e da memória do país que poderão ser adotados para compreender a política ou para tomar uma decisão.

Outro conceito importante quando o assunto é memória, história e narrativa são os estereótipos. A palavra estereótipo, segundo Diniz (2006, p. 137), teve sua origem no vocabulário da editoração gráfica – chapa de chumbo fundido utilizado para a reprodução em série de uma página, permitindo a tiragem de vários exemplares – e é, por analogia, utilizada para designar uma opinião pronta, uma ideia ou expressão muito utilizada, uma imagem preconcebida de algo ou de alguém.

Assim como os mitos, os arquétipos e os estereótipos também são criados ao longo da história e repassados por meio de narrativas, gerando impactos no imaginário social⁷⁴, criando modelos e pré-concepções que impactam na maneira das pessoas encararem o mundo e as coisas com as quais têm contato.

Para Ianni (2002, p. 6), a história brasileira é uma constelação de tipos, tipologias, mitos e mitologias. Podemos resgatar dos momentos da história de nosso país que destacamos no capítulo 2 desta dissertação algumas figuras que se constituíram como tipos/mitos, fixando-se no imaginário social, tanto de maneira positiva quanto negativa, tais como Getúlio Vargas, Tancredo Neves⁷⁵, Collor, Lula, entre outros.

De acordo com Palha (2011, p. 222), o mito político tende a ser uma resposta a uma expectativa popular, a certo tipo de exigência da sociedade. Ele “torna-se referência de valores universais, tornando-se sagrado e podendo ser acionado em circunstâncias históricas

⁷⁴ “O imaginário social é composto por um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva, já que é o depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano.” (MORAES, 2002, online).

Disponível em: <<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297>> Acesso em 30 Jun. 2012

⁷⁵ Para detalhes sobre Tancredo Neves enquanto mito da história brasileira, ver PALHA, Cássia Rita Louro. **Televisão e política: o mito Tancredo Neves entre a morte, o legado e a redenção.** Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.31, n.62, 2011, p. 217-234.

distintas, ressignificando-se no tempo e no espaço da arena de interesses em que é convocado (Palha, 2011, p. 228).

Para Nuñez (2009, p. 28), os mitos são “histórias sagradas, exemplares e significativas que têm dado sentido à existência do homem desde o princípio dos tempos, porque fornecem modelos de conduta e conferem significado à existência”.

Estes modelos de conduta fornecidos pelos mitos fazem deles essenciais para o estudo do envolvimento político, uma vez que muitos dos comportamentos adotados atualmente pelos cidadãos podem ser reflexo de mitos, arquétipos e estereótipos que foram criados e consolidados ao longo da história política do país.

No mundo da política, portanto, a memória dos indivíduos está envolvida num universo de histórias e narrativas que, a todo o tempo, emitem modelos mentais que ajudam na construção de um imaginário social que vai afetar o envolvimento político dos cidadãos, impactando nas questões abordadas pelo capítulo 1 da presente dissertação, isto é, na cultura, confiança, geração de capital social e reconhecimento e, por conseguinte, no envolvimento e na participação política dos cidadãos.

3.3. Narrativa – a história elaborada e a memória traduzida em palavras

Uma vida é vivida quando narrada (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 374).

Como vimos na primeira parte deste capítulo, a história e a memória carregam consigo a cultura, as tradições, as experiências e o conhecimento de uma sociedade. Para que essas informações se perpetuem e possam ser passadas de umas pessoas para as outras, elas precisam ser contadas ou narradas, isto é, a narrativa é capaz de traduzir a história e a memória.

Ewald (2008, p. 6) colabora na conexão entre as ideias de memória e narrativa quando fala sobre a “ligação intrínseca que há entre a memória, narrativa oral e ação social”.

A narrativa opõe-se ao mundo real, pois, ao contrário deste que não é proferido por ninguém, toda narrativa é um discurso, uma sequência de enunciados que, necessariamente, tem um sujeito da enunciação (JAKOBSON, 1963)

Para Polkinghorne (apud FLICK, 2008, p. 115), narrativa é “a forma primária através da qual a experiência humana se torna significativa”, ou seja, sem a narrativa, as experiências não teriam como ser transmitidas e se perpetuar na história. .

Já Abdala Junior (1995, p. 14) afirma que existem “narrativas não só na forma escrita, mas também na língua oral e nas imagens.” Ou seja, é possível narrar e transmitir mensagens e ideias de diversas formas.

De acordo com Walter Benjamin, a narração é uma das mais antigas formas de comunicação, sendo que ela não tem a pretensão de transmitir um acontecimento, pura e simplesmente, mas o faz de maneira a integrá-lo à vida do narrador, para passá-lo aos ouvintes como experiência (Benjamin, 1989, p.107).

Por isso a narrativa é uma forma tão especial de transmitir informações gerando um impacto maior para aquele que ouve.

Ainda segundo este autor, a fonte de todos os narradores são as experiências que eles acumulam durante a vida e que passam de pessoa para pessoa (BENJAMIN, 1986b, p. 198). Em suas palavras, a narrativa é:

uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o puro em si da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (BENJAMIN, 1987, p. 205).

Para Barthes, “são inumeráveis as narrativas que existem. Em primeiro lugar, há uma variedade prodigiosa de gêneros distribuídos por substâncias diferentes, como se qualquer matéria servisse ao homem como assunto das suas narrativas” (R. Barthes, *Communications*, n.º 8, p. 1; apud ADAM E REVAZ, 1997, p. 15).

Tecnicamente falando, para ser definido como uma narrativa, um enunciado, a partir de uma abordagem estruturalista, precisa ter: (1) uma relação lógico-semântica entre funções e atores para que possa haver uma proposição narrativa; (2) fatos ligados por uma relação cronológica e lógica; (3) uma transformação entre uma situação ou estado inicial e a situação ou o estado final que funcione como uma conclusão do texto narrativo (Vieira, 2001, p. 601).

Apesar da ideia apresentada por Vieira, Benjamin defende que a narração não precisa necessariamente obedecer a uma ordem linear de tempo, ela pode avançar e recuar, “como que transbordando a finitude espaço-temporal que é própria dos acontecimentos vividos” (BENJAMIN, 1986a, p.37).

Abdala Junior (1995, p. 18) afirma que são recursos narrativos a omissão, a expansão, a contração e os pontos de vista, isto é, a narração não é uma prática objetiva e racional e sim, subjetiva e emocionalmente influenciada. A medida que ela é sempre reflexo de uma situação presente e sempre possui algum objetivo específico, é natural que se omitam

algumas informações, ao mesmo tempo em que outras são dilatadas e pontos de vista são destacados, são maneiras de se estabelecer um raciocínio que garanta o alcance do objetivo daquela narração.

Assim, uma narrativa menciona algumas informações e acontecimentos em detrimento de outros com um objetivo específico, uma intenção, consciente ou não. As narrativas sobre a política também funcionam assim, quando um político, durante o horário eleitoral, relata um acontecimento, ele o faz destacando partes que o auxiliem a atingir seus objetivos, da mesma forma, muitas vezes, acontece com a narrativa da mídia, as narrativas cotidianas ao contar uma experiência, ou mostrar uma notícia, etc.

Colaborando com o exposto, Frochtengarten (2005, p. 372) defende que a narração a respeito de algum acontecimento passado sempre carrega uma opinião, pois as lembranças são perspectivas sobre o que foi vivido. Para este autor, “a arte de narrar envolve a coordenação da alma, da voz, do olhar e das mãos. É como que uma performance em que a palavra, associada à ação, permite ao homem mostrar quem ele é”.

O acontecimento passado é sempre narrado com base num ponto de vista atual, com base no presente, no contexto de vida que circunda o hoje do narrador. Isto nos remete ao conceito de Santo Agostinho, para o qual não há passado ou futuro, todos os tempos são tidos com base no presente, isto é, haveria três tempos: o presente das coisas passadas, o presente das coisas presentes e o presente das coisas futuras (SANTO AGOSTINHO, 1987, p. 222).

A respeito da influência da seleção de informações e do esquecimento, Bakhtin afirma:

Em qualquer momento do desenvolvimento do diálogo existem massas imensas e ilimitadas de sentidos esquecidos, mas em determinados momentos do sucessivo desenvolvimento do diálogo, sem seu curso, tais sentidos serão lembrados e reviverão em forma renovada (em novo contexto) (Bakhtin, 2003, p. 410).

Nassar nos traz uma importante conexão entre narrativa e memória, segundo ele, a narrativa pode ser “individual, social ou organizacional estruturada a partir de memórias individuais, sociais ou organizacionais. Assim ela é uma narrativa possível entre muitas outras narrativas. O importante é entendermos que essa construção é alicerçada naquilo que foi (ou é) importante para cada indivíduo, para o grupo ou a organização. O que é importante, o que é selecionado, é a memória” (NASSAR, 2006, p. 107).

Dessa forma, podemos inferir que toda narrativa tem alguma influência da memória, pois é ela que determina a maneira como será realizada a seleção dos fatos que serão narrados.

Sobre isso, Ribeiro (2009, p.34) pontua que “a matéria-prima para a constituição da narrativa é a experiência memorizada, que pode ser reinterpretada, reinventada e contada”.

Frochtengarten (2005, p. 374) acrescenta que a narração é “uma prática da linguagem em processo e que se renova a cada experiência de recordar, pensar e contar”, o que nos leva a entender que a narração é uma ação em constante mutação, pois a cada vez que a história é contada, ela é influenciada pelos pensamentos e pelo contexto em que se encontra o narrador e, portanto, é diferente.

Nas palavras de Bakhtin:

Se narro (ou relato por escrito) um fato que acaba de me acontecer, eu já me encontro, como *narrador* (ou escritor), fora do tempo e do espaço em que o episódio teve lugar. A identidade absoluta do meu “eu” com o “eu” de quem eu falo é tão impossível como pendurar-se alguém a si próprio pelos cabelos! (BAKHTINE, 1972, p. 396; apud ADAM E REVAZ, 1997, p. 15).

Além de ser mutável de acordo com o contexto de vida do narrador, por assim dizer, a percepção do conteúdo da narração também é influenciada pelas condições em que se encontra o narratário (pessoa que recebe – vê, escuta, lê – a narração), pois, de acordo com Abdala Junior (1995, p. 54), a narrativa é descodificada conforme os valores de época do leitor e porque não dizer por seus sentimentos, pensamentos e experiências acumuladas.

Outro aspecto importante da narração é que ela permite, ao próprio narrador, uma compreensão maior sobre os fatos narrados, conforme aponta Frochtengarten: “Quando entrega suas vivências a um ouvinte, de algum modo libertando-se do fardo solitário do testemunho, um homem pode ouvir a si próprio e suturar suas reminiscências ao momento atual” (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 374).

A narrativa oral tem grande importância, pois, ao falar, as pessoas têm oportunidade de construir identidades, articular experiências e refletir sobre o significado destas experiências para si (ROCHA-COUTINHO, 2006, p. 67).

As narrativas históricas podem tratar das trajetórias de vida de personalidades que tiveram algum papel de importância ou de destaque, ou seja, mesmo as narrativas históricas podem ter algum aspecto biográfico. Quando trata da temática das biografias, Otávio Frias Filho⁷⁶ defende que uma das grandes realizações intelectuais da modernidade foi dissolver a identidade do eu, mostrando que não existe uma pessoa, mas sim várias delas, de acordo com o momento e o ângulo em que é observada.

⁷⁶ Ensaio “Sentidos da vida – a gênese da biografia e o ‘eu’ fragmentado da modernidade”, apresentado por Otávio Frias Filho em reunião do Grupo de Estudo de Novas Narrativas (GENN), no dia 17 de maio de 2012.

Conforme dissemos no início deste capítulo, assim como a memória, a história é também seletiva e pode apresentar não uma realidade 100% fatural, mas uma versão dela, da mesma forma que acontece com a narrativa biográfica.

Da mesma maneira que a memória quando narrada traz os recortes de seleção e o ponto de vista do narrador, a história também é uma seleção porque é/foi escrita ou contada por alguém que observou os fatos a partir de um “lugar” específico.

Conforme já discutimos, os acontecimentos históricos do país influenciam a memória coletiva das pessoas e esta, por sua vez, permeia o discurso e as narrações que os indivíduos fazem a respeito do contexto político do país, seus governantes e suas instituições. De acordo com Nassar:

... as organizações são percebidas, lembradas e narradas de inúmeras formas pela sociedade, pelos mercados, pelos públicos e pelos indivíduos. Uma das formas mais importantes é definida pela história e pelas diferentes formas de memória dessa história que os protagonistas sociais têm das organizações como um todo e também em suas expressões individuais (NASSAR, 2008b, p.117).

Narrar tem grande importância no contexto político, pois é, muitas vezes, por meio de uma narrativa que entramos em contato com histórias e memórias sobre o público e o político que vão influenciar não somente como fazemos sentido sobre estes campos, mas também sobre como nos colocamos nele, isto é, como decidimos atuar (ou não atuar) politicamente.

De acordo com Benjamin, em uma narrativa, o interlocutor “é livre para interpretar a história como quiser e, com isso, o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação” (BENJAMIN, 1986b, p. 203). Assim, entende-se que as narrativas têm uma vantagem sobre a informação propriamente dita e, dessa forma, podem construir e modificar comportamentos.

3.4. A esfera pública enquanto espaço de circulação de narrativas

O dia a dia das pessoas está cheio destas narrativas que mencionamos na seção anterior. Estas narrativas são advindas das mais diversas fontes, quando se trata de política, elas podem vir do que se tem de história e de memória, do Estado, dos governantes, da mídia e também dos relacionamentos que acontecem no cotidiano das pessoas. Todas essas narrativas circulam tanto na esfera privada quanto na esfera pública, desta forma, mostra-se

importante para o entendimento desta dissertação tratar destes conceitos.

De acordo com Habermas (apud SILVEIRINHA, 2010, p. 36), para entender os processos de desenvolvimento social da sociedade moderna, devemos entender esta sociedade em dois níveis: o nível do “mundo da vida” e o nível dos “sistemas”. No mundo da vida, os processos sociais são resultado de ações e intenções sociais das pessoas, enquanto no mundo dos sistemas, as ações sociais ocorrem além das vontades dos indivíduos.

Segundo Silveirinha (2010, p. 36-37), pode haver um lado obscuro desta racionalização da modernidade que seria representado pela colonização do mundo da vida por intrusão sistêmica, isto é, o dinheiro e o poder (meios não-linguísticos do sistema) invadem o mundo da vida, tomando o lugar da linguagem como meio de orientação e organização das atitudes.

Para Habermas: “Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana (HABERMAS, 2003, p. 92).”

Assim, Habermas define esfera pública como sendo “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de condensarem em opiniões *públicas* enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 2003, p.92, grifo do autor). Segundo Silveirinha (2010, p. 33), o conceito de esfera pública de Habermas engloba então: o domínio da nossa vida social, o conceito de um local onde a opinião pública pode se formar, um espaço aberto a todos os cidadãos no qual é possível tratar de matérias do interesse geral sem estar sujeito à coerção.

A esfera pública configura-se, então, como um espaço democrático, uma vez que é aberta e não exige especialização, permitindo a qualquer um participar, opinar e expor seus pensamentos, ideias e necessidades.

Na esfera pública, as discussões são originadas nas necessidades do mundo da vida, ela não se especializa nestes assuntos, “quando abrange questões politicamente relevantes, ela deixa ao cargo do sistema político a elaboração especializada” (HABERMAS, 1992, p. 435-436 apud LUBENOW, 2010, p. 237). Por isso ela permite a participação de todos.

O termo esfera pública pode ser entendido como arena, o *locus* onde se processa a conversa aberta sobre temas de interesse comum. Ela precisou ser multiplicada de acordo com as classes e os gêneros dos interlocutores que a ocupam: esfera pública dominante, esfera pública proletária, esfera pública feminista, etc. (GOMES, 2006, p. 55) Nesta última acepção,

portanto, a esfera pública não seria um terreno ou uma praça onde se conversa negócios do Estado e de interesse civil, mas é a própria conversa ou debate que aí se processam (GOMES, 2006, p. 56).

Essa concepção de Gomes vai ao encontro da ideia de Habermas, em sua revisita ao conceito de esfera pública, onde defende que não existe apenas uma única esfera, mas sim “uma pluralidade de esferas públicas concorrentes” na dinâmica do processo comunicacional (HABERMAS, 1990; LOSEKANN, 2009) ou “outras esferas públicas subculturais ou particulares às classes, sob premissas próprias e que não são imediatamente suscetíveis de compromisso”.

Em suas palavras,

Ela [a esfera pública] representa uma rede supercomplexa que se ramifica num sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e sub-culturais, que se sobrepõem umas às outras, essa rede se articula objetivamente de acordo com pontos de vista funcionais, temas círculos, etc., assumindo a forma de esferas públicas mais ou menos especializadas, porém, ainda acessíveis a um público de leigos (por exemplo, esferas públicas literárias, eclesiásticas, artísticas, feministas, ou ainda, esferas públicas “alternativas” da política de saúde, da ciência e de outras); (HABERMAS, 1992, p. 452 apud LUBENOW, 2010, p. 237).

Assim, as esferas públicas seriam formadas de acordo com os interesses das pessoas em objetivos comuns, que podem não ser comuns a toda a coletividade, mas apenas àquele grupo que se une a fim de debater aquelas questões.

Pensando sobre política, estas esferas públicas podem se construir ao redor de temas, demandas ou necessidades dos cidadãos (em habitação, saúde, etc.), ou podem se organizar de acordo com a região onde se originam as reivindicações (exemplo: zona leste, zona sul, etc.), ou ainda por grupos específicos de cidadãos que procuram debater algo ou mobilizar-se em torno de algum objetivo comum (exemplo: feministas, homossexuais, etc.).

Porém, as esferas públicas não são isoladas ou excludentes, elas estão a todo tempo interligadas. Para Habermas “as esferas públicas parciais, constituídas através da linguagem comum ordinária, são porosas, permitindo a ligação entre elas. Limites sociais internos decompõem o ‘texto’ da esfera pública, que se estende radicalmente em todas as direções [...] No interior da esfera pública geral, definida através de sua relação com o sistema político, as fronteiras não são rígidas em princípio.” (HABERMAS, 1992, p. 452 apud LUBENOW, 2010, p. 237). Assim, é possível transitar e participar de várias esferas públicas de acordo com os interesses e necessidades do indivíduo.

Habermas desenvolveu uma classificação da esfera pública em níveis de acordo com a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e de seu alcance, dividindo-a em três tipos de esfera pública. O primeiro deles denomina a esfera pública como *episódica*, que seriam aqueles encontros ocasionais em bares, cafés ou mesmo na rua. Um segundo tipo seria a esfera pública *abstrata* que tem como característica fundamental ser resultado da mídia, tais como leitores, ouvintes ou espectadores. O terceiro e último tipo é a chamada esfera pública da *presença organizada*, na qual as pessoas se reúnem por vontade própria a fim de comungar um objetivo comum, como é o caso das reuniões de partidos, dos concertos de rock, congressos, etc.

Em todos estes “ambientes” propostos por Habermas ocorre uma troca de informações que envolve a vida pública e política dos indivíduos, desta forma, entende-se que a esfera pública (ou as esferas públicas) são espaços onde, por excelência, acontecem trocas argumentativas que podem levar a uma participação política e a prática da democracia.

As discussões sobre assuntos políticos podem acontecer nos três tipos de esfera pública citados por Habermas. Sendo que as que acontecem na esfera episódica denominamos “narrativas cotidianas”, como veremos no próximo tópico.

Quando o assunto é política, a(s) esfera(s) pública(s) relaciona-se de várias formas com o Estado, sendo denominada “esfera pública política”. De acordo com Esteves (2003, p. 34), o espaço público (ou esfera pública) pode ser interno ou externo ao Estado. Sendo que, o espaço público interno tem uma tendência institucionalizante, exerce funções de poder e participa na própria dominação, enquanto o externo tem como características fundamentais o fato de ter origem na sociedade civil, exigir legitimidade ao Estado e servir para controlar sua dominação.

Para Silveirinha (2010, p. 33), esta esfera política só existe quando as discussões públicas são relativas à prática do Estado, sendo que este espaço – localizado entre o Estado e a sociedade – não é uma instituição política, nem uma instituição social, mas uma instância onde estas instituições são vigiadas e a sua legitimidade é comunicada de uma forma racional e crítica.

Habermas (2003, p.91) conceitua espaço público político “como uma caixa de ressonância onde os problemas a serem elaborados pelo sistema político encontram eco”. Para ele, “a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los e a identificá-los, devendo [...] tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e *eficaz*, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo

complexo parlamentar” (HABERMAS, 2003, p. 91, grifo do autor).

Em relação à questão política, Habermas examina a esfera pública como um lugar da circulação do poder político entre públicos “débeis” (instituições representativas, canais informais responsáveis pela formação da vontade) e “fortes” (partidos políticos e parlamento). Sobre isso, Habermas sustenta que

o fato de o público ser composto de leigos e de a comunicação pública se dar numa linguagem compreensível a todos não significa necessariamente um obscurecimento das questões essenciais ou das razões que levam a uma decisão. Porém a tecnocracia pode tomar isso como pretexto para enfraquecer a autonomia da esfera pública, uma vez que as iniciativas da sociedade civil não conseguem fornecer um saber especializado suficiente para regular as questões discutidas publicamente, nem traduções adequadas (HABERMAS, 2003, p. 106).

Este é um ponto bastante importante quando o assunto é participação política, quando o cidadão decide se envolver politicamente e participar, pode acabar encarando desafios como o apontado por Habermas, em que sua demanda pode parecer desqualificada por não possuir o chamado “saber especializado” ou não possuir as mesmas capacidades argumentativas dos especialistas. Porém estes fatores não devem funcionar como barreiras para a participação e o envolvimento, uma vez que, mesmo sem essa “especialização”, o cidadão tem condições de demonstrar suas necessidades e demandas, pois estas partem de sua esfera individual, do seu “mundo da vida”, que lhe é conhecido e familiar.

A geração do poder político, ainda segundo Habermas, ocorre de várias formas, podendo acontecer no sistema formal, excluindo completamente os públicos débeis, ou ter origem no sistema formal, com suporte da esfera pública, ou ainda e de forma ideal, o poder tendo início nos públicos débeis e fazendo o seu caminho até os públicos fortes do sistema institucionalizado – sendo esta a melhor medida da legitimidade de qualquer lei (SILVEIRINHA, 2010, p. 38-39)⁷⁷.

Numa democracia, em que se considera o povo como soberano, a prática apontada como ideal por Habermas deveria ser a mais utilizada, pois o início de qualquer decisão política, de qualquer política pública ou lei, deveria partir de uma necessidade da sociedade,

⁷⁷ Este poder está ligado ao estabelecimento de uma agenda política que, segundo Habermas, pode ocorrer de três formas, conforme o protagonismo dos atores: a) o modelo de acesso interno, o mais comum, quando as iniciativas partem dos atores políticos sem preocupação com o debate ou busca de apoio na esfera pública; b) o modelo de mobilização, no qual, mesmo que as propostas partam de dirigentes políticos, devem contar com o apoio da esfera pública para serem efetivadas com eficácia e c) o modelo de iniciativa externa – este é o que leva em consideração a atividade da esfera pública na proposição de temas novos, mais perceptível em sociedades com grau maior de igualdade (HABERMAS, 2003, LOSEKANN, 2009).

expressa por meio da participação e do envolvimento político dos cidadãos.

A fim de discutir a temática da esfera pública dentro da sociedade de massa, Esteves (2003, p. 43-44) faz uma oposição entre os conceitos de *público* e *massa* e mostra os impactos negativos que poderiam ser gerados pela massa. Nos públicos, haveria bases de associação e funcionamento igualitário, enquanto que na massa haveria elitização, centralismo, consciência frágil dos membros e uma “força própria” no conjunto desses membros (massa). A massa seria capaz de promover uma forma típica de insociabilidade, tornando as formas de participação meramente reativas, imperando o isolamento e o anonimato.

Com a usurpação dos públicos pela massa, o resultado é o declínio da discussão e argumentação coletivas, surgindo um novo tipo de comunicação, sistemizada, baseada em processos formais rígidos que tem uma tendência de transformar cada indivíduo em produto da comunicação e não em interlocutor. Dessa forma, haveria poucas pessoas emitindo opiniões e o destinatário das mensagens seria um mero receptor.

A massa formaria, então, uma sociedade incapaz de participar ativamente da política, sendo apenas resultado de ações externas a suas reais necessidades, o que inviabilizaria a prática de uma democracia de fato.

Neste contexto, é importante discutir a participação da mídia neste processo, já que embora a esfera pública tenha outros atores, a comunicação mediada tende a ser o produto de um discurso de elite formado por jornalistas e produtores de mensagens no centro do processo de comunicação (Silveirinha, 2010, p.39) Neste sentido, a comunicação pública tende a perder o seu caráter livre e autônomo, exprimindo cada vez menos a dinâmica da sociedade civil, pela dependência que o público tem dos *media*. (ESTEVES, 2003, p. 45)

Habermas (apud MARQUES, 2008) colabora com essa tese quando reafirma a centralidade dos meios de comunicação e seu papel de alimentar os fluxos comunicativos e deliberativos com articulações entre diferentes falas. Por um lado, os meios de comunicação tornam públicos os discursos de atores de diferentes arenas fazendo com que fiquem acessíveis a um grande número de pessoas, por outro, os profissionais que trabalham nos meios de comunicação possuem um discurso de elite alimentado por atores que lutam por acesso e influência.

Ainda de acordo com Habermas,

Os produtores da informação impõem-se na esfera pública através de seu profissionalismo, qualidade técnica e apresentação pessoal. Ao passo que os atores coletivos, que operam fora do sistema político ou fora das organizações sociais e

associações, têm normalmente menos chances de influenciar conteúdos e tomadas de posição dos grandes meios (HABERMAS, 2003, p. 110).

Habermas aponta aqui que além da dificuldade diante do discurso dos especialistas, a sociedade civil também enfrenta o desafio do alcance de suas ideias que, em geral, tem uma abrangência muito menor do que aquelas pautas colocadas pelos produtores de informação. É necessário aos atores coletivos, então, criar uma forma de pressionar a agenda da mídia e dos políticos para que seja possível incluir os assuntos de seu interesse nas pautas de discussão.

Dessa forma, é resultado da mídia⁷⁸, uma situação de desigualdade social que se baseia na seguinte relação: uns (poucos) determinam sobre o que se fala e como se fala, enquanto outros (muitos) restringem-se ao silêncio, ou falam sobre assuntos que constam de uma pauta que não é a sua. Estas desigualdades constituem um foco de perturbação do discurso público, colocando em dúvida a possibilidade de uma verdadeira deliberação pública dos assuntos, pois quando seu resultado é o silêncio, não é possível nem falar de comunicação. (ESTEVES, 2003, p. 38)

Essa clara influência dos media no espaço público acontece, primordialmente, por sua influência na agenda de discussões e debates que, segundo Mills (apud ESTEVES, 2003, p. 36), formam uma característica essencial da comunicação pública e devem ser organizados pelos seguintes critérios: abertura do público, não fechamento temático e paridade na argumentação, que levariam, respectivamente, a uma livre participação de todos os interessados, livre discussão de temas e assuntos, e igualdade de estatuto de todos os participantes.

Segundo Esteves “os media poderão influenciar de muitos modos a conversação mas não podem substituí-la”(sic) (ESTEVES, 2003, p. 64). Isto quer dizer que, apesar da forte influência que a narrativa da mídia pode exercer sobre seus públicos (ou sobre a massa, como mencionamos), o poder da conversação (ou da narrativa cotidiana) no âmbito da esfera pública é muito significativo e relevante para o desenvolvimento do senso democrático (trataremos com mais detalhes da importância da conversação no final deste capítulo).

⁷⁸ Segundo Gurevitch e Blumler (apud HABERMAS, 2003, p. 111-112) os media têm as seguintes funções nos sistemas políticos: 1- vigiar o ambiente sócio-político e informar os cidadãos; 2- definir a agenda política; 3- permitir o diálogo entre representantes e representados; 4- criar mecanismos para prestação de contas dos eleitos; 5- incentivar o envolvimento dos cidadãos no processo político; 6- manter sua independência e integridade ao servir ao público e; 7- aceitar que o público espectador é capaz de entender o ambiente político.

No modelo de democracia deliberativa de Habermas (que citamos no primeiro capítulo), a participação popular deve ocorrer para além do mero exercício de voto na escolha de líderes políticos e deve estar embasado na construção desta agenda público-política denominado “modelo de iniciativa externa”, que seria centrado fora do sistema político, com temas e assuntos impostos ao sistema em consequência do apoio e da mobilização da opinião pública (ESTEVEES, 2003, p. 63) .

Diante de todo o exposto, chega-se à conclusão que o espaço público tem a possibilidade de tornar-se meio de organização de interesses particulares comuns ao redor de pequenas esferas públicas transformando-os em interesses daquela coletividade em específico e, a partir daí, poderiam funcionar como matéria-prima para mobilização social e política de pressão em relação aos governos, para que tais interesses sejam satisfeitos ou, pelo menos, sejam pauta das discussões institucionais.

Investir na criação de espaços públicos de deliberação pode resultar em esferas públicas cada vez mais fortes e politicamente engajadas o suficiente para exercer pressão nos políticos eleitos e conduzir não só as pautas, mas também as decisões políticas, para um destino que corresponda a suas necessidades, consolidando um sentido de levantamento de demandas que viria da periferia para o centro, ou seja, dos públicos débeis para os públicos fortes.

A construção de uma esfera pública forte é importante para o fortalecimento da democracia, à medida que torna a prática da deliberação, do debate e da discussão de questões de interesse coletivo um exercício contínuo.

Para o fortalecimento desta esfera pública é necessário fortalecer alguns princípios como os direitos mais amplos de participação e igualdade, que contraporiam os mecanismos de exclusão e proporcionariam uma participação mais uniforme que tenderia a um círculo positivo, resultando no empoderamento dos cidadãos.

Esse empoderamento da esfera pública não está ligado ao exercício do poder em si, mas sim ao seu controle, por meio da *accountability* (conceito que trabalhamos no primeiro capítulo).

A esfera pública – ou as esferas – da qual tratamos nesta seção está recheada de narrativas, vindas do Estado, do governo, da mídia e também originadas em situações cotidianas; todas elas carregadas de ideias e interesses que, de uma forma ou de outra, irão colaborar com a construção da opinião que cada cidadão forma sobre os assuntos políticos bem como para a formação de uma macronarrativa chamada “opinião pública”, como

veremos com mais atenção no próximo tópico.

3.5. A guerra de narrativas e a construção da opinião pública

“Não há opinião pública sem informação pública.”
(MAURO SALLES apud NOGUEIRA, 1987, p. 104).

Nas últimas décadas, a comunicação sofreu grandes mudanças profundas aconteceram na maneira de informar, na maneira de receber informações e no fluxo que elas tomam depois de produzidas.

A comunicação unilateral, com um emissor (ativo) e um receptor (passivo) é um modelo mais do que ultrapassado. O mote agora é mais do que uma comunicação bilateral (com um emissor que começa o processo e um receptor que, além de receber, pode responder), é sim uma comunicação com muitas origens, todo mundo agora pode ser emissor e produtor de conteúdos.

Segundo Nassar (2012), as narrativas e as comunicações do modelo administrativo, ou seja, com mensagens unidirecionais e padronizadas, tornaram-se ultrapassadas. O autor explica essa mudança:

A partir do final dos anos 1980, essa situação começou a mudar por influência da instauração da democracia no Brasil e na maioria dos países latino-americanos, e, também, pela chegada de novas tecnologias de comunicação, que mudaram o status da audiência de simples receptor passivo para produtor ativo de conteúdos, muitos desses adversos às empresas (NASSAR, 2008a, p. 193).

Neste contexto, não há mais uma hegemonia de pensamentos, não é mais possível controlar as informações que circulam. Os vários emissores – ou “novos protagonistas nos processos comunicativos” (NASSAR, 2008a, p. 194) – aliados à agilidade das novas tecnologias, produzem e fazem circular uma série de conteúdos, em uma série de direções e com uma infinidade de interesses. E é assim também no mundo da política.

De acordo com Cogo e Nassar (2011b, p. 2), esse “multiprotagonismo”, baseado em novas interações mediadas ou incitadas pela tecnologia, multiplica poderes.

Dessa forma, instaura-se uma espécie de “guerra de narrativas”⁷⁹ que lutam por espaço, atenção e pelo convencimento de seus interlocutores. Quem ganhará esta guerra? Esta é uma pergunta que sem dúvida não temos condições de responder. Importa dizer, porém, que

⁷⁹ Cogo e Nassar (2011b, p. 7).

o vencedor desta guerra será aquele que conseguir não apenas despertar e reter a atenção da audiência, mas também (e principalmente) tocá-la, sensibilizá-la com sua mensagem, fazendo sentido a respeito do que trata e gerando significados e conhecimento ao redor daquele tema.

Quando pensamos na esfera da política e mais precisamente na questão da participação, é possível mapear quatro “segmentos” principais de narrativas que influenciam a maneira como o cidadão comum atua no mundo da política, são elas: as narrativas do Estado (leis e normas), as narrativas do governo, as narrativas da mídia e aquelas narrativas cotidianas, da própria sociedade, que acontecem nos momentos comuns de relacionamento com família, amigos e conhecidos.

Primeiramente é preciso esclarecer que as narrativas que chamamos de Estado referem-se às leis e às normas. Tratamos um pouco delas no segundo capítulo, no qual discutimos os instrumentos de participação existentes e as leis que regem esta questão. Como sabemos, para a maioria dos cidadãos, entender leis e normas é uma tarefa muito complexa, que requer não apenas alfabetização, mas um preparo especial para este assunto.

Assim, correndo o risco de parecermos muito simplistas, entendemos que a narrativa do Estado é de difícil acesso à grande maioria dos cidadãos, não entendendo acesso como contato (ainda mais numa fase em que a transparência está em voga), mas sim o entendendo como compreensão propriamente dita.

As narrativas que denominamos como narrativas de governo seriam aquelas proferidas pelos políticos eleitos, não apenas na esfera do Executivo, mas também nas esferas legislativa e judiciária. Um governante que chama à participação, que tem um discurso positivo neste sentido, que procura mostrar a importância desta prática, demonstrar que valoriza estas iniciativas e que tem interesse em considerá-las no momento de tomar suas decisões, com certeza, terá como resultado uma influência positiva nas iniciativas de envolvimento por parte dos cidadãos.

O que vimos no capítulo 2 é que, em muitas passagens da história política brasileira, a narrativa de governo parecia a favor de mais participação e da consolidação democrática, mas não agia conforme seu discurso, o que acabou gerando uma falta de credibilidade nos governantes e uma memória coletiva que não acredita nos “políticos” e em suas boas intenções democráticas, ou seja, para impactar, a narrativa precisa vir acompanhada da ação.

A narrativa da mídia também apresenta um papel de suma importância neste universo. A maneira como ela trata a questão tem o poder de estimular (ou não) a ação dos cidadãos, a medida que ela pode colocar luz em momentos de participação, retratando os cidadãos como

agentes cívicos que podem gerar mudanças positivas no país, mostrando em suas matérias e notícias momentos de participação que obtiveram resultados positivos, etc.

Por outro lado, não basta incluir a temática da participação na agenda pública, é importante também a forma com que a imprensa se refere à questão, uma vez que ela tem a opção de retratá-la de maneira positiva ou vilanizar as atitudes e os movimentos sociais envolvidos em questões políticas.

De acordo com Lemos (2009, p. 10), os meios de comunicação de massa têm papel fundamental na formação da esfera e da opinião públicas, porém, ao mesmo tempo em que ampliam a informação pública, diminuem a vitalidade social, a potência conversacional e a força política.

A outra forma narrativa que mapeamos foi chamada de narrativa cotidiana. Esta será abordada em uma seção exclusiva, logo a seguir, antes disso vamos tratar da questão de como todas as narrativas que destacamos podem auxiliar na tomada de decisão.

Segundo Labov, a narrativa vai ter duas funções fundamentais: de referência e avaliação. A função de referência aparece na transmissão de informações que encontramos na narrativa. A função de avaliação transmite ao ouvinte o motivo da narrativa ter sido contada, tanto na forma da expressão explícita da importância da história para o narrador, como na dos juízos de valor emitidos ao longo da narrativa (PETERSON; MCCABE, 1983, apud VIEIRA, 2001, p. 602).

Muitas são as alternativas que os indivíduos têm diante da tomada de decisão. Antes de mais nada, para decidir é preciso ter informações suficientes a respeito das opções em pauta e, a partir destes dados, fazer uma avaliação, um julgamento, que permitirá a escolha de qual a melhor opção.

A qualidade da escolha é, portanto, sempre um reflexo da qualidade das informações que foram utilizadas como base, bem como da qualidade da reflexão que foi realizada sobre aqueles dados.

Esse esquema descrito é utilizado para as decisões que temos que tomar em todos os campos de nossa vida, seja ela pessoal ou profissional. Na esfera política, não seria diferente, quando, por exemplo, um cidadão deve decidir em qual candidato votar é basicamente este esquema que ele utiliza: levantamento de informações, análise e decisão.

É claro que este modelo é influenciado por uma série de fatores que, ademais, influenciam nossa vida como um todo. Como por exemplo, a falta de tempo ou de disposição para se dedicar àquela questão.

Em momentos nos quais não há condições ideais para efetuar a decisão (boa quantidade e qualidade de informações, tempo e disposição para decidir, etc.), é comum utilizarmos os chamados “atalhos” (ou narrativas com função de referência, no conceito de Labov apresentado no início desta seção), que funcionam como forma de nos auxiliar e economizar nosso tempo e energia naquela deliberação.

Estes atalhos, em geral, já passaram pelas duas fases iniciais do esquema de decisão que propusemos, isto é, alguém já levantou dados e já fez uma análise destas informações.

Quando lemos uma crítica de um filme, por exemplo, um profissional já foi até o cinema, assistiu ao filme, analisou-o com base em seus conhecimentos, no seu arcabouço pessoal e em sua opinião e escreveu aquela nota que afirma se o filme é bom ou ruim, e nós, com base naquele ponto de vista, já estamos aptos a ir para o último estágio de decisão que é a opção propriamente dita que, no caso do exemplo, significa a escolha de ir assistir a este filme ou não.

O que acontece é que, muitas vezes (continuando com o exemplo), o universo daquele crítico é muito diferente do da pessoa que está pensando se assistirá ou não ao filme, do ponto de vista dos conhecimentos prévios, do arcabouço pessoal e da opinião. Por isso, ler a crítica pode funcionar como um atalho na hora de decidir ou não por ir até o cinema, mas o sucesso deste método não está garantido, diante de todas as variáveis que estão envolvidas.

Da mesma forma, a decisão política pode sofrer a influência destes atalhos. Ao invés de buscar informações sobre os candidatos e construir uma análise própria, é comum atalharmos o caminho, procurando análises de terceiros que nos ajudem a agilizar todo o procedimento eleitoral.

Como no exemplo do cinema, este processo pode dar ou não bons resultados, tudo isto dependerá da qualidade das informações utilizadas e da compatibilidade entre o universo que circunda a pessoa que desenvolveu aquela avaliação e da pessoa que está buscando tal opinião como referência.

No caso da decisão política, estes atalhos podem originar-se em diversos pontos, tais como na narrativa construída pela mídia (seja ela TV, rádio ou jornais), na própria narrativa desenvolvida pelos horários eleitorais e também nas narrativas cotidianas, da esfera mais próxima ao eleitor. Aproximando-se do período de eleições, é comum surgir a famosa pergunta “vai votar em quem?” que denota não apenas uma curiosidade impertinente, mas também uma forma de enquete/pesquisa que acaba auxiliando o eleitor na própria decisão.

Ao responder esta pergunta e justificá-la (porque a próxima pergunta em geral é “por quê?”) o cidadão tece uma narrativa com base nas informações que possui e no julgamento que faz delas para explicar o motivo de sua escolha e assim está trabalhando como fornecedor de atalhos para o interlocutor a respeito do candidato escolhido e, por conseguinte, dos defeitos dos demais (o que acabou motivando a escolha deste e não daquele candidato).

Alessandra Aldé, em seu livro sobre como se constrói a política, trata da questão dos atalhos. Para a autora:

Tanto nas relações interpessoais quanto nos meios de comunicação de massa, um dos elementos centrais na adoção ou não de determinados enquadramentos pelas pessoas é a atribuição de autoridade ao emissor, ao qual se transfere a responsabilidade de organizar cognitivamente uma grande quantidade de informações sobre um mundo complexo, auxiliando o cidadão a adquirir e demonstrar a competência mínima que lhe exige a política (ALDÉ, 2004, p. 46).

A fala da autora sugere-nos o importante papel que as narrativas geradas nas relações interpessoais possuem no campo da política, trataremos com mais cautela do assunto na próxima seção.

É na esfera pública, em meio a esta “guerra de narrativas” sobre a qual falamos no início desta seção, que se constroem as opiniões dos cidadãos e, por conseguinte, a chamada opinião pública.

Na concepção de Tarde,

A opinião [...] é um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízos, os quais, respondendo a problemas atualmente colocados, acham-se reproduzidos em numerosos exemplares em pessoas do mesmo país, da mesma época, da mesma sociedade (TARDE, 1992, p. 83).

Já para Gomes, a opinião pública é um conjunto de teses, um modo de ver, de conceber e tomar posição sobre os assuntos públicos (GOMES, 2008b, p. 41).

Dessa forma, entende-se que a opinião pública é um “apanhado” das opiniões individuais de pessoas de uma sociedade a respeito de assuntos de interesse público, mostrando-se como fundamental para “medir” a impressão daquela comunidade a respeito de um assunto público ou político. Trata-se, assim, de uma “macronarrativa”, isto é, a somatória de uma série de narrativas (micronarrativas como veremos a seguir) de menor alcance.

Ao mesmo tempo em que é produto das micronarrativas, esta macronarrativa também as produz, isto é, há um processo de retroalimentação. A opinião pública ajuda a formar as

opiniões pessoais e estas, por meio das narrativas cotidianas, influenciam na construção da opinião pública.

Segundo Nogueira, nas sociedades mais adiantadas e complexas, “as imagens criadas pela opinião pública a respeito do mundo que a cerca são muito mais fluídas e flexíveis, exigindo um *input* permanente e regular de informações que a orientem e lhe permitam sustentar ou modificar este ou aquele conceito” (NOGUEIRA, 1987, p.34-35).

Assim como é influenciada pelas diversas narrativas, a

opinião pública exerce influência sobre o sistema político (a formação da decisão de corpos parlamentares, de governos e de tribunais) e sobre o comportamento eleitoral dos cidadãos. Uma influência a que, naturalmente, podem-se atribuir diversos graus de legitimidade, a depender do modo como a opinião pública é gerada. A influência se forma na esfera pública, na qual, ademais, luta-se por ela. É claro, além disso, que a influência só se transforma em poder quando afeta as convicções de membros autorizados do sistema político e determina o comportamento deles. Essas são teses básicas para Habermas (HABERMAS, 1994, p. 439, apud GOMES, 2008c, p. 96).

A relação entre a opinião pública e as opiniões individuais é cíclica, isto é, ao mesmo tempo em que aquela é resultado destas, ela as influencia.

Como vimos nas palavras de Habermas, a opinião pública tem ainda um grande papel de influenciar nas ações, decisões e posturas dos governantes, exercendo pressão sobre a esfera política. Portanto, a opinião pública é de fundamental importância para o funcionamento da democracia. De acordo com as palavras de Habermas, a legitimidade depende de como a opinião pública é construída. Como vimos, ela é a soma de opiniões individuais que, por sua vez, são produto de todas as narrativas que elencamos.

A respeito disso, podemos dizer que, numa conjuntura complexa, com tantos emissores, tantas informações e tantos assuntos circulando, quem tiver maior proximidade com o interlocutor tem maior chance de conquistar sua atenção e conseguir passar sua mensagem, influenciando na construção de sua opinião pessoal, que, por conseguinte, influenciará na formação da opinião pública.

Dáí destacamos o papel das narrativas cotidianas, aquelas originadas em nosso mais íntimo círculo de convivência, em nosso familiares, amigos e colegas. Pela proximidade conosco, pela confiança que a eles dispensamos e pelo relacionamento que nos une, gera-se uma tendência maior de que estas narrativas e, por conseguinte, suas mensagens, tenham mais espaço em nossas vidas.

3.6. Micronarrativas: narrativas cotidianas, conversação cotidiana e política

“As coisas se verbalizam e ganham forma na conversa dos cidadãos entre si” (HABERMAS, 1990, p. 57, apud GOMES, 2008b, p. 33).

Nesta seção, pretendemos abordar outro tipo de narrativas, que acontecem, em geral na esfera privada dos indivíduos, em suas relações mais íntimas, com familiares, amigos e conhecidos.

Estudar as trocas comunicacionais que acontecem na esfera privada é de suma importância, pois, como defende Habermas, a esfera pública retira seus impulsos da esfera privada, uma vez que os problemas sociais ou as disfunções dos sistemas sociais se fazem perceber nas experiências da vida pessoal dos sujeitos (HABERMAS, 1997, p. 98, apud MAIA, 2008, p. 208).

As narrativas tratadas aqui estão inseridas dentro do contexto da conversação cotidiana, entendendo por conversação “todo diálogo sem utilidade direta e imediata, em que se fala sobretudo por falar, por prazer, por distração, por polidez” (TARDE, 1992, p. 95).

Apesar de aparentemente despreziosa, a conversação cotidiana tem o importante papel de preparar as pessoas para as discussões públicas, uma vez que durante a conversa, “as pessoas passam a entender melhor o que elas querem e precisam, tanto individualmente quanto coletivamente” (MANSBRIDGE, 1999, p. 211, apud MAIA, 2008, p. 204).

As interações comunicativas cotidianas desempenham papel importante no “desenvolvimento de capacidades e habilidades relacionadas à participação cívica e à construção da cidadania” (CONOVER e SEARING, 2005; MAIA, MARQUES e MENDONÇA, 2008; apud MATOS, 2009b, p. 107).

É durante a conversação cotidiana que os indivíduos e os grupos podem expressar o que é comum ou diferente entre eles, verbalizando preconceitos e estereótipos, podendo chegar a um entendimento ou conclusão sobre experiências, necessidades e preocupações comuns (MAIA, 2008, p. 210-211).

Além disso, ambientes mais íntimos e informais, entre amigos, colegas de trabalho ou parentes, as pessoas tendem a se sentir mais à vontade para emitir opiniões, sem inibições ou medo do ridículo exprimindo mais facilmente ansiedades, temores, sentimentos e insatisfações (MAIA, 2008, p. 208).

Lemos (LEMOS, 2009, p. 26) defende que a “conversação é uma verdadeira instituição social e o aumento da conversação pode ampliar a circulação da opinião política e

da ação política, pelo menos em tese. Esta seria uma das funções da conversação: para além do banal e da distração, alimentar as opiniões e a ação política”.

Matos (2009b, p. 107) concorda com Lemos quando afirma que a conversação abre “caminho para a externalização de opiniões conflitantes (anteriormente latentes), contribuindo não só para a formação da opinião pública, mas também para a ampliação de seus efeitos democráticos”.

É no nível do privado, do íntimo, do cotidiano, que as opiniões são debatidas e que as pessoas fazem sentido sobre as outras narrativas com as quais tem contato. Assim, as informações sobre a política encontram eco nestes espaços e é neste momento que elas passam do nível abstrato para realmente fazerem sentido e significarem algo na vida das pessoas.

Tarde defende que, do ponto de vista político, a conversação é (antes da imprensa) o único obstáculo aos governos, pois cria as reputações e os prestígios, determina a glória e, por meio dela, o poder (TARDE, 1992, p. 129).

Este autor destaca ainda que as conversações e discussões privadas, no campo da política, são mais importantes que as conversações e discussões parlamentares, pois é neste momento que ocorre a influencia do valor político de um homem no poder (TARDE, 1992, p. 136).

É, portanto, durante a conversação, que são construídos os grandes políticos e as imagens das instituições. Da mesma forma, é nela que as reputações são destruídas e estabelecem-se as narrativas contra algumas figuras políticas e órgãos públicos.

A conversação cotidiana, segundo Maia (2008, p. 203), é fundamental para a vitalidade da democracia, pois é dela que vêm os tópicos e valores que serão defendidos na esfera pública ao mesmo tempo em que os cidadãos são preparados para que se engajem em trocas argumentativas exigentes, que ocorrem na esfera pública e formal.

Apesar do impacto possível da conversação cotidiana na esfera política, cabe fazer uma distinção entre *conversação cotidiana* e *conversação política*, para isto, vejamos o que afirma Maia (2008),

Autores como Schudson (1997) e Scheufele (2000) distinguem entre a “conversação sociável” e a “conversação política”. Na visão desses autores, a conversação sociável é ocasional e espontânea ao passo que a “conversação política” visa a modificar preferências e a “resolver conflitos, decidir políticas públicas ou proteger os interesses de alguém” (SCHUDSON, citado em SCHEUFELE, 2000, p. 19). McLeod et al. (1999, p. 744) apontam que a primeira geralmente ocorre entre pessoas com afinidade de pensamento, enquanto a segunda, acionada para a solução

de problemas, é essencialmente pública e pode ocorrer entre pessoas com um background semelhante, mas com valores e pontos de vista diferentes (MAIA, 2008, p. 202-203).

É durante as conversações políticas que ocorre o processamento da informação, ampliando o entendimento das pessoas sobre certo assunto, compreendendo melhor as várias faces de um assunto público/político, exercitando a habilidade de lidar com opiniões divergentes e desenvolvendo a capacidade de dialogar em busca de um consenso, uma decisão comum. “Diversos autores têm defendido que as pessoas que discutem política com outras são mais aptas a adquirir uma compreensão mais aprofundada sobre fatos políticos e sobre as informações que recebem por meio dos *media* do que aquelas que não o fazem” (MAIA, 2008, p. 205, grifo da autora).

Outra vantagem da conversação política estaria em sua frequência e acessibilidade a todos os indivíduos, uma vez que as trocas argumentativas em fóruns formais ocorrem com pouca frequência, são controladas politicamente e inacessíveis para a maioria dos cidadãos (MAIA, 2008, p. 217).

O que chamamos de narrativa cotidiana está inserido no contexto da conversação cotidiana e trata-se da “contação” de uma história num ambiente informal e amistoso, na esfera mais íntima da vida do indivíduo, entre familiares, amigos e conhecidos, sem “compromisso”. Por meio desta história contada – advinda da experiência pessoal do indivíduo ou resultante das diversas narrativas que circulam em sua esfera privada ou pública (narrativa da mídia, do Estado, do governo, de terceiros, etc.) – pode-se obter como resultado a mudança de comportamento do interlocutor ou, pelo menos, a influência em seu modo de pensar sobre as questões.

As narrativas cotidianas são produto de todas as narrativas citadas na seção anterior, aliadas a questões como as experiências pessoais e a sabedoria popular (GAMSON, 2011, p. 154) e têm o poder de influenciar nas decisões políticas das pessoas, permeadas por mitos, estereótipos e julgamentos de valor que vão ou não estimulá-los a ter atitudes participativas.

Quando estas micronarrativas abordam a questão política, tratando de vivências, opiniões ou sentimentos relacionados com a vida pública e política do indivíduo, elas podem afetar a maneira como aquele ouvinte faz sentido sobre o universo da política, influenciando em seu envolvimento e em sua motivação para participar.

Desta forma, quando ouvimos de um familiar ou de um amigo um fato de sua experiência pessoal relacionado aos assuntos políticos, de alguma forma esta informação nos

afeta, contribuindo para a construção de nossa opinião sobre aquele assunto e impactando em nossas decisões futuras.

Se, por exemplo, este familiar, amigo ou conhecido participa ativamente de algum movimento social e nos conta de maneira natural, descontraída e descompromissada sobre sua experiência lá, sobre as conquistas obtidas e sobre as perspectivas futuras desta participação, estas informações ecoam em nosso íntimo, fazendo com que entendamos um pouco mais sobre aquele assunto, considerando a validade daquele tipo de comportamento, o que pode impactar positivamente em nossas decisões futuras nos quesitos envolvimento e participação.

Da mesma forma, se a experiência contada for negativa, referindo-se à ineficiência de alguma instituição, à corrupção na política ou a algum outro fator negativo, a tendência é que esta narrativa ajude a construir nossa opinião a respeito daquele órgão ou figura política.

Nassar também colabora neste sentido, quando afirma que:

o depoimento de vida que nasce no âmbito dos públicos, das redes sociais ou da sociedade tem um alto valor para a formação da confiança na empresa ou instituição, porque é percebido pelos receptores como distante dos interesses das organizações e, também, compatível com os interesses dos receptores (NASSAR, 2009, p.302).

Estas interações comunicacionais na esfera cotidiana funcionam de forma completamente diferente de trocas argumentativas que aconteçam em espaços formais, destinados a discussões política, como por exemplo, uma reunião de participantes de um movimento social, da qual uma pessoa que nunca se envolveu nestas questões decida participar. A pessoa que fala nesta reunião não faz parte da esfera íntima do interlocutor, além disso, o ambiente criado não é descontraído, mas sim destinado a um fim específico, o que pode gerar um comportamento combativo diante do que será dito.

As chamadas micronarrativas têm um alcance menor (do que a narrativa proferida numa reunião como a citada no parágrafo anterior ou a narrativa da mídia, por exemplo), pois circulam apenas baseadas no boca a boca realizado num universo que engloba os relacionamentos pessoais dos indivíduos, porém têm potencial de ter um grande impacto na construção de sentido e nas decisões das pessoas, uma vez que partem de pessoas conhecidas e que, por isso, possuem maior credibilidade junto ao interlocutor.

Nogueira reforça esta ideia quando afirma que nenhum veículo “tem tanto realce, tanta credibilidade quanto a tradição oral, a mensagem passada pessoalmente de Fulano a Beltrano, de Beltrano a Sicrano e assim por diante...” (NOGUEIRA, 1987, p. 112).

Para Tarde, a conversação seria o

agente mais poderoso da imitação, da propagação dos sentimentos, das ideias, dos modos de ação. Um discurso arrebatador e aplaudido é com frequência menos sugestivo, porque confessa a intenção de sê-lo. Os interlocutores agem uns sobre os outros de muito perto, pelo timbre de voz, o olhar, a fisionomia, os passes magnéticos dos gestos, e não apenas pela linguagem (TARDE, 1992, p. 96).

Benjamin (1989, p.104) demonstra o valor das narrativas que ocorrem na esfera cotidiana, quando afirma que os eventos cotidianos são a matéria-prima para a autoridade de uma experiência comunicável de geração em geração.

Assim, as narrativas cotidianas realizadas a partir de experiências políticas, experiências em relação a órgãos, instituições e figuras políticas podem ter grande influência na maneira de pensar dos indivíduos que circundam este narrador, provocando sentimentos e atitudes em relação à política, com base na credibilidade.

A primazia destas narrativas em detrimento de todas as outras que citamos anteriormente, pode-se dar a partir de alguns critérios definidos por Taylor et al. que afirmam que a narrativa seria mais efetiva quando: possui um “sentimento de significado – a intuição do ouvinte tende a acreditar na história; conectividade – a história desperta ressonância no ouvinte, que viveu experiência semelhante; apreciada por si mesma – a história é agradável e por isso aceita pelos ouvintes, que reduzem seus filtros críticos e possíveis questionamentos” (apud COGO e NASSAR, 2011a, p. 10).

Estes aspectos tendem a estar presentes em contextos cotidianos e em esferas mais íntimas, em que o narrador tem credibilidade, por isso o ouvinte tenderia a acreditar na história; como são próximos, há uma conectividade entre eles; como se trata de uma conversa cotidiana, pressupõe-se que o assunto foi escolhido por eles e por isso há uma tendência da temática agradar a ambos.

Desta forma, pode-se entender que as narrativas cotidianas podem ter papel fundamental no envolvimento político dos cidadãos.

Lemos resume bem a proposta desta seção quando afirma: “Essa é a aposta: que a conversação no ‘mundo da vida’ possa agir e tencionar politicamente o ‘sistema’”(LE MOS, 2009, p. 11).

Capítulo 4 – Pesquisa Empírica

Nesta fase da dissertação, desenvolve-se uma pesquisa empírica que tem como objetivo complementar o estudo teórico realizado nos capítulos anteriores. De acordo com Martino (2010, p. 142), a teoria estrutura e dá sentido ao dado empírico que, por sua vez, seleciona e regula o jogo das teorias concorrentes. Isto é, é neste momento, com a pesquisa empírica, que faremos uma espécie de checagem de todas as teorias que apontamos ao longo do trabalho e que tratam desta questão do envolvimento político e participação, procurando testá-las, avaliando sua validade.

Selltiz complementam esta ideia quando afirmam que “A teoria estimula a pesquisa e aumenta o sentido de seus resultados; a pesquisa empírica, de outro lado, serve para verificar as teorias existentes e apresentar uma base para a criação de novas teorias” (SELLTIZ et al., 1974, p. 552).

Assim, com esta pesquisa, pretende-se:

- alinhavar os conceitos trabalhados na parte teórica;
- colher as percepções de cidadãos sobre o tema desenvolvido;
- entender o que motivou e ainda motiva pessoas que têm forte participação política;
- entender o que desmotivou e segue desmotivando pessoas que têm interesses políticos, mas optam por não se envolver e participar;
- colher a percepção de funcionários de instituições públicas/políticas sobre a participação da sociedade, entendendo as motivações e influências sobre outro ponto de vista.

Ainda segundo Martino (2010, p. 152), “a observação não somente é estruturada pela teoria, mas também converte o dado empírico em linguagem, através da descrição (tradução dos ‘fatos’ em linguagem teórica)”. A ideia, portanto, é justamente utilizar os conhecimentos adquiridos pela pesquisa empírica para complementar a teoria estudada e construir novos conhecimentos.

Na fase inicial deste capítulo, procuramos explicitar todos os passos e opções realizadas com relação à pesquisa, a fim de evitar o *bias*⁸⁰ do pesquisador.

4.1. Metodologia da Pesquisa

⁸⁰ “A utilização do termo em inglês é comum entre os cientistas sociais. Pode ser traduzido como viés, parcialidade, preconceito.” (GOLDENBERG, 2004, P. 44)

O quadro a seguir sintetiza as escolhas realizadas na metodologia de pesquisa que apresentaremos mais detalhadamente nesta seção.

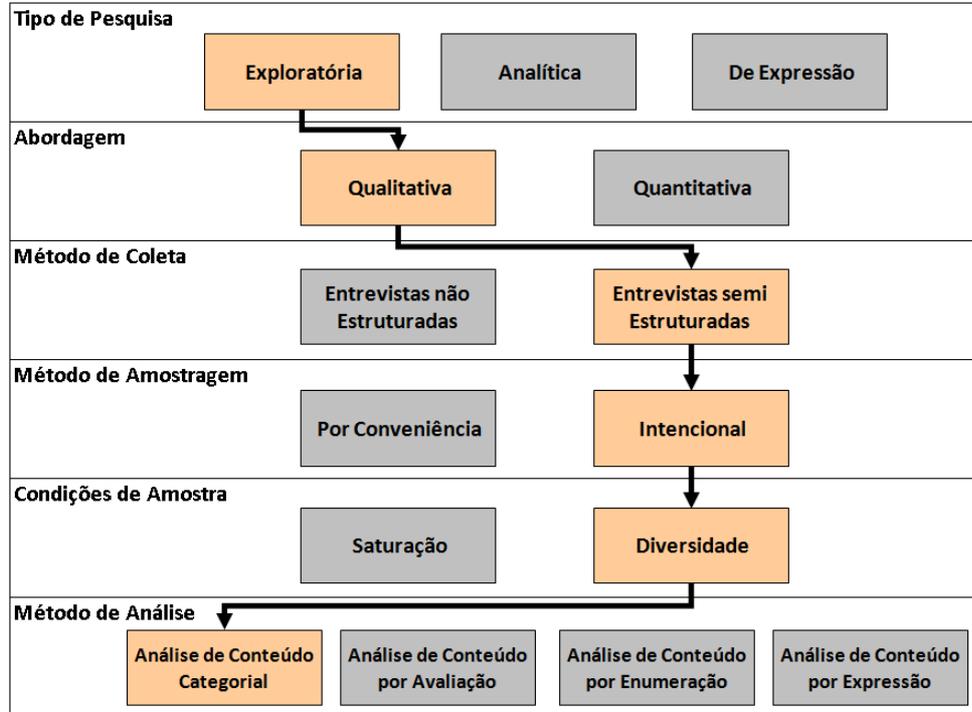


Figura 1 - Opções metodológicas adotadas na pesquisa

Fonte: elaborado pelo autor

As pesquisas podem ser classificadas segundo os objetivos, características e método de pesquisa, segundo Bertaux (1997, apud GUERRA, 2010, p. 33), em exploratória, analítica e de expressão.

A pesquisa exploratória é utilizada, geralmente, quando se inicia a pesquisa de terreno, utilizando observação direta, entrevistas com informadores privilegiados ou entrevistas exploratórias, com um questionamento extensivo no início, diversificando o máximo possível as problemáticas e os interlocutores.

A analítica é utilizada quando se pretende estabelecer uma teoria interpretativa geral, o que exige garantir a diversidade e a saturação.

Já na pesquisa de expressão, o material recolhido tem a função de comunicação e não de pesquisa, trata-se de “fazer passar a mensagem”, utilizando trechos das entrevistas para exemplificar os resultados da investigação.

Desta forma, concluiu-se que o mais adequado para a presente pesquisa seria adotar o modelo exploratório.

Ao se avaliar sobre o tipo de pesquisa a aplicar – se quantitativa ou qualitativa – optou-se pelo tipo qualitativo, pois este fornece informações mais profundas sobre a temática estudada, trazendo elementos que favorecerão o entendimento da questão.

Godoy (1995, p.58) afirma que “a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise de dados. Parte de questões ou focos de interesse amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve”.

Apesar de não fornecer possibilidades de generalização, como pode acontecer no caso da pesquisa quantitativa, a qualitativa atende as necessidades desta dissertação de compreender mais profundamente como se dá o fenômeno da motivação para a participação política.

Poupart (2008) aponta as seguintes justificativas alegadas pelos pesquisadores para recorrer à pesquisa do tipo qualitativo: 1) a análise das realidades sociais segundo a perspectiva dos atores sociais, considerada indispensável para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais; 2) denunciar preconceitos e práticas discriminatórias, porque abre a possibilidade de compreender e conhecer internamente os dilemas e questões enfrentadas pelos atores sociais; 3) e, por ser uma ferramenta de informação sobre as entidades sociais, capaz de elucidar as realidades sociais, mas, principalmente, por ser um instrumento privilegiado de exploração da experiência dos atores sociais.

4.1.1. Método de Coleta – Entrevistas em profundidade

De acordo com Lakatos e Marconi (1989, p 41-42), o método de coleta corresponde ao “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido [...]”.

Como já foi dito, a presente pesquisa adotou uma abordagem exploratória por meio de um procedimento qualitativo. Creswell (2007, p. 185) identifica quatro tipos de coletas de dados aplicáveis à pesquisa exploratória: observação, entrevistas, análise documental e análise de material audiovisual.

Foram adotadas as entrevistas que, segundo Valles (1997, p. 180, apud GODOI; MATTOS, 2006, p.303) diferencia-se como método de coleta de dados em pesquisas

científica, porque: na entrevista, a participação do entrevistado e entrevistados conta com expectativas explícitas; o entrevistador estimula o entrevistado a falar; aos olhos do entrevistado, o entrevistador é o encarregado de organizar e manter a conversação.

Mattos (2010) afirma que estas entrevistas servem a pesquisas voltadas para o desenvolvimento de conceitos, o esclarecimento de situações, atitudes e comportamentos, ou o enriquecimento do significado humano deles e que isso tem extensões poderosas na geração de teorias e decisões práticas, e não se confunde com outro tipo de utilidade, a generalização indutiva, propiciada pela estatística.

Duarte (2008, p. 64-66) aponta que as entrevistas podem ser de três tipos, conforme quadro a seguir:

Tabela 1 - Modelo de tipologia em entrevista

Pesquisa	Questões	Entrevista	Modelo	Abordagem	Respostas
Qualitativa	Não-estruturadas	Aberta	Questão central	Em Profundidade	Indeterminadas
	Semiestruturadas	Semiaberta	Roteiro		
Quantitativa	Estruturadas	Fechada	Questionário	Linear	Previstas

Fonte: DUARTE, 2008, p. 65.

De acordo com Duarte, “a entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer.” (DUARTE, 2008, p. 62).

Ainda segundo este autor, “... o objetivo muitas vezes está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas” (DUARTE, 2008, p. 63).

Assim, a entrevista em profundidade, como método de coleta, mostrou-se ideal para atender aos objetivos desta pesquisa de compreender quais as narrativas mais importantes para a (des)motivação quando o assunto é participação política.

A respeito de entrevistas qualitativas, Godoi e Mattos (2006, p. 304) apontam três principais modalidades:

a) entrevista convencional livre em torno de um tema, na qual as perguntas surgem no contexto e curso natural da interação, sem que haja uma previsão de perguntas nem de reações a elas;

b) entrevista padronizada aberta, na qual se adota uma lista de perguntas abertas ordenadas e redigidas da mesma forma, para todos os entrevistados, mas as respostas são abertas;

c) entrevista baseada num roteiro, caracterizada por conferir ao entrevistador flexibilidade para ordenar e formular as perguntas durante a entrevista.

Nesta pesquisa, optou-se por aplicar o terceiro modelo, isto é, as entrevistas em profundidade foram conduzidas com base em um roteiro, sem rigidez na ordem e na formulação das perguntas, uma vez que, segundo classificação de Godoi e Mattos (2006, p. 304), na entrevista baseada em roteiro, o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação na direção que considere adequada.

Sobre a adoção de um roteiro, Duarte (2008, p. 67) defende que uma boa alternativa é preparar um roteiro-guia com os tópicos relevantes para cada questão, para facilitar o trabalho do entrevistador, que poderá propor a questão de maneira mais livre e aberta e, por meio dos tópicos, acompanhar se a questão foi respondida de maneira satisfatória ou se é necessário complementar.

Guerra (2006, p. 53) auxilia-nos neste processo de construção do roteiro quando afirma que “o guião é geralmente estruturado em grandes capítulos, desenvolvendo depois perguntas de ‘lembrança’ que apenas são introduzidas se o entrevistado as não referir nas respostas”.

Dessa forma, criou-se um roteiro (Apêndice A) com cinco temas principais sendo que, em cada um deles, foram realizadas perguntas bastante abertas e gerais. Para cada uma destas questões gerais, desenvolveram-se tópicos de interesse ou “subquestões” que permitiram que esta pesquisadora realizasse uma espécie de acompanhamento da resposta aberta de cada entrevistado, realizando perguntas complementares, se necessário, para que nenhum tópico importante ficasse de fora.

Apesar de possuir um roteiro, a entrevista era conduzida com foco no entrevistado, alterando a ordem, suprimindo ou ampliando questões, de acordo com o andamento da conversa.

Esta escolha deveu-se ao que defende Flick (2009) quando afirma que é mais provável que os pontos de vistas dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação

de entrevista com um planejamento aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário.

Ao final do roteiro, foi construída uma questão fechada, com tópicos definidos a respeito das motivações que levam à participação política, com o objetivo de fechar a conversa e traçar uma conclusão a respeito do que foi discutido.

Foram realizados quatro pré-testes do roteiro (de acordo com os quatro perfis que abordaremos no item “seleção dos entrevistados”), para avaliar a forma e o entendimento das perguntas, para estimar um tempo médio necessário para a realização da entrevista e para aprimorar a habilidade da pesquisadora de conduzir as entrevistas, conforme defendem Selltiz et al.,

“O pré-teste apresenta um recurso para a identificação e solução de problemas não-previstos na aplicação do questionário – por exemplo, as frases e sequência das perguntas, ou seu comprimento. Pode também indicar a necessidade de outras perguntas, ou a eliminação de algumas delas” (SELLTIZ et al., 1974, p. 618)

Esclareceremos melhor como os pré-testes foram conduzidos e quais suas contribuições em seção específica a seguir.

Todas as entrevistas foram gravadas, com o consentimento dos entrevistados. As gravações foram transcritas, objetivando-se “[...] eliminar as imprecisões das anotações de campo e ampliar a possibilidade de acesso público dos resultados, com elevado detalhamento”, conforme sugerido por Godoi e Mattos (2006, p. 314).

4.1.2. Instrumentos de Coleta

Para Duarte (2008, p. 76-78), é possível realizar entrevistas em profundidade pessoalmente, pelo telefone ou pela Internet.

A maior parte das entrevistas foi realizada pessoalmente, apenas 25% delas foram realizadas pela internet, devido ao perfil dos entrevistados (vide item a seguir).

Sobre o uso da Internet, Duarte esclarece que “Uma alternativa interessante ao envio de uma lista de perguntas é o contato simultâneo de entrevistador e entrevistado via internet pelo uso de *chats* ou *blogs*. Entrevistador e fonte também podem combinar um horário determinado para conexão e travar o envio e o recebimento contínuo de mensagens, de maneira a garantir mais profundidade e naturalidade nas respostas.” (DUARTE, 2008, p. 78).

Dessa maneira, nas entrevistas conduzidas pela Internet, utilizou-se uma ferramenta de *chat online*⁸¹, com interação em tempo real, garantindo mais profundidade à conversa e, ao mesmo tempo, evitando respostas superficiais, incompletas ou imprecisas que poderiam retornar caso se utilizasse um questionário enviado por e-mail, por exemplo. Assim, apesar da utilização da Internet não substituir uma entrevista presencial, foi possível minimizar suas falhas, tornando a interação bastante rica e fecunda.

A utilização da internet justifica-se em virtude da natureza da atuação política de parte dos entrevistados, que se desenvolve exclusivamente pela internet (vide perfil no item a seguir), objetivando garantir uma maior liberdade de expressão aos informantes, já que, conforme Poupart (2008), o pesquisador precisa tentar reconfortar seu interlocutor, partindo da ideia de que quanto mais à vontade ele ficar, mais ele falará com facilidade e abordará questões que lhe são significativas.

4.1.3. Seleção dos entrevistados

De acordo com Duarte, “a seleção dos entrevistados em estudos qualitativos tende a ser não probabilística, ou seja, sua definição depende do julgamento do pesquisador e não de sorteio a partir do universo, que garante igual chance a todos (característica das amostras probabilísticas). Existem dois tipos básicos de amostras não probabilísticas para uso em entrevistas qualitativas: por conveniência ou intencional.” (DUARTE, 2008, p. 69).

No caso da presente pesquisa, foi utilizada uma amostra não probabilística intencional, na qual a escolha foi realizada com base em juízo particular do pesquisador, baseando-se em conhecimento do tema, nível de envolvimento político e representatividade do entrevistado dentro do recorte realizado.

Esta escolha embasa-se no que defendem Selltiz et al.: “A suposição básica da amostragem intencional é que, com bom julgamento e uma estratégia adequada, possamos escolher os casos que devem ser incluídos na amostra e, assim, chegar a amostras que sejam satisfatórias para nossas necessidades” (SELLTIZ et al., 1974, p. 584).

⁸¹ *Chat* é um termo em inglês que significa conversação, traduzido para o português como “bate-papo”. Este termo é utilizado para designar aplicações de conversação em tempo real que permitem trocas de mensagens instantâneas.

Já para a escolha dos indivíduos representantes do perfil 4 (vide tabela de perfis entrevistados a seguir) foi utilizada a técnica denominada “bola de neve” baseando-se em Sierra que sugere que:

o acesso aos entrevistados deve organizar-se através de uma técnica, denominada “bola de neve” pelas redes sociais naturais. A captura de sujeitos participantes da amostra se dá por meio de amigos, parentes, contatos pessoais e conhecidos. (SIERRA, 1988, p. 312-313, apud GODOY E MATTOS, 2006, p. 309).

Conforme apontado anteriormente, uma pesquisa exploratória qualitativa não busca conclusões definitivas ou a generalização destas. Busca-se compreender questões de maneira mais aprofundada e detalhada, captando elementos de discurso e comportamento dos entrevistados que possam indicar conclusões que passariam despercebidas numa entrevista quantitativa. Ao mesmo tempo, destaca-se que nas entrevistas em profundidade “é importante obter informações que possam dar visões e relatos diversificados sobre os mesmos fatos. Pessoas em papéis sociais diferentes, recém-chegadas ou que tenham deixado a função recentemente, podem dar perspectivas e informações bastante úteis” (DUARTE, 2008, p. 69).

Assim, optou-se pela diversidade ao invés da saturação⁸², escolhendo entrevistados que pudessem trazer pontos de vistas diferentes sobre o mesmo assunto.

Para Guerra, “a finalidade da amostragem por contraste através de entrevistas é comparar situações extremas (externas). Segundo Pires (1997b), ‘constrói-se um mosaico com um número diversificado de casos: com a presença de pelo menos 2 de cada grupo pertinente para o objeto de pesquisa’” (GUERRA, 2010, p. 45).

Embora a abordagem teórica tenha tratado do contexto brasileiro como um todo, para tornar a pesquisa empírica factível, foi necessário realizar um recorte para observação e análise. Devido ao contexto pessoal e profissional da pesquisadora, optou-se por realizar a pesquisa somente na cidade de São Paulo, concentrando os perfis dos entrevistados naqueles cidadãos que possuem envolvimento com a cidade, focando a participação realizada junto ao legislativo paulistano.

⁸² De acordo com Guerra (2010, p. 40-41), “A diversidade relaciona-se com a garantia de que a utilização das entrevistas se faz tendo em conta a heterogeneidade dos sujeitos (ou fenómenos) que estamos a estudar. De facto, na pesquisa qualitativa, procura-se a diversidade e não a homogeneidade, e, para garantir que a investigação abordou a realidade considerando as variações necessárias, é preciso assegurar a presença da diversidade dos sujeitos ou das situações em estudo” enquanto a saturação, “do ponto de vista metodológico, permite generalizar os resultados ao universo de trabalho (população) a que o grupo analisado pertence (generalização empírico-analítica)” (PIRES, 1997b, p. 157; apud GUERRA, 2010, p. 42). Dessa forma, como não é intenção desta pesquisa a generalização, justifica-se a opção pela diversidade em detrimento da saturação.

A cidade de São Paulo é bastante representativa nesta questão uma vez que é a maior cidade do país e da América do Sul e a quarta maior de todo o mundo, com uma população de 11,2 milhões de habitantes (o que representa 5,9% da população brasileira), mais de 7 milhões de eleitores e um PIB de 443,6 bilhões de reais.⁸³

São Paulo também é importante no contexto de participação, pois foi palco de uma série de manifestações políticas, conforme citamos no capítulo 2.

Foram entrevistados cidadãos que se encaixavam nos seguintes perfis:

Tabela 2 - Perfis dos cidadãos entrevistados

Perfil	Organização Escolhida	Justificativa	Meio de Contato	Qde
1. Cidadãos com atuação <u>presencial</u> junto ao Legislativo Paulistano	Movimento Voto Consciente (MVC ⁸⁴), Movimento Hip Hop e Movimento de Educação	Os movimentos escolhidos têm forte atuação junto ao Parlamento Paulistano, comparecendo a maior parte das reuniões (plenárias, comissões, audiências públicas). O MVC emite pareceres e relatórios a respeito do trabalho, que são disponibilizados em seus sites. Atuando, portanto, como formadores de opinião.	Presencial	3
2. Cidadãos com atuação <u>pela Internet</u> junto ao Legislativo Paulistano	Adote Um Vereador ⁸⁵	Os cidadãos que participam do “Adote um Vereador” são voluntários que acompanham o trabalho de cada um dos parlamentares e mantém um site/blog com as informações levantadas. Assim, também atuam como líderes de opinião.	Virtual	3

⁸³ Dados disponíveis em <<http://sp450anos.terra.com.br/interna/0,,OI236169-EI2551,00.html>; <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=355030>; <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/12/54-municipios-concentravam-50-do-pib-do-pais-em-2010-diz-ibge.html>>. Acesso em: 28 Jul. 2013.

⁸⁴ “O Movimento Voto Consciente é uma entidade cívica e apartidária, formada por voluntários. Acompanha o trabalho dos parlamentares na Câmara Municipal de São Paulo e na Assembleia Legislativa de São Paulo, informando os eleitores sobre o desempenho de seus representantes no legislativo. Promove a educação política através de palestras, cursos de política e fóruns de cidadania. Interage com outras entidades que atuam de forma semelhante em outras cidades, para que as várias ações conjuntas de controle social resultem na construção de uma sociedade mais justa e cidadã. Com o objetivo de lutar para a implantação de políticas públicas que beneficiem a população, o Movimento Voto Consciente tem o seguinte lema: votar, cobrar, participar.” – Disponível em: <<http://www.votoconsciente.org.br/sobre/quem-somos/>> Acesso em: 29 Jul. 2013.

⁸⁵ “A rede do Adote um Vereador depende de iniciativas individuais de cidadãos que se dispõem a escolher um parlamentar na Câmara Municipal de sua cidade e a levantar e publicar informações sobre eles em um blog. A intenção é que o “padrinho” passe a conhecer melhor a prática no legislativo e se transforme em fonte de consulta para a comunidade sempre que esta estiver interessada em saber o que o vereador realiza. O Adote não está ligado a uma ONG pois este movimento – repetimos isso com frequência – não tem dono, é da sociedade que tem o direito e até o dever de controlar a ação dos parlamentares, seja na cidade, seja no Estado, seja na Federação.” Disponível em: <<http://www.adoteumvereadoresp.com.br/sobre-nos/#.Ufc4T9LBOSo>>. Acesso em: 29 Jul. 2013.

Perfil	Organização Escolhida	Justificativa	Meio de Contato	Qde
3. Funcionário de Instituição Pública/Política	Parlamento Paulistano	Os funcionários selecionados para responder à entrevista atuam com audiências públicas que são espaços de participação. Desta forma, por sua experiência, podem colaborar com percepções sobre o perfil e as motivações dos cidadãos que participam mais ativamente.	Presencial	3
4. Cidadão politicamente não ativo	Não se aplica	Entrevistar cidadãos que procuram não se envolver na política, ajudará a entender suas motivações para este comportamento.	Presencial	3

Fonte: elaborado pelo autor

4.1.4. Método de Análise – Análise de conteúdo

Para Duarte (2008, p. 78), “analisar implica separar o todo em partes e examinar a natureza, funções e relações de cada uma.”

O método de análise escolhido foi a análise de conteúdo que, segundo Bardin (1979, apud GUERRA 2006, p. 63), classifica-se em:

- **Categorial:** análise temática e geralmente descritiva;
- **Avaliação:** mede atitudes, direção e intensidade da opinião, desmembra-se o texto em unidades de significação e analisa-se a carga avaliativa;
- **Enunciação:** utiliza entrevistas longas e abertas, desprezando os aspectos formais da linguagem e concentrando-se na análise dos conteúdos;
- **Expressão:** análise formal e linguística, geralmente utilizada para investigar a autenticidade de documentos.

Optou-se por realizar uma análise categorial, classificando “as informações a partir de determinado critério, estabelecendo e organizando grupos de temas comuns, como que as agrupando em ‘caixas’ separadas para se dedicar individual e profundamente a cada uma” (DUARTE, 2008, p. 78-79).

Ainda segundo este autor, as categorias são estruturas analíticas construídas pelo pesquisador que reúnem e organizam as informações obtidas, fracionando e classificando-as em temas autônomos, porém inter-relacionados (DUARTE, 2008, p. 79).

De acordo com Bardin para analisar um material verbal pode-se “proceder uma análise de conteúdo clássica, com *quadro categorial*, privilegiando a repetição de frequência dos *temas*, com todas as entrevistas juntas” (2011, p. 95, grifos da autora).

Selltiz et al. (1974, p.441) especificam que um conjunto de categorias deve: (a) ser derivado de um único princípio de classificação; (b) ser exaustivo, sendo possível colocar qualquer resposta em uma das categorias; (c) as categorias devem ser mutuamente exclusivas; não deve ser possível colocar determinada resposta em mais de uma categoria.

Segundo a proposta de Bardin (2011, p. 120), deve-se construir “um quadro que contenha, nas linhas, os temas qualificadores e, nas colunas, os indivíduos” para depois “marcar cada intersecção (presença/ausência, ou número de ocorrências por indivíduos)”.

Optamos por realizar uma análise de conteúdo qualitativa das informações obtidas, desta forma, não será avaliada a frequência de aparição dos elementos da mensagem, mas sim a presença ou ausência do dado, já que, conforme defende Bardin, “a *presença* (ou a *ausência*) pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência de aparição” (BARDIN, 2011, p. 144, grifos da autora).

A autora também aconselha que se faça uma referência em todos os textos com uma nota ou um aspecto particular que remeta àquela categoria (BARDIN, 2011, p. 120). Dessa forma, optou-se por destacar trechos das entrevistas que, além de ilustrar a classificação, permitam também conduzir a fase de tratamento dos dados, permitindo inferências e interpretações.

Em resumo, a análise foi conduzida seguindo os três estágios propostos por Bardin (2011, p. 126), a saber:

- a) pré-análise, que corresponde a uma fase de organização, com a transcrição das entrevistas, sistematizando as ideias iniciais.
- b) exploração do material com categorização das respostas;
- c) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

4.2. Pesquisa de Campo

4.2.1. Pré-teste

Como utilizamos um roteiro único para a pesquisa com os quatro perfis, adotando o procedimento de adaptá-lo durante a conversa com os entrevistados de acordo com suas próprias respostas, foi necessário realizar quatro pré-testes diferentes.

Com estes pré-testes, procurou-se desenvolver a habilidade desta pesquisadora e gerar domínio sobre as questões do roteiro a ponto de permitir uma condução mais tranquila e livremente orientada pelas respostas do entrevistado.

Os pré-testes foram aplicados com pessoas do convívio da pesquisadora a fim de diminuir a tensão pela aplicação do questionário ao mesmo tempo em que possibilitou um diálogo aberto ao final de cada entrevista a respeito das impressões e sentimentos do informante durante a conversa. Foi possível, ainda, mensurar a duração de cada entrevista e entender que algumas questões necessitavam de adaptações maiores de acordo com cada perfil ou mesmo não se aplicavam àquele grupo de entrevistados.

O primeiro pré-teste aplicado foi com um voluntário do perfil 4 (pessoas que não participam de atividades políticas). Neste processo, percebeu-se que muitas das questões deveriam cuidar para não serem facilmente respondidas com sim ou não, ao mesmo tempo em que a pesquisadora teve de desenvolver a habilidade de lidar com respostas do tipo “não sei”, procurando extrair do informante a resposta de outras maneiras. Estas foram características específicas do perfil 4 que, em geral, não participam de atividades políticas pois não tem interesse nestes assuntos, desta forma, acabam não tendo opinião formada sobre grande parte das questões abordadas no roteiro, o que faz com que tenham que pensar e construir sua opinião a respeito do que foi perguntado no momento da entrevista.

Foi necessário também aprender a lidar com as pausas necessárias para refletir sobre “assuntos novos” e desenvolver a habilidade de conduzir a reflexão sem induzir as respostas.

O segundo pré-teste aplicado foi referente ao perfil 2 (pessoas que participam de política pela internet). Conforme explicamos no item 4.1.2, para entrevistar este grupo adotou-se uma ferramenta de *chat online* a fim de deixar o entrevistado mais à vontade para expressar-se. Dessa forma, a utilização do pré-teste foi de suma importância, pois possibilitou a adaptação da pesquisadora para a utilização desta ferramenta, aprendendo a lidar com as longas pausas necessárias à reflexão por parte do entrevistado, observando que a duração da aplicação foi muito maior do que as entrevistas realizadas pessoalmente (devido ao tempo de reflexão em cada questão) e desenvolvendo a capacidade de “criar um ambiente” de descontração que permitisse ao informante digitar à medida que pensava e que falaria, sem tomar tanto cuidado com a forma (ortografia e gramática) utilizada na redação das respostas, o que visivelmente atrapalhou a fluidez e prolongou demasiado a duração do pré-teste.

O terceiro pré-teste aplicado foi referente ao perfil 1 (pessoas que participam de política pessoalmente). Tratou-se de um desafio maior, pois presumia que a pesquisadora

tivesse domínio não apenas do universo das perguntas construídas, mas também de acontecimentos contemporâneos que pudessem se relacionar com as questões abordadas de acordo com a forma de fazer sentido do entrevistado. O pré-teste anterior também exigiu habilidade neste sentido, mas tinha como atenuante o fato de não acontecer pessoalmente, o que aumentava o conforto e confiança da entrevistadora. Neste pré-teste foi possível verificar se as questões realmente faziam o sentido esperado diante de pessoas extremamente ativas no campo político.

O quarto e último pré-teste realizado referiu-se ao perfil 3 (pessoas que trabalham com participação política). Esta entrevista prévia foi de suma importância, pois possibilitou o desenvolvimento da habilidade da pesquisadora em adaptar as questões, uma vez que neste grupo procura-se saber mais a respeito de terceiros do que deles mesmos, isto é, o objetivo era compreender o perfil de participantes do universo político a partir de suas experiências e percepções profissionais e não de convicções pessoais que norteiam suas próprias decisões e atitudes.

A cada aplicação de pré-teste foram feitos ajustes no roteiro até chegarmos à versão final que foi utilizada com os entrevistados.

Tabela 3 - Quadro descritivo dos pré-testes realizados

Data de aplicação	Meio de aplicação	Perfil	Melhorias do roteiro
07/05	Pessoalmente	4	Alteração na redação das questões, evitando resposta do tipo sim/não. Alteração na forma de abordagem das perguntas sobre dados pessoais.
08/05	<i>Chat Online</i> (Skype)	2	Criação de uma introdução à aplicação do questionário para diminuir a formalidade do debate. Exclusão de uma questão que gerou desconforto no entrevistado. Readequação da duração da aplicação.
10/05	Chamada de vídeo (Skype)	1	Alterações na forma de algumas questões para garantir a compreensão. Exclusão de uma das opções da questão de encerramento.
16/05	Pessoalmente	3	Sem alterações de roteiros, apenas observações referentes a questões a serem adaptadas.

Fonte: elaborado pelo autor

Inicialmente, no perfil 1, pensou-se em entrevistar pessoas dos movimentos Voto Consciente e da Rede Nossa São Paulo, duas organizações bastante presentes no Parlamento Municipal e que acompanham de perto os vereadores, fornecendo, inclusive, informações para a imprensa quanto ao trabalho desenvolvido naquela casa legislativa. Posteriormente, foi identificado que as pessoas que trabalham para a Rede Nossa São Paulo são funcionários contratados e remunerados, o que influenciaria nas respostas quanto à motivação para o envolvimento político. Dessa forma, optou-se por excluir esta organização da pesquisa e buscar outros atores presentes na Câmara Municipal. A identificação destas pessoas foi possível graças à colaboração e indicações realizadas pelos entrevistados do perfil 3.

4.2.2. Dados coletados

O primeiro passo para o procedimento da coleta dos dados foi o contato telefônico ou envio de e-mail (Apêndices B e C) explicando os objetivos da pesquisa. Para todos os contatos, a pesquisadora teve o cuidado de utilizar seu e-mail da USP para qualificar sua relação com a instituição. Quando necessário, os e-mails foram seguidos de contatos telefônicos para acelerar o processo de marcação das entrevistas pessoais. Todos os contatos, o agendamento das entrevistas e sua realização foram conduzidos pela pesquisadora.

Foi assumido um compromisso de sigilo quanto aos nomes dos entrevistados, que serão chamados durante a análise dos dados por “Entrevistado 1”, “Entrevistado 2”, etc.

As entrevistas foram realizadas conforme resume o quadro a seguir.

Tabela 4 - Quadro descritivo das entrevistas realizadas

Denominação	Data	Duração	Meio	Perfil	Dados do entrevistado
Entrevistado 1	15/05	45min	Pessoalmente	4	Feminino, 31-40 anos, engenheira civil
Entrevistado 2	15/05	20min	Pessoalmente	4	Feminino, de 41-50 anos, administradora de empresas

Denominação	Data	Duração	Meio	Perfil	Dados do entrevistado
Entrevistado 3	17/05	30min	Pessoalmente	3	Feminino, de 41 a 50 anos, advogada, trabalha na CMSP há 31 anos, secretariou diversas comissões, participando de reuniões e audiências públicas com grande participação popular.
Entrevistado 4	20/05	55min	Pessoalmente	3	Masculino, de 41 a 50 anos, advogado, trabalha na CMSP há 26 anos, secretariou diversas comissões, participando de reuniões e audiências públicas com grande participação popular.
Entrevistado 5	20/05	45min	Pessoalmente	3	Feminino, de 41 a 50 anos, superior incompleto (Serviço Social), trabalha na CMSP há 26 anos, secretariou diversas comissões, participando de reuniões e audiências públicas com grande participação popular.
Entrevistado 6	20/05 e 21/05*	80min e 80min	<i>Chat Online</i> (GTalk)	2	Masculino, de 21 a 30 anos, superior completo (Relações Internacionais), participa do Adote um Vereador desde 2011.
Entrevistado 7	21/05	110min	<i>Chat Online</i> (Skype)	2	Masculino, de 21 a 30 anos, nascido em Sorocaba, morador de São Paulo, superior completo (Turismo), filiado ao PSOL, participa do Adote um Vereador desde 2011.

Denominação	Data	Duração	Meio	Perfil	Dados do entrevistado
Entrevistado 8	22/05	40min	Pessoalmente	1	Feminino, mais de 61 anos, superior incompleto (Desenho), Diretora de área do Movimento Voto Consciente desde 2002.
Entrevistado 9	22/05	120min	<i>Chat Online</i> (Skype)	2	Masculino, de 51 a 60 anos, paranaense, mora em São Paulo há 35 anos, superior incompleto (Administração de Empresas), um dos primeiros voluntários do Projeto Adote um Vereador (desde 2008)
Entrevistado 10	23/05	50min	Pessoalmente	4	Masculino, entre 41 e 50 anos, ensino médio completo.
Entrevistado 11	24/05	70min	Chamada de vídeo (Skype)	1	Feminino, entre 31 e 40 anos, mestranda em Educação pela USP, filiada ao PT, militou entre 2003 e 2010 em espaços ligados à educação, integrou a comissão de coordenação do Fórum de Educação do Estado de São Paulo
Entrevistado 12	27/05	45min	Pessoalmente	1	Masculino, entre 31 e 40 anos, rapper, participa do Movimento Hip Hop e Fórum HipHop, bastante atuante e presente no Parlamento Paulistano.

* realizada em duas etapas, pois o entrevistado não pode continuar no primeiro dia.

Fonte: elaborado pelo autor

4.2.3. Análise dos dados

O primeiro passo da análise dos dados foi a pré-análise que, segundo Bardin (2011), consiste na preparação e organização do material levantado por meio da transcrição das entrevistas. As entrevistas foram transcritas fielmente, considerando as pausas realizadas pelos entrevistados, a repetição de sílabas ou palavras, as indecisões e, quando possível, foram realizadas anotações a respeito do comportamento dos entrevistados, buscando o máximo de dados para contribuir nas análises.

Este procedimento baseou-se em orientação de Bardin que afirma que

... entrevistas semidiretivas (também chamadas com plano, com guia, com esquema, focalizadas, semiestruturadas), mais curtas e fáceis [...] devem ser registradas e integralmente transcritas (incluindo hesitações, risos, silêncios, bem como estímulos do entrevistador) (BARDIN, 2011, p. 93).

Em seguida, foi realizada uma classificação das informações obtidas em categorias e em subcategorias (quando necessário) que, de acordo com orientações de Duarte, tiveram origem no marco teórico e foram consolidadas no roteiro de perguntas (DUARTE, 2008, p. 79).

Após a classificação das categorias, foi possível sistematizar as informações coletadas nas entrevistas, o que permitiu a execução da etapa de tratamento dos resultados, inferências e interpretação das informações coletadas, conforme veremos a seguir.

Para ilustrar as categorias, foram selecionados trechos das entrevistas que expressam as principais ideias debatidas. É importante colocar que não foram destacados os depoimentos de todos os entrevistados presentes em cada categoria, apenas aqueles mais significativos para a discussão realizada na presente dissertação.

A identificação dos informantes foi preservada, de acordo com compromisso firmado por ocasião das entrevistas. Durante toda a análise, serão utilizadas as expressões “Entrevistado 1”, “Entrevistado 2”, etc., sem a distinção de sexo do entrevistado.

Para construção do quadro categorial foi confeccionada uma planilha (conforme orientação dada por Bardin, citada no item 4.1.4) envolvendo os temas e os indivíduos entrevistados, bem como os trechos das entrevistas que ilustram tais categorias. A partir daí desenvolveu-se uma tabela destacando a presença de cada uma das categorias por entrevistado (Apêndice D). Esta tabela foi resumida para o quadro que veremos a seguir, que apresenta

uma relação de presença/ausência⁸⁶ entre os temas e categorias propostos e os **perfis** dos informantes, a fim de simplificar a leitura e facilitar a visualização dos dados, bem como proporcionar uma clara observação da correlação entre as respostas dadas e os perfis entrevistados.

Tabela 5 - Presença/Ausência das Categorias Desenvolvidas por perfil

Temas	Categorias	Subcategorias	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4
1. Democracia	1.1. Acredita		1	0	0	1
	1.2. Falta de Efetividade		2	1	1	1
	1.3. Funciona Parcialmente / Incompleta		0	1	1	0
	1.4. Clientelismo		0	0	1	0
	1.5. Despreparo / Falta de Informação		0	2	1	1
2. Participação política	2.1. Falta de Informação		0	1	0	2
	2.2. Falta de Interesse		0	0	1	0
	2.3. Falta de Continuidade / Participação limitada		1	2	2	2
	2.4. Progredindo		2	0	1	0
	2.5. Não Funciona		0	1	1	0
3. Fatores que motivam	3.1. Cultura	3.1.1. Educação	0	1	1	1
	3.2. Confiança	3.2.1. Confiança	0	2	1	3
		3.2.2. Desconfiança	1	1	1	0
	3.3. Capital Social	3.3.1. Coletividade	1	0	2	1
		3.3.2. Meio / Comunidade / Líderes Comunitários	3	3	2	3

⁸⁶ A numeração apresentada no quadro não se refere a uma contagem de frequência da citação de tal categoria, mas sim uma contagem de presença e ausência da categoria na entrevista de cada um dos informantes daquele perfil, desta forma, a numeração máxima possível em cada espaço é 3, uma vez que foram entrevistados 3 indivíduos de cada perfil.

Temas	Categorias	Subcategorias	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4	
	3.4. Reconhecimento e Redistribuição	3.4.1. Necessidades Materiais	1	0	2	1	
	3.5. Empoderamento		1	2	1	0	
	3.6. História do país		2	3	2	2	
	3.7. Narrativas	3.7.1. Narrativa da Mídia		2	0	2	1
		3.7.2. Narrativa do governo / da figura política		2	1	3	3
		3.7.3. Narrativa de Estado (leis)		2	3	0	0
		3.7.4. Narrativas Cotidianas		3	3	1	2
	3.8. Memória	3.7.5. Experiência Negativa		1	1	0	1
	3.9. Características pessoais	3.9.1. Ter Um Ideal		3	3	0	2
		3.9.2. Interesse pessoal / Individualismo		3	3	3	2
3.9.3. Revolta			0	0	1	1	
4. Fatores que desmotivam	4.1. Cultura	4.1.1. Cultura do país	3	1	3	2	
		4.1.2. Educação	1	0	1	0	
	4.2. Confiança		1	1	2	2	
	4.3. Reconhecimento e Redistribuição	4.3.1. Foco na sobrevivência	1	0	1	0	
	4.4. História do país		0	1	0	0	
	4.5. Mitos / Estereótipos		3	3	2	3	
	4.6. Narrativas	4.6.1. Mídia		2	2	2	0
		4.6.2. Narrativas Cotidianas		1	2	0	1
		4.6.3. Narrativa do governo / da figura política		0	2	0	1
	4.7. Memória	4.7.1. Experiência Negativa / Demora na obtenção de resultados		3	2	1	3

Temas	Categorias	Subcategorias	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4
		4.7.2. Corrupção	2	1	0	1
	4.8. Características pessoais	4.8.1. Interesse pessoal / Individualismo	1	1	0	1
		4.8.2. Preguiça / Falta de Interesse	0	0	1	1
	4.9. Outros	4.9.1. Falta de Tempo / Horário Ruim	2	1	2	2
		4.9.2. Dificuldade de Acesso	2	0	1	0
		4.9.3. Consumo	1	0	0	0
5. Papel das instituições	5.1. Divulgar / Investir em transparência		1	2	2	3
	5.2. Aproximar-se do Cidadão		2	2	3	0
	5.3. Investir em Educação		0	1	1	0

Fonte: elaborado pelo autor

Tema 1 – Democracia

No tema 1, procura-se verificar a percepção do entrevistado quanto à prática da democracia em nosso país. Conforme trabalhamos no primeiro capítulo, apesar de termos uma democracia formalmente estabelecida, com uma constituição cidadã, muitas pessoas não se sentem inseridas numa democracia de fato. Assim, com este primeiro tema, procuramos entender qual o sentimento dos entrevistados em relação à prática democrática.

Para tal, foi realizada a seguinte pergunta aberta (recapitulando o conteúdo do roteiro): “A Constituição Federal de 1988 é conhecida por ser uma constituição cidadã, que consolidou a democracia no Brasil e ampliou as formas de participação. Como você vê a democracia e a participação política no nosso país?”

A seguir, temos as respostas do tema 1 categorizadas:

Tabela 6 - Presença/Ausência das Categorias - Tema 1

Temas	Categorias	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4
1. Democracia	1.1. Acredita	1	0	0	1
	1.2. Falta de Efetividade	2	1	1	1
	1.3. Funciona Parcialmente / Incompleta	0	1	1	0
	1.4. Clientelismo	0	0	1	0
	1.5. Despreparo / Falta de Informação	0	2	1	1

Fonte: elaborado pelo autor

1.1 Categoria Acredita

Nesta primeira categoria, observamos que dois dos entrevistados afirmaram acreditar na existência de uma democracia em nosso país, um deles enquadra-se no perfil daqueles que participam pessoalmente (perfil 1) e outro no dos que não participam (perfil 4).

Chama a atenção neste item não a presença, mas a ausência do acreditar nos demais informantes, dos seis que são ativos na política, apenas um deles afirmou acreditar na democracia e, dos três que trabalham em uma instituição pública, nenhum deles disse acreditar completamente.

O entrevistado 2 apresentou ainda uma opinião bastante titubeante, quando disse:

...eu acho que sim, acho que a gente não tem nenhum empecilho, né? – Entrevistado 2 (Perfil 4)

o que pode indicar que ele acredita na existência da democracia, mas não afirma que ela é efetiva, apenas observa que não há impeditivos para a sua execução.

1.2 Categoria Falta de Efetividade

Quatro dos doze entrevistados acreditam que falta efetividade à democracia, que ela existe mais formalmente do que na prática. São apontados alguns motivos para esta dificuldade:

... o Brasil não tem cidadania plena, então, não tem democracia, né? Há uma ideia de democracia. Eu acho que tem uma ideia de democracia a parte de...do que os intelectuais brancos da classe média impõem. – Entrevistado 12 (Perfil 1)

Olha, a constituição, acho que ela abriu um precedente legal, formal. Mas na prática, pra esses dispositivos legais chegarem à prática, o Brasil ainda tem que caminhar muito. Tem uns canais aí de participação, tem os mecanismos legais, mas eu acho que a gente não tem uma democracia efetiva porque a questão econômica não tá equacionada. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

É uma pena que a democracia hoje em dia está sendo mal aproveitada. –
Entrevistado 9 (Perfil 2)

... a democracia, depende de como você vê realmente o conceito de democracia é... todo mundo participar, todo mundo escutar, todo mundo interagir pra poder chegar a um senso comum. Só que existe uma frase, é... que eu não me recordo de quem é, que a democracia é a ditadura de alguns poucos. [...] Você elege os seus representantes pra, em tese, legislarem em seu benefício, em benefício da população. Só que [...] não é isso que acontece. [...] Eles acabam legislando em benefício próprio ou em benefício de alguns segmentos. Então, ainda o conceito de democracia ainda é... é bonito, é, é legal de você... de você aceitar, de você entender e tudo mais, mas na prática... – Entrevistado 4 (Perfil 3)

... a gente fala que somos um país democrático, mas não sei até onde que o povo consegue é... ter força em cima de quem realmente tá lá na... lá em Brasília pra poder falar: “olha, essa lei funciona, essa lei vai vigorar, essa... sabe?” Eu acho que... somos democráticos, mas entre aspas. – Entrevistado 1 (Perfil 4)

1.3 Categoria Funciona Parcialmente / Incompleta

Parte dos entrevistados afirma que a democracia existe, mas funciona de maneira parcial. Para o entrevistado 3, a democracia

Funciona, a página 1. Agora, se a página 2 não tiver que funcionar, não funciona. É mais democrático no sentido de que se escutam mais as pessoas, que se permite mais o acesso e a opinião de pessoas. – Entrevistado 3 (Perfil 3)

Pelo contexto geral da entrevista, podemos inferir que o entrevistado quer dizer que na democracia brasileira há abertura para que os cidadãos tenham mais acesso e sejam mais ouvidas, porém pouco é feito com essas opiniões. Já o entrevistado 6 afirma que temos uma democracia eleitoral em que a prática fica restrita ao voto, conforme vemos:

...existe uma estrutura, mas ela é incompleta.. não entende a democracia como um processo, mas apenas uma ação. Uma vez ouvi de um cientista político uma coisa que me fez pensar: quando você termina de votar na urna eletrônica, qual frase que aparece? FIM, quando na verdade é apenas o início. Um cidadão que vota e recebe a

mensagem de FIM, acredita que o seu papel acaba ali, na urna eletrônica! – Entrevistado 6 (Perfil 2)

1.4 Categoria Clientelismo

Aqui, o entrevistado 4 questiona a existência da democracia, a validade da participação eleitoral dos cidadãos e aponta o clientelismo como causa para estes problemas:

... hoje, pra população, pros eleitores, pra população mais carente, não interessa se o cara foi pego com dinheiro na cueca, se o cara desviou milhões de reais da saúde ou da educação. O que importa praquela população é que quando ela precisou daquele político, ele ajudou. [...] Quando eles precisaram de um ônibus pra levar o time, a torcida do time, num outro bairro, numa outra cidade, o cara arrumou. (...) Quando ele precisou de uma creche, de uma escola, ele arrumou. E isso, eu tô falando dessa forma, porque tem aqueles do asfalto na rua, do milheiro de bloco, do metro de areia, tem tudo isso. Isso é que é o importante. Pra essas pessoas, isso é que vale. [...] O que interessa é que ele é atendido quando ele precisa. Isso é um voto de cabresto. – Entrevistado 4 (Perfil 3)

1.5 Categoria Despreparo / Falta de Informação

Alguns entrevistados apontam a falta de informação como um empecilho para a democracia plena. Parte deles apontam que falta a escola dar uma formação política para a população:

Eu considero uma democracia frágil porque a escola não prevê a formação de cidadãos, no sentido político – Entrevistado 7 (Perfil 2)

...nós vivemos num regime democrático, né? Mas eu acho que a população ainda tem muito que aprender, né? A falta da educação, né? que, que... A educação de base deveria dar uma formação política, né? Então, é muito complicado. – Entrevistado 5 (Perfil 3)

Já o entrevistado 6 aponta que a população, desinformada, acredita que seu papel se encerra com o voto:

Sinto que muitas vezes as pessoas não sabem como funciona uma democracia representativa e fazem pouco caso do poder legislativo. A obrigação é apenas votar e não acompanhar. – Entrevistado 6 (Perfil 2)

Enquanto, na opinião do entrevistado 10, essa falta de informação pode ser interessante para alguns:

Olha, democrático é, mas é muito injusto, é uma democracia que é injusta, né? [...] é uma democracia, as pessoas são livres, [...] Você pode fazer, né? Dentro do que lhe é permitido se expressar da maneira que você quiser, tem seu direito de ir e vir garantido, isso tranquilo. Mas também, essa abertura toda também [...] causa um pouco de injustiça, né? Porque você vê às vezes tem aquele, que nem eu te falei, ele não tá tão informado, então tipo, olha: “pra que que você vai informar aquele?”, são coisas que... “por que eu vou explicar pro outro que ele tem direito a alguma coisa, pra ele brigar comigo? Deixa ele, deixa...” eu percebo muito isso, sabe? – Entrevistado 10 (Perfil 4)

Resumo do Tema 1

Quando o assunto tratado foi a existência de uma democracia em nosso país, na opinião de nossos entrevistados, obtivemos o seguinte resultado:

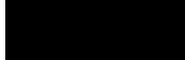
1.1. Acredita	17%	
1.2. Falta de Efetividade	42%	
1.3. Funciona Parcialmente / Incompleta	17%	
1.4. Clientelismo	8%	
1.5. Despreparo / Falta de Informação	33%	

Gráfico 1 - Ocorrências das Categorias - Tema 1

Fonte: elaborado pelo autor

A maioria deles não acredita que o Brasil viva uma democracia plena, apontando a falta de efetividade da democracia e a falta de informação por parte dos cidadãos como as principais razões.

Os entrevistados indicaram algumas características da democracia em nosso país: existe uma democracia formal que falta ser colocada em prática; a democracia brasileira é eleitoral, isto é, resume-se ao voto; há práticas clientelistas que afetam o exercício da democracia; não existe uma educação orientada ao preparo dos cidadãos para as questões políticas, o que demonstra desinteresse em ter um povo informado e bem preparado.

Tema 2 – Participação Política

Neste tema, o objetivo é compreender a percepção que cada entrevistado tem sobre o conceito de participação política e sobre o seu contexto hoje no Brasil. Se ela existe, se é praticada e quais os entraves para a participação ativa dos cidadãos.

Para obter as respostas, utilizou-se a mesma pergunta aplicada ao tema 1, uma vez que estes dois tópicos são estreitamente relacionados.

Abaixo, pode-se observar como as opiniões sobre a participação política distribuem-se:

Tabela 7 - Presença/Ausência das Categorias - Tema 2

Temas	Categorias	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4
2. Participação política	2.1. Falta de Informação	0	1	0	2
	2.2. Falta de Interesse	0	0	1	0
	2.3. Falta de Continuidade / Participação limitada	1	2	2	2
	2.4. Progredindo	2	0	1	0
	2.5. Não Funciona	0	1	1	0

Fonte: elaborado pelo autor

2.1 Categoria: Falta de Informação

Alguns dos entrevistados apontam que o maior entrave para a participação política é a falta de informação:

Sim, temos as ferramentas, mas não sabemos usá-las, por falta de uso, elas estão meio enferrujadas – Entrevistado 7 (Perfil 2)

Sim, abertura dá [para a participação política], o problema é que a maioria não sabe como fazer isso, né? [...] as pessoas têm essa cultura do tipo: “olha, eu vou, voto, elegi, por que que eu vou cobrar? Eu nem sei como cobrar, né?” – Entrevistado 10 (Perfil 4)

Um dos entrevistados, do perfil 4 (aqueles que não participam de atividades políticas) demonstra desconhecimento das formas de participação, conforme vemos:

Eu não sei, sinceramente eu não conheço a constituição e os mecanismos que tem lá, entendeu? Então não sei te dizer... – Entrevistado 2 (Perfil 4)

2.2 Categoria: Falta de Interesse

Na opinião do entrevistado 3, há uma falta de interesse por parte do cidadão e é isto que impede a participação política. Talvez essa visão justifique-se pelo ponto de vista a partir do qual este entrevistado vê a situação, uma vez que ele trabalha numa instituição pública, conhece sua estrutura e o comportamento de muitos cidadãos com os quais tem contato. Vejamos o que ele disse:

... não adianta só a gente meter o pau, reclamar que... a democracia existe, mas o político que tá lá em cima, o político que tá lá em cima é uma caca... se a população que pode mexer com isso não tem interesse, porque não tem conhecimento de causa (...) não adianta só culpar o governo, culpar o que seja, o, o, o modelo tá bom, mas precisa de quem movimente isso. – Entrevistado 3 (Perfil 3)

2.3 Categoria: Participação Limitada / Falta de Continuidade

Grande parte dos entrevistados acredita que a participação política no Brasil é limitada ou não tem continuidade.

O trecho a seguir demonstra essa ideia:

Porque ela chega até certo limite, e a outro limite você não pode participar. Então não garante a participação de todos. Tanto que a gente vê que a situação da mulher, os mesmos dramas da história do país continuam, só vai tendo roupagem diferentes, mas é os mesmos dramas. (...) Não é pra todos participarem. – Entrevistado 12 (Perfil 1)

O entrevistado reforça a ideia de democracia eleitoral, afirmando que a participação é limitada ao voto:

... há mecanismos de participação, mas a participação política é quase sempre restrita ao calendário eleitoral. – Entrevistado 6 (Perfil 2)

Já este outro entrevistado fala de um exemplo contemporâneo de como a participação pode ser limitada pelo governo.

[fala sobre a escolha de Marcos Feliciano para presidente da Comissão de Direitos Humanos] ...por conta dos manifestantes, eles pediram pra ser fechado, num deixaram eles entrarem e assistirem, né? Então, assim, eu vejo isso como uma forma de coibir a participação das pessoas, eu vejo assim. – Entrevistado 2 (Perfil 4)

Para o entrevistado 9, a participação pode ser limitada por falta de comprometimento do cidadão:

Infelizmente não existe comprometimento do cidadão, a participação popular nestas audiências [fala sobre audiências públicas que ocorrem na Câmara Municipal de São Paulo] é muito pequena. Normalmente os auditórios contam apenas com assessores de vereadores e poucos representantes da sociedade civil. – Entrevistado 9 (Perfil 2)

Outros entrevistados mostram como este limite pode estar ligado à falta de continuidade do processo participativo:

Tecnicamente funciona. O problema é o que vai ser feito com ela. – Entrevistado 3 (Perfil 3)

...não sei o quanto [...] o povo consegue influenciar a cabeça de quem tá lá [...] em Brasília, né? – Entrevistado 1 (Perfil 4)

...de um modo geral, [...] a população participa. A população vem, a população se manifesta, a população pede a palavra, coisas que, se não fosse a tal da democracia isso não aconteceria. [...] mas e depois? Realmente a população vem, participa, manifesta o seu desgosto com aquilo [...]. Mas e depois, é feito? Aqui, por exemplo, tem diversos casos em que a população vem, participa, reivindica que quer que aquilo seja feito, que aquilo não pode ser feito, mas acaba, na prática, acontecendo, da forma que o governo quis que acontecesse. – Entrevistado 4 (Perfil 3)

2.4 Categoria: Progredindo

Os três entrevistados a seguir demonstraram acreditar que a participação política vem progredindo no Brasil.

O primeiro deles acredita que este progresso deve-se ao aumento da transparência dos assuntos públicos e políticos:

...hoje, com essa transparência que existe, tá tudo muito mais aberto. Você vê tudo sobre tudo, lê tudo, ouve tudo sobre tudo. Pode ser... Eu tenho essa esperança que um dia isso [a participação política] tenda a aumentar. – Entrevistado 4 (Perfil 3)

O segundo refere que o aumento da participação está ligado à percepção crescente que os cidadãos têm acerca de seus direitos:

...eu acho que a partir do momento que a história “ah, eu tenho direito” começou a aparecer, com a constituição de 89 [sic], eu vejo um caminhar. Bem devagar, mas

tem... as pessoas tão meio... eles aprenderam a falar “esse é meu direito”. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

Já o terceiro afirma que percebe o crescimento da participação, pois vive em um meio de intensa prática política:

Eu vejo a participação da sociedade civil, eu vejo que nós estamos avançando, embora tenha ainda muita estrada pela frente, mas que nós avançamos de... dez anos pra cá, eu penso que sim. Claro, eu vivo num meio, num ambiente de ONGs, num ambiente... então, eu vejo fervendo, mas esta é a percepção minha, que eu estou dentro do metiê. Claro que as pessoas de fora ainda não sentem essa participação tão ativa da sociedade civil, mas nós estamos caminhando sim. – Entrevistado 8 (Perfil 1)

2.5 Categoria: Não Funciona

As declarações de entrevistados classificadas nesta categoria dizem que a participação política não funciona, um deles aponta o coronelismo como causa enquanto o outro refere-se à questão da sobrevivência, conforme vemos abaixo:

A participação política no país ainda está nos tempos dos coronéis e seus currais eleitorais, onde o voto ainda é trocado por uma cesta básica ou uma garrafa de cachaça em um boteco qualquer. – Entrevistado 9 (Perfil 2)

Não acredito, não acredito [na participação política]. Não tem como o povo tá exercendo isso. O povo tá mais atrás da sobrevivência, do dia a dia, da condução distante, da falta de saúde. Ninguém consegue parar e prestar atenção, né? no que realmente acontece de fato, né? – Entrevistado 5 (Perfil 3)

Resumo do Tema 2

Sobre a participação política em nosso país, a opinião dos entrevistados dividiu-se nas seguintes categorias:

2.1. Falta de Informação	25%	
2.2. Falta de Interesse	8%	
2.3. Falta de Continuidade / Participação limitada	58%	
2.4. Progredindo	25%	
2.5. Não Funciona	17%	

Gráfico 2 - Ocorrências das Categorias - Tema 2

Fonte: elaborado pelo autor

Novamente apenas uma pequena parte dos entrevistados foi otimista em relação à questão colocada. Somente 25% declarou notar um progresso na participação política, enquanto as demais declarações dividiram-se entre o descrédito total e a indicação das dificuldades encontradas, sendo que a falta de continuidade e a participação limitada foram as categorias mais citadas.

Tema 3 – Fatores que motivam a participação política

Neste tópico, o objetivo é verificar quais os fatores que geram motivação para o envolvimento político e participação, vistos do ponto de vista dos entrevistados, de sua experiência pessoal, conhecimentos e opiniões a respeito do assunto.

Para tanto, aplicamos a seguinte pergunta aberta: “Sabemos que, em todas as sociedades, há pessoas que participam ativamente das questões políticas, enquanto há pessoas que parecem não ter interesse em se envolver nestes assuntos. Em sua opinião e experiência pessoal, por que isso acontece? Quais fatores levariam a um e a outro comportamento?” e, se necessário, utilizamos questões complementares que podem ser consultadas no Apêndice A.

A seguir, pode-se observar a categorização do conteúdo das entrevistas quando o assunto foram os fatores que motivariam a participação política.

Tabela 8 - Presença/Ausência das Categorias - Tema 3

Temas	Categorias	Subcategorias	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4
3. Fatores que motivam	3.1. Cultura	3.1.1. Educação	0	1	1	1
	3.2. Confiança	3.2.1. Confiança	0	2	1	3
		3.2.2. Desconfiança	1	1	1	0
	3.3. Capital Social	3.3.1. Coletividade	1	0	2	1
		3.3.2. Meio / Comunidade / Líderes Comunitários	3	3	2	3
	3.4. Reconhecimento e Redistribuição	3.4.1. Necessidades Materiais	1	0	2	1
	3.5. Empoderamento		1	2	1	0
	3.6. História do país		2	3	2	2

Temas	Categorias	Subcategorias	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4
	3.7. Narrativas	3.7.1. Narrativa da Mídia	2	0	2	1
		3.7.2. Narrativa do governo / da figura política	2	1	3	3
		3.7.3. Narrativa de Estado (leis)	2	3	0	0
		3.7.4. Narrativas Cotidianas	3	3	1	2
	3.8. Memória	3.7.5. Experiência Negativa	1	1	0	1
	3.9. Características pessoais	3.9.1. Ter Um Ideal	3	3	0	2
		3.9.2. Interesse pessoal / Individualismo	3	3	3	2
		3.9.3. Revolta	0	0	1	1

Fonte: elaborado pelo autor

3.1 Categoria: Cultura

3.1.1 Subcategoria: Educação

Alguns entrevistados apontaram que o país que tem em sua cultura uma educação mais politizada estimula mais a participação política de sua população. Um deles faz uma comparação com a Argentina

... vamos pegar a Argentina. Até o Zé Mané da esquina participa. Gostando ou não, participa. Por quê? Porque eles têm uma educação politizada [...] A partir do momento que a pessoa conhece, ela sabe que é importante a participação dela pro andamento do país dela, do estado, da cidade e do próprio bem dela, né? porque é onde ela vive! gostando ou não, ela vai participar. – Entrevistado 3 (Perfil 3)

Enquanto outro afirma que a educação e o ambiente escolar foram determinantes para o seu envolvimento político:

... acho que o que me motivou desde o início foi o ambiente escolar, [...] da 5ª a 8ª série tive um professor de Geografia bem petista...rs.. ele sempre abordava de alguma maneira o tema de política. – Entrevistado 6 (Perfil 2)

Já o terceiro demonstra que acredita na importância de ser educado para a participação, de aprender a participar:

... eu acho que assim, o que falta mesmo, seguindo aquele raciocínio, é de lideranças que não me liderem, mas me expliquem como eu brigo pelo meu direito. [...] Fala: “ó, pessoal, eu não vou brigar por você, eu vou te ensinar como é que você briga pelo que é seu, olha, chama seu vizinho, chama [...] vocês vão ver se não dá certo”. – Entrevistado 10 (Perfil 4)

3.2 Categoria: Confiança

3.2.1 Subcategoria: Confiança

Nesta subcategoria, selecionaram-se os trechos em que os informantes afirmaram que a confiança tem um impacto positivo na motivação do cidadão para participar. De acordo com o entrevistado 7:

É como se a confiança fosse o tamanho do muro, alinhada com o preparo físico de cada um, o muro é o mesmo, (...) dependendo do repertório da pessoa, se dá um tipo de relação. – Entrevistado 7 (Perfil 2)

Os entrevistados a seguir afirmam que a confiança impacta em sua própria participação:

Confiou, conquistou sua confiança, a gente investe. – Entrevistado 1 (Perfil 4)

Se eu confio, eu participo, né? – Entrevistado 10 (Perfil 4)

Já o entrevistado 2 fala sobre sua percepção a respeito do envolvimento de pessoas cujo partido é o mesmo que está no governo:

...eu acho que quem confia participa mais, eu acho, eu tenho essa impressão, né? É... então assim, eu vejo até pelo pessoal que é mais petista roxo assim, né? Eles realmente são super [...] principalmente na hora de defender o governo, né? Então eu acho que eles participam muito mais do que quem tá contra, né? – Entrevistado 2 (Perfil 4)

O entrevistado 6 aborda a questão de maneira mais genérica, mas também afirmando que a presença de confiança deve estimular a participação:

... quando há a confiança que a sua participação irá influenciar a instituição, você fica motivado a contribuir, caso contrário, você se afasta. – Entrevistado 6 (Perfil 2)

3.2.2 Subcategoria: Desconfiança

Alguns entrevistados afirmaram que a falta de confiança (ou desconfiança, como nomeamos) pode funcionar como um motivador para o envolvimento. Os entrevistados 3 e 9 colocam a questão do controle social, da *accountability*, conforme vemos:

Eu acho que quem não confia, eu acho que deveria participar mais, né? [...] Eu acho que deve participar mais porque tem que ficar mais em cima. Eu acho que a pessoa que confia ela fica menos atenta. – Entrevistado 3 (Perfil 3)

Quanto maior for a desconfiança, maior é a vontade de fiscalizar [...] Agora que aprendi o caminho das pedras, vou lá e tiro satisfação com eles. – Entrevistado 9 (Perfil 2)

Como vimos no capítulo 1, a desconfiança é necessária onde o funcionamento das instituições ainda não é pleno (Pontes, 2006, citado no item 1.2.2)

Já o entrevistado 11 afirma que não há meios para saber se é possível confiar nas instituições:

... o quesito confiança, realmente ele é fundamental, só que, como você sabe se pode confiar ou não no órgão público? Como ele te prova isso? No Brasil, né? Em lugares que ele já funciona, bacana. E em outro? Vai ser preso, vai ser preso. E aqui? Não sei, gente. A sentença tá lá e vai cumprir? – Entrevistado 11 (Perfil 1)

Esta declaração está alinhada com o que Hardin (1999) fala sobre confiança, em que para confiar é preciso ter informações suficientes sobre a pessoa/instituição, principalmente sobre suas intenções (vide capítulo 1, item 1.2.2). Acrescentamos a isto o fato de que conhecer as atribuições daquele político/instituição contribui no alinhamento das expectativas, criando um ambiente que possibilita a geração de confiança.

Apesar de falar desta questão com bastante descrédito e de maneira negativa, pode-se perceber pelo contexto da entrevista 11 que a desconfiança funciona pra esta pessoa como propulsor para o acompanhamento da situação mais de perto.

3.3 Categoria: Capital Social

3.3.1 Subcategoria: Coletividade

Aqui, o entrevistado afirma que a noção de coletivo é importante para motivar as pessoas a se envolver politicamente, como se pode ver:

Quando você se preocupa com o outro, você quer socializar. E se preocupar com o outro é saber da sua individualidade também. Mas não dá pra ser individual porque a gente perde muito. [...] algumas pessoas compreenderam, deixaram de ser alienadas,

se entende como povo. Porque tem duas falas: “o povo”, e tem: “eu participo do povo, eu participo desse coletivo”. Então é essa compreensão que é importante. [...] Quando você rompe com a ideia de classe média, aí você se torna povo. Aí você entende que tem os trabalhadores, que tem as elites. Quando você rompe com a ideia de classe média e pensa só em duas classes, você participa. Porque você fala assim: “não, mas eu sou trabalhador...” – Entrevistado 12 (Perfil 1)

Para o entrevistado 1, as pessoas agem pensando no coletivo:

Para o coletivo. É um pensamento individual, mas pensando no coletivo, né? É claro, acho que todo mundo, né? Que sai pra passeata também... – Entrevistado 1 (Perfil 4)

Os entrevistados 3 e 4, que se encontram o perfil 3, isto é, pessoas que trabalham com participação, relatam os tipos de demanda que recebem, reforçando a ideia do coletivo:

... ao mesmo tempo que tem o pessoal com as reivindicações de bairro, por exemplo... – Entrevistado 3 (Perfil 3)

Tem pessoas que vão lá pra pedir coisas pro bairro. Pra sociedade. Pra saúde, de modo geral. Aquele posto de saúde, de modo geral. – Entrevistado 4 (Perfil 3)

3.3.2 Subcategoria: Meio / Comunidade / Líderes Comunitários

Neste item, grande parte dos entrevistados afirmou que o meio no qual o cidadão está inserido influencia em sua participação. Como vemos:

O meio influencia o homem e o homem o meio. Pessoas medrosas constroem uma cultura de medo. Pessoas sociáveis constroem uma cultura inclusiva, aberta. – Entrevistado 7 (Perfil 2)

O entrevistado 4 cita o exemplo de uma cidadã, muito ativa politicamente, que vem de um meio de movimentos sociais:

... tem aquelas politicamente articuladas, que exercem sua cidadania, que é tão envolvida em movimentos, há muito tempo. Tem uma senhorinha que vem muito na comissão de saúde. [...] Está em todas as da comissão de saúde, inclusive nos bairros. Quando eu faço orçamento, quando eu fazia orçamento na Zona Leste, lá estava ela. Ela cata o microfone e ela pega o microfone e fala, ela é bem articulada, fala bem, assim [...] ela é bem política. – Entrevistado 4 (Perfil 3)

O entrevistado 2 aponta um momento histórico no país (que citamos no capítulo 2) como um exemplo de influência na participação:

...você não vê o movimento dos Caras Pintadas lá, na hora que foi fazer o impeachment do Collor? é, foi bem assim, foi, eu acho que foi uma onda, as pessoas simplesmente “vamos todo mundo” e... acabou que foi até uma festa, né? se pintaram, parecia que tavam indo pro Carnaval assim (risos), uma alegria, foi uma coisa meio festa até, então eu acho que foi, foi motivada sim, foi uma onda coletiva mesmo, um foi falando... e foi puxando as pessoas e foi levando. – Entrevistado 2 (Perfil 4)

Sobre isso, outro entrevistado aponta que, muitas vezes, as pessoas são estimuladas pelo meio a participar, mas o fazem de maneira alienada:

Sim. Mas (...) tem muita gente envolvida em alguns meios que são extremamente oportunistas e alienadas. Tem isso. – Entrevistado 12 (Perfil 1)

Outros informantes apontam que esta influência do meio está, em geral, ligada à existência de uma figura que estimula os demais a comparecer e participar:

O fato de ter uma comunidade que cuide disso atrai e dá o caminho pra eles também. “Ó, você tem que ir lá, vamos junto... faz mais número de...” sabe? é importante. – Entrevistado 3 (Perfil 3)

O entrevistado 11 esclarece o perfil deste articulador e dá um exemplo de movimento neste sentido:

O articulador da mobilização geralmente é um agente (isso era antes da internet já) [...] que [...] tem um outro projeto de mundo, de sociedade, geralmente ele é da linha comunista, socialista... Basicamente ele é um intelectual. Então, ele vai pra favela ou ele vai pros nichos conscientizar o povo. [...] O povo vira e fala assim: bom, eu não tô entendendo o que esse cara tá falando, mas eu preciso de luz e ele falou que ele vai pedir lá na subprefeitura, então vamos. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

Ele [um padre de uma comunidade conhecida pelo entrevistado], no sermão da missa, ele já passa o telefone do prefeito e fala: “olha, gente. Tal dia, nós vamos todo mundo ligar, tuitar e mandar e-mail pro Kassab, porque a gente só tá esperando a aprovação dele, porque o governo federal já deu o terreno”. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

Já o entrevistado 3 traz outro exemplo:

Vamos pegar o plano diretor [...] Você vai na favela do Heliópolis, você vai, você vê toda a população. E eles vão lá e falam. O que eles podem falar, com a pouca cultura que eles têm, eles falam ainda o que tá faltando [...] e eles estão contando que ali [...] eles vão reivindicar. [...] Mas eu acredito que eles são organizados por [...] líderes comunitários, de bairro e tudo o mais. – Entrevistado 3 (Perfil 3)

Por outro lado, o entrevistado aponta um lado perverso desta liderança popular:

Então eu penso assim, quando você tem o pessoal mais pobre participando, é porque estando sendo manipulados de alguma forma... (...) Realmente o que eu vejo é que você tem uma liderança ou um grupo que lidera os outros ... – Entrevistado 10 (Perfil 4)

... muitas vezes eu vejo assim líderes que começam “vamos lá, vamos fazer...” alguém compra ele “olha, cara, por que você vai ligar pra esse monte de gente aí? nem ligam pra você, se você tá bem, se você tá mal... fica comigo, fica comigo que eu acerto sua vida... mas continua liderando esse povo praquilo que é do meu interesse” [...] quem lidera isso tem que ter um potencial, um poder de persuasão pra convencer o outro: “olha, se eu sozinho consegui, você imagina se eu mais um, eu mais dois, eu mais três, se a gente não consegue!” – Entrevistado 10 (Perfil 4)

3.4 Categoria: Reconhecimento e Redistribuição

3.4.1 Subcategoria: Necessidades Materiais

Neste item, os entrevistados destacam que a luta por redistribuição (da qual tratamos no capítulo 1, item 1.2.4) funciona como um motivador para a reivindicação:

E a classe baixa não sabe pra quem correr, não tem como... Acha que financeiramente não tem como fazer... Então acha que é obrigação do do do político ou de quem está cuidando da cidade fazer por eles. – Entrevistado 3 (Perfil 3)

Aí é... vamos colocar assim, [quem participa é] gente pobre. [...] Isso é até natural, porque geralmente quem reivindica é quem precisa. – Entrevistado 4 (Perfil 3)

... eu percebo que é um pessoal da classe um pouco mais baixa assim, eu acho que são os que têm mais necessidades também e tem que lutar para reivindicar, né? – Entrevistado 2 (Perfil 4)

O entrevistado 12 exemplifica como o rap atua neste contexto não apenas de redistribuição, mas também de reconhecimento:

E por ser pobre no Brasil, você sempre vai estar procurando a política, porque você não tem a garantia de direito... E eu me envolvo a partir disso, quando eu comecei a fazer rap.[...] O rap não foi cordial. Ele falou assim: “ó, por que eu sou pobre? por que o estado está me matando? Por que alguns caras tem direito a um monte de coisa e a gente não tem? Por que eu sou maioria e aqui nesse país é garantido somente o direito das minorias? Porque eu não quero ser classe média, eu quero ser povo?” Porque ser classe média é ser alienado... “Por que só a imagem do branco?” – Entrevistado 12 (Perfil 1)

3.5 Categoria: Empoderamento

Na opinião de alguns dos entrevistados, existe na prática uma noção de empoderamento (vide item 1.2.5) por meio da qual os cidadãos vão adquirindo consciência de suas possibilidades e seu poder na política e, por isso, participando cada vez mais:

Eu acho que isso [de quanto mais se participa, mais se tende a participar] funciona sim. Embora eu não acredite muito nos... no meio político em geral, né? mas... – Entrevistado 3 (Perfil 3)

Acho que... é uma etapa do processo que a gente iniciou. Tipo fogo de palha. Cada vez que cai uma brasinha, dá um pouquinho. Uma hora pega, né? “Ah, agora eu já sei como é. Então dá pra fazer de novo”. Eu acho que é assim. É uma semente de planta, tem que esperar germinar... – Entrevistado 11 (Perfil 1)

3.6 Categoria: História do País

Ao serem questionados se os momentos históricos de participação política (tais como Diretas Já, Fora Collor, Ficha Limpa, entre outros) funcionam como exemplo positivo que têm tendência de motivar a participação, grande parte dos entrevistados afirma que sim, como vemos:

Acho que sim, tanto num é o exemplo que eu falei? Que é uma coisa que deu certo. – Entrevistado 1 (Perfil 4)

... acredito que boas experiências podem mudar esse conceito de que “eu não consigo mudar nada disso que eu estou vendo que está errado”. – Entrevistado 6 (Perfil 2)

O entrevistado 8 concorda e dá exemplo de um novo movimento inspirado no Ficha Limpa:

Nós vamos entrar já com um outro... não o Ficha Limpa, mas vai ter um outro nome. [...] Não, no nível municipal não. Não. Federal. [...] O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, que é um parceiro nosso, vai estar germinando um novo projeto para a modificação da lei eleitoral. – Entrevistado 8 (Perfil 1)

Por outro lado, alguns entrevistados, apesar de acreditar nesta influência, admitem que ela é limitada. Segundo as declarações, este limite é temporal, conforme se pode observar:

Naquele momento, ali, pra lembrança, teve um impacto na grande maioria das pessoas. (...) De que dá certo. – Entrevistado 4 (Perfil 3)

Depende pra que geração. Até a minha, a sua, acho que existe essa lembrança. Pra galerinha de 15 anos de hoje, eu não sei nem se eles sabem o que é ditadura militar e a abertura política. Não sei... eu... a sensação que eu tenho é que isso tá se perdendo... – Entrevistado 11 (Perfil 1)

Eu não vejo relação [...] Não acho que ficou na cabeça das pessoas. O ficha limpa um pouco mais, é um assunto contemporâneo. – Entrevistado 7 (Perfil 2)

Outros entrevistados acreditam que na sociedade contemporânea, com a era digital, tem-se um outro contexto ao qual estas experiências talvez não seriam tão aplicáveis:

Sim, mas hoje em dia a mobilização é mais difícil, com a era digital muitas pessoas acreditam que basta gritar nas redes sociais. – Entrevistado 9 (Perfil 2)

[...] eu creio que são ótimos exemplos, né? [...] Eu acho isso sozinho num vai levar... eu acho que... eu num sei... eu penso que a sociedade tá num momento... eu num sei, cara... você vê, [...] você tem redes sociais, [...] eu vejo as pessoas se mobilizarem para coisas sem importância, né? – Entrevistado 10 (Perfil 4)

3.7 Categoria: Narrativas

3.7.1 Subcategoria: Narrativa da Mídia

Para grande parte dos entrevistados, a mídia, de alguma forma, estimula o envolvimento do cidadão.

Um deles destaca o papel da imprensa na democracia, mostrando que as informações veiculadas fazem do cidadão menos refém das instituições:

A democracia não pode funcionar sem uma imprensa livre. Agora, uma imprensa livre, responsável. Não uma imprensa marrom. [...] A mídia, a imprensa descobre coisas que... que são muito boas pra nós, né? Aí a gente independe da polícia, a gente independe do judiciário, a gente vê coisas que acontecem nessa terra e que... tão paradas, né? – Entrevistado 8 (Perfil 1)

Outro entrevistado destaca que há programas de TV que, por sua dinâmica, podem estimular:

... mas assim, eu curto muito e... debates como Roda Viva... quando você coloca a pessoa e vê vários pontos de vista e... e pessoas trazendo soluções e outras combatendo aquela solução, então, esse tipo de coisa acho que podia ter mais, pras pessoas pensarem um pouco mais, então tem a [TV] Cultura, tem umas coisas bem legais [...] você olha e fala assim poxa, realmente, existe uma forma de corrigir algumas distorções na nossa vida política e sei lá... então é legal, eu acho. – Entrevistado 7 (Perfil 4)

O entrevistado 8 aponta o papel das novelas como estimuladoras da participação política:

Houve uma novela que... me lembro que era... foi próximo a eleição, eu acho que a eleição de 2008, e que havia uma pessoa que ia ser candidato ou que estava movimentando... Eu acho imprescindível! As novelas deveriam, como essa de agora... das... desse mercado de pessoas, né? Isso é muito bom. Eu acho bom. – Entrevistado 8 (Perfil 1)

Essa declaração do entrevistado 8 está alinhada ao que apontamos no momento participativo dos Caras Pintadas, no qual muita gente atribuiu o envolvimento das pessoas a veiculação de uma novela (“Anos Rebeldes”).

Para o entrevistado 11, mesmo as notícias negativas têm um papel motivador:

... eu fico muito motivada a me informar mais. [...] eu fico interessada em ler mais, pra saber quem é que tá sendo acusado, porque... como está sendo a acusação, pra saber de onde vem. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

O entrevistado 5 dá um exemplo de um acontecimento em que a mídia fez uma intensa cobertura, porém informa que o impacto na participação aconteceu, mas não foi tão grande:

...eu acho que a comunicação, ela é manipulada, né. [...] Se a Rede Globo, que eu vi aqui, uma CPI, que a Rede Globo encampou, que é a CPI da propina, 1999, que eu

fui secretária, que o presidente era o atual ministro da justiça. [...] Aconteceu uma coisa ou outra. [...] Realmente não houve, né? aquele efeito todo, mas... E não contaminou. E nessa época a Globo dava, todo o mundo dava. Acabaram vindo gente aqui, assistir, muitos estudantes da PUC, [...] tava mexendo com um monte de coisa, eu falei: “nossa, isso vai abrir a porta da Câmara, vai...” tsc-tsc... Não! – Entrevistado 5 (Perfil 3)

Por fim, o entrevistado 8 faz uma crítica aos jornalista e acrescenta que o estímulo é mais em relação a críticas do que à participação propriamente dita:

Eu tenho sérias restrições com jornalistas porque, assim, eu já vi pessoas dando entrevista e saindo outras coisas. Isso é muito comum. Eles não colocam o que, o fato. Eles colocam o que vende, o que interessa pra ele. Então, por si só não merece o meu respeito. Mas a gente tá... mas, infelizmente, é o único meio que a gente tem pra, em tese, acompanhar alguma coisa. Então, eles estão presentes, eles acompanham... Eu acho que poderia ser melhor [...] Faz com que as pessoas critiquem mais, mas a participação continua a mesma. – Entrevistado 8 (Perfil 3)

3.7.2 Subcategoria: Narrativa do Governo / da Figura Política

Grande parte dos entrevistados afirmou que a narrativa do governo pode motivar a participação. Para o entrevistado 10, esta motivação pode não atingir a todos, mas tem algum impacto:

Ah, eu acho que sim, né? [...] o retorno daquilo com certeza você vai ter... não de todos, mas uma grande parte no mínimo vai dizer: “eu vou pagar pra... eu pago pra ver se isso funciona... né?” quer dizer, “você vai ter um pouco do meu crédito...” né? tipo assim: “eu não acredito, mas, por via das dúvidas, vamos tentar pra ver no que vai dar”, né? – Entrevistado 10 (Perfil 4)

O entrevistado 12 concorda com a influência que, segundo ele, ocorre pois a figura política fala por meio da mídia, mas pontua que este é um comportamento raro no meio político:

Sim, porque ele tá no meio de comunicação. Ele tem o poder na mão dele. Ele joga e algumas pessoas compreendem e outras não. Mas só que num... eu acho que... faz tempo que não tem isso... – Entrevistado 12 (Perfil 1)

Na opinião do entrevistado 1, falta os governantes convidarem a população para participar:

... eu acho que falta convite mesmo, num é? Que é o que esse presidente [da Câmara Municipal] tava fazendo, chamar as pessoas, participar, porque tem que ter sempre... numa equipe sempre tem que ter uma pessoa que motiva as pessoas, o resto da sua turma, né? – Entrevistado 1 (Perfil 4)

Ainda mencionando o exemplo da Câmara Municipal, o entrevistado 3 relata que, com a postura do presidente de chamar para a participação (citada no depoimento anterior), notou-se um aumento do interesse:

É, eu acho que ele se interessa mais. (...) É, as pessoas perguntavam, se interessavam mais – Entrevistado 3 (Perfil 3)

Por outro lado, o entrevistado 11 aponta que o impacto do convite feito por uma figura política está diretamente vinculado a sua imagem diante da opinião pública:

Eu acho que influencia mais subliminarmente [...] Se o cara tiver uma imagem bacana, o impacto vai ser maior. Se o Renan Calheiros chamar a galera pra participar, eu acho que ... o pessoal vai dar uma risadinha mas... Se o cara tiver, né? um perfil bacana, as pessoas vão pensar [...] seja por necessidade ou por modismo, participar tá na moda, né? – Entrevistado 11 (Perfil 1)

Outros dois entrevistados apontam que, quando o discurso do político está alinhado a sua ação, o impacto é maior:

No caso do JPN [vereador], a intenção realmente era de levar o cidadão para dentro da casa. Isto estimulou muito nossa participação, inclusive as transmissões online das comissões e audiências públicas foi uma iniciativa do Adote que ele acolheu e implantou. Quando o discurso é o mesmo da ação, motiva bastante, infelizmente hoje em dia os discursos não estão mais combinando com as ações do dia a dia. – Entrevistado 9 (Perfil 2)

[...] quando o vereador que tá articulando essa audiência pública é um vereador, vamos dizer assim, presente, populista, elas enchem. Enchem de pessoas que votam naquele vereador. Elas vão ali, vão prestigiar e tudo mais, vão comparecer, vão reivindicar. Agora, via de regra, quando você faz audiências nos lugares, dependendo do assunto, não vai ninguém. – Entrevistado 4 (Perfil 3)

[...] nós fazemos audiência pública do orçamento lá no M'Boi Mirim. É a região do ML [vereador]. As audiências públicas do ML, todas, todos os anos que eu fiz audiência pública, (foram cinco), lotam. Sai gente pelas tampas. [...] isso é um mérito dele. [...] As pessoas que vão ali, todas conhecem ele. E, olha que interessante: ele conhece todas elas.[...] E, olha que mais interessante ainda: as

peças vão reivindicar as coisas... As pessoas perguntam: “pô, aquela rua lá, aquela viela...” Ele sabe de tudo. Ele sabe do que a pessoa tá falando, sabe como está o processo, se tá em andamento, se não tá em andamento, se vai entrar, se vai fazer, se não vai fazer... É impressionante o conhecimento. Não sei se ele se prepara ou se ele vê o dia a dia de, de... da cidade, daquele momento. – Entrevistado 4 (Perfil 3)

A respeito deste último trecho, o entrevistado 5 dá uma outra visão:

Como você vê, você vai numa audiência pública aí em bairros que tá cheio, são todos cabo eleitoral do vereador. 120 pessoas não sabem nem o que tá fazendo lá, entendeu? É a noite, tomam banho bonitinho e tudo, ficam esperando a hora da novela pra voltar, entendeu? Nããão, isso não existe. (tsc-tsc). – Entrevistado 5 (Perfil 3)

e afirma não ser possível, em sua opinião (e no contexto da Câmara Municipal de São Paulo), que os políticos queiram realmente participar e busquem uma proximidade com a sociedade:

Político, ele... se ele fizer isso, ele tá sendo falso, mentiroso e hipócrita, [...] Eles têm que primeiro ser éticos, precisam primeiro ser correto. [...] vamos raciocinar: se eles derem essa abertura e chamar o povo pra cá, você acha que o povo não vai ver um congresso de comissão? Você sabe como funciona um congresso de comissão⁸⁷? [...] Você acha que o político vai querer dar essa transparência, vai querer dar essa participação, pra quê? Não sobra um. Não vai ser mais nenhum reeleito aqui dentro, nenhum. Então eles não vão fazer isso. Se eles fizerem, é da boca pra fora. É pra inglês ver. – Entrevistado 5 (Perfil 3)

Por fim, aponta-se que o chamado à participação pode ser usado como ferramenta eleitoral:

Até os partidos políticos estão usando como ferramenta eleitoral a questão de participar. Eu tô vendo um pouco esse movimento, agora. “Ah não, participe, veja só... Não, não deixe que políticos corruptos entrem”. Um partido pra atacar o outro fala: “ó, aquele é corrupto, cuidado com os corruptos!” Então, isso, subliminarmente, acaba gerando uma fomentação de participação. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

⁸⁷ De acordo com o Entrevistado 5, Congresso de Comissão é um processo pelo qual a aprovação de um projeto tem seu trâmite agilizado. Ao invés de passar pelo procedimento normal, de tramitar pelas comissões de mérito, sendo aprovado em reuniões específicas, o projeto chega ao Plenário e é aprovado por todos os membros das comissões envolvidas de uma só vez. Isto acontece toda vez que o projeto é, por algum motivo urgente ou, segundo o entrevistado, quando há algum interesse em encurtar a tramitação, agilizando a aprovação e diminuindo a exposição do projeto ao controle e acompanhamento da sociedade.

3.7.3 Subcategoria: Narrativa De Estado (Leis)

Sobre a influência da narrativa do Estado (leis e normas), alguns dos entrevistados afirmaram encarar isto de maneira positiva:

[...] vejo no âmbito municipal a grande chance disso acontecer [...] criação dos conselhos que citei acima é um exemplo de como o legislador pode contribuir... – Entrevistado 6 (Perfil 2)

Com a Lei da Transparência ficou muito mais fácil, sem ela eu não saberia hoje em dia que existem dois engraxates na Câmara que recebem mais de R\$ 8 mil por mês. [...] Basta um pouco de paciência e interesse por parte do cidadão que tudo está mais fácil. – Entrevistado 9 (Perfil 2)

O entrevistado 7 cita um exemplo de como uma legislação pode influenciar, mas destaca que não são apenas leis que irão mudar a perspectiva da participação:

Sim [...] Os pioneiros que farão uso dessas novas leis [...] Em São Paulo, se não me engano, foram 900 pedidos de acesso á LAI⁸⁸. Cem partiram de uma mesma pessoa [...] são *heavy-users* [...] Eles abrem caminho para os que virão [...] Mas não bastam leis... – Entrevistado 7 (Perfil 2)

Destaca-se também que, mais importante do que criar novas leis, é colocar as existentes em prática:

... acho que nesse momento o Brasil tem que viver outra situação. Repensar suas leis porque elas são totalmente duras, e nós temos que buscar efetivação de leis... [...] Únicas leis que são efetivadas no Brasil ultimamente são leis onde controla o cidadão. São leis de penalidades, de multas, né? São só essas leis que são efetivadas. As outras, onde dá o direito a cidadania, elas não são executadas, não são efetivadas. Acho que nesse momento acho que nós precisamos de efetivação. Parar com a geração de leis, né? – Entrevistado 12 (Perfil 1)

Por fim, o entrevistado 11 aponta que a criação de leis, embora gere abertura, pode complicar ainda mais o processo:

Acho que complica. Complica mais ainda. Porque vira uma lei que regulamenta outra lei, que regulamenta outra lei... e a galera nem sabe do que tá regulamentando, não sabe como... Pra você saber como você pode participar, fica tão difícil... precisa fazer uma faculdade de direito pra depois ir lá participar. [...] Então, como é que eu tive acesso lá? Porque eu conhecia o presidente da comissão, que é presidente do

⁸⁸ Lei de Acesso à Informação, sancionada em 2011, conforme citamos no capítulo 2, item 2.1.

meu sindicato. Não foi porque existia uma lei de participação e eu sabia que podia participar. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

3.7.4 Subcategoria: Narrativas Cotidianas

Sobre a influência das narrativas cotidianas que acontecem na esfera privada, mais íntima dos entrevistados, oriundas de seus familiares, amigos e conhecidos, os entrevistados afirmam:

Sim, concordo. Pois pessoas próximas a você são mais confiáveis que políticos desconhecidos. Se um amigo seu começa a se interessar por algo, você pelo menos vai querer saber o porquê. As chances de você participar são maiores. – Entrevistado 6 (Perfil 2)

Parece importante a forma da narrativa:

Sim [tenta influenciar os outros], ativamente. [...] procuro desmistificar a política, tirar da esfera partidária [...] Depende muito da abordagem que fazemos [...] – Entrevistado 7 (Perfil 2)

Dessa forma que a gente tá dialogando não é comum. Dá a impressão que você tá impondo. E aí, fazer o outro refletir você não impõe nada. Falar assim: “vamos refletir esse problema aqui junto”. E aí você começa a dar alguns vieses que você tem uma participação, você começa a perceber outras coisas. E aí você vai atizando isso. E como há uma coisa da alienação, a pessoa quer se distanciar de você nesse momento. Porque a novela, já tá tudo resolvido lá, né? E o discurso moralista da novela é perverso, mas tá tudo resolvido. Então, é essa a sociedade que nós vivemos. – Entrevistado 8 (Perfil 1)

Os entrevistados trazem exemplos de como acabam influenciando as pessoas ao seu redor com suas narrativas sobre o trabalho que desenvolvem:

... sim, tento [influenciar os outros]. Eu gostaria que todos “adotassem” um vereador, tento estimular isso, sempre compartilhando no Facebook os nossos encontros, convidando-os para ir aos encontros, e como muito sabem do meu envolvimento, vem me perguntar minha opinião quando tem alguma dúvida sobre política/políticos [...] o que mais ouço é que é muito legal e tal... ele até ficam mais aliviados quando ficam sabendo que tem alguém fazendo “por eles”. Até hoje apenas um amigo se interessou pelo Adote por minha indicação, por exemplo. – Entrevistado 6 (Perfil 2)

Procuro sempre mostrar aquilo que faço, como faço, incentivo a fazer o mesmo. Através do meu trabalho tento convencer que a melhor maneira de mudar a política é mudar a si mesmo [...] funciona? [...] Sim, inclusive dentro de casa e alguns amigos que participam ativamente do Adote – Entrevistado 9 (Perfil 2)

[...] eu fiz esse comentário com um amigo meu no Facebook: “enquanto você tiver no conforto da sua casa, no sofá da sua casa, na internet digitando palavras de ordem, se revoltando contra determinadas coisas, o mundo vai continuar como está. Não tem outra forma de você reivindicar as coisas que não seja sob pressão”. – Entrevistado 4 (Perfil 3)

É destacada também a importância da família neste contexto:

Acho que sim. [...] Sim [influencia], família sim, eu acho que amigos não, [...] acho que se na minha família tivesse alguém que corresse atrás, nas ruas também, eu acho que eu teria até... – Entrevistado 1 (Perfil 4)

[...] escrevemos um artigo sobre uma comissão e ela [filha] me manda de volta “que interessante, mãe!”. Você não acha que isso foi gostoso? Então, no que ela fala interessante pra mim, eu imagino que outras pessoas também acharam interessante. E é assim que a gente vai influenciando, né? – Entrevistado 8 (Perfil 1)

E já com 10 anos de idade, eu tinha essa coisa de prestar atenção no que minha mãe falava, né? e a minha mãe era socialista, era do PT já... – Entrevistado 11 (Perfil 1)

Aponta-se também a diferença entre uma narrativa excessivamente ideológica e com a pura intenção de influenciar e uma conversa cotidiana mais descompromissada:

... uma amiga que era muito atuante, (...) Não me contaminou porque a pessoa quando ela tem uma ideologia é a ideologia dela, ela colocar a ideologia dela em mim é complicado porque os valores são muito diferentes. – Entrevistado 10 (Perfil 4)

E o esquerdista radical, ele... conscientizar os outros é convencer os outros da opinião dele. Se você pegar o militante muito fanático, você vai ver bem, o cara só enxerga a ideia dele. Ele não consegue dialogar com a ideia do outro. [...] Depende do modo como você faz. Um convite despretensioso e desarmado leva muito mais do que um discurso inflamado e apaixonado. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

Por último, são apontados possíveis problemas em se falar sobre política no dia a dia:

Eu me sinto... nesse momento, nesse aspecto, eu me sinto muito isolada. Pode até parecer que... uma certa prepotência, mas assim, a galera não tem... não acompanha meu raciocínio...[...] porque assim, a minha mãe, ela... fala muito de política, mas meu pai não acompanha o raciocínio dela. Então, se a gente começar a conversar, acaba dando briga. Meu pai é direita, minha mãe é esquerda. Com a minha mãe eu converso. Não posso dizer família em geral. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

3.8 Categoria: Memória

3.8.1 Subcategoria: Experiência Negativa

Quando questionado a respeito do impacto da memória de experiências negativas na motivação para participar, um dos entrevistados defende que, em sua opinião, essas experiências podem até estimular a participação:

Sim, se eu tentei buscar alguma informação e não consegui, normalmente isso me chama a atenção para pesquisar mais sobre aquilo. O que normalmente é benéfico para um político, eles querem que seja divulgado de toda maneira, se é algo que gera constrangimento, o acesso à informação é bem mais difícil. – Entrevistado 6 (Perfil 2)

Outro deles pontua que continuaria buscando a solução, mas mudaria a forma de fazê-lo:

Sim, mas aí eu recorreria a outro órgão... – Entrevistado 1 (Perfil 4)

Já o entrevistado 3 afirma que insistiria no processo se este fosse o único caminho institucional possível:

Mas eu não... não desistiria não. Porque o caminho institucional é esse. Tem outro? Se não... se não tem outro, tem que ser este. Não adianta desanimar. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

3.9 Categoria: Características pessoais

3.9.1 Subcategoria: Ter Um Ideal

Grande parte dos entrevistados afirma que, ou em sua experiência pessoal ou de pessoas próximas, um grande motivador para o envolvimento político e participação é ter um ideal, conforme se pode perceber dos trechos destacados:

... eu acho que você tem que ter uma motivação dentro de você, né? pra fazer as coisas, de forma bem engajada mesmo. – Entrevistado 2 (Perfil 4)

Por exemplo, esse colega que eu conheço, eu acho que ele ainda deve acreditar um pouquinho que, igual aquilo que eu já te falei, (...) que acredita, eu acho, que ainda, que realmente se o povo for com um objetivo e crendo no que eles tão querendo, acontece. – Entrevistado 1 (Perfil 4)

Veio desde sempre. Eu só descobri isso, que eu sou uma cidadã atuante, política de natureza, quando a... emissora de rádio, foi a Agência Nacional, [...] me perguntou desde quando eu fazia política, aí eu fui pensar, [...] não me lembro do primário, mas da época do meu ginásio eu fazia política direto. [...] eu sempre fui uma pessoa que procurei trabalhar para os outros, tá? Eu tenho essa vontade minha, né? – Entrevistado 8 (Perfil 1)

Primeiro, caiu de cheio com o meu gosto pela política [sobre seu envolvimento no MVC]. E, segundo, que eu me sinto que eu estou ajudando meu país, minha cidade, o estado... o meu país, né? E... terceiro, não menos importante, me dá uma atividade que eu não teria se eu não estivesse aqui. – Entrevistado 8 (Perfil 1)

... é essa vontade de... que as coisas funcionem no país. Porque, se ninguém organizar, se ninguém reivindicar, se ninguém fizer nada, nada vai ser feito. – Entrevistado 8 (Perfil 1)

Viver [é o que motiva a participar]. Acho que você começa compreender, começa a viver, assim... Eu acho que todo o mundo... Na verdade, o que... eu acho que a sua pergunta é: quando você deixou de ser alienado? Somos seres alienados. Mas, politicamente, quando você começa a descobrir outras coisas, e algumas coisas que querem que você fala sim e você fala não, você começa... deixa de ser alienado. – Entrevistado 12 (Perfil 1)

... dois perfis. Tem o que se envolve, ingênuo, porque ele acredita na causa mesmo, e aí, quando ele percebe que aquela causa ela é uma coisa muito mais etérea que a vida dele, né? ninguém vai resolver a fome, numa militância de uma vida. O cara vai morrendo... e ainda vai ver gente sem comer. Então quando ele percebe essa dimensão temporal que não cabe na existência dele, ele... ele desanima. [...] [e, se continua] é paixão, é dedicação pela causa. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

A motivação meio que veio daí. Esse senso de justiça, [...] pra mim, quando Jesus falava, que eu ia na igreja e ele falava, Jesus falava da igualdade, do repartir o pão, eu achava que isso tinha que ser feito pela política, e eu acabei percebendo que o

meu modo de fazer isso era conscientizando as pessoas pela educação, que era a minha área de trabalho. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

... acho que no fundo eu acredito que posso mudar alguma coisa, eu não estou conformado com o que estou vendo, então eu sinto que preciso fazer alguma coisa – Entrevistado 6 (Perfil 2)

A ideia de expor as ações deles, permanentemente, me agradou [...] Acho importante a exposição, mas hoje procuro uma forma de construir a cidadania. Aprender para repassar [...] trabalhar como um multiplicador... – Entrevistado 7 (Perfil 2)

Eu acho que é o esforço de doação [...] Esse tipo de atividade dá sentido à vida das pessoas, apesar das dificuldades. – Entrevistado 7 (Perfil 2)

Existem os que querem derrubar muros, que não se cansam, que tem um vigor interno, esses não dependem tanto de confiança nas instituições– Entrevistado 7 (Perfil 2)

Eu queria que os vereadores soubessem que ele estavam sendo observados, que não poderiam contar com o esquecimento da memória do povo, o computador não esquece – Entrevistado 7 (Perfil 2)

Exatamente, sabe aquela hora que você começa a acreditar que nada mais dá certo e tenta reverter a situação? [...] Nossa tentativa é conscientizar as pessoas de que o voto não acaba na urna, devemos acompanhar o trabalho daqueles que colocamos lá! Me apaixonei pela coisa e hoje tenho o Adote correndo nas veias! – Entrevistado 9 (Perfil 2)

Sou cidadão comum, apenas acordei a tempo e luto para melhorar as condições de vida no país. Talvez não chegue ver estas mudanças, mas espero que meu neto usufrua dela. – Entrevistado 9 (Perfil 2)

3.9.2 Subcategoria: Interesse Pessoal / Individualismo

Aqui, alguns entrevistados apontam que os interesses pessoais e o individualismo podem mover as pessoas na direção da participação, como vemos:

[...] deveria ser coletiva, mas eu vejo que hoje o que move as pessoas são as causas individuais – Entrevistado 6 (Perfil 2)

E as pessoas tendem a se mobilizar por aquilo que interfere no cotidiano delas. Com ausência de empatia, a tendência é essa... – Entrevistado 7 (Perfil 2)

[...] interesse pessoal, a pessoa se engaja esperando ter alguma recompensa para ela própria (aqui estou dizendo de aspirações “legítimas”, por exemplo, o cara faz campanha para um vereador que irá asfaltar a rua dele - mesmo não sabendo que este não é o papel de um vereador) – Entrevistado 6 (Perfil 2)

As motivações são individuais. Coletivas, somente quando está em discussão algum assunto de interesse de determinados grupos ou classes. – Entrevistado 9 (Perfil 2)

[...] tem gente que vai lá ver a parte pessoal “porque eu não consegui isso, porque não aconteceu isso na minha rua, na minha casa...” – Entrevistado 3 (Perfil 3)

O entrevistado 8 acredita que este é um processo natural:

Individual. [...] mas, veja, é natural que seja individual, porque, se você está vendo que estão aprovando uma nova avenida no seu bairro, passando por cima da sua casa, o que você faz? Você vem aqui. – Entrevistado 8 (Perfil 1)

Já o entrevistado 5 mostra o outro lado da questão apresentada acima:

... quem vem à audiência pública é quem tem interesse num projeto. [...] é aquela coisa: vai ser desapropriada a minha rua [...] Daí eles vem correndo pra cá. Daí bate o desespero. Aí já não adianta mais. Já se formou o projeto de lei lá no executivo. Já teve todas as conversas, tudo o que tinha que ter pra tá fechando isso, pra chegar aqui. Então fica difícil. Já tá tudo amarrado. Entende? Daí essas pessoas ficam desesperadas, quando elas veem que vão ficar desapropriadas. – Entrevistado 5 (Perfil 3)

O entrevistado 11 aponta um problema para a participação que é motivada por interesses individuais:

[...] o que eu vi da minha experiência é: todo o mundo do bairro X precisa de luz. Uma vez conseguida a luz, acabou. A gente não tem o progresso de sociedade, que faz, dá valor. É: a luz. É: o asfalto. [...] Então eu acho que hoje, principalmente na sociedade de hoje, tem muita coisa assim, muita questão do individualismo... – Entrevistado 11 (Perfil 1)

Por outro lado, é possível que um envolvimento político que começou por uma motivação individual torne-se uma questão coletiva:

Pra dar um exemplo melhor, vamos pegar esses pais que tem os seus filhos vitimados pela questão da distribuição de renda, que acaba virando a violência, aí.

Muitos pais... vamos pegar Débora das Mães de Maio. A Débora, da Mães de Maio, é uma senhora que vivia tranquilamente sua vida com seus filhos até que um filho dela vai lá e falece, pelo confronto com o Estado, em que o Estado o faz vítima. E quem é a Débora, da Mães de Maio, hoje? Quem é o grupo Mães de Maio hoje? Ó o tamanho disso. – Entrevistado 12 (Perfil 1)

Tem gente que vai lá pra pedir pra ela. [...] O início da frase dela é esse: “minha mãe não conseguiu uma vaga pra cirurgia”, ou então, “minha mãe não conseguiu ser atendida no posto de saúde por faltar médico e tal”. De repente, o que originou ela a ir ali se manifestar foi um fato isolado, da família. Mas ela acaba, no decorrer do discurso, acaba falando de um todo. – Entrevistado 4 (Perfil 3)

Por último, o entrevistado 10 aponta que seu envolvimento pessoal não é somente influenciado por causas pessoais, mas principalmente por um individualismo:

É, eu sou meio daquelas pessoas que se eu tô bem onde eu tô pra que eu vou fazer muito movimento, né? A não ser que esteja me incomodando demais. – Entrevistado 10 (Perfil 4)

3.9.3 Subcategoria: Revolta

Dois dos entrevistados apontam que o envolvimento político pode ser motivado por um sentimento de revolta, em que não é mais possível suportar tal situação:

... acontece da pessoa realmente ficar inconformada: “ah, num é possível, né? essa rua toda quebrada, esse tempo todo, olha, dia desses a gente foi assaltado, já teve gente que se acidentou, gente morreu... a gente que tem que tomar...” e aí procura tomar uma ação... – Entrevistado 10 (Perfil 4)

... essas coisas, elas acontecem quando o negócio já tá assim, ninguém aguenta mais. Daí o político, ele já... A opinião pública toda, a imprensa não tem mais como segurar, ninguém mais tem como segurar, porque tá mesmo virando o caos... – Entrevistado 5 (Perfil 3)

Este sentimento de revolta, reportado nas entrevistas, pode estar ligado ao “sentimento de injustiça”, de “indignação moral” apontado por Gamson (2011, conforme citado na abertura do capítulo 1).

Resumo do Tema 3

Ao questionarmos sobre os fatores que motivam as pessoas a se envolver politicamente e participar, obtivemos o seguinte resultado:

3.1. Cultura	3.1.1. Educação	25%	
3.2. Confiança	3.2.1. Confiança	50%	
	3.2.2. Desconfiança	25%	
3.3. Capital Social	3.3.1. Coletividade	33%	
	3.3.2. Meio / Comunidade / Líderes Comunitários	92%	
3.4. Reconhecimento e Redistribuição	3.4.1. Necessidades Materiais	33%	
3.5. Empoderamento		33%	
3.6. História do país		75%	
3.7. Narrativas	3.7.1. Narrativa da Mídia	42%	
	3.7.2. Narrativa do governo / da figura política	75%	
	3.7.3. Narrativa de Estado (leis)	42%	
	3.7.4. Narrativas Cotidianas	75%	
3.8. Memória	3.7.5. Experiência Negativa	25%	
3.9. Características pessoais	3.9.1. Ter Um Ideal	67%	
	3.9.2. Interesse pessoal / Individualismo	92%	
	3.9.3. Revolta	17%	

Gráfico 3 - Ocorrências das Categorias - Tema 3

Fonte: elaborado pelo autor

Tivemos, pois, destaque para as categorias “meio/comunidade/líderes comunitários” e “interesse pessoal/individualismo”, sendo mencionadas por 92% dos entrevistados.

Enquanto que a história do país, a narrativa do governo e as narrativas cotidianas também chamam atenção, tendo sido apontadas por 75% dos entrevistados.

Tema 4 – Fatores que desmotivam a participação

No tema 4, procuramos conhecer quais fatores podem desmotivar, na opinião dos entrevistados, o envolvimento e a participação política.

As respostas deste tema foram obtidas por meio da mesma pergunta aberta citada no tema 3 e, quando necessário, foram aplicadas as questões complementares que podem ser consultadas no roteiro da entrevista (Apêndice A).

Abaixo vemos uma tabela com a relação de presença e ausência das categorias elaboradas para este tema.

Tabela 9 - Presença/Ausência das Categorias - Tema 4

Temas	Categorias	Subcategorias	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4
4. Fatores que desmotivam	4.1. Cultura	4.1.1. Cultura do país	3	1	3	2
		4.1.2. Educação	1	0	1	0
	4.2. Confiança		1	1	2	2
	4.3. Reconhecimento e Redistribuição	4.3.1. Foco na sobrevivência	1	0	1	0
	4.4. História do país		0	1	0	0
	4.5. Mitos / Estereótipos		3	3	2	3
	4.6. Narrativas	4.6.1. Mídia	2	2	2	0
		4.6.2. Narrativas Cotidianas	1	2	0	1
		4.6.3. Narrativa do governo / da figura política	0	2	0	1
	4.7. Memória	4.7.1. Exp. Negativa / Demora na obtenção de resultados	3	2	1	3
		4.7.2. Corrupção	2	1	0	1
	4.8. Características pessoais	4.8.1. Interesse pessoal / Individualismo	1	1	0	1
		4.8.2. Preguiça / Falta de Interesse	0	0	1	1
	4.9. Outros	4.9.1. Falta de Tempo / Horário Ruim	2	1	2	2

Temas	Categorias	Subcategorias	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4
		4.9.2. Dificuldade de Acesso	2	0	1	0
		4.9.3. Consumo	1	0	0	0

Fonte: elaborado pelo autor

4.1 Categoria: Cultura

4.1.1 Subcategoria: Cultura do país

Neste item, alguns dos entrevistados apontaram existir uma cultura de não participação no país, isto é, as pessoas não teriam uma “cultura cidadã” (Lagos, 2000, conforme abordamos no capítulo 1, item 1.2.1), como vemos:

[...] e nós não temos essa cultura de política. Quanto mais ao sul do Brasil, vai ficando mais politizado. Também a interferência, influência da Argentina, que eles são extremamente politizados. Então, os estados mais ao sul têm uma participação maior. – Entrevistado 8 (Perfil 1)

Já para o entrevistado 11, a questão pode ser mais um estereótipo criado para desincentivar a participação:

Numa colônia de exploração como é o Brasil, não era a intenção que a gente tivesse cultura [...] tem a ver com a cultura, mas não é porque a gente não tem a cultura de participar, é porque criou-se o estereótipo que a gente participa alienadamente. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

Por outro lado, o entrevistado 12 aponta a questão da dominação:

Tudo que eu tô te falando é cultural. Tô te falando que é o domínio de uma classe. Há uma elite pensante no país, né? É só você se perguntar quem são as pessoas que tão no topo de todos os partidos, seja de qualquer esfera. Todos eles são classe médias. Me fale um partido formado por pobres no país, que a ponta sejam pobres, os caras que pensam o partido, intelectualmente. – Entrevistado 12 (Perfil 1)

Na opinião do entrevistado 7, pode haver uma cultura de não acreditar e isso levaria a não participação:

é uma cultura de descrédito [...] o que não significa uma cultura de participação política – Entrevistado 7 (Perfil 2)

Outra explicação para a não participação seria a cultura do brasileiro, na opinião do entrevistado 10, de deixar que os outros tomarem atitudes por ele:

tem aquela cultura do tipo: “olha, alguém vai ligar pra mim“, sabe aquela coisa do tipo: a lâmpada tá lá no poste queimada, é um lugar violento... ah, mas alguém tem que cuidar disso, alguém tem que dar uma solução, quer dizer: esse alguém, esse alguém, esse alguém... eu não me incluo nesse grupo dos alguéns, eu me excluo, tipo “alguém tem que ver, num sou eu...” – Entrevistado 10 (Perfil 4)

4.1.2 Subcategoria: Educação

Dois entrevistados apontam que a falta de formação básica, de educação, pode ser um fator que impeça a participação:

... não se fala de política dentro da escola. Tanto que, na escola da gente, a gente não tem noção de Direito. Tanto que as pessoas se formam na universidade, chegam na pós-graduação e na verdade, não compreende Direito, nem da sua própria área. [...] Quem mais mergulha no Direito é quem vai fazer a área do Direito, o restante das profissões não. Então, pra você ver como há uma complicação política. – Entrevistado 12 (Perfil 1)

Então, eu acho que a pessoa que não participa, não é porque “ah, não adianta esse negócio de política” [...] [não participa] porque aqui as pessoas não têm uma educação politizada – Entrevistado 3 (Perfil 3)

4.2 Categoria: Confiança

Grande parte dos cidadãos entrevistados afirmou que a falta de confiança influencia negativamente na motivação para participar.

A falta de confiança pode ser generalizada:

Eu não consigo enxergar [possibilidades], por isso que hoje eu tô super descrente. – Entrevistado 1 (Perfil 4)

Pode ser no político:

A descrença do povo é muito grande no político. Só que o povo tem que entender o seguinte: o que temos pra hoje é isso. Então, a gente tem que tirar leite de pedra. Eu penso assim. – Entrevistado 5 (Perfil 3)

...não vou votar em ninguém não, se você quiser, você vota, eu não vou votar e pronto acabou, estou muito descrente nesse momento político desse país – Entrevistado 10 (Perfil 4)

É igual o que as pessoas falam que confiança a gente demora pra ter de uma pessoa, mas assim que você perde, por exemplo, aquele processo do Mensalão, todo mundo tá sabendo, todo mundo viu o que tá acontecendo e mesmo assim as pessoas que foram julgadas e condenadas continuam na vida política. – Entrevistado 1 (Perfil 4)

Nas instituições:

Mas o cidadão médio, ao meu ver, desanima com instituições que não confia, Que sabe que não será ouvido (...) que tem histórico de omissão – Entrevistado 7 (Perfil 2)

Esta Câmara é considerada em São Paulo como órgão de governo que menos tem credibilidade junto à população. [...] “Não vou perder meu tempo, não adianta, não adianta”. Mas é culpa dos próprios vereadores. É que eu sempre digo isso pra eles. Eu queria, gostaria que o nosso trabalho... eu acho que nós fazemos esse trabalho e a nossa intenção é mostrar à população o trabalho que esses homens fazem. Mas, infelizmente, eles trabalham muito, mas infelizmente, eles se.. rendem à influência do executivo, eles... eles aprovam coisas que não são do gosto da população e eles se dizem representantes da população. – Entrevistado 8 (Perfil 1)

No resultado da participação:

eu acho que a principal realmente é não acreditar que funcione, sabe? ... eu penso assim: “olha, existe alguém que está no poder, em algum lugar legal, bacana, eu ligar pra ele e falar que eu tenho um problema no meu bairro, que eu preciso que asfalte uma rua, que tem um poste que precisa de uma iluminação... ah, num vai adiantar, que eu sou um só”, né? Eu sou apenas um. – Entrevistado 10 (Perfil 4)

Ou na política de forma geral:

... a descrença não é no político é na política, de um modo geral. É gritante... – Entrevistado 4 (Perfil 3)

4.3 Categoria: Reconhecimento e Redistribuição

4.3.1 Subcategoria: Foco na Sobrevivência

Neste item, as pessoas entrevistadas apontaram que os cidadãos com maiores necessidades materiais – que, segundo a teoria de reconhecimento e redistribuição tratada no capítulo 1, teriam tendência a engajarem-se mais – tendem a não se envolver politicamente por estarem mais ocupados em garantir a própria sobrevivência:

tem aquele que assim, “ah, eu tenho que comprar o ganha pão”. Eu acho que tem essas duas coisas: a sobrevivência e a manipulação ideológica da mídia... – Entrevistado 11 (Perfil 1)

Era bom a gente falar que falta essa cultura, falta esse costume, mas, olha, é muito complicado você conseguir mobilizar. A mobilização é muito difícil até pra uma coisa às vezes que é comum pra todo o mundo, né? É difícil, né? Por quê? Porque o pessoal tá pensando mesmo é na sobrevivência. – Entrevistado 5 (Perfil 3)

4.4 Categoria: História do País

Um dos entrevistados apontou que a questão histórica pode atuar como fator desmotivador da participação, em suas palavras:

Eu acredito que seja uma questão histórica no sentido que as grandes “revoluções” políticas no Brasil sempre aconteceram por ação de uma pequena parte da população (independência, proclamação, etc). Em poucos momentos vejo que população realmente tenha definido parte da história. – Entrevistado 6 (Perfil 2)

4.5 Categoria: Mitos/Estereótipos

A maioria dos entrevistados afirmou que os mitos e estereótipos existentes no mundo da política acabam desmotivando a participação.

Muitos citaram a ideia de que a participação não vai dar em nada, como vemos:

Na minha opinião, sim [essas ideias de que participar não gera resultado influenciam negativamente] Porque é aquela história: você não vai ficar perdendo tempo... Não vai dar em nada – Entrevistado 4 (Perfil 3)

Uma pessoa sozinha participando, indo lá... realmente, eu não acredito muito em político. Porque os políticos bons eles acabam sumindo por conta do sistema, tá? Maaaas, eu mesma já falei pra muita gente “não adianta participar, não vai dar em nada”. Eu penso assim. – Entrevistado 3 (Perfil 3)

ah, é assim mesmo, nesse país a gente só paga imposto, só paga imposto, só paga imposto, nada funciona... – Entrevistado 10 (Perfil 4)

eu acho que por mais que algumas pessoas façam... é que às vezes as pessoas vão, mas não importa o que o povo tá querendo, num vai fazer muita diferença com uma decisão pré-tomada. – Entrevistado 1 (Perfil 4)

Ah, você vai pedir pra tapar o buraco na rua? Iiiii, meu amigo, vai demorar mais de um ano, melhor a gente mesmo ir lá, por uns caquinhos, tapar isso aí, quebrar o galho, porque eles não vão vir arrumar isso – Entrevistado 10 (Perfil 4)

Eu não consigo identificar uma coisa, eu acho que é... no fundo, no fundo, todo brasileiro pensa que “ah, não vai dar em nada, você vai lá, você vai ficar na frente da Assembleia, num sei o que, vai aparecer na televisão, mas não vai dar em nada”. Num é assim? – Entrevistado 2 (Perfil 4)

Há também a noção de que a política é ruim:

É comum as pessoas... né? ouvirmos das pessoas que “ah, é política, nem quero pensar”. E essa pessoas se esquecem que a política pode mudar a vida deles, pro bom ou pro ruim. Se eles não ficarem atentos, eles podem ser prejudicados enormemente na vida deles pelos políticos, né? – Entrevistado 8 (Perfil 1)

Sempre fui do tipo que não acreditava em políticos, como dizem por aí: política é coisa suja. – Entrevistado 9 (Perfil 2)

A ideia de corrupção generalizada figura em grande parte dos depoimentos:

eles [a população em geral] também não são o nível crítico que acaba fazendo com que eles transcendam essa ideia que a mídia passa, que: “olha, política é corrupção e ponto”. É mais ou menos essa ideia que eu... eu percebo que essas pessoas: “ah, não adianta. Sempre foi assim, sempre vai ser. Então, não adianta eu me interessar, porque nada vai mudar”. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

A imagem de todo político é bandido fortalece esse distanciamento (...) e favorece os corruptos – Entrevistado 7 (Perfil 2)

...mesmo as esquetes de humor que vemos na TV ajudam a consolidar essa ideia. “Todo político é ladrão e a culpa não é minha”, se eu parto do ponto que todo político é ladrão, logo não há nada que eu possa fazer para que ele não seja ladrão, pois ser ladrão é como se fosse algo inerente ao “ser político”. – Entrevistado 6 (Perfil 2)

A ideia de que os políticos são corruptos e ladrões apenas o afastam da população. Muitos votam sem saber em quem estão votando... – Entrevistado 9 (Perfil 2)

O entrevistado 11 aponta que o problema dessas ideias são as generalizações:

...as pessoas tendem a generalizar isso. Eu acho que esse é o perigo. “Ah, eu acho que todo o mundo é corrupto”. “A mídia sempre manipula”. Tem mídia que não manipula, tem mídia que conscientiza. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

Segundo dois dos entrevistados, estas ideias são fabricadas com o objetivo de desmotivar o envolvimento político:

A ideologia faz as pessoas não participar. Alguém provoca essa não participação. – Entrevistado 12 (Perfil 1)

também tem a coisa do fabricado. “O brasileiro ele não se interessa, o brasileiro é assim mesmo”. “O brasileiro só quer saber de carnaval e cerveja”. É muito o estereótipo que a mídia ajudou a cultivar bastante. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

4.6 Categoria: Narrativas

4.6.1 Subcategoria: Mídia

Parte dos entrevistados afirma que a narrativa da mídia desmotiva o cidadão à participar.

Segundo dois deles, trata-se de uma forma de manipulação:

os meios de comunicação, há interesses ideológicos... eu conheço isso, porque eu fui estudar isso. E nós vivemos numa sociedade midiática. E há interesses ideológicos aí, de classe, né? Quem são os donos desses meios, né? E é isso, é perpetuação de uma classe. – Entrevistado 12 (Perfil 1)

Eu acho que tem essas duas coisas: a sobrevivência e a manipulação ideológica da mídia mesmo: “Não é papel pra mim. Eu não entendo dessas coisas, mesmo...” – Entrevistado 11 (Perfil 1)

Outro deles aponta que a forma que as notícias são veiculadas não incentiva a participação:

Influencia bastante. A visão de mundo das pessoas é pautada pela mídia, especialmente a TV. A TV é a janela pro mundo. O problema principal[...] no campo político[...] o problema que eu vejo é, há denúncias, acompanham CPIs, mas tratam apenas da política abstrata, da política nacional. Não são abordados temas da política local, do município, no sentido de apresentar e instruir sobre as ferramentas de participação. Apresentam o problema, mas não mostram formas dos cidadãos solucionar, não constroem autonomia, mas apenas expectativa e subordinação, impotência – Entrevistado 7 (Perfil 2)

Já para o entrevistado 6, o problema deve-se ao fato de a mídia não dar o mesmo espaço para as notícias positivas:

sim, pois mesmo as poucas boas ações políticas não tem o mesmo espaço que os escândalos – Entrevistado 6 (Perfil 2)

Outros dois entrevistados relatam que a desmotivação pode ser resultado das distorções que a mídia provoca nas notícias:

a imprensa também distorce tudo, os jornais, a gente que trabalha em bastidores, a gente vê como o negócio vai, quando chega na televisão, como já tá bem distorcido. – Entrevistado 5 (Perfil 3)

a mídia veicula muito errado [...] é tendenciosa. Eu não gosto muito dela. Eu vejo que o que eles passam lá fora é totalmente diferente do que acontece aqui dentro. Aí a pessoa já vem com uma informação totalmente distorcida. [...] Sabe, eu vejo o jornal e falo “pera, não é assim que aconteceu”. [...] Porque a população vem com uma informação tão distorcida da gente, da gente e do andamento da coisa, tanto com os vereadores, o que acontece com os vereadores no plenário, o que acontece com os funcionários na Câmara, o que acontece com as reuniões, isso é tudo tão assim, não são como é. Eu não entendo porque. – Entrevistado 3 (Perfil 3)

4.6.2 Subcategoria: Narrativas Cotidianas

Alguns entrevistados relataram que as narrativas cotidianas podem desestimular a participação. Para o entrevistado 11, narrativas cotidianas negativas podem funcionar como atalhos na tomada de decisão (como trabalhamos no capítulo 3):

É mais fácil, né? você comprar um discurso pronto do que pensar. [...] Na sociedade que é.. 2 de queijo, 2 de carne em 5 minutos, é o *fast food*, então na política também é. Então, “ah, a Globo falou... ou meu pai falou, fulano falou que é... é tudo corrupto, então... deixa pra lá. A gente tinha que morar na Suécia porque o país não presta”. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

O entrevistado 7 afirmou que o relato de uma experiência negativa pode desanimar:

Em geral, quando a experiência é negativa, eu procuro suporte externo, gente que já passou pela mesma coisa e pode me apontar um caminho, mas em geral desanima, pode tornar as interferências pessoais mais esporádicas – Entrevistado 7 (Perfil 2)

A falta de narrativas cotidianas positivas também se mostra como fator desmotivador:

há quem não se interesse pois não vê exemplos que o motivem a participar e não vê benefícios que essa participação pode trazer. – Entrevistado 6 (Perfil 2)

no meu círculo de amizades eu não conheço ninguém que seja engajado. – Entrevistado 2 (Perfil 4)

4.6.3 Subcategoria: Narrativa do Governo / da Figura Política

Neste item, os entrevistados referem que a narrativa do governante pode influenciar a participação negativamente. São apontados três aspectos, primeiro deles é quando o discurso e a ação não estão alinhados:

Acho que as pessoas não acreditam mais em palavras. O discurso indica uma abertura, mas não uma ação. – Entrevistado 7 (Perfil 2)

Depois, quando o cidadão não se sente incluído nos planos do governo com o qual tem contato por sua narrativa:

e... a gente de classe média? onde é que fica? em lugar nenhum, né? é igual filho do meio, sabe? tem os ricos que são os mais velhos, os mais jovens, né? o filho mais caçula que é a classe baixa, aí o filho do meio fica largado, eu me sinto assim... – Entrevistado 1 (Perfil 4)

O terceiro aspecto seria quando a figura política procura se promover a partir daquela participação:

...quando vi que o interesse do vereador era apenas se promover diante da minha participação, eu me desmotivei. Quando o questionava sobre assuntos mais desconfortáveis, ele se calava. – Entrevistado 6 (Perfil 2)

4.7 Categoria: Memória

4.7.1 Subcategoria: Experiência Negativa / Demora na Obtenção de Resultados

Alguns dos entrevistados indicam que a memória de uma experiência negativa ou cujos resultados demoraram muito a acontecer pode funcionar como desmotivador numa próxima oportunidade/necessidade participativa:

Sim. Vai mudar a relação. Se negativa, precisarei me preparar... – Entrevistado 7 (Perfil 2)

acho que depende, pode ser que ela fique mais motivada ou pode ser que ela tenha alguma decepção e fale “num vou mais, ah, desisto” – Entrevistado 1 (Perfil 4)

Mas, assim, se fizesse, se fosse comigo uma vez [se eu tivesse uma experiência de participação que não obteve resultado], eu não iria na segunda não. [...] já ia falar “ai, não... já vi que não deu certo”, sabe assim? eu acho. – Entrevistado 2 (Perfil 4)

...muitas vezes você se decepiona, você tem um canal, você tem a quem recorrer, mas infelizmente é muito difícil você realmente levar o que você precisa. Você fala assim: “olha, eu vou até a subprefeitura, ela é perto da minha casa, olha, o subprefeito ele é super acessível, mas a coisa não funciona, a coisa num vai e num vai e num vai e protela e tá indo e tá fazendo...” então você vai começando a pensar como todo mundo “tá vendo? nada funciona...” – Entrevistado 10 (Perfil 4)

O entrevistado 8 cita um exemplo:

Até porque eles [moradores da região da Avenida Água Espraiada que foram à Câmara manifestar-se contra obras na região] saíram derrotados. Então, eles devem ter ficados extremamente... não querem nem saber de política mais, neste caso específico. – Entrevistado 8 (Perfil 1)

A demora na obtenção de resultados destaca-se nos depoimentos:

...tem coisas que não são imediatas. Você tem que continuar... É isso, a sociedade é isso. [...] É isso, não tem “boi”. Tipo assim: o cara não rolou hoje, você tem que pressionar até acontecer. Porque esse exercício... que, se a gente pensar pelo caminho das leis, que são criadas no parlamento, etc., o mundo tá resolvido, mas o direito tá lá. Se você não pressionar, você não vai acessá-lo. – Entrevistado 12 (Perfil 1)

Aquele cara que entra pela causa, quando ele perde a ilusão, quando ele perde a fantasia e se depara com a realidade e vê que é muito mais trabalho do resultado, ele tende a evadir do movimento. A menos que ele seja uma Poliana e continue. Mas a maioria das evasões se dá por isso: “ah, puxa, não é bem isso“. Passou a fase de euforia, fanatismo, então “eu vou sair fora e vou correr atrás da minha vida porque isso aqui não vai me levar pra lugar nenhum. Não tenho cargo político, não tenho status, não tenho dinheiro, num tenho... isso aqui não tá indo mais pra frente. Então, falou, vou procurar sair por outros meios”. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

Muita gente não tem paciência e acredita que as coisas mudam do dia para noite, não acontece, eles vão se afastando (...). Infelizmente, as pessoas querem ou precisam de resultados imediatos e não acreditam na força que temos juntos. Sozinho somos apenas um, juntos podemos conquistar o mundo. – Entrevistado 9 (Perfil 2)

4.7.2 Subcategoria: Corrupção

A memória de casos de corrupção também influencia negativamente, segundo os entrevistados:

[...] o sistema político brasileiro é a partir das corrupções, né? Então, aí o povo não confia por causa disso. – Entrevistado 12 (Perfil 1)

O que leva uma pessoa desacreditar nos políticos é o que constantemente assistimos nos telejornais, escândalos em cima de escândalos e a impunidade que ainda reina no país. – Entrevistado 9 (Perfil 2)

Eu acho que tem coisas que te desanimam, você fala “nossa...” né? ai, “tá tudo podre”, né? você fala assim... você fica desanimada até de votar, entendeu? pelo que você ouve e... – Entrevistado 2 (Perfil 4)

É uma lógica que é corrupta e isso não vai me impedir de.. de ter a minha atuação quando eu achar necessário, mas também não vou me tornar mártir, entendeu? Vou virar o Mahatma Grande do século 21? Não. A gente fica assim, no meio termo. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

4.8 Categoria: Características Pessoais

4.8.1 Subcategoria: Interesse Pessoal / Individualismo

Neste tópico, os entrevistados apontam que o individualismo pode desestimular a participação, à medida que cada pessoa pensa mais em si e em sua esfera pessoal do que nos outros, como vemos:

É tentando respostas pra mim que eu sei que os outros têm que ter. Que é a questão do coletivo. E nós não vivemos... nós vivemos o individual. Se você tiver bem, tá suave. Se a sua família estiver bem, tranquilo. A família tem que estar bem, só que você esqueceu que sua família está bem, mas e o seu vizinho? Se seu vizinho estiver mal, é risco para a sua família. – Entrevistado 12 (Perfil 1)

[O] indivíduo que é estimulado a pensar em si antes dos outros, temos um sistema cultural pautado pela construção e valorização das diferenças. O próximo é considerado um estranho, um concorrente – Entrevistado 7 (Perfil 2)

A declaração deste entrevistado que não participa de atividades políticas ilustra bem a questão:

...eu acho que eu sou um grãozinho de areia numa praia gigante, então acho que independente da minha opinião, eu sou daquelas que “ai, o governo resolveu então

tá bom”, eu gostei? ótimo, vou junto. Se não gostei, eu tento não participar, sei lá... não fazer com que isso atinja minha vida pessoal.

[...] E eu acho que se eu... mesmo que eu fizesse barulho, que eu fosse na passeata junto com alguns amigos do meu amigo, pra mim não ia fazer muita diferença, – Entrevistado 1 (Perfil 4)

4.8.2 Subcategoria: Preguiça / Falta de Interesse

As declarações a seguir mostram que características pessoais como preguiça e falta de interesse podem impactar negativamente na participação:

...a pessoa não viu as chamadas, se viu, não deu atenção, não acha que é interessante, que é uma característica da nossa população – Entrevistado 4 (Perfil 3)

...O pobre não vai porque não se interessa. O rico não vai porque deve ter outras coisas melhores pra fazer, acredito eu. – Entrevistado 4 (Perfil 3)

...A não ser que seja uma coisa grande mesmo, que mobilize muitas pessoas, então acho que bate uma preguicinha, assim, sabe? eu acho que é isso. – Entrevistado 2 (Perfil 4)

Mas assim, eu acho que até por preguiça mesmo, é muito mais cômodo você assinar um abaixo assinado de e-mail que você mandar e-mail para um congressista, sei lá, né? e participar dessa forma, é muito mais fácil do que você ir lá, fazer um cartaz e ir pra passeata e ir parar lá na frente, né? dispor desse tempo e essa disposição mesmo de ir até lá e... se mobilizar, né? – Entrevistado 2 (Perfil 4)

4.9 Categoria: Outros

Nesta categoria classificamos todos aqueles fatores citados pelos entrevistados que não puderam ser agrupados em nenhuma das outras categorias e que eram tão diversos que não foi possível reunir de outra forma.

4.9.1 Subcategoria: Falta de Tempo / Horário Ruim

Boa parte dos entrevistados atribui a não participação à falta de tempo e ao horário inadequado em que as oportunidades de participação são oferecidas, como vemos:

...assim, o que falta? Eu não sei, acho que falta tempo também, um pouco. – Entrevistado 2 (Perfil 4)

A gente nesse dia a dia, rotina, imagina eu sair daqui do meu trabalho e falar “ó, chefe, eu tô indo lá pra passeata”? [...] eu realmente não vou também por conta disso. – Entrevistado 1 (Perfil 4)

...os horários são ruins, geralmente são durante o dia, são ruins. [...] é aquela história você não vai ficar perdendo tempo, tempo de trabalho, tempo disso, tempo daquilo, pra ir num lugar, onde... [...] Não vai dar em nada. [...] Você não vai, você não faz isso. – Entrevistado 4 (Perfil 3)

...não vem também por quê? É em horário de trabalho [...]os horários das audiências públicas são todos durante o horário de trabalho. – Entrevistado 8 (Perfil 1)

Quando você tem audiências públicas? No horário que o trabalhador está no trabalho. As audiências públicas não são feitas a partir das 19h, onde garantiria uma participação. E também não são feitas de finais de semana. – Entrevistado 12 (Perfil 1)

...é difícil a participação em uma sessão de plenário, pois elas acontecem de terça a quinta às 15h (onde os pobres mortais cidadãos costumam trabalhar) – Entrevistado 6 (Perfil 2)

...a população não tem nada, nada que contribui, não tem como, as audiências públicas em horários de trabalho, né? Plenário no meio da tarde, né? é uma coisa que não tá próximo da realidade, não tá próximo da realidade, do dia a dia. – Entrevistado 5 (Perfil 3)

4.9.2 Subcategoria: Dificuldade de Acesso

Estas respostas apontam que a dificuldade de acesso pode ser um grande impeditivo.

Primeiro, aponta-se a dificuldade de acesso à informação:

...você vê que tem pessoas de fora, de longe, que ligam, que viu no site, viu aquilo, mas quando vê, audiência pública é colocada no site de um dia pro outro. A pessoa não tem como se programar, não tem como se programar de horário, não tem como se preparar do assunto. [...] É publicado no Diário Oficial, a vida inteira foi publicado. É obrigatório em 2 grandes jornais, né? [...] mas quem são essa população que compra jornal? Quem é essa população que vê Diário Oficial? É difícil, é difícil, quem tem acesso a um Diário Oficial, que tem a pauta. Então, eu tenho a impressão que é feito pra não chegar na população. É feito só pra cumprir tabela, entendeu? Essa é a impressão que eu tenho. – Entrevistado 5 (Perfil 3)

Então, falam de acesso enquanto distância física, apontando que as instituições onde a participação deveria ocorrer não se encontram em locais que facilitem o acesso da população.

A gente ainda tá falando aqui de centro. Imagina a pessoa que mora a quilômetros daqui. É uma cidade muito grande. As coisas teriam que ser mais regionais – Entrevistado 5 (Perfil 3)

Vamos pensar aqui: o Palácio dos Bandeirantes [...] é no Morumbi, num lugar totalmente fechado, onde as pessoas não chegam. A Assembleia Legislativa é no Ibirapuera, que fica num espaço rico de São Paulo, onde as pessoas do interior não vão chegar. Câmara Municipal fica no centro de São Paulo, onde as periferias ficam mais distantes. E aí, pras pessoas chegarem, é muito mais distante. E o certo dessas instituições, seriam elas estarem lá... – Entrevistado 12 (Perfil 1)

Por último, um entrevistado menciona a questão da limitação financeira para se locomover até a instituição uma vez que elas se encontram em locais distantes:

...custa caro vir a Câmara. Tá certo que você pode vir de ônibus e voltar de ônibus, mas é um dinheiro que você tá gastando, não é? – Entrevistado 8 (Perfil 1)

4.9.3 Subcategoria: Consumo

O entrevistado 12 aponta que o problema para a não participação está no perfil consumidor da sociedade contemporânea, na qual até a política é encarada como consumo.

[...] nós somos uma geração que onde foi desconstruída a coisa política. Nós somos uma geração que essa ideia começou em 60, que é fazer o cidadão ser consumidor. Esse é nosso maior problema. Por isso que a nossa geração não participa tanto politicamente, porque somos consumidores. A política virou um consumo. E a gente refletiu isso também da venda do indivíduo político. – Entrevistado 12 (Perfil 1)

Resumo do Tema 4

Quando o assunto foi o que desmotiva a participação política, o resultado foi o seguinte:

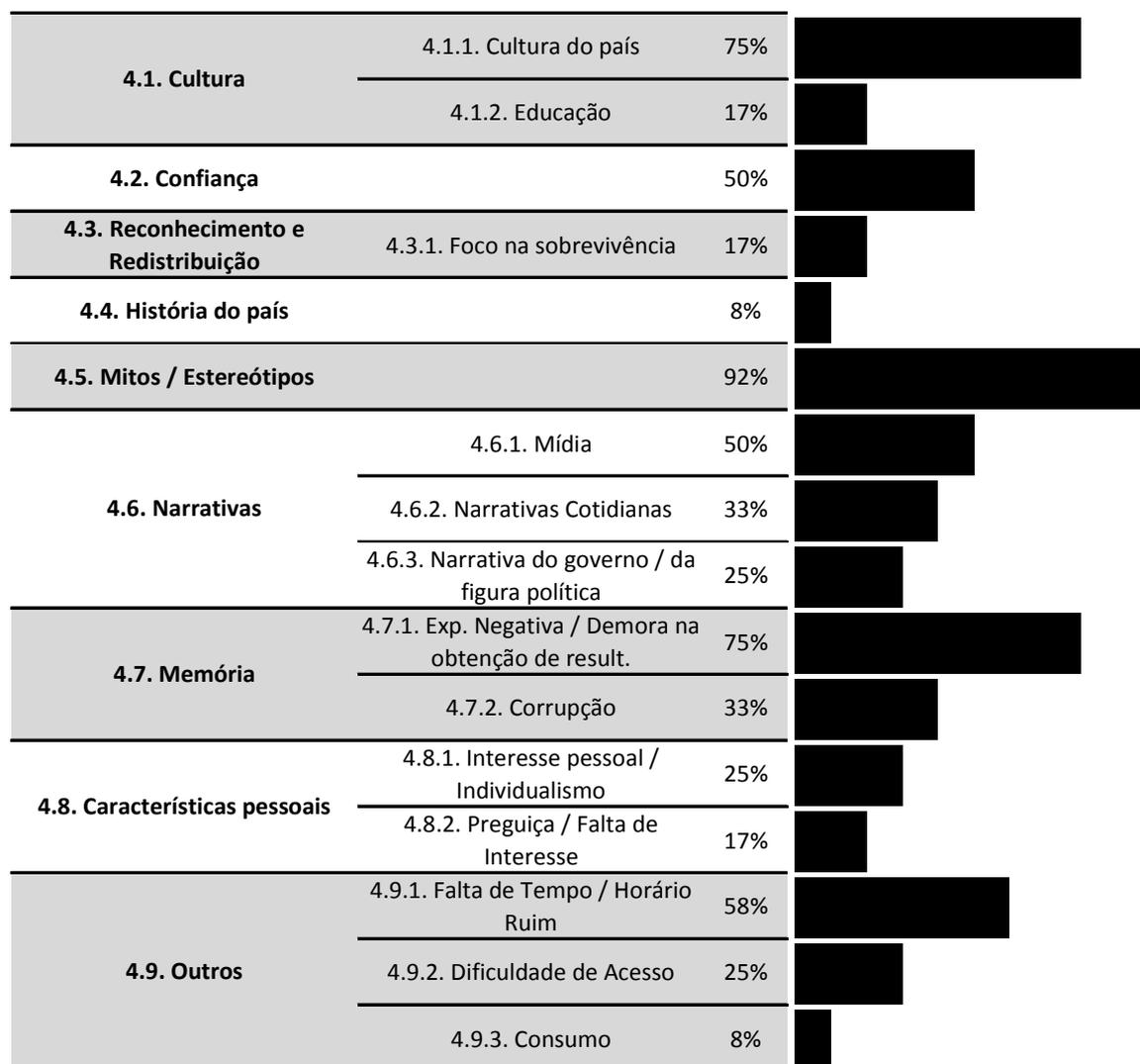


Gráfico 4 - Ocorrências das Categorias - Tema 4

Fonte: elaborado pelo autor

Destaca-se aqui o papel dos mitos e estereótipos como desestímulo à participação política, com 92% de menções dos entrevistados. Em segundo lugar, apareceram: a cultura do país (que conforme apontado pelos entrevistados não é uma cultura participativa) e as experiências negativas que ficam na memória, principalmente por demora na obtenção de resultados.

Tema 5 – Papel das instituições

Neste eixo, procuramos verificar se, na opinião dos entrevistados, há algo que as instituições públicas/políticas possam fazer para estimular a participação e fortalecer a cidadania.

As informações obtidas neste tema são resultado da aplicação da questão aberta: “Há algumas instituições e alguns governantes que procuram estimular (ou desestimular) a participação dos cidadãos. O que você acha do papel das instituições e governos neste contexto?” e da questão complementar: “Em sua opinião, qual é o papel das instituições públicas neste contexto? Há algo que possa ser feito para estimular a participação e fortalecer a cidadania?”, quando a resposta do entrevistado não havia sido clara o bastante.

Obteve-se o seguinte resultado:

Tabela 10 - Presença/Ausência das Categorias - Tema 5

Temas	Categorias	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4
5. Papel das instituições	5.1. Divulgar / Investir em transparência	1	2	2	3
	5.2. Aproximar-se do Cidadão	2	2	3	0
	5.3. Investir em Educação	0	1	1	0

Fonte: elaborado pelo autor

5.1 Categoria: Divulgar / Investir em Transparência

A maior parte dos entrevistados afirmou que investindo em transparência e divulgação as instituições públicas podem contribuir com o fortalecimento da democracia, estimulando a participação cidadã.

O entrevistado 6 aponta que este seria um primeiro passo:

... aumento da transparência e do acesso às informações [...] seria um começo... – Entrevistado 6 (Perfil 2)

Já o entrevistado 2 afirma que:

... primordial é mudar a imagem da casa, há vários anos que a Câmara é a pior instituição pública avaliada pela população pelo IRBEM. – Entrevistado 9 (Perfil 2)

Pelo contexto da resposta dada, podemos inferir que esta imagem ruim dos legislativos deve-se ao que o entrevistado 11 aponta como solução para a questão:

Primeiro elas poderiam divulgar mais as suas atribuições, [...] E, segundo, cumprirem o que prometem. [...] Divulgação e eficiência. São dois pontos que fortaleceriam muito a cidadania. Porque... indiretamente, geraria a tal da confiabilidade. Como é que eu sei que posso confiar na instituição? Quando ela corresponde as minhas expectativas. – Entrevistado 11 (Perfil 1)

O informante 10 colabora com esta ideia quando afirma que falta conhecer os direitos e as atribuições das instituições:

... eu acho que precisa primeiro conscientizar as pessoas, né? Eu num brigo pelo meu direito, eu nem sei que que é meu direito, o que eu vou fazer lá na Câmara, eu nem sei o que eu vou fazer lá, então eu vou me sentir, né? [...] eu vou me sentir perdido... É aquilo que eu te disse, se eu ensino o outro: “é assim que você tem que fazer”, e alguém me chama prum momento que é de decisão e que pode melhorar minha vida, a vida do meu filho, da minha mãe, da minha vó, eu vou [...] – Entrevistado 10 (Perfil 4)

O entrevistado 2 dá pistas de como a instituição poderia fazer para, além de divulgar suas atribuições, informar sobre o andamento dos trabalhos realizados:

Dar um retorno do que entra, do que vira alguma coisa ou não vira, até porque assim se de repente tudo o que tá chegando lá, tá sendo tratado de alguma forma, triado, porque assim... hoje a gente não sabe, né? o quanto chega, o que que vira projeto, o que não vira, o que que leem ou jogam no lixo. – Entrevistado 2 (Perfil 4)

... eu acho que... é... essa forma de mostrar transparência, do que que acontece lá... eu acho que isso é uma forma de incentivar sim, então por exemplo, é... o Senado podia de repente botar assim... divulgar, num sei, na mídia ou até na internet, quantas petições chegam até eles, sobre que assuntos e o que que virou, foi votado, virou algum projeto, entendeu? dar um retorno. – Entrevistado 2 (Perfil 4)

O entrevistado 1 destaca que a informação e o convite, por parte da instituição, estimulariam a participação:

É, mas acho que poderia utilizar a mesma ideia, né? De convidar as pessoas, avisar, falar, informar... – Entrevistado 1 (Perfil 4)

Por outro lado, o entrevistado 4 que se encaixa no perfil 3 (pessoas que trabalham em instituições públicas) afirma que muito se tem investido em divulgação e transparência sem observar-se um aumento da participação:

Eu faço audiência pública aqui de alguns projetos, inclusive do executivo, que às vezes, tem 6 pessoas na sala. E olha que não é por falta de chamar, que nós publicamos em 2 jornais de grande circulação, publicamos no Diário Oficial, mandamos e-mail prum monte de entidade, prum monte de gente, só que no dia da reunião, no dia da audiência pública, as pessoas não comparecem. – Entrevistado 4 (Perfil 3)

A Câmara, dos últimos anos pra cá, nós temos o site hoje, que divulga, tá no metrô. Você pega metrô? Então, você vê lá, você viu? Então tá lá, tá divulgando em tudo quanto é canto, jornais... enfim. Eu acho que, eu acho que até que a... dentro do que a instituição pode fazer, eu acho que ela até fez muito. [...] Mas, na minha humilde opinião, não adianta. – Entrevistado 4 (Perfil 3)

A fala do entrevistado 5 indica uma possível solução para a ineficiência da divulgação:

Tinha que ser uma divulgação focada, né? Como eu te falei, o assunto é esse, a população é essa. Então, você convida todo o mundo, em geral, mas você faz uma comunicação mais dirigida, mais selecionada. [...] ela tem que fazer a parte dela, ela tem que dar mais transparência. Ainda falta muita transparência. – Entrevistado 5 (Perfil 3)

5.2 Categoria: Aproximar-se do cidadão

Grande parte dos entrevistados afirma que, para estimular a participação e a cidadania, as instituições deveriam aproximar-se do cidadão.

Esta aproximação poderia acontecer, segundo eles, trazendo escolas para conhecer a instituição ou dando palestras informativas nestes locais, como vemos nas declarações:

Eu tenho visto a Câmara... por exemplo [...] com visitas de [...] escolas, [...] aumentar isso daí, a informação, porque eu acho que a informação forma, né? [...] A participação das escolas ou das comunidades, abertas pras comunidades, né? tem tanta comunidade de bairro, aí... que venham conhecer, como é que funciona, mas conhecer mesmo, né? Não visitinha, conhecer. Então a Câmara aperfeiçoar ou aumentar esses recursos porque, pra que a população entenda, aprenda. – Entrevistado 3 (Perfil 3)

Talvez as pessoas da Câmara Municipal ir lá nas localidades, fazer... Não fazem isso, não vão a escola, não trazem a escola. Quando o povo está aqui, por algum motivo, isso assusta, porque o povo não é classe média alta. [...] Eu acho que se houvesse esse exercício, as pessoas participariam. Só que não há esse exercício. – Entrevistado 12 (Perfil 1)

De novo, eu vou voltar nesse assunto... Lá na escola, lá... Eu tô com um projeto aí, pra fazer, pra dar palestras sobre cidadania em escolas, igrejas, de todos esses negócios. [...] eu acho que se você tiver esse tipo de conceito, esse tipo de ensinamento... lá pra minha filha, que tem 9 anos, na escola da minha filha, no primeiro ano, no ginásio, no colegial.. até nas faculdades, eu acho que as coisas começam a mudar. – Entrevistado 4 (Perfil 3)

Outra forma seria realizar os trabalhos da instituição nas comunidades, nos bairros, levando as reuniões de comissão e audiências públicas para perto dos cidadãos:

...das audiências públicas acontecerem nos fins de semana, ou acontecerem à noite. A... a Câmara ir até eles. Ir até onde o povo está. Não o povo vir. – Entrevistado 8 (Perfil 1)

E audiência, as coisas tinham que acontecer mais nos locais. Eu tô falando eu enquanto cidadã, eu enquanto... porque eu enquanto trabalhadora é que eu fico imaginando como que seria, como teria que mudar toda essa estrutura, né? Mas dentro das próprias regionais, né? as subprefeituras que eram as antigas regionais, toda vez que eu vou, eu fiz várias audiências públicas dentro de subprefeitura, eu sempre chego ali, porque eu tenho uma coisa assim, um pouquinho empreendedora (risos), então eu chego assim na subprefeitura e eu falo “gente, podia ter um departamentinho aqui de audiências públicas”. A gente mandaria as coisas aqui eletronicamente, por e-mail, eles viriam fazer o curso de cerimonial, que temos aqui, que é mais ou menos isso, né? pra ter um pouquinho de noção. Daria pra eles fazerem uma audiência pública aqui com o suporte da gente... – Entrevistado 5 (Perfil 3)

Eu acho que se eu fosse um vereador ou qualquer deputado, enfim, eu faria um projeto sobre a Câmara itinerante. Uma vez por semestre, uma vez a cada 3 meses, uma vez por ano, eu não sei. Uma reunião, você pega uma reunião da comissão de finanças, por exemplo... [...] e faria lá no bairro. [...] Pra quê? Pra população ver como é, como funciona, como é que participa. [...] pra população ver ali o político dela trabalhando... Você entende? Ver as coisas acontecendo, com é que é feito uma lei. Como é que é feito tudo. [...] Mostrar pra população como é que funciona. – Entrevistado 4 (Perfil 3)

Uma última forma apontada pelos entrevistados seria a criação de conselhos com participação popular

...além disso, uma participação mais direta da administração municipal, como conselhos distritais não remunerados, por exemplo... – Entrevistado 6 (Perfil 2)

Interessante observar nesta categoria a ausência de declarações de pessoas do perfil 4 (não participam de atividades políticas) o que pode sugerir um desconhecimento profundo sobre o papel e as atividades das instituições.

5.3 Categoria: Investir em Educação

Parte dos entrevistados apontou que as instituições públicas deveriam investir em educação para estimular a participação política, como vemos:

O interesse das instituições tem que ser legítimo, elas não podem ignorar o contexto político e histórico que temos, isto é, precisam formar cidadãos, explicar o be-a-bá, provocar, no bom sentido, a movimentação, não ser um agente reativo apenas... – Entrevistado 7 (Perfil 2)

Nós deveríamos ter noções de direito constitucional nas escolas, e noção de direito do consumidor desde o primário...os direitos e deveres básicos da constituição federal, os direitos e deveres básicos do código do consumidor. São duas coisas que estão diretamente ligadas à população. No passado, tinha aquela matéria chamada OSPB, né? Organização Social e Pública [sic] do Brasil, uma coisa assim, é OSPB. Tinha uma disciplina que falava sobre [...] política... bem superficialmente, mas falava. Mas eu defendo que tinha que ter. Ou essas duas matérias ou alguma matéria ligada a isso. [...] Aí vem aquela tese: é interessante? É interessante ter um povo esclarecido? – Entrevistado 4 (Perfil 3)

Interessante destacar que há aqui um questionamento sobre o real interesse dos governantes e instituições em ter uma população esclarecida quanto à política.

Resumo do Tema 5

Quando perguntados a respeito do papel das instituições públicas/políticas no estímulo à cidadania e à participação política, obtivemos o seguinte resultado:

5.1. Divulgar / Investir em transparência	67%	
5.2. Aproximar-se do Cidadão	58%	
5.3. Investir em Educação	17%	

Gráfico 5 - Ocorrências das Categorias - Tema 5

Fonte: elaborado pelo autor

Percebemos, assim, que, na opinião dos entrevistados, é necessário um real interesse das instituições em abrir-se para maior participação e interferência dos cidadãos, não apenas disponibilizando informações (esse seria o primeiro passo), mas também se aproximando do cidadão para se fazer conhecer e investindo em educação para que as pessoas tenham formação, com conhecimentos e habilidades que permitam uma participação ativa e de qualidade.

A comunicação aparece, portanto, como muito importante neste processo de estímulo ao engajamento e à participação, a medida que é por meio dela que é possível haver transparência, divulgação de informações e uma aproximação com os cidadãos.

Fazendo uma ligação entre este último tema e os temas anteriores, é possível notar que estas ações propostas solucionariam (pelo menos em tese) grande parte dos fatores apontados como desmotivadores da participação política.

Investir em transparência e na divulgação de informações pode fazer com que a instituição seja conhecida pelos cidadãos, para que estes possam entender bem seu funcionamento e ter expectativas condizentes com o papel de cada instituição, o que colaboraria com a satisfação do indivíduo em relação à atividade exercida por aquele órgão.

Aproximar-se do cidadão – por meio das visitas de escola, e da execução de atividades junto à comunidade – e investir em educação pode contribuir com o conhecimento das atividades da instituição que citamos no parágrafo anterior, mas também podem gerar uma cultura de participação, à medida que chama a atenção da população a respeito das instituições e das possibilidades de atuação do cidadão. Além disso, essa aproximação pode contribuir com a geração de confiança, com a diminuição dos mitos acerca da política, e

minimizar problemas como a falta de tempo, as dificuldades de acesso e os problemas relacionados com o horário das reuniões.

Fechamento da entrevista

Para finalizar as entrevistas, foi apresentado um questionário (vide Apêndice A) a fim de amarrar tudo o que havia sido trabalhado durante a conversa. Neste momento, cada entrevistado foi estimulado a indicar qual dos fatores (contidos numa lista pré-determinada) mais exerce influência e qual exerce menos influência sobre a participação política dos cidadãos e o resultado das respostas dadas é apresentado no gráfico abaixo:

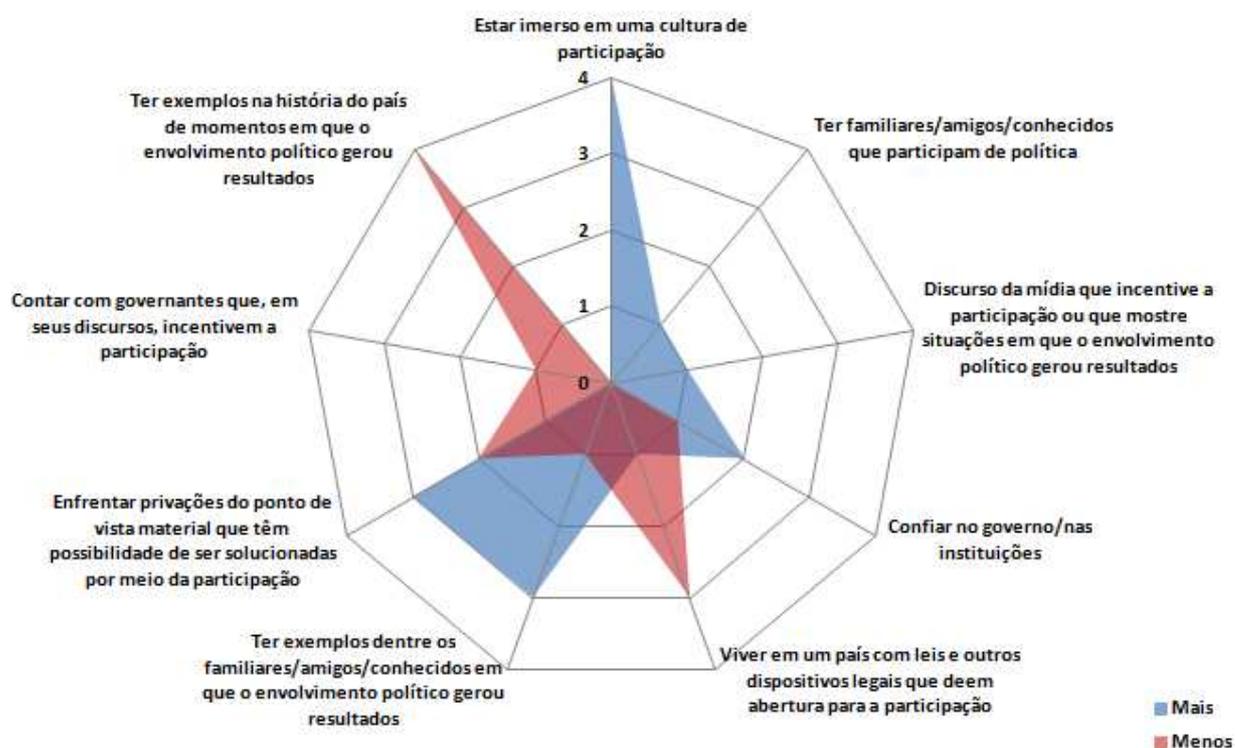


Gráfico 6 - Fatores que influenciam na participação política

Fonte: elaborado pelo autor

Percebemos que, o fator apontado pela maior parte dos entrevistados como sendo o que mais influencia a participação é “estar imerso em uma cultura de participação” enquanto o que menos influencia é “ter exemplos na história do país de momentos em que o envolvimento político gerou resultados”.

Quanto à questão da cultura, fazendo um comparativo do resultado da categorização das respostas com o panorama apresentado no gráfico 6, percebe-se que apesar de ter sido

apontado como o fator que mais influencia a participação, a categoria cultura apareceu em 75% das respostas sobre os fatores desmotivadores da participação e em apenas 25% das respostas sobre os fatores motivadores, o que nos leva a crer que esta influência se dá mais pelo viés negativo do que pelo positivo.

Quanto aos momentos históricos, percebemos que apesar de estar incutida na memória das pessoas, a história não é encarada pelos entrevistados como sendo um propulsor de envolvimento.

Considerações finais

A questão da prática democrática e da efetiva participação política ainda é uma temática bastante debatida na sociedade brasileira. Mesmo com uma constituição democrática e com uma série de instrumentos participativos instituídos, o Brasil ainda parece bastante distante de atingir uma democracia consolidada.

Na presente dissertação, resgatamos algumas teorias que versam a respeito dos fatores que podem motivar ou desmotivar o envolvimento e a participação política, tais como a cultura, a confiança, o capital social e a teoria do reconhecimento e redistribuição.

Estudamos também a trajetória da democracia no Brasil, dando especial atenção aos momentos em que a participação cidadã destacou-se na história, com manifestações significativas de como o poder popular pode provocar mudanças na situação política do país. Com este levantamento, pudemos perceber que muito do que aconteceu na história do país inseriu-se na memória coletiva, contribuindo na construção do imaginário social que envolve as questões políticas e influencia a maneira como os indivíduos fazem sentido sobre o mundo político.

Trabalhamos ainda a questão da história, da memória, dos mitos e das narrativas, com suas influências sobre o envolvimento político, dando especial atenção às narrativas cotidianas.

Como conclusão do trabalho, entendemos que não é possível afirmar com segurança qual dos fatores tratados neste estudo possui maior influência para estimular ou desestimular o engajamento cívico e a participação política. Isto porque os fatores apontados pelas teorias estão bastante imbricados, fato este que ficou claro no momento da categorização das entrevistas para efetuar a análise de conteúdo, em que grande parte das declarações dos entrevistados remeteram, na mesma resposta, a mais de uma teoria tratada (por exemplo, falava de confiança e cultura ao mesmo tempo).

É possível, no entanto, dizer que, quando o assunto é participação política, é necessário avaliar e observar sua construção sob múltiplos vieses, considerando a influência de diversos fatores como os apontados na revisão bibliográfica deste trabalho (história do país, cultura, confiança, capital social, reconhecimento e redistribuição, empoderamento, memória e narrativas) bem como os sugeridos no resultado da pesquisa empírica (ter um ideal, educação politizada, falta de tempo, dificuldade de acesso, falta de interesse, corrupção, etc.).

Comprovou-se durante as entrevistas que as teorias abordadas, na opinião dos entrevistados, têm impacto, em diferentes graus, na forma como os cidadãos relacionam-se com a política, influenciando na decisão de envolver-se e participar politicamente.

Os fatores que mais motivam a participação política, de acordo com as entrevistas, são: aqueles ligados ao capital social, isto é, as redes de relacionamento, o meio no qual o cidadão está inserido, com a presença e atuação dos líderes comunitários; o interesse pessoal ou situações ligadas ao individualismo; as características históricas do país; as narrativas de governo e as narrativas cotidianas.

Já os fatores que mais tem o poder de desmotivar, apontados pelos entrevistados, foram: em primeiro lugar, os mitos e estereótipos, que encaramos como aquelas ideias pré-concebidas de que “a participação não gera resultado” ou de que “todo o político é ladrão”; seguido da falta de uma cultura de participação e da influência de experiências negativas guardadas na memória dos cidadãos.

Apesar de ter sido apontado como o fator que menos influencia como estimulador da participação política no fechamento da entrevista (vide gráfico 6), os momentos históricos de participação (que abordamos no capítulo 2) foram citados livremente pelos entrevistados por diversas vezes durante as entrevistas. Este fato reforça a ideia de que toda a história do país fica incutida na memória dos cidadãos e influencia sim (conscientemente ou não) a maneira como pensamos sobre a política.

Durante as entrevistas, ficou claro também que elementos da cultura influenciam na forma como os cidadãos entendem a política e como eles acreditam inserir-se neste contexto, com diversas declarações remetendo a ausência de uma cultura (educação) politizada, a existência de uma cultura de descrédito nas instituições e figuras políticas e a presença de uma cultura cuja valorização dos interesses individuais e do consumo figuram como mais importantes do que as questões coletivas.

A descrença destacou-se como sendo um grande desmotivador do engajamento cívico, tendo sido citada por diversos entrevistados, o que demonstra a importância dos estudos de confiança neste contexto.

As ideias defendidas pela teoria do capital social também se mostraram como bastante importantes quando o assunto é engajamento cívico e participação política, uma vez que, por diversas vezes, a questão das redes de relacionamento e os grupos nos quais as pessoas estão inseridas foram apontados como determinantes para o comportamento político.

A temática do reconhecimento e da redistribuição foi citada por alguns dos entrevistados como forte motivador da participação, principalmente quando o assunto se relaciona com privações materiais, que seriam grandes propulsores de envolvimento.

O contexto de vida dos indivíduos, as experiências vividas por ele ou para ele passadas por meio de narrativas também apareceram com destaque durante todas as entrevistas, uma vez que, as opiniões expressadas tinham sempre uma narrativa de referência, seja ela advinda da memória do indivíduo (resgatando experiências pessoais vividas por ele ou por conhecidos, amigos e familiares) ou proveniente da mídia (notícias veiculadas) ou ainda do próprio governo (discurso e postura de governantes e figuras políticas).

As narrativas cotidianas, foco da presente dissertação, demonstraram um grande papel neste contexto, uma vez que fazem mais sentido para as pessoas, pela proximidade, afinidade e credibilidade existente entre aquele que narra a história e aquele que ouve. Diversos trechos das entrevistas apontaram que, quando a narrativa tem origem em algum familiar ou amigo próximo, há um maior impacto e relevância daquela informação ou experiência relatada na maneira como aquele ouvinte encara a situação colocada, podendo gerar participação ou desestimulá-la (de acordo com o teor da narrativa).

Por outro lado, observamos que as narrativas cotidianas que entram na temática da política de maneira positiva – isto é, relatam experiências de participação que obtiveram sucesso ou mencionam as figuras políticas e instituições com boas percepções – não são muito comuns.

Grande parte dos entrevistados apontou que, caso existissem narrativas cotidianas a respeito de política em seu dia a dia, advindas de seus familiares, amigos e conhecidos, eles a considerariam no momento de decidir ou não por se envolver e participar da política, isto é, uma narrativa de experiência positiva oriunda de alguém próximo tenderia a incentivá-lo a também participar, ao mesmo tempo, uma narrativa negativa poderia desmotivá-lo. Acontece que, estas conversas sobre a temática da política, em geral, não fazem parte do cotidiano daqueles cujo perfil é não participativo, já que pessoas que não participam, geralmente, estão inseridas numa esfera íntima cujo perfil também é de não participar.

Isto nos dá uma pista sobre o status da participação política no país, indicando que há poucas pessoas que se envolvem e participam ativamente do mundo político, o que é, de alguma forma, impacto de todas as outras influências que estudamos (história do país, falta de cultura de participação, falta de confiança, baixos estoques de capital social, macronarrativas negativas, etc.).

Além disso, as pessoas que participam estão geralmente “agrupadas”, o que significa dizer que seu poder de “contaminação” está restrito a um grupo que, geralmente, já é bastante participativo, tendo como consequência a diminuição do poder de crescimento desta participação, por meio das narrativas cotidianas. Ou seja, nos meios em que há grande envolvimento político e participação (como aqueles no qual estão inseridos os entrevistados do perfil 1 e 2), as narrativas cotidianas atuam fortemente no sentido de fazer circular experiências positivas que poderiam estimular a prática democrática, porém sem grande alcance para a parte da população que ainda não é participativa, justamente porque a rede de relacionamentos das pessoas politicamente ativas tende a não incluir as não participativas e, por isso, não as atinge.

Dessa forma, entende-se que as narrativas cotidianas possuem sim uma grande capacidade de influenciar nas motivações individuais, mas seu alcance é limitado a grupos já politicamente ativos ou ao restrito círculo que envolve estas pessoas que têm perfil participativo.

A realidade política do país (em termos de participação política) parece ser, portanto, resultado não apenas de fatores isolados, mas de uma conjuntura, que é produto da história e da memória de uma sociedade, de uma cultura de participação, de estoques de confiança e capital social e das narrativas existentes sobre o mundo da política.

O papel das instituições públicas apontado nas entrevistas (divulgar/investir em transparência, aproximar-se do cidadão e investir em educação) indica que a comunicação é chave neste processo, pois é por meio dela que todas essas informações, experiências e ideias circulam. Não há participação política sem interação comunicativa, uma vez que é impossível compreender a política sem conhecê-la e, da mesma forma, é impossível manifestar uma opinião, demanda ou necessidade sem lançar mão do diálogo, do debate e da deliberação.

Os comunicadores públicos têm, portanto, uma função crucial neste contexto, atuando como ponte entre os cidadãos e o Estado, podendo contribuir para gerar, aumentar e melhorar a transparência das ações de interesse público, o acesso e a divulgação de informações, e facilitar a promoção e a manutenção do diálogo, fundamental para a prática democrática.

Assim, entende-se que investir em comunicação pode contribuir para criar um ambiente propício para construir um país cada vez mais democrático e participativo.

Referências bibliográficas⁸⁹

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. **Introdução à análise narrativa**. São Paulo: Scipione, 1995.
- ADAM, Jean-Michel e REVAZ, Françoise. **A análise da narrativa**. Lisboa: Gradiva, 1997. – Título original: L’analyse des récits. – Éditions du Seuil, 1996. – Tradução: Maria Adelaide Coelho da Silva e Maria de Fátima Aguiar.
- ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture revisited**. Califórnia: Sage Publication, 1989.
- ARENDT, Hannah. Filosofia e Política. In: _____, **A dignidade da política: ensaios e conferências**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- ARMSTRONG, Karen. **Breve história do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- AUBERT, Jean-François. Democracia direta. In: DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier (Orgs.). **Democracia**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 201-210.
- AVRITZER, Leonardo. **Do reconhecimento do “self” a uma política institucional de reconhecimento: uma abordagem da polêmica entre Axel Honneth e Nancy Fraser**. São Paulo: Anpocs, 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro – São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAQUERO, Marcello. **Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 21, p. 83-108, nov. 2003
- BECKER, Daniel et al. **Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, p. 655-667, 2004.
- BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas. Vol.1. 2.ªed. São Paulo: Brasiliense, 1986a, p.36-49.
- _____. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras escolhidas. Vol.1. 2.ªed. São Paulo: Brasiliense, 1986b, p.197-221.

⁸⁹ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

_____. **Sobre alguns temas em Baudelaire.** In: BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Vol. 3. 2.^aed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.103-149.

BICALHO, Lucídio e GRAÇA, Eliana. **O PPA e os desafios da participação no governo Dilma** – disponível em <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2011/maio/o-ppa-e-os-desafios-da-participacao-no-governo-dilma/> - Acesso realizado em 30 jul 2012.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia:** uma defesa das regras do jogo. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONFIM, Washington Luís de Sousa e SILVA, Irismar Nascimento da. **Instituições políticas, cidadania e participação:** a mudança social ainda é possível? Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 21, p.109-123, nov. 2003.

BOURETZ, Pierre. Repensar a democracia. In: DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier (Orgs.). **Democracia.** Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 143-151.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Conferências nacionais, participação social e processo legislativo.** Brasília, Série Pensando o Direito, n.º 27/2010.

BRASIL. **Participação popular:** a construção da democracia participativa. Brasília: Desenvolvimento, Ipea, a.8, n.65, 2011. 18-33p.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito:** com Bill Moyers. Tradução Carlos Moisés. São Paulo: Palas Athena, 2009.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.) **História da Cidadania.** 2ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CARDOZO, Antônio Carlos Bittencourt. **Conselho Tutelar como instrumento de participação da população e efetivação da política social de atendimento da criança e do adolescente.** Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Direito Público e Filosofia do Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2011.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da rebeldia:** a juventude em questão. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2000.

CARONE, Edgard. **A segunda república (1930-1937).** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

_____. **A república liberal II – evolução política (1945-1964).** São Paulo: Difusão Editorial, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Rejane Vasconcellos Accyoli de. Cenários de representação da transição democrática. Em: **Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política**. Campinas: Pontes Editora, 1999.

CENEVIVA, Ricardo; FARAH, Marta Ferreira Santos. O papel da avaliação de políticas públicas como mecanismo de controle democrático da Administração pública. In: GUEDES, Alvaro Martim; FONSECA, Francisco (Orgs.). **Controle social da Administração pública: cenário, avanços e dilemas no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Oficina Municipal; Rio de Janeiro: FGV, 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

CLÈVE, Clémerson Merlin. **O cidadão, a administração pública e a nova Constituição**. Revista de informação legislativa. Brasília: n.º 106, abr./jun. 1990. 81-98p.

COGO, Rodrigo Silveira e NASSAR, Paulo. **A história e a memória na comunicação organizacional: um estudo da narrativa da experiência para atratividade dos públicos**. Rev. Inter. de Com. Midiática, Santa Maria, v.10, n.19, 2011a.

_____. **Guerra de narrativas e multiprotagonismo recriam a comunicação organizacional: entendendo as bases de crescimento do *storytelling* na contação da memória**. São Paulo: Trabalho apresentado no DT 3 – Relações Públicas e Comunicação Organizacional do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2011b.

COLEN, Célia Mara Ladeia. **As covariantes da confiança política na América Latina**. Opinião Pública, Campinas, vol. 16, nº 1, Junho, 2010, p. 1-27

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DAHLGREN, Peter. **Media and political engagement: citizens, communication and democracy**. Londres: Cambridge University Press, 2010. (pág. 126-148)

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia**. Dossiê, Tempo, vol.14, n.28. Niterói, Jun 2010.

DINIZ, Maria Lúcia Vissotto Paiva. Estereótipo na mídia – doxa ou ruptura. In: COELHO, Jonas Gonçalves Coelho. GUIMARAES, Luciano. VICENTE, Maximilano Martin. **O futuro: continuidade – desafios para a Comunicação e para a Sociedade**. São Paulo: Annablume, 2006.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 62-83.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano – a essência das religiões**. – Tradução Rogério Fernandes – 2.ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ESTEVES, João Pissarra. Espaço público político. In: **Espaço público e democracia: comunicação, processo de sentido e identidade social**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

EWALD, Felipe Grüne. **Memória e narrativa**: Walter Benjamin, nostalgia e movência. Porto Alegre: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. vol.4, n.2, jul./dez. 2008. p. 1-8.

FERRAREZI, Elisabete; OLIVEIRA, Mariana S. de Carvalho. **Conferências Nacionais de Saúde e processos participativos na administração pública federal brasileira**. Brasília: Casoteca ENAP, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Rio de Janeiro: Topoi, 2002, p.314-332.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **Brasil República**. São Paulo: Editora Aldema, 2000.

FLICK, Uwe. Entrevista episódica. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7.ed. Petrópolis. Rio de Janeiro, 2008. p. 114-136.

FLICK, W. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORES, Elio Chaves. **Representações cômicas da República no contexto do Getulismo**. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.21, n.40, 2001, p. 133-157.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.) **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. Reconhecimento sem ética? In: SOUZA, Jessé e MATTOS, Patrícia. (Orgs.) **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

FROCHTENGARTEN, Fernando. **A memória oral no mundo contemporâneo**. Estudos avançados, São Paulo: Revista do Instituto de Psicologia da USP, v.19. n.55. p. 367-376. Se./dez. 2005.

FUKUYAMA, F. Capital social. In: HARISSON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. (Orgs.). **A cultura importa: os valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GAMSON, William. **Falando de política**. Tradução de Ângela Cristina Salgueiro Marques. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GIRARDI, Luiz Alberto. Orçamento participativo – considerações sobre origem e funcionamento. In: DORNELLES, Beatriz (Org.) **Porto Alegre em destaque: história e cultura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

GODOI, Christiane Kleinübing; MATTOS, Pedro Lincoln C. L. de. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. In: SILVA, Anielson Barbosa da; GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa em**

estudos organizacionais – paradigmas, estratégias e métodos. – 4 ed. – São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 12, n. 3, p. 75-90, julho/setembro 1995.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Ângela Maria de C. **O Brasil Republicano**. Sociedade e Política. São Paulo: Difel, 1983.

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre conceito de esfera pública política. In: MAIA, Rousiley, CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas** – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

GOMES, Wilson. Capital social, democracia e televisão em Robert Putnam. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008a, p. 221-265.

_____. Esfera pública política e comunicação em mudança estrutural da esfera pública de Jürgen Habermas. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008b, p. 31-63.

_____. Esfera pública política e comunicação em direito e democracia de Jürgen Habermas. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008c, p. 69-112.

GRET, Marion; SINTOMER, Yves. **Porto Alegre** – a esperança de uma outra democracia. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. As passeatas pelo impeachment em 1992 e os jovens “carapintadas” In: GROPPPO, Luís Antonio. ZAIDAN FILHO, Michel. MACHADO, Otavio Luiz. (Orgs.) **Movimentos estudantis na contemporaneidade**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008. p. 39-52.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo** – sentidos e formas de uso. Cascais: Princípia Editora, 2010.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. O papel da sociedade civil e da esfera pública política (cap. VII). In: **Direito e democracia: entre facticidade e validade**, livro II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. Trad. Flávio B. Siebeneichler.

HABERMAS, J. O espaço público, trinta anos depois. Prefácio. In: **O espaço público**, 1990, 17ª edição, Editora Suhrkamp. Verlag. Tradução de Felipe Chaniel e Tobias Strauman.

HARDIN, Russel. Do we want trust in government? In: WARREN, Mark E. **Democracy & Trust**. Londres: Cambridge University Press, 1999.

HARTOG, François. Os antigos. In: DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier (Orgs.). **Democracia**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 89-96.

HASWANI, Mariângela Furlan. **A comunicação estatal como garantia de direitos: foco no Brasil, na Colômbia e na Venezuela**. Tese (Doutorado) – Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam/USP). São Paulo, 2010.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. **Problematisando o conceito de empoderamento**. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis. p. 485-506.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé e MATTOS, Patrícia. (Orgs.) **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. – Tradução de Laura Teixeira Motta – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IANNI, Octavio. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol.17, n.49, junho/2002.

JAKOBSON, Roman. **Essais de linguistique générale: les fondations du langage**. Tradução N. Ruwet. Paris: Éd. de Minuit, 1963.

LAGOS, Marta. A Máscara Sorridente da América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, Vol.VI, nº1, 2000, pp.1-16

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1989.

LEMOS, André. Nova esfera conversacional. In: MARQUES, Angela et al. **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. p. 9-30.

LOPES, Denise M. N. Nascimento. Para pensar a confiança e a cultura política. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. X, nº 1, Maio, 2004, p. 162-187

LOSEKANN, C. A Esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades de uso deste conceito no contexto brasileiro. In: **Revista Pensamento Plural**, vol. 4, jan.-jun.2009, p. 37-57.

LUBENOW, Jorge Adriano. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. **Kriterion** [online]. 2010, vol.51, n.121, p. 227-258.

LUCA, Tânia Regina de. Direitos sociais no Brasil. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.) **História da cidadania**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MACHADO, João Baptista. **Participação e descentralização**. Democratização e neutralidade na Constituição de 76. Coimbra: Almedina, 1982.

MAIA, Rousiley C. M. Conversação cotidiana e deliberação. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008a. p. 195-219.

MARQUES, Ângela C. S. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. In: **Revista Líbero**, Ano XI n. 21, junho de 2008.

MARTINO, Luiz Claudio. Panorama da Pesquisa Empírica em Comunicação. In: BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassallo; MARTINO, Luiz Claudio (Orgs.). **Pesquisa Empírica em Comunicação**. São Paulo: Compós, 2010.

MATOS, Heloiza. **Capital Social e comunicação** – interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009a.

_____. Opinião pública e conversação cívica. In: MARQUES, Angela et al. **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: E-papers, 2009b. p. 107-122

MATTOS, Pedro Lincoln C. L. Análise de entrevistas não estruturadas: da formalização à pragmática da linguagem. In: SILVA, Anielson Barbosa da; GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA DE MELO, Rodrigo (Orgs.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

MAURANO, Adriana. **O poder legislativo municipal**. Curitiba: Letra da Lei, 2008.

MELLO, Ricardo. **Comunicação de interesse público: a escuta popular na comunicação pública: abrindo caminho para uma nova política**. 2.ed. Recife: Bagaço, 2007.

MENDES, Denise Cristina Vitale Ramos. **Democracia semidireta no Brasil pós-1988: a experiência do orçamento participativo**. Tese (Doutorado). FADUSP. São Paulo, 2004.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento em debate: Os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.º 29, p. 169-185, nov. 2007.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A história, cativa da memória? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.34, 1992, p.9-24.

MIGUEL, Luis Felipe. A mídia e o declínio da confiança na política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs.) **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

MISHLER, William; ROSE, Richard. Trust, distrust and skepticism: popular evaluations of civil and political institutions in Post-Communist Societies. **The Journal of Politics**, v.59, n.2, Maio, 1997, p.419-451.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. In: _____ (Org.). **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: EDUSP, 2010.

_____. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. XI, nº 1, Março, 2005, p. 33-63

MORAES, Dênis de. **Imaginário social e hegemonia cultural**, 2002. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297>> Acesso em 30.06.2012

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Direito da participação política**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

MORONI, José Antônio. O direito à participação no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

MOSSÉ, Claude. **História de uma democracia**: Atenas. Madrid: Akal, 1987.

NASSAR, Paulo. **Relações públicas e história empresarial no Brasil: estudo de uma nova abrangência para o campo das relações públicas**. 2006. 205 fl. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2006.

_____. **Relações Públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2007.

_____. A mensagem como centro da rede de relacionamentos. In: FELICE, Massimo Di (Org.). **Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social**. São Caetano do Sul: Difusão, 2008a, p.191-201.

_____. **Relações Públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. 2.^a ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008b.

_____. História e memória organizacional como interfaces das relações públicas. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (Org.). **Relações Públicas - história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas**. São Paulo: Saraiva, 2009. p.291-306.

_____. **Relações Públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. 3.^a ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2012.

NEVES, Paulo Sérgio Costa, Reconhecimento e desprezo social ou os dilemas da democracia no Brasil contemporâneo: algumas considerações à luz da questão racial. Dossiê. **Política & Sociedade**, nº 11, outubro de 2007.

NOBRE, Marcos. E-book. **Choque de democracia – razões da revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NOGUEIRA, Nemércio. **Opinião pública e democracia – desafios à empresa**. São Paulo: Nobel, 1987.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

NUÑEZ, Antonio. **É melhor contar tudo**: o poder da sedução das histórias no mundo empresarial e pessoal. Tradução: Marylene Michael. São Paulo: Nobel, 2009.

OBBER, Josiah. Democracia direta. In: DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier (Orgs.). **Democracia**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 191-200.

OLIVEIRA, Maria José da Costa. Comunicação pública e as estratégias de relações públicas nas alianças setoriais. In: **Relações Públicas** – história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 466-484.

PALHA, Cássia Rita Louro. Televisão e política: o mito Tancredo Neves entre a morte, o legado e a redenção. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol.31, n.62, 2011, p. 217-234.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.) **História da Cidadania**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTO, Celi Regina Jardim. Com a palavra o senhor Presidente. In: **Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988, p. 73-113.

_____. Nota sobre a controvérsia Fraser–Honneth informada pelo cenário brasileiro. **Lua Nova**, São Paulo, p. 35-58, 2008.

PINTO, Júlio Pimentel. Todos os passados criados pela memória. In: LEIBING, Annette; BENNINGHOFF-LÜHL, Sibylle (Orgs.). **Devorando o tempo: Brasil, o país sem memória**. São Paulo: Mandarin, 2001. p. 293-300.

PIRES, Valdemir. **Orçamento Participativo** – O que é, para que serve, como se faz. Barueri: Editora Manole, 2001.

PISIER, Évelyne. Os modernos. In: DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier (Orgs.). **Democracia**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 109-116.

POCOCK, J. G. A. Os antigos. In: DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier (Orgs.). **Democracia**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 97-102.

PONTE, V. M. D. Confianza y eficacia ciudadana en una sociedad con alta desigualdad. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 12, Novembro, 2006, p. 277-296

PORTO, Mauro. **Televisão e política no Brasil** – A Rede Globo e as interpretações da audiência. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

POUPART, J. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

RACHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social** – caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

REIS, Bruno Pinheiro W. Capital social e confiança: questões de teoria e método. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 21, p. 35-49, nov. 2003

RENNÓ, Lucio R. **Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina**. Opinião Pública, Campinas, Vol. VII, nº1, 2001, p.33-59

RIBEIRO, Elanir de Moraes. **Representação política negra e feminina – candidatas negras em eleições no Rio de Janeiro (2002-2006)**, 2008. 160f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

RIBEIRO, Suzana. Narrativas cotidianas: traumas que contam experiências de trauma e superação. **Oralidades**. São Paulo: Revista do Núcleo de Estudos em História Oral da USP, n.6, jul./dez. 2009, p.33-47.

RICCITELLI, Antonio. **Impeachment à brasileira**: instrumento de controle parlamentar? Barueri: Minha Editora, 2006.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. **Estudos de Psicologia**, 2006, p. 65-69.

ROLANDO, Stefano. A dinâmica evolutiva da comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (Org.) **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011.

SAAVEDRA, Giovanni Agostini. A teoria crítica de Axel Honneth. In: SOUZA, Jessé e MATTOS, Patrícia. (Orgs.) **Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. **Política & Sociedade**. Número 13. Outubro de 2008.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. Traduzido por: J. O. Santos e A. A. de Pina. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Jordana de Souza. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. **Aurora**, ano III, número 5, dezembro de 2009, p. 101-108.

SANTOS, Marco Cabral dos; MOTA, André. **São Paulo 1932**: memória, mito e identidade. São Paulo: Alameda, 2010.

SELLTIZ, Claire at all. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. – Ed. revista e nova tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: EPU, 1974.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHWARS-BLUM, V. Por que confiamos nas instituições? **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, n° 12, Novembro, 2006, p. 297-328

SILVEIRINHA, Maria João. Esfera pública. In: CARREIRA, J. C; FERREIRA, G.; ESPÍRITO SANTO, P. (Orgs.). **Conceitos de comunicação política**. Covilhã: LabcomBooks, 2010, p.33-42

TARDE, Gabriel. A opinião e as massas. Tradução Luís Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Democracia representativa y participativa: ¿complementariedad o combinación subordinada? Reflexiones acerca de las instituciones participativas y la gestión pública en la ciudad de São Paulo (2000-2004). In: CLAD; Gobierno de España. **Contraloría y participación social en la gestión pública**. Venezuela: CLAD, 2007.

VASCONCELOS, E. **O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias**. Paulus: Rio de Janeiro, 2004.

VELHO, Gilberto. Memória, cultura e sociedade. In: LEIBING, Annette; BENNINGHOFFLÜHL, Sibylle (Orgs.). **Devorando o tempo: Brasil, o país sem memória**. São Paulo: Mandarim, 2001. p.11.

VENTURA, Tereza. Luta social por reconhecimento: dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n.º 40, p. 159-170, out. 2011.

VIANNA LOPES, Júlio Aurélio. **A Carta da democracia: o processo constituinte na ordem pública de 1988**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

VIEIRA, André Guirland. Do conceito de estrutura narrativa à sua crítica. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2001, 14(3), p. 589-597.

YATES, Frances Amelia. **A arte da memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

WENDHAUSEN, Águeda L. P., BARBOSA, Tatiane Muniz e BORBA, Maria Clara de. **Empoderamento e Recursos para a participação em Conselhos Gestores**. Saúde e Sociedade v.15, n.3, p.131-144, set-dez 2006.

WOOD, Gordon S. Os modernos. In: DARNTON, Robert; DUHAMEL, Olivier (Orgs.). **Democracia**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 103-108.

Apêndices

Apêndice A – Ficha de entrevista final

Breve apresentação da pesquisadora e dos objetivos do trabalho. Avisar que a entrevista será gravada.

Data: _____ Meio: _____ Duração: _____
 Perfil do respondente:
 Sexo (não perguntar): () F () M
 Faixa etária: () menos de 20 anos () de 21 a 30 anos () de 31 a 40 anos () de 41 a 50 anos () de 51 a 60 anos () mais de 61 anos
 Formação Acadêmica/Profissional:
 Cargo/posição na instituição/movimento:
 Há quanto tempo trabalha na instituição/movimento:

A. História pessoal

Para começar, vamos falar um pouco da sua história pessoal com a política. Conte-nos sobre o seu envolvimento nestas questões.

Observar/conduzir a abordagem para satisfazer as seguintes questões:

- Qual é seu grau, nível ou frequência de participação política?
- Como se deu seu envolvimento político na organização X?
- Além da participação no movimento X, quais outras participações você faz? Conte-nos um pouco sobre isso.
- O que, em sua história, o motivou e ainda motiva (*ou desmotivou e desmotiva, no caso do perfil 4*) seu envolvimento político?

Notar que os entrevistados dos perfis 3 e 4 terão comportamento bastante atípico neste tópico.

B. Democracia e Participação Política – conceitos

A Constituição Federal de 1988 é conhecida por ser uma constituição cidadã, que consolidou a democracia no Brasil e ampliou as formas de participação. Como você vê a democracia e a participação política no nosso país?

Observar/conduzir a abordagem para satisfazer as seguintes questões:

- Considera o Brasil um país democrático? Por quê?
- O que é participação política em sua opinião?
- Acha que a estrutura democrática brasileira dá abertura para participação mais ativa dos cidadãos? Explique/dê exemplos.

C. Fatores que motivam e desmotivam a participação

Sabemos que, em todas as sociedades, há pessoas que participam ativamente das questões políticas, enquanto há pessoas que parecem não ter interesse em se envolver nestes assuntos. Em sua opinião e experiência pessoal, por que isso acontece? Quais fatores levariam a um e a outro comportamento?

Observar/conduzir a abordagem para satisfazer as seguintes questões:

Geral:

- O que leva uma pessoa a se envolver em questões políticas?
- Por que algumas pessoas simplesmente não se envolvem?

Eixo 1: Cultura

- Acha que é uma questão cultural ter, por exemplo, mais engajamento político em países como a França? Por quê?

Eixo 2: Confiança no Governo

- Algumas pessoas acreditam que confiar ou não confiar no governo ou na instituição pode ter influência na decisão do cidadão de participar ou não. O que você acha sobre isso?
- Quando você confia ou não no governo ou em uma instituição pública/política, isto afeta na sua participação/envolvimento com ele(a)? De que forma?

Eixo 3: Capital social

- Você acredita que o que motiva a participação das pessoas são questões pessoais ou coletivas? Explique.
- Acha que o meio no qual o cidadão está inserido pode influenciar? Quer dizer, se ele vive no meio de pessoas que participam da política, ele também tende a participar? Por que você acha isso?

Eixo 4: Reconhecimento e redistribuição

- Percebe alguma diferença entre o perfil socioeconômico das pessoas que se envolvem? Dê exemplos.
- Acha que as camadas mais pobres tendem a participar mais ou menos? Por quê?

Eixo 5: Empoderamento do cidadão

- Quanto mais as pessoas participam, mais elas tendem a participar e isto tende a se expandir para outras pessoas, gerando cada vez mais participação. Você concorda com esta afirmativa? Por quê?

Eixo 6: História do país

- Há exemplos na história do Brasil que demonstram que a pressão ou mobilização social teve resultados positivos, como o movimento das Diretas e os Cara Pintadas e mais recentemente a Ficha Limpa. Qual relação pode haver, em sua opinião, entre este histórico de participações “bem sucedidas” e a decisão de participar nos dias atuais?

Eixo 7: Mitos

- Existem muitos mitos sobre a participação política. Há uma ideia de que participar não gera resultado, que os políticos não levam em consideração as opiniões do povo, etc. De que forma você vê esta questão? Acredita que estes mitos podem influenciar na decisão de participar? Como?

Eixo 8: Narrativas (explorar)

- O que a mídia veicula a respeito das instituições e dos governantes influencia, a seu ver, na motivação que o cidadão tem para participar mais ativamente da política? De que maneira?
- Quando você assiste na TV, ou lê nos jornais, uma situação de corrupção, de que maneira isto impacta em sua vontade de participar? Estimula seu envolvimento ou desestimula? Como?
- Vamos supor que você tenha tentado exercer um direito de participação em alguma instituição e a experiência tenha sido negativa, isto irá influenciar nas próximas vezes que você desejar/precisar novamente se relacionar com esta instituição? Por quê?
- E se ao invés de ter acontecido com você, esta experiência negativa tivesse acontecido com um familiar/conhecido/amigo seu? Isto te influenciaria da mesma forma?
- Você conversa sobre política com seus familiares/conhecidos/amigos? Em que contextos?
- Quando você decide ou não participar politicamente em algo ou no momento de decidir em quem votar, você leva em consideração a opinião de familiares/conhecidos/amigos? Dê exemplos.
- Em sua experiência pessoal, você acredita que depois que começou a se engajar na política (*rememorar o que o próprio entrevistado disse sobre sua história*), você passou a influenciar mais as pessoas ao seu redor, no sentido de impulsioná-las a participar mais?
- Você percebe se isto deu resultado? Elas se tornaram mais participativas?
- Seu círculo de amigos também participa de política? Você acredita que eles foram influenciados por você ou te influenciaram de alguma forma? Como isto aconteceu?/Dê exemplos

Notar que algumas questões deste tópico devem ser adaptadas ao perfil 3 falando de terceiros e suprimidas para os entrevistados que se encaixam no perfil 4.

D. Papel das instituições

Há algumas instituições e alguns governantes que procuram estimular (ou desestimular) a participação dos cidadãos. O que você acha do papel das instituições e governos neste contexto?

Observar/conduzir a abordagem para satisfazer as seguintes questões:

- Alguns governantes tendem, em seus discursos, a chamar o povo mais à participação. Em sua opinião, estas palavras influenciam de alguma forma na decisão do cidadão em participar ou não? Por quê?
- Em sua opinião, qual é o papel das instituições públicas neste contexto? Há algo que possa ser feito para estimular a participação e fortalecer a cidadania?
- O fato de haver mais leis e/ou dispositivos legais que garantam a participação popular amplifica, em sua opinião, o envolvimento dos cidadãos?

E. Fechamento/Conclusão

Só para fechar nossa conversa de hoje, falamos de vários fatores que envolvem a vida política da pessoa: da história, dos mitos, da mídia, do discurso do governo, das leis e das conversas que acontecem na esfera cotidiana. Agora vou lhe mostrar uma lista de fatores que, como discutimos, podem influenciar na decisão de participar ou não e você precisará apontar qual deles, em sua opinião tem maior influência e qual tem menor influência.

Por fim, perguntar se existe algo que o entrevistado gostaria de falar a respeito do assunto e que não foi perguntado.

Aponte qual dos fatores a seguir tem mais influência em estimular a participação e qual tem menos influência, do seu ponto de vista.

Estímulo à participação:

1. Estar imerso em uma cultura de participação
2. Confiar no governo/nas instituições
3. Contar com governantes que, em seus discursos, incentivem a participação
4. Ter familiares/amigos/conhecidos que participam de política
5. Enfrentar privações do ponto de vista material que têm possibilidade de ser solucionadas por meio da participação
6. Discurso da mídia que incentive a participação ou que mostre situações em que o envolvimento político gerou resultados
7. Ter exemplos na história do país de momentos em que o envolvimento político gerou resultados
8. Ter exemplos dentre os familiares/amigos/conhecidos em que o envolvimento político gerou resultados
9. Viver em um país com leis e outros dispositivos legais que deem abertura para a participação
10. Outros. Especifique: _____

Fator que mais estimula o envolvimento político/participação política: _____

Fator que menos estimula o envolvimento político/participação política: _____

Apêndice B - E-mail Convite Entrevista - presencial

Prezado Senhor XXX,

Entramos em contato com Vossa Senhoria para convidá-lo a participar de uma entrevista a respeito do tema da participação política.

Trata-se de pesquisa de mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, na qual se pretende avaliar quais são as motivações que levam as pessoas a decidirem por participar ou não participar ativamente da política.

Serão entrevistados quatro perfis de pessoas:

1. indivíduos ativos na política que comparecem pessoalmente e acompanham o trabalho do Parlamento Municipal de São Paulo;
2. indivíduos ativos na política que acompanham virtualmente o trabalho do Parlamento Municipal de São Paulo;
3. funcionários do Parlamento Municipal de São Paulo que trabalham ou trabalharam diretamente com Audiências Públicas (espaços de participação por excelência);
4. indivíduos residentes no município de São Paulo que não se envolvem com questões políticas.

A duração da entrevista é entre 30 minutos e 1 hora e poderá ser realizada na data, horário e local de conveniência do entrevistado. As informações e opiniões fornecidas serão analisadas conjuntamente com os demais informantes, garantindo o anonimato do entrevistado.

Agradeço pela colaboração na pesquisa e aguardo a gentileza de retorno deste e-mail.

Cordialmente,

Daniela Queiroz

Apêndice C - E-mail Convite Entrevista - virtual

Prezado Senhor XXX,

Entramos em contato com Vossa Senhoria para convidá-lo a participar de uma entrevista a respeito do tema da participação política.

Trata-se de pesquisa de mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, na qual se pretende avaliar quais são as motivações que levam as pessoas a decidirem por participar ou não participar ativamente da política.

Serão entrevistados quatro perfis de pessoas:

1. indivíduos ativos na política que comparecem pessoalmente e acompanham o trabalho do Parlamento Municipal de São Paulo;
2. indivíduos ativos na política que acompanham virtualmente o trabalho do Parlamento Municipal de São Paulo;
3. funcionários do Parlamento Municipal de São Paulo que trabalham ou trabalharam diretamente com Audiências Públicas (espaços de participação por excelência);
4. indivíduos residentes no município de São Paulo que não se envolvem com questões políticas.

A duração da entrevista é entre 30 minutos e 1 hora e poderá ser realizada na data e horário de conveniência do entrevistado, sendo realizada por chat (MSN ou Skype). As informações e opiniões fornecidas serão analisadas conjuntamente com os demais informantes, garantindo o anonimato do entrevistado.

Agradeço pela colaboração na pesquisa e aguardo a gentileza de retorno deste e-mail.

Cordialmente,

Daniela Queiroz

Apêndice D - Tabela de presença/ausência das categorias por entrevistado

TEMAS	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	ENTREVISTADOS													
			PERFIL 1			PERFIL 2			PERFIL 3			PERFIL 4				
			8	12	11	6	7	9	3	4	5	1	2	10		
1. Democracia	1.1. Acredita		X											X		
	1.2. Falta de Efetividade			X	X			X		X		X				
	1.3. Funciona Parcialmente / Incompleta					X			X							
	1.4. Clientelismo									X						
	1.5. Despreparo / Falta de Informação					X	X				X				X	
2. Participação política	2.1. Falta de Informação						X							X	X	
	2.2. Falta de Interesse									X						
	2.3. Falta de Continuidade / Participação limitada		X		X		X	X	X			X	X			
	2.4. Progredindo		X		X						X					
	2.5. Não Funciona							X			X					
3. Fatores que motivam	3.1. Cultura	3.1.1. Educação				X				X					X	
	3.2. Confiança	3.2.1. Confiança				X	X				X		X	X	X	
		3.2.2. Desconfiança			X			X	X							
	3.3. Capital Social	3.3.1. Coletividade		X						X	X		X			
		3.3.2. Meio / Comunidade / Líderes Comunitários	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X	
	3.4. Reconhecimento e Redistribuição	3.4.1. Necessidades Materiais		X						X	X			X		
	3.5. Empoderamento				X	X	X			X						
	3.6. História do país		X		X	X	X	X	X	X		X			X	
	3.7. Narrativas	3.7.1. Narrativa da Mídia	X		X						X	X			X	
		3.7.2. Narrativa do governo / da figura política		X	X			X	X	X	X		X	X	X	
		3.7.3. Narrativa de Estado (leis)		X	X	X	X	X								
		3.7.4. Narrativas Cotidianas	X	X	X	X	X	X			X		X			X
	3.8. Memória	3.7.5. Experiência Negativa			X	X							X			
	3.9. Características pessoais	3.9.1. Ter Um Ideal	X	X	X	X	X	X					X	X		
3.9.2. Interesse pessoal / Individualismo		X	X	X	X	X	X	X	X	X		X			X	
3.9.3. Revolta											X				X	

TEMAS	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	ENTREVISTADOS												
			PERFIL 1			PERFIL 2			PERFIL 3			PERFIL 4			
			8	12	11	6	7	9	3	4	5	1	2	10	
4. Fatores que desmotivam	4.1. Cultura	4.1.1. Cultura do país	X	X	X		X		X	X	X		X	X	
		4.1.2. Educação		X					X						
	4.2. Confiança					X			X	X	X		X		
	4.3. Reconhecimento e Redistribuição	4.3.1. Foco na sobrevivência			X						X				
	4.4. História do país				X										
	4.5. Mitos / Estereótipos		X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	
	4.6. Narrativas	4.6.1. Mídia		X	X	X	X		X		X				
		4.6.2. Narrativas Cotidianas			X	X	X						X		
		4.6.3. Narrativa do governo / da figura política				X	X					X			
	4.7. Memória	4.7.1. Exp. Negativa / Demora na obtenção de resultados	X	X	X		X	X	X				X	X	X
		4.7.2. Corrupção		X	X			X						X	
	4.8. Características pessoais	4.8.1. Interesse pessoal / Individualismo		X			X						X		
		4.8.2. Preguiça / Falta de Interesse									X			X	
	4.9. Outros	4.9.1. Falta de Tempo / Horário Ruim	X	X		X					X	X	X	X	
		4.9.2. Dificuldade de Acesso	X	X							X				
4.9.3. Consumo			X												
5. Papel das instituições	5.1. Divulgar / Investir em transparência			X	X		X		X	X	X	X	X	X	
	5.2. Aproximar-se do Cidadão	X	X		X	X		X	X	X					
	5.3. Investir em Educação					X			X						